

RENI MARIA JACOB

**NARRATIVAS SOBRE O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DO MUNICÍPIO
DE OUVIDOR-GO: 1949-1971**

**Universidade Federal de Goiás
Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
2015**

RENI MARIA JACOB

**NARRATIVAS SOBRE O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DO MUNICÍPIO
DE OUVIDOR-GO: 1949-1971**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.

Área de Conhecimento: Educação.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. Wolney Honório Filho

CATALÃO – GO

2015

**NARRATIVAS SOBRE O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DO MUNICÍPIO
DE OUVIDOR-GO: 1949-1971**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, defendida e aprovada em 18/01/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wolney Honório Filho
PPGEDUC/UFG/Regional Catalão - Orientador

Prof^a Dr^a Rúbia-Mar Nunes Pinto
UFG-RG – Membro Externo

Prof^a Dr^a Aparecida Maria Almeida Barros
UFG-RC – Membro Interno

**Universidade Federal de Goiás
Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
2015**

A MEU DEUS!

Princípio e fim de todas as coisas!

Lembrando que a suficiência dos meus méritos está em saber que os meus méritos não são suficientes.

AGRADECIMENTOS

O tempo passou depressa, meus objetivos foram concretizados, senão integralmente, em parcialidade capaz de atender os meus anseios maiores. Em um projeto desta dimensão, cuja duração ultrapassa há um ano, muitas pessoas, desde o seu início, se envolvem conosco no perseguir desses objetivos. Outros, porém, foram sendo agregados no percorrer das atividades. Passamos a conviver com pessoas antes desconhecidas, viajamos literalmente por lugares nunca visitados, ou somos levados pela prática da imaginação fertilizada frente às experiências vividas. Ocupamos muita gente na busca pelas informações necessárias em espaços e lugares distintos.

Portanto, aqui entoo minha voz de agradecimento no silencio de sua contribuição valiosa e desinteressada. Você que me incentivou. Você que me apoiou. Que dedicou seu tempo por menor que seja para a minha causa investigativa. Você que esteve ao meu lado e me ofereceu uma ideia, me emprestou um livro, me indicou um site ou me abriu o seu arquivo pessoal ou institucional. Aqueles que me receberam no calor de sua moradia e até ofereceu um lanche ou um delicioso almoço. Você que atendeu um chamado por telefone. Respondeu meu e-mail ou mensagem. Você que apenas contribuiu com seu sorriso de otimismo. Você que revirou o passado a meu lado ou simplesmente comentou de uma dissertação aproveitável. Aqueles que cederam uma fotografia. A você que auxiliou na gravação de entrevistas. Funcionários atuais da escola Estadual Dácio Amorim Fonseca. Aos que foram mestres dentro e fora da sala, meus professores no mestrado. Enfim, a todos vocês pelos quais passei levando meu Projeto de Pesquisa.

Fica aqui nesta página, o meu reconhecimento sincero de que sem a sua ajuda providencial eu não teria concluído este transcurso. Foi um trabalho a muitas mãos, que envolveu tramas alheias e exigiu um buscar incessante de memórias que procurou esvaziar acervos e assim, por certo, trata-se de um trabalho exaustivo.

Citar todos os nomes seria missão impossível, quero que todos se sintam abraçados e recebam a minha eterna gratidão. Mas, uma pessoa, em especial, tem que ser mencionada, pois, me emociono ao relembrar sua paciência, sua sabedoria, seu carinho e sua orientação segura, obrigada professor Wolney Honório Filho!

Funcionários atuais da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Equipe de funcionários da EEDAF iniciando das primeiras fotos abaixo, sempre da esquerda para direita, a Diretora atual, professora Cléria Lúcia Fonseca, Maria Helena, professora do 3º ano; Rogéria, Coordenadora do tempo Integral da escola; Eliete Rosa professora do 2º ano, seguida por Viviane e Laura, ambas, professoras de oficina do tempo integral.

No grupo abaixo o professor Alberto, coordenador pedagógico; ao fundo da foto a professora do 5º ano Erlene; Maria do Rosário Supervisora de Merenda escolar; Graciele, porteira servente; Tabita Ganda professora recém-aposentada e amiga da escola; Osmarina dos serviços gerais; Shirley, uma das cozinheiras; Sirlene a vice-diretora.

Na fila debaixo ainda da esquerda para direita Ângela, professora de apoio para crianças com deficiência; Denise Regina, secretária da escola; Wanda também cozinheira; Genise, a professora do 1º ano; D. Ana dos serviços gerais e Juliana professora do 4º ano.



Obs.: Hoje o antigo Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira funciona como escola de tempo integral, com o nome de Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca. A escola conta com 139 alunos e 30 funcionários no total, mas, poucos são efetivos e concursados, a maioria deles, ou são contratados pelo estado ou são cedidos pelo município.

Fonte: acervo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Memórias dos anos de funcionamento do Grupo Dr. Pedro Ludovico



Foto de 1971 – Foto tirada no pátio do fundo do GE Pedro Ludovico, a aluna da foto é Helena Mendes da Silva a caçula de mais três irmãos que estudava no G.E. Pedro Ludovico. Os irmãos tinham que caminhar todos os dias cerca de oito quilômetros ida e volta. A professora é D. Mariquinha

Fonte: acervo pessoal da família da aluna.



Foto da professora Alexandrina com sua turma de 1951 ao lado do Grupo Escolar.

A segunda foto mostra o desfile pela emancipação política de Ouvidor em 1953.

Fonte: acervo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.



Lembrança da 2ª série - ano 1969

Lembrança da 4ª série ano - 1970

Foto da professora Joana (D.Joaninha) em 1969 e seus alunos. A foto da direita são os alunos da 2ª série de 1970 com a professora Maria Pereira Neta e seus alunos da 4ª Série.

Fonte: acervo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

HOMENAGEM ESPECIAL

Meus avós Abílio e Elpídia (in memorian)
Meus pais Enéas e Dirce
Meus irmãos Ronan e Dircinha
Meu companheiro Marion
Meus filhos Leandro e Débora
Meus netos Seegryd, Guilherme, Marinna, Isadora e Christiano Junior
Minha prima Eliane
Minha amiga Tabita

Tudo que sou e o que me tornei, e ainda, o que virei a ser, é por pura influência e assistência de vocês!

Esta história aqui escrita,
pôde reunir frutos da consciência armazenada na memória de muitas pessoas,
mexeu com recordações que combinadas com a integridade do pensamento
atual puderam reavaliar situações de prazer, administrar infortúnios e expor
saudades esquecidas no tempo e no espaço da alma.
Fez-se relato de si e de cartas alheias.
Chocalhou papeis amarelados que escondiam segredos ou simplesmente foram
abandonados em um canto qualquer.
Assim, traçou limites repletos de artifícios da imaginação individual, sem
desprezar o coletivo e o meu pessoal.
E ao final reuniu na bagagem de um passado revirado para dar a presente
dissertação, um traço daquilo que se foi, mas, que não podia deixar de existir.
Da permanência minúscula e singela deste esforço, fica um grão de areia na
imensa praia da história da educação da humanidade.
Que sirva, portanto, de estímulo para que outros estudiosos possam querer
lançar mão de “linha e agulha” para realçar o bordado educacional de nossa
região.
E, assim como eu pude desdobrar um enredo existente na história da educação
de uma instituição na pequena cidade de Ouvidor, possam outros, dar o seu
toque de contribuição nesta empreitada, em outros locais afins.

A autora

Aquilo que está escrito no coração não necessita de agendas porque a gente
não esquece. O que a memória ama fica eterno.

Rubem Alves

RESUMO

O propósito dessa dissertação de mestrado é reconstituir a história da primeira Instituição escolar de Ouvidor, com o título: "Narrativas Sobre o Primeiro Grupo Escolar do Município de Ouvidor-Go no período de 1949-1971". A data define o recorte temporal estabelecido entre o ano de criação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira até a promulgação da Lei nº 5.692 - de 11 de agosto de 1971 - DOU de 12/8/71 - Lei de Diretrizes de Bases, que extinguiu os grupos escolares no Brasil e Implantou o Sistema de Ensino de 1º e 2º Grau. O objetivo geral da pesquisa: Conhecer a história da constituição do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor-Go, no período de 1949 a 1971. Os objetivos específicos da investigação foram: 1 – Percorrer o processo criador dos grupos escolares no Brasil, Goiás, e na cidade de Ouvidor, e, analisar a sua representação arquitetônica diante dos objetivos de modernidade do período republicano. 2- Desvelar a importância da criação dos grupos escolares em Goiás, inserida nas adversidades políticas durante o processo de institucionalização do Grupo Escolar de Ouvidor, e suas implicações para a educação em massa. 3- Relacionar a formação política, educacional e social do Município de Ouvidor à história da estrada de ferro no sudeste do estado de Goiás. 4- Compreender o processo de institucionalização do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira no percurso da formação da cidade e da escolarização de seus habitantes. 5- Conhecer a sistematização do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor de 1949 a 1971. Metodologicamente, optamos por um estudo qualitativo de caráter indutivo-descritivo. Produzimos dados a partir do acervo do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, bem como por entrevistas com seus ex-alunos, ex-professores e ex-diretores. Isso nos levou, portanto, a considerar tanto as narrativas escritas quanto as orais sobre o Grupo Escolar. Os aportes teóricos basearam-se em autores como Rey (2010), Bolívar (2014), Clandin e Connelly (2001), Saviani (2007), Cunha (1997), Nosella e Buffa (2004), Gatti Junior (2002), Ludke (1986), Bardin (2009), e outros. De um modo geral, as narrativas nos levaram a ver que a história do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico esteve também, assim como em outras unidades federativas do Brasil, ligada às relações de poder local, estadual e nacional. O Grupo Escolar não teve um prédio suntuoso, como em capitais brasileiras. E a inexistência quase geral de professores brasileiros aptos para trabalhar nos Grupos Escolares foi também marcante em Ouvidor. Por fim, observa-se que mesmo considerando as ricas contribuições promovidas pelo Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, em Ouvidor, assim como ocorrido na maioria dos estados e municípios, houve uma ineficiência desse sistema frente ao problema do analfabetismo.

Palavras-Chave: Grupo Escolar. História da Educação. Narrativas orais e escolarização do povo.

ABSTRACT

The purpose of this masters dissertation is to reconstitute the history of the first educational Institution of Ouvidor, through the title: "Narratives Concerning the First School Group of the Municipality of Ouvidor-Go in the period of 1949-1971". The date sets the time frame established between the year of the creation of the School Group Dr. Pedro Ludovico Teixeira until the enactment of the Law No. 5692 - from August 11, 1971 - DOU of 12.8.71 - Basic Guidelines Act, which extinguished the school groups in Brazil and Implemented the 1st and 2nd Degree Education System. The overall objective of the research: Knowing the history of the creation of the first School Group of Ouvidor-Go, in the period of 1949-1971. The specific objectives of the research were: 1 – Go through the creative process of school groups in Brazil, Goiás, and in the city of Ouvidor, and analyze their architectural representation before the modernity objectives of the republican period. 2 – Reveal the importance of the creation of school groups in Goiás, inserted in political adversity during the institutionalization process of the School Group of Ouvidor, and its implications for mass education. 3 – Relate the political, educational and social background of the Municipality of Ouvidor to the history of the railroad in southeast of the state of Goiás. 4 - Understand the institutionalization process of the Dr. Pedro Ludovico Teixeira School Group in the creation course of the city and schooling of its inhabitants. 5 – To know the systematization of the first Ouvidor School Group from 1949 to 1971. In terms of methodology, we chose a qualitative study of inductive-descriptive character. We have produced data from the Dr. Pedro Ludovico Teixeira School Group collection, as well as interviews with its former students, former teachers and former directors. Therefore, this led us to consider both the written and oral narratives concerning the School Group. The theoretical contributions were based on authors such as Rey (2010), Bolívar (2014), Clandin and Connelly (2001), Saviani (2007), Cunha (1997), Nosella and Buffa (2004), Gatti Junior (2002), Ludke (1986), Bardin (2009), and others. In general, the narratives led us to see that the history of the Dr. Pedro Ludovico School Group was also linked to relations of local, state and national power, as well as in other Brazil federal units. The School Group has not had a magnificent building, as in Brazilian capitals. And the almost general lack of qualified Brazilian teachers to work in the School Groups was also outstanding in Ouvidor. Finally, it is observed that even considering that the Dr. Pedro Ludovico School Group has promoted rich contributions in Ouvidor, as occurred in most states and municipalities, there was an inefficiency of this system regarding the problem of the illiteracy.

Keywords: School Group. Education History. Oral Narratives and People Schooling.

LISTA DE SIGLAS

- APPGo** - Associação das Professoras Primárias de Goiás;
- CAAE** - Certificado de apresentação para Apreciação Ética;
- CEAA** - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa;
- CONEP** - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;
- CONPRESP** – Conselho Municipal de Prevenção do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo;
- DOU**- Diário Oficial Da União;
- EEDAF** – Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca
- ETFG** - Escola Técnica Federal de Goiás
- GEDPLT** – Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira
- GE** – Grupo Escolar
- HILSDORF** - História da educação brasileira
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDBEN** - Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional;
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro;
- CONDEPHAAT** – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turismo do estado de São Paulo;
- NT** – Nota Técnica;
- PAMP** - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário
- PP** – Projeto de Pesquisa;
- PSD** - Partido Social Democrático;
- RMV**- Rede Mineira de Viação
- SEA** - Serviço de Educação de Adultos
- SEGPLAN** - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
- SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UDN** - União Democrática Nacional;
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Investimento público estadual na educação primária de 1917 a 1929-----	78
Tabela 02: sequência da criação dos grupos escolares em Goiás de 1920 a 1930-----	81
Tabela 03: Percentual de crianças fora da escola no Brasil até 1921-----	84
Tabela 04: Dispêndios percentuais com a instrução pública em Goiás, entre 1918 e 1928-----	86
Tabela 05: Primeiros professores de Goiás nos grupos escolares-----	94
Tabela 06: Situação das Escolas goianas de Formação de professores até 1942-----	100
Tabela 07: Analfabetismo no Brasil segundo o censo de 1872, 1920 e 1960-----	105
Tabela 08: Percentual de analfabetos no Brasil entre 1920, 1960-----	128
Tabela 09: índice de analfabetismo em Ouvidor em 1950, (ainda como município de Catalão).Índice de analfabetismo em Ouvidor em 1950-----	129
Tabela 10: Educação primária do povoado e distrito de Ouvidor anterior ao Grupo Escolar-----	135
Tabela 11: Crescimento populacional do Centro Oeste e Goiás entre 1920 e 1950-----	147
Tabela 12: Relação de alguns ex-alunos do Professor Abílio que atuaram na regência de classe---	164
Tabela 13: Situação do Poder no Palácio do Governo em Goiás entre 1949-1963-----	177
Tabela 14: Primeiros professores do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico-----	193
Tabela 15: Primeira Diretoria empossada e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira-----	195
Tabela 16: Diretoras do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira de 1949 a 1971-----	198
Tabela 17: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1963-----	205
Tabela 18: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1964-----	216
Tabela 19: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1965-----	222
Tabela 20: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1966-----	224

Tabela 21: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1967-----	225
Tabela 22: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1968-----	227
Tabela 23: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1969-----	228
Tabela 24: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira / 1970-----	232
Tabela 25: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1971-----	233

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Escola Normal Caetano Campos, SP. Inaugurada em SP em 1894, hoje sede da Secretaria Municipal da Educação-----	59
Foto 02: O terceiro andar Escola Normal Caetano Campos foi construído em 1930-----	60
Foto 03: Liceu de Goiás-Primeiro Grupo Escolar de Goiás -----	61
Foto 04: A arquitetura do colégio de formação de normalistas, situado na avenida de maior destaque da cidade de Catalão-----	62
Foto 05: Professores e alunos do grupo escolar do colégio Mãe de deus em Catalão-----	62
Foto 06: Grupo Escolar Rio de Janeiro (1897)-----	67
Foto 07: Grupo Escolar Rodrigues Alves, SP. -----	68
Foto 08: Grupo Escolar Dom Pedro II, Curitiba, PN -1903-----	68
Foto 09: Grupo Escolar Minas Gerais, Uberlândia – 1932-----	69
Foto 10: Grupo Escolar Oliveira Bello, 1922-----	70
Foto 11: Amigos na praça da estação de Ouvidor em 1947-----	115
Foto12: Ciclistas de Ouvidor visitando a ponte ferroviária do rio Paranaíba-----	116
Foto 13: Vista da ponte sobre o rio Paranaíba, vendo-se sobre a mesma o trem inaugural. (Relatório RMV (ref.) 194)-----	117
Foto 14: Estação Ferroviária de Ouvidor-----	121
Foto 15: Chegada dos trilhos de Ouvidor 1942-----	124
Foto 16: Primeira construção do Grupo Escolar de Ouvidor/1950-----	155
Foto 17: Detalhe do telhado de Grupo Escolar de Ouvidor em 1950-----	188
Foto 18: Prédio do Grupo Pedro Ludovico em 1970-----	188
Foto 19: Primeiras carteiras dos Grupos Escolares-----	190
Foto 20: arquivo documental da EEDAF-----	214
Foto 21: Bolo de comemoração dos 50 anos do Grupo Escolar-----	237
Foto 22: Reencontro das Ex-professoras na festa dos 50 anos do Grupo-----	238
Foto 23: Desfile em comemoração aos 50 anos do Grupo Escolar-----	239
Foto 24: Ex-alunos e ex-professores do GE Pedro Ludovico na festa de seus 50 anos-----	240
Foto 25: Ex-professora Fatima Amorim e o coral da Associação espírita de Catalão-----	241

LISTA DE IMAGENS¹

Imagem 01: Trecho inicial do histórico do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira-----	31
Imagem 02: Decreto regulando o ensino primário em Goiás/1930-----	101
Imagem 03: Mapa Político administrativo do município de Ouvidor GO-----	118
Imagem 04: Foto do Protagonista da Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor-----	123
Imagem 05: Documento original da nomeação do primeiro professor de Ouvidor-----	131
Imagem 06: Termo de abertura da primeira fonte educacional de Ouvidor-----	133
Imagem 07: Termo de abertura do livro de registro do grupo escolar 1953-----	135
Imagem 08: Foto da Placa de Inauguração/Biblioteca Professor Abílio José Pires-----	137
Imagem 09: Termo de abertura do livro de Registro da Escola de alfabetização de adultos-----	144
Imagem 10: Primeira ata do Grupo Escolar Pedro Ludovico. (parte 01)-----	150
Imagem 11: Primeira ata do Grupo Escolar Pedro Ludovico. (parte 02)-----	151
Imagem 12: Ata de Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor, pgs. 04 e 05 /1954-----	175
Imagem 13: Primeira cartilha usada no Grupo Escolar de Ouvidor-----	183
Imagem 14: Primeira cartilha do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira após o curso de formação dos professores-----	185
Imagem 15: Primeira Nomeação da professora Alexandrina-----	191
Imagem 16: Certidão de Doação do terreno e prédio do Grupo escolar de Ouvidor/1991-----	211
Imagem 17: Termo de Doação do terreno do GEDPLT da Prefeitura de Ouvidor para o Estado de Goiás / 1991-----	213
Imagem 18: Planta baixa do Grupo Escolar Dácio Amorim Fonseca, após duas ampliações-----	215
Imagem 19: Lei 10.640 de 10 de fevereiro de 1930-----	220
Imagem 20: Disco-compacto-trabalho-e-paz-marcas-do-que-se-foi.musica/Os-incriveis-----	231
Imagem 21: Pannel de comemoração dos 60 anos do grupo Escolar-----	236

¹ Nesta dissertação a diferença entre fotos e imagens dá-se pelo fato de que todas as imagens referem-se a documentos escritos.

LISTA DE PARTICIPANTES

- 1- Ex-aluno 01;
- 2- Ex-aluna 01;
- 3- Ex-aluna 02;
- 4- Ex-aluna 03;
- 5- Ex-aluna 04;
- 6- Ex-aluno 02;
- 7- Ex-aluno 03;
- 8- Ex-Diretora 01;
- 9- Ex-Diretora 02;
- 10- Ex-professora 01;
- 11- Ex-professora 02;
- 12- Ex-Moradora 01;
- 13- Ex-morador 02;
- 14- Ex-Moradora 03;
- 15- Ex-moradora 04.

LISTA DE DOCUMENTOS E LEIS CONSULTADAS

- 1- Lei nº 38, de 31 de julho de 1893 primeira lei para regulamentar a ordenação do ensino público goiano;
- 2- Constituição Do Estado De Goyaz - 1o de junho de 1891. Presidente – Joaquim Fernandes de Carvalho;
- 3- Lei nº 186 de 13 de agosto de 1898, descentralização do ensino primário;
- 4- Decreto nº 5.930 de 24 de outubro de 1918;
- 5- BRASIL, Recenseamento Geral de 1920;
- 6- Decreto nº 8.538 de 1º de fevereiro de 1925. Regulamento e Programa de Ensino dos Grupos Escolares de Goyas;
- 7- Decreto n. 10.640, de 10 de Fevereiro de 1930. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz;
- 8- Decreto Lei nº 19.890 de 18 de abril de 1931, Dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- 9- Regulamento da Instrução Primaria do Estado de Goyaz, aprovado por Decreto Nº. 26 de 23 de dezembro De 1893, decorrente da Lei nº 38 de julho de 1893. (Define as cinco categorias de ensino em Goiás);
- 10- Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946; Lei Orgânica do ensino primário;
- 11- Constituição do Estado de Goiás 1947- Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes de Ouvidor-GO;
- 12- 1º Livro de Atas do Grupo escolar de Ouvidor de 07 de abril de 1949;
- 13- Livro de Registros Escolar 1947
- 14- Lei Nº 824, De 19 De Outubro De 1953. Lei de Criação do Município de Ouvidor;
- 15- Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961; Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 16- Relatório 1905
- 17- Mensagem dos presidentes do estado de Goiás de 13 de maio de 1920-João Alves de Castro;
- 18- Mensagem dos presidentes do estado de Goiás de 14 de maio de 1926 – Brasil Ramos Caiado;
- 19- Decreto-Lei Nº 4.958, de 14 de Novembro De 1942 / Institue o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário;

- 20- Decreto nº 144-B, de 30/12/1892 Diário Oficial. Aprova O Regulamento Da Instrução Pública.
- 21- LDB de 1971
- 22- Constituição Federal de 1934
- 23- Constituição dos Estados Unidos Do Brasil (De 10 De Novembro De 1937) Getúlio Vargas;
- 24- Constituição do Brasil De 1967 (da origem ao Regime Militar, também conhecido como os “Anos de Chumbo”);
- 25- Mensagem Apresentada Ao Congresso Legislativo Do Estado De Goyaz na primeira sessão da Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1917, pelo Exm. Sr. Coronel Joaquim Rufino Ramos Jubé, em exercício do cargo de presidente do estado;
- 26- Lei federal/ Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, proibiu o nome de pessoas vivas, em instituições públicas;
- 27- (Decreto nº 24.441 de 25 de março de 1955) - Estado de São Paulo. Proibiu o nome de pessoas vivas, em instituições públicas;
- 28- Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977/GO. Proibiu o nome de pessoas vivas, em instituições públicas;
- 29- Mensagem enviada à Câmara dos Deputados, a 13 de maio de 1899, pelo Dr. Urbano Coelho de Gouveia, presidente do estado;
- 30- Estado de Goiás. Mensagem enviada à Câmara dos Deputados, a 13 de maio de 1900, pelo Dr. Urbano Coelho de Gouveia, presidente do estado;
- 31- Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Goiás, a 13 de maio de 1911, pelo Exmo. Sr. Coronel Dr. Urbano Coelho de Gouveia, presidente do estado;
- 32- Estado de Goiás. Mensagem enviada ao Congresso na abertura da 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo presidente do estado, Dr. José Xavier de Almeida, em 13 de maio de 1905;
- 33- Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Goiás, a 13 de maio de 1928 e 1929 pelo Exmo. Sr. Dr. Brasil Ramos Caiado, presidente do estado de Goiás.

LISTA DE APÊNDICE

- Apêndice A – Transcrição da entrevista I (**Aldo** -filhos Abílio);
- Apêndice Aa – Transcrição da entrevista Ia (**Lenita**-filhos Abílio);
- Apêndice Ab – Transcrição da entrevista Ib (**Maria Lúcia** - filhos Abílio);
- Apêndice Ac – Transcrição da entrevista Ic (**Dirce**- filhos Abílio);
- Apêndice B – Transcrição da entrevista II (Sr. Waldemar);
- Apêndice C – Transcrição da entrevista III (D. Helena);
- Apêndice D – Transcrição da entrevista IV (Jacira) e (Maria do Rosário)
- Apêndice E – Transcrição da entrevista V (Ilton);
- Apêndice F – Transcrição da entrevista VI (Dirce);
- Apêndice G – Transcrição da entrevista VII (Alexandrina)
- Apêndice H – Escrita autobiográfica I (Alexandrina)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	23
Palavras iniciais.....	24
Contextualização.....	27
A pesquisa.....	33
Encaminhando as discussões teóricas.....	35
Aspectos metodológicos.....	38
As Constituições Federais e a Educação Pública brasileira.....	43
CAPÍTULO I: O PROCESSO CRIADOR DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL, EM GOIÁS E NA CIDADE DE OUVIDOR E A SUA REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA DIANTE DOS OBJETIVOS DE MODERNIDADE DO PERÍODO REPUBLICANO	48
1.1. Dimensões teóricas da história dos grupos escolares no Brasil, a adoção por Goiás, passando por São Paulo e Minas Gerais.....	48
1.2. A arquitetura como símbolo da modernidade e do desenvolvimento.....	63
CAPÍTULO II: A DIFÍCIL AURORA EDUCACIONAL DE GOIÁS: SINOPSE PATENTEADA A PARTIR DOS GRUPOS ESCOLARES	71
2.1. A criação dos grupos escolares em Goiás, as adversidades políticas e suas implicações para a educação em massa.....	71
2.2. A senda da educação no Brasil e em Goiás, traçada pela corda bamba da política.....	89
2.3. Primeiros professores estaduais nomeados para os Grupos Escolares em Goiás.....	94
2.4. Os Grupos Escolares de Goiás na trilha da marcha para o oeste e o combate ao analfabetismo.....	103

CAPÍTULO III: OUVIDOR NOS TRILHOS: GÊNESE E APORTE DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.....	111
3.1. A estrada de ferro no sudeste goiano e sua funcionalidade para a formação política, educacional e social do povo de Goiás e em Ouvidor.....	111
3.2. Abílio José Pires: de analfabeto à protagonista da educação em Ouvidor.....	126
3.3. A CEAA no combate ao analfabetismo em Ouvidor.....	141
CAPÍTULO IV: O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA NO PERCURSO DA FORMAÇÃO DA CIDADE E DA ESCOLARIZAÇÃO DE SEUS HABITANTES.....	145
4.1. O processo fundador do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor-Goiás.....	145
4.2. Em passo lento segue o Grupo Escolar de Ouvidor.....	153
4.3. As mazelas e o poder frente à instrução pública de Ouvidor.....	158
CAPÍTULO V: AS LINHAS BORDADAS PELAS HISTÓRIAS DE QUEM VIVEU NO TEMPO DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.....	180
5.1. Do tablado leigo à consciência da escola graduada.....	180
5.2. O perfil da arquitetura do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico e seus significados.....	187
5.3. Os primeiros professores contratados.....	191
5.3.1. Pequenas Mazelas Internas: Professores X Política.....	202
5.3.2. A ampliação do Grupo Escolar.....	208
5.3.3. A sistematização definitiva do Grupo Escolar de Ouvidor – Go, consoante as Políticas Públicas instituídas no Brasil.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS	246

INTRODUÇÃO

A APAIXONADA²

Já estou que não posso mais!
Porque você não me liga.
Deve ser alguma intriga,
Das malvadas das amigas
Ou mesmo de algum rapaz!

Faz três anos que estudo
E não sou feia de tudo, podes crer!
Comprei um sapatinho amarelo,
Um vestidinho chumbadinho,
Fiquei, fiquei da pontinha!

O vestidinho rasgou,
O sapatinho estragou.
E o danado de homem,
Nem me ligou.

Mas vou ser freira,
E nem que seja pra cozinheira
Eu hei de prestar
Chegando lá
Vou morrer de tanto rezar
Mas tu diabo de homem
Não hás de casar!!!

(autor desconhecido)

² Poesia que aprendi no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira e gostava de declamar e que permaneceu na minha memória até hoje. De autoria desconhecida.

Palavras iniciais

O meu interesse por esta pesquisa brotou do sentimento de pertença. Querer compreender o processo de desenvolvimento educacional do município de Ouvidor, no Estado de Goiás, motivou-me a investigar as tramas da implantação de sua primeira escola primária e graduada, o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Ele foi criado em 1949, quando o local ainda era um distrito de Catalão-Go. Fato que foi precedido por uma movimentação que “no dia 30 de dezembro de 1922 inaugurava a estação ferroviária no povoado de ‘Catuaba’, com o nome de Ouvidor, em virtude de existir aquém um ribeirão com esse nome” (RAMOS, 1988, p.28. *Grifo do autor*). Conta o mesmo autor que o nome dado à estação, Ouvidor, foi também mais tarde adotado para denominar o antigo povoado de Catuaba³, que, geograficamente, pertencia ao município de Catalão, Goiás, até o ano de 1953. A partir da construção desta estação ferroviária, “muitas pessoas passaram a construir ali as suas moradias: sitiantes, fazendeiros da região, negociantes de gado e cereais, pequenos comerciantes, numa natural procura de agrupamento e segurança para seus familiares”. (RAMOS, 1988, p.28).

O município de Ouvidor localiza-se no sudeste goiano, na microrregião de Catalão, Goiás, e possui uma área geográfica de 413.784 Km², tem hoje sua população estimada em 6.038 habitantes.

Ali fui aluna e professora. Hoje, sou formada em Pedagogia, Direito, Artes Visual e pós-graduada em Direito Educacional e Língua Portuguesa, e, em 2014, ingressei como aluna no Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, o que me oportunizou desenvolver esta pesquisa.

Carrego em minhas atitudes um interesse especial pela história da educação, de modo particular, pela história da educação desse município, pois foi nessa cidade que nasci e fui criada. Quase toda minha família está diretamente ligada à história da educação desta cidade. Muitos de nós fomos alunos e professores no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, primeira escola estadual instituída no local. Como professores, a profissão na minha família foi iniciada pelo meu avô materno, Abílio José Pires, que desde a inauguração do Grupo, em 1949, foi militante em favor de sua implantação, seguido por quatro de seus filhos, incluindo a minha mãe. A história continuou com a nomeação de pelo menos cinco de suas sobrinhas que também ocuparam uma cadeira nesta

³ Catuaba foi o primeiro nome de Ouvidor, quando este pertencia ao município de Catalão, GO, devido à abundância de um vegetal com o mesmo nome, utilizado como remédio pelos moradores da região.

instituição como professora e, finalmente, uma neta, quando em 1976 tive minha primeira turma de discentes nesta mesma escola.

Esse meu avô materno foi um dos moradores pioneiros desta cidade, um autodidata que era analfabeto até a sua puberdade. Em 1939, foi nomeado⁴ pelo prefeito de Catalão para ocupar o lugar de primeiro professor público em Ouvidor. Mais tarde, transferido para a rede estadual, atuou na sala de aula até 1959, onde também contribuiu para a formação de muitos outros professores e foi aposentado⁵, conforme Decreto nº 2.117, em 3 de dezembro do mesmo ano, assinado pelo governador José Feliciano Ferreira. Desde então se mudou para Goiânia e se tornou procurador particular dos professores e funcionários estaduais da região de Ouvidor/Catalão.

Minha mãe, Dirce Cândida Jorge, foi alfabetizadora por muitos anos nesta escola. Além de professora, foi diretora e secretária. Influenciou e foi influenciada pela história desta instituição. Durante a minha infância, muitas vezes em reuniões familiares, eu percebia indícios de que as políticas locais foram decisivas na constituição e funcionamento daquela escola onde pacificamente passei a minha infância. As memórias dos tios⁶ puderam indicar que estas relações não haviam sido igualmente tranquilas como tinha sido a minha experiência ali.

Minha primeira matrícula no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira aconteceu em 1964. Fui parte de um pré-primário com 24 alunos alfabetizados pela professora Dirce. No 1º ano passei por D. Ana Rosa e, no 2º, fui aluna da professora Diná Angélica, para, no 3º ano, voltar a estudar com minha mãe, a professora Dirce. No 4º ano a prima Wanda foi a minha professora. Mas, ao final do ano de 1968, fui marcada pela decepção de não poder seguir em frente. Precisava fazer as provas de admissão⁷ para estudar em Catalão, pois em Ouvidor só havia escolas até o 4º ano. Além disso, minha mãe teria que arcar com as despesas de transportes diários. Fiquei então retida, condenada a repetir a mesma série por falta de condições financeiras e pela falta de escolas. Desta vez frequentei a classe da professora Fátima Amorim.

De todas as minhas professoras guardo histórias particulares e essencialmente construtivas, em especial, posso citar a forma com que D. Rosa, na 2ª série, incentivou-me à produção de texto.

⁴ Documento imagem 05, pagina 125.

⁵ Tabela de ex-alunos que se tornaram professores, tabela 12 p. 156, deste relatório de pesquisa.

⁶ Quatro filhos de meu avô foram entrevistados por mim. Suas memórias contribuíram para o relato que ora descrevo. Segundo eles, o desmando comandava a vontade dos políticos que, usando deste privilégio, escolhiam quem podia trabalhar no Grupo Escolar do povoado.

⁷ O Capítulo III do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, nos artigos 18 a 23, versam sobre a admissão ao curso secundário. Os exames de admissão para o ensino secundário fizeram parte da história da educação brasileira até a LDB de 1971, quando foram extintos.

Fui uma garota criativa, apressada e cheia de equívocos durante a escrita, mas a dedicação daquela educadora leiga, sem formação acadêmica, ajudou-me a superar as falhas aparentes, despertando em mim autoconfiança no momento da escrita. Saí de sua sala convicta de que eu era “boa” e podia escrever o que quisesse. Em proporções consideráveis, D. Dalva Rosa, outra professora do grupo escolar, era toda “dramatização” e despertou em mim o gosto pela arte, pela poesia e pelo teatro. A lembrança das cortinas de lençóis improvisados, no momento da apresentação de “A apaixonada⁸”, causa-me uma sensação de adrenalina descompassada ao mesmo tempo em que me traz a certeza de que tudo isto é parte do que hoje me tornei.

Impulsionada pela familiaridade com essas histórias, provenientes de meu convívio dentro e fora dos pátios deste Grupo, também com pessoas que não são de minha família, mas que igualmente fazem parte deste contexto, foi que comecei a reunir dados para a realização de minha pesquisa. E esta oportunidade de poder pesquisar essa realidade me impulsionou a prosseguir, surgindo daí meu projeto intitulado: “Narrativas sobre o primeiro grupo escolar do município de Ouvidor-GO: 1949-1971”⁹. Foi escolhido este recorte temporal por englobar o período que vai da data de criação do grupo, 1949, até 1971, ano que marca a promulgação da Lei nº 5.692 - de 11 de agosto de 1971 - DOU de 12/8/71 - Lei de Diretrizes e Bases, que implantou o Ensino de 1º e 2º Grau e extinguiu a terminologia e a instituição denominada de “Grupos escolares” em todo território brasileiro.

O foco de minha investigação, o primeiro grupo escolar da cidade de Ouvidor, faz parte da minha biografia. Para Souza (2006), o trabalho centrado na abordagem biográfica,

configura-se como investigação porque se vincula a produção de conhecimento experienciais dos sujeitos adultos em formação [...] é formação porque parte do princípio de que o sujeito toma consciência de si e de suas aprendizagens experienciais quando vive simultaneamente, os papéis de ator e investigador na sua própria história. (SOUZA. 2006; p. 139).

Essa narrativa inicial do estudo aproximou-se de uma história auto-biográfica, pois trata-se da reconstituição de fatos que fizeram parte de toda a minha rotina enquanto criança, perdurou pela minha adolescência, passou pela minha juventude e teve alcance na minha fase adulta.

Conservo deste passado muitas amizades, aprendi a amar minhas raízes e assim desenvolvi um carinho especial pelas atividades, manifestações culturais, políticas, religiosas e especialmente educacionais deste município. Esta aproximação com a educação me remeteu às Histórias das

⁸ Poesia que declamava nas festas do grupo, citada na epígrafe desta introdução.

⁹ O PP foi submetido e aprovado na Plataforma Brasil onde o CONEP é representado pelo CEP de Goiás que designou o número em NT o CAAE nº - 39328714.1.0000.5083.

Instituições Escolares, modalidade que, segundo Nosella e Buffa (2004), apesar de terem seu primeiro momento nas décadas de 1950 e 1960, ganhou consistência a partir de 1990.

Durante os estudos, percebi que o tema Grupos Escolares é recorrente no estudo da História da Educação e que também podia ser analisados na perspectiva da história das instituições escolares. E ainda que, de acordo com Jacques Revel (2010), podem e devem ser rememoradas tanto nas abordagens micro, onde há uma redução da escala de análise e o pesquisador, por meio desta redução, indaga detalhadamente aquilo que se pretende estudar. Possibilita ao investigador uma gama de fontes semelhantes ou não, para compreender o objeto de estudo, quanto nas abordagens macro, que permitem o alcance da totalidade do assunto. Para o autor, o modelo analítico da história convida a pensar que em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, todos os processos históricos devem ser considerados. (REVEL, 2010, p. 590).

Contextualização

Toda pesquisa necessita de um local específico para acontecer, e a decisão suscitou, diante destas provocações, de minha própria trajetória formativa. Estava definido o meu objeto de estudo: o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, marco da educação formal de minha cidade, Ouvidor. Foi assim que me vi diante de um desafio para a reconstrução de uma história englobada na totalidade das instituições educativas de Goiás e do Brasil.

Para Santos (2001), a sociedade evolui no tempo e no espaço, e é justamente a acumulação de tempos que faz com que o espaço tenha a sua existência histórica, assim como a sociedade não pode se realizar sem o espaço. Conforme o autor, o tempo que trabalha para que as coisas evoluam é o tempo presente. Assim, a paisagem memorial acumulada de tempos passados, mortos para a ação, será reativada pelo tempo vivo atual, o tempo social. Essa associação se desfaz e se renova fazendo do espaço uma evolução permanente.

Na acepção do autor,

Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. Não há escapatória [...] Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinónimos. Desse modo, sua classificação é, também, uma classificação das ações. Os eventos também são ideias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade (SANTOS, 2001, p. 96).

Magalhães (2004), explicita que, a identidade das instituições educativas não varia significativamente pelas circunstâncias geográficas, tampouco pelas históricas, mas, pela relação que estabelece com o público. Aí, ele explica que a instituição adquire a sua identidade na relação com o contexto, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seu público e zonas de influência. (MAGALHAES, 2004, p. 68-134).

A história do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor-GO remete ao contexto da minha história de vida, é parte de minha infância e representa o começo da carreira docente que escolhi. A sua identidade, em determinados momentos, passa pela minha história e igualmente pela história de meus familiares docentes. Mas posso afirmar que a escolha da pesquisa não foi movida só pela proximidade afetiva, pois, acima de tudo, ela teve que transcender o pessoal na busca pelo geral. E, por este percurso, cabe relacionar a investigação sobre a história do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico à transformações históricas dinamizadas pela força comercial e econômica iniciada 1922, com a chegada da estação ferroviária para o município, que foram se ampliando e aumentou a população do local até que fosse inevitável a implantação de um grupo escolar.

Bolívar (2014), já mostra que, a história/biografia de uma instituição se constitui como um objeto de estudo, haja vista que cada uma delas se desenvolve e se organiza de forma singular; ele entende que a história das instituições, embora seja socialmente constituída, ou seja, parte de um projeto exterior, tem a sua própria biografia a partir das singularidades de cada uma delas:

Comprender el centro escolar como una realidad constuida socialmente, conduce a verlo como una institución que tiene su propia historia, que – por eso mismo- ha generado estructuras, roles, patrones de acción, significados, rituales, etc.; es decir, su cultura organizativa. Las escuelas, em lugar de realidades objetivas, tienen su propia biografía institucional, historia y procesos de desarrollo, que pueden ser objeto de estudio. (BOLÍVAR, 2014, p. 332).

Refazer a história do grupo escolar em que estudei ganhou um significado único, pois pude perceber que a história desta instituição está relacionada com as tramas políticas locais, regionais e nacionais. E que a sua identidade, ao mesmo tempo em que surgiu de um projeto nacional se fortaleceu com as conquistas diárias que a fizeram acontecer.

Os grupos escolares foram implantados durante o período Republicano. Disseminados por todo o sistema de ensino brasileiro tiveram como berço o Estado de São Paulo, em 1890 (SOUZA, 1996). Chegaram a Goiás em 1919, embora desde 1917, no relatório do presidente interino Joaquim

Rufino Ramos Jubé, o funcionamento da escola anexa à escola das normalistas na capital era exposto como se fosse um GE¹⁰. Pois o modelo já era graduado e com professores distintos por cada turma.

Ao tomar como referência, o ano de construção do grupo de Ouvidor, em 1949, e o primeiro grupo instalado na capital goiana; as palavras de Nancy Ribeiro da Silva (1975), afirma que em Goiás, no ano de 1924, “os grupos escolares em funcionamento eram em número de seis” (SILVA, 1975, p. 239); e, ainda, que foram apenas em 1925, que o regulamento próprio que fixaram objetivos e a organização do novo ensino, chegou a acontecer, os mesmos foram definidos como estabelecimentos de ensino regulados pelo Decreto 8538 de 12 de fevereiro de 1925, pude assim deduzir que a implantação do Grupo de Ouvidor, em 1949, foi precoce dadas essas características.

Houve influência da estrada de ferro neste percurso, e, possivelmente, é a causa de se ter construído um grupo escolar em um lugar tão pequeno, enquanto apenas poucas cidades no Estado de Goiás haviam sido contempladas com este avanço educacional. O que me chamou a atenção foi a constatação de que até 1930 só existiam 16 Grupos Escolares em Goiás. Outras curiosidades foram surgindo, e o resultado foi à conclusão de que o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico não só contribuiu para o processo da institucionalização do ensino em Ouvidor, mas também influenciou o momento da formação do município.

Segundo alguns entrevistados e o livro “Pequena História de Ouvidor”, escrito por Cornélio Ramos, a chegada da escola e a aglomeração das pessoas em torno da estação ferroviária recém-construída foram os ingredientes para o desenvolvimento da cidade. Os pais eram atraídos para a cidade, onde podiam realizar a escolarização de seus filhos, ou se mudavam em busca da possibilidade de comercialização que os trilhos trouxeram a Ouvidor. O Grupo Escolar foi muito importante para a cidade e município¹¹. Este mesmo aluno ressaltou também as escolas rurais, e disse que eram muitas no tempo em que ele era aluno no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira e que funcionavam custeadas pela prefeitura.

Já a história dos primeiros professores do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico que se revelou em um perfil conflituoso, cercado por perseguições políticas, foi acrescentado aos objetivos, por apresentar uma história local que veio a revelar inclusive o retardamento da institucionalização definitiva do GE.

¹⁰ “A criação de grupos escolares, como tem sido [...] Nesta capital funciona o Curso anexo à Escola Normal para crianças de ambos os sexos, que tem apresentado resultados aproveitáveis”. (Página 14 do Relatório do Presidente de Goiás ao Congresso Legislativo em 13 de maio de 1917).

¹¹ Conforme o ex-aluno-I, entrevistado no dia 02 de março de 2015.

Uma ex-professora¹² do GE quando arguida sobre o processo de escolha dos primeiros professores do Grupo afirmou que todos tinham que ter a aprovação dos políticos locais e que ela e sua irmã teriam sido vítimas de muita perseguição. E quando perguntamos se ela se envolvia com a política local respondeu prontamente que, “não, eu nunca me envolvi com política”. E durante a conversa sobre a citada falta de espaço para ela e sua irmã no quadro de professores do grupo continuou afirmando que “quem mandava lá se chamava Hélio Goulart¹³”, ele, o Hélio Goulart, era o dono de Ouvidor. A família do Hélio era “os donos de Ouvidor”. (Ex-moradora I, entrevistada em 24/02/2015).

Da mesma forma, quando conversei com o ex-aluno dois, no dia 02 de maio de 2015, as suas revelações confirmaram. “Ouvidor foi e continua sendo palco de muita disputa pelo poder político”. Afirmou que não sabe dizer os detalhes sobre a contratação de seus professores, mas que tem certeza de que eram indicados pelos políticos. E quando foi indagado sobre quem eram os alunos do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, ele se recordou e citou muitos nomes. Afirmou que todos moravam na cidade ou próximos a ela e que alguns andavam, de cinco a seis quilômetros a pé até chegarem à escola.

Contou que o destino de muitos desses alunos foi alterado pela formação escolar do Grupo Escolar de Ouvidor. Ele próprio se classificou como uma criança rebelde, indócil e que foi moldado pela paciência e eficiência de seus antigos professores. O ex-aluno I expôs também sobre a facilidade com que ele e alguns colegas, que oportunamente seguiram os seus estudos, demonstraram nos exames de proficiência exigidos pela legislação da época. Afirmou que a escola teve bons professores desde a sua implantação. Quesito que foi endossado por sua esposa, que nos ouvia, e também é uma ex-aluna do Grupo escolar.

De fato, a implantação do referido Grupo Escolar aconteceu por força política de Catalão que comandava na época o destino desse seu distrito. Localizados no sudeste goiano, Ouvidor e Catalão foram privilegiadas pela proximidade com estados mais desenvolvidos, o que fez com que, segundo Bretas (1991), “A primeira cidade goiana a manifestar o desejo de possuir um Grupo Escolar foi Catalão, vizinha de Araguari e Uberlândia, de onde recebia influência progressista”. (BRETAS, 1991, p. 507). Contudo, o governo não atendeu prontamente a esta reivindicação por não possuir verbas disponíveis e pelo fato de a própria capital ainda não dispor de um grupo escolar.

¹² A ex-professora I, hoje residente em Goiânia e foi entrevistada em sua residência em 24 de fevereiro de 2015.

Até então a cidade de Ouvidor só dispunha de um “salão de aulas”, local onde o professor Abílio, auxiliado por alunos alfabetizados e instruídos por ele mesmo, cumpria a função descrita por Silva (1975, p. 121): “a escola também recebia o nome de aula, pela simples razão de se constituir de uma só classe ou aula. Era regida por um único professor, o qual, quando muito, tinha um adjunto, normalmente um ex-aluno”.

Um histórico encontrado serviu de inspiração inicial para minha pesquisa. A imagem 01 revela um trecho da vontade comunitária de preservar o passado.

Imagem 01: Trecho inicial do histórico do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

No dia 07 de abril de 1949, houve uma grande reunião para criar uma escola que atendesse a população Ouvidorense. Compôs esta reunião o cidadão e deputado estadual, Diogenes Dorival Sampaio, Inspetor Escolar, em nome do Dr. Hélio Seixo de Brito, Secretário de Educação. Sendo Governador do Estado naquela época Dr. Gerônimo Coimbra Bueno, mediante o ofício nº 36 do gabinete da Secretaria Estadual de Educação:

Embasando nos depoimentos de pessoas mais idosas que nos transmitiram esses conhecimentos através de pesquisas, a escola recebeu o nome de Dr. Pedro Ludovico Teixeira, por ser um político de muita influência para essa região.

Em 08 de dezembro de 1949 foi criado pela lei nº 442 a instalação do Grupo Escolar de Ouvidor.

Com a fundação deste Estabelecimento várias famílias se mudaram para cá afim de dar mais conhecimentos aos seus filhos. Tendo iniciado com frequência de 70 alunos e expandindo aproximadamente para 100 alunos.

Fonte: acervo da Escola Estadual Dacio Amorim Fonseca/ Ouvidor –Go.

Foi por essa trilha do passado que caminhei, propondo-me a reconstruir a história da primeira instituição escolar em que estudei e que pertencia a minha cidade natal. Voltei-me então, para a implicação ricoeuriana, onde o autor reflete sobre o tempo vivido e o tempo universal para a construção do tempo histórico. Ao seguir nesse intuito de refletir um passado e, ao mesmo tempo, constituí-lo em história, compreendi que devia usar a narrativa na construção do tempo narrado. Pois, segundo o autor “a história revela uma primeira vez a sua capacidade criadora de refiguração do

tempo pela invenção e pelo uso de certos *instrumentos de pensamento* tais como, o calendário, a ideia de sequencia das gerações [...] e, sobretudo, pelo recurso a arquivos, documentos e vestígios". (RICOEUR, 2012, p. 176. *Grifos do autor*). Para ele, um enredo histórico nunca é dedutível ou previsível. Por se basear na inteligência poética a narrativa traz uma dimensão diferente da linguagem puramente descritiva. Nesse sentido, a narrativa demonstra a função poética da história e trabalha para a solução das incertezas deixadas pelo correr do tempo. E segundo Ricouer (2012) no final de um trabalho reflexivo, quando as aporias do tempo encontram uma acomodação na narrativa, a consciência histórica, sem indagar sobre a significância ou condições de possibilidades, vai compreender que os recursos utilizados serão meros instrumentos de pensamento. O historiador fará uso dos conectores do tempo vivido e do tempo universal para refiguração do tempo histórico (RICOEUR, 2012, p. 177).

Neste pensamento, as fortes lembranças que fervilham em minha memória, somadas ao enorme sentimento de pertencimento, bem como as falas de pessoas conhecidas, documentos e arquivos da própria escola, transformaram-se em subsídios inspiradores para a construção do tempo histórico da narrativa que se iniciava. Assim, “A história de minha formação, a história de minha relação afetiva, a história de minha relação ao trabalho, [...] a história de meus projetos, a história de minha criatividade” (JOSSO, 2004, p.54) estava ali, e se tornaram experiência de formação. O que era forte em mim passou a contribuir com minha investigação científica.

Entretanto, este passado sozinho não explicava como surgiu aquela escola em um lugar que era apenas um distrito, haja vista que o Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira foi instituído em Ouvidor-GO no ano de 1949, enquanto o município só foi criado em 1953. E, mais curioso ainda, ele só foi institucionalizado muitos anos depois. Minhas vivências ou as de minha família são incapazes de, sozinhas, desvelarem as relações políticas e sociais rumo à compreensão do que este grupo escolar representou para a vida das pessoas em termos formativos, e para a cidade de Ouvidor/Goiás no processo de criação do município.

Nesse contexto, outras fontes, além das escritas, precisam preencher lacunas obscuras nessas indagações que se apresentam. É essencial conversar com as pessoas. Nessa direção, a coleta de narrativas surge como estratégia de estudo para dar voz ao passado no tempo presente dessa construção histórica. Collins (2000) explica que as pesquisas interpretadas no contexto de seu enraizamento micro situacionais oferecem um retrato mais acurado da realidade social. Da mesma forma, Jacques Revel (1998) observou modelos gerais das concepções de ciência instaladas no fazer

científico e percebeu que eles não mais davam conta de compreender a complexidade do todo sem o exercício de uma análise mais qualitativa e exaustiva das partes¹⁴.

Conforme Santos (2006), quando diz que, compreender o espaço se funda na dialética e no entendimento da sociedade como totalidade, finalmente percebi o meu lugar, o espaço que as pessoas e outras fontes ocupavam na pesquisa. O autor ressalta que o espaço é indissociável da sociedade e afirma que:

O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas [...] A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenómeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem [...] É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. (SANTOS, 2006, p.35-36).

Para o mesmo autor, no espaço do homem “o mundo depende das virtualidades do Lugar” (SANTOS, 2005, p. 158). Assim, “Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social”. (SANTOS, 1996, p. 167). Tudo isso me inspirou à busca das virtualidades naturais entre as relações do Grupo Escolar e Ouvidor. Desta feita, ao me posicionar entre os achados do meu percurso, as narrativas e entrevistas elucidaram as relações, as tensões, as personalidades. Mostraram que o envolvimento e a contribuição das pessoas para a pesquisa era fruto do que viveram no passado. E que foram significativas para a permanência do referido Grupo Escolar, assim como tornou-se evidente no percurso da investigação que este Grupo Escolar esteve significativamente presente nas histórias de vida das pessoas do município de Ouvidor.

A pesquisa

No primeiro Grupo Escolar de Ouvidor pessoas transformaram seu futuro por meio da oportunidade que se fez ao alcance em um povoado, antes, sem alternativas. O professor Abílio, por exemplo, foi autodidata provavelmente por não haver escolas nem professores da rede pública na região. “Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação

¹⁴ Para mais esclarecimentos, sugiro a obra organizada por Jacques Revel (1998): “Jogos de Escalas: a experiência da microanálise”.

entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. (SANTOS, 2006, p. 158).

Percebo na narrativa poética de Magda Soares a elucidação de minhas tensões amadoras: “olho para trás, observo o bordado, tento adivinhar o segredo do risco. Então vejo que não é um risco harmonioso, de um bordado em que cada forma se vai acrescentando à anterior e a ela se ajustando. Há cortes bruscos de linha...” (SOARES, 1999, p. 31). A pesquisa precisa preencher e esclarecer os cortes destas linhas, os atores existem e o leitor aguarda seu momento de entrar em cena. Segundo Ricoeur (1994, p. 86), “Uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir¹⁵”.

As fontes não falam por si só, as fontes são o único elo que nos liga ao passado, são a representação do passado, mas, ao serem explicitadas, analisadas e interpretadas, ganham lugar no presente. Ragazzini (1999, p. 2) afirma que a fonte “[...] é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação [...] provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada”. Ele explica que a pesquisa é inscrita em produção teórica do presente, relacionada com as fontes, e estas, por sua vez, permitem ao historiador confirmar, contestar ou aprofundar a sua investigação, porque “a fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos”. (RAGAZZINI, 1999, p. 2). Para ele, a ponte entre o presente e o passado, o alicerce fundamental da pesquisa, depende da relação entre o historiador e as fontes. Ele diz que, “adquire a sua estabilidade à medida que estabelece um balanceamento adequado entre a sua localização, a leitura e o emprego das fontes [...] a construção e o uso dos esquemas interpretativos.” (RAGAZZINI, 1999, p. 15). No mesmo sentido, Orso (2013, p. 34) afirma que a aproximação com o passado através das fontes “amplia as possibilidades de compreensão da História da Educação e da própria história, na medida em que se relacionam com a totalidade social de cada momento.” Para o estudioso, “Não há outro modo de recuperar e reconstruir a história senão por meio das fontes, quaisquer que sejam.” (ORSO, 2013, p.34-35).

Com estas reflexões, iniciei o trabalho de manuseio dos documentos escritos encontrados na escola e as entrevistas com pessoas envolvidas com o Grupo Escolar de Ouvidor-GO. Assim, formulamos o seguinte objetivo geral da pesquisa: conhecer a história da constituição do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor – GO, no período de 1949 a 1971.

¹⁵ Aqui “Obra” nos remete a um sentido ambíguo: tanto pode ser os resultados desta pesquisa dada a leitores do presente e do futuro, como a mudança do lugar no passado, por causa da implantação do grupo.

Definido o objetivo geral, estabeleci como problema de pesquisa: Como se constitui o primeiro grupo escolar do município de Ouvidor-GO, de 1949 a 1971? Para responder a este problema, derivaram os seguintes objetivos específicos:

- Percorrer o processo criador dos grupos escolares no Brasil, Goiás, e na cidade de Ouvidor, e, analisar a sua representação arquitetônica diante dos objetivos de modernidade do período republicano;
- Desvelar a importância da criação dos grupos escolares em Goiás inserida nas adversidades políticas durante o processo de institucionalização do GE de Ouvidor e suas implicações para a educação de massas.
- Relacionar a formação política educacional e social do Município de Ouvidor à história da estrada de ferro no sudeste goiano.
- Compreender o processo de institucionalização do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira no percurso da formação da cidade e da escolarização de seus habitantes.
- Conhecer a sistematização do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor de 1949.

Encaminhando as discussões teóricas

Justino Pereira Magalhães (2004) considera três aspectos nestes estudos: a materialidade, a representação e a apropriação.

Por materialidade, se está entendendo a escola instalada (o instituído) em sua visibilidade mais imediata, envolvendo as condições físicas no seu aspecto arquitetônico (o prédio) com seus equipamentos, incluindo o material didático, e sua estrutura organizacional [...] O suporte físico das práticas educativas. A representação traduziria o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição (memórias), a bibliografia selecionada, a prefiguração (planejamento) [...] A apropriação por sua vez corresponderia à materialidade-conteúdo em ato, compreendendo as práticas pedagógicas [...] Definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos de vida [...] Assim, será necessário, na análise das instituições, correlacioná-las com as condições sociais nas quais emergiram segundo contextos históricos-geográficos determinados [...] A busca de informações sobre o alunado será, pois, um elemento importante na reconstrução histórica das instituições escolares, [...] Além de ajudar na definição do perfil institucional, trará, também, indicações importantes sobre sua relevância social. (MAGALHÃES, 2004, p.133-169),

Saviani (2007) mostra como a arquitetura do prédio em si, a tradição revivida pelas memórias, os documentos de arquivos e as ações presentes no tempo pesquisado são elementos básicos para a reconstrução da história de uma instituição.

A existência da instituição escolar pode ser atualizada pelas memórias que sobreviveram ao tempo. Para Le Goff (1990, p. 423), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas”. Esta investigação busca tanto nas fontes escritas sobre o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, quanto nas orais, colhidas por entrevistas, pelas memórias perspectivadas historicamente sobre a constituição deste Grupo Escolar.

Conforme Nosella e Buffa (2009), a dialética entre o particular e o geral é elemento indispensável para os estudos das instituições escolares: “a dialética vê a história movimentar-se num processo contínuo de lutas, onde a tese não “brinca” de se compor com antítese, mas quer eliminá-la. Do futuro pode-se prever muita luta, não o resultado”. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.82. *Grifos dos autores*). Através dela, vê-se a forma pela qual a sociedade produziu a sua existência. Por certo, isso não se deu abstratamente pela escola ou pela sociedade, mas, pela relação constitutiva entre elas. Eles explicam que “dialética não é uma relação mecânica que descortina, para além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade). Ao contrário, é uma condição recíproca de existência” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 79).

A opção aqui é buscar as relações complexas entre o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira e a cidade de Ouvidor-GO, conforme nos indicam Nossella e Buffa, ou seja, “como uma determinada sociedade foi condição para criação e desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela”. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 80).

Buffa (2002) esclarece que:

A pesquisa acerca das instituições escolares é uma forma de estudar a história e a filosofia da educação brasileira, na medida em que as instituições que compõem os sistemas escolares estão impregnadas pelos valores de cada época. A pesquisa em história das instituições escolares tem como vantagem a possibilidade de “superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia.” (BUFFA, 2002, p. 25-26. *Grifos do autor*).

Ao estudar uma instituição escolar é necessário correlacioná-la com as condições sociais nas quais emerge o seu contexto histórico-geográfico. Estudá-la em termos historiográficos implica retomar documentos, textos, memórias, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir

a história como um todo, e, dessa forma, partir do particular para alcançar o geral. No artigo “História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas”, ao falar das questões da terminologia, teoria e metodologia de pesquisa sobre as instituições escolares, Gatti Júnior (2002) cita as categorias elencadas por Magalhães (1998)¹⁶ e conclui que, a partir dessas categorias, os procedimentos investigativos dão conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo. Ele explica que a investigação sobre aquilo que se passa no interior das escolas gera um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem. E é por meio da busca da apreensão daqueles elementos que se confere identidade à instituição educacional, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos (GATTI JÚNIOR, 2002, p.184).

No mesmo sentido, Clandinin e Connelly (2011) afirmam que as narrativas, tanto escritas quanto orais, no contexto/mundo das instituições escolares apreendem dimensões cotidianas da vida institucional. Os autores concordam que partilhar essas trajetórias nos dá uma ideia de como os seres humanos experimentam o mundo dentro de suas relações consigo e com o meio em que habitam, pressupondo que a educação é a construção e a reconstrução de histórias pessoais e sociais (CLANDININ; CONNELLY, 2011). Os autores explicam que os seres humanos além de contadores de histórias de si são personagens nas histórias dos outros. Poderíamos dizer também que os seres humanos não só contam suas histórias, como também as escrevem, sendo um modo de registrarem a memória dos acontecimentos. Assim, não é diferente quando se referem a uma instituição escolar. Os autores dizem também que "pesquisadores narrativos são sempre fortemente autobiográficos. Nossos interesses de pesquisa provêm de nossas próprias histórias e dão forma ao nosso enredo de investigação narrativa" (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 165).

Muitas vezes, é no dia a dia que os historiadores encontram a chave para o entendimento do conhecimento histórico produzido pelos indivíduos nas relações sociais. Sobretudo, num ramo da história em que as experiências de vida são fundamentais para a compreensão da mesma. Rosental (1998) propõe uma redução de escala de análise para a valorização de uma descrição da “realidade social” mais detalhada e uma maior exploração do objeto de estudo. A redução da escala, segundo Revel (1998), permite, por um lado, que as experiências individuais, concretas e locais ganhem relevo e relação com o global. Segundo (ROSENTAL, 1998, p.152), a pretensão é “chegar a

¹⁶ - Espaço (local/lugar, edifício, topografia); – Tempo (calendário, horário, agenda antropológica); – Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou racionalidade da prática); – Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem — tempo, lugar e ação); – Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização)

conclusões historiográficas de alcance geral”, já que o método pretende estabelecer uma rede de relações, articulando o micro e o global.

Para entender e descrever o processo de criação do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor, e, por extensão, para entender a história local de Ouvidor-GO, busquei também entender aspectos mais gerais da história da educação brasileira, especialmente da formação de Grupos escolares no Brasil.

Assim, nesta pesquisa histórica produzimos três fontes narrativas que nos auxiliaram a fazer a relação entre o particular e o geral na compreensão da constituição histórica do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira: as primárias, referentes ao que encontramos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira; as orais, que foram aquelas colhidas por meio de entrevistas; e as secundárias, que se referem aos livros, textos, teses que tratam do tema. Nesse sentido, cabe ressaltar a contribuição de Paul Ricoeur que apresenta a ideia de referência metafórica¹⁷, que, com a sua função mimética, paraleliza o problema em sentido análogo suavizando e poetizando a história.

Assim a escrita narrativa por meio de metáfora constitui em substituição da palavra por outra de sentido análogo e a comparação torna-se poetizada e pode conferir leveza ao tema.

Aspectos metodológicos

Defini o caráter geral construtivo-interpretativo desta pesquisa a partir das escolhas que até agora realizei, por se tratar de um estudo qualitativo de caráter indutivo-descritivo. Segundo Rey (2010), esse caráter limita “o desenvolvimento de modelos teóricos sobre a informação produzida que nos permitam visibilidade sobre um nível ontológico não acessível à observação imediata através da construção teórica de sentidos subjetivos e de configurações subjetivas envolvidas”. (REY, 2010, p. 116). Ou seja, a subjetividade não aparece de forma direta, mas nos diversos tipos de expressão dos sujeitos ou nas significações a ela atribuídas. O autor ressalta que o “caráter ativo do pesquisador, sua responsabilidade intelectual pela construção teórica resultante da pesquisa [...] representa uma síntese teórica em processo permanente a ser desenvolvida pelo pesquisador em sua trajetória pelo momento empírico” (REY, 2010, p. 116). Conforme o autor,

Quando afirmamos o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, desejamos enfatizar que o conhecimento é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento (REY, 2010, p.6).

¹⁷ Ricoeur, (2000) afirma que a visão aristotélica sobre a metáfora tem três conceitos principais que são inerentes a ela, **o desvio, o empréstimo e a substituição**. Baseada nesta afirmação, utilizei a palavra “bordado” metaforicamente nesse estudo para substituir as interrupções das memórias que se completam com outras fontes.

Como já foi dito nas páginas iniciais, nesta pesquisa histórica utilizei memórias, histórias compartilhadas, documentos escritos e infográficos, tais como as fotografias. Também utilizei outros elementos gráfico-visuais como o desenho da planta baixa do prédio da escola pesquisada, a consulta ou construção de diversos gráficos estatísticos, que ajudaram na elucidação do estudo. A opção pelo uso de técnicas variadas foi facilitadora para a clareza diante da pretensão de reescrever a história institucional do primeiro grupo escolar do município de Ouvidor, o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Conforme Zago (2003), quando adotamos a entrevista em profundidade, as mesmas não precisam ser numerosas. Em consonância com esta ideia, foram entrevistados dois participantes para cada categoria escolhida. Foram adotados recursos tecnológicos audiovisuais e gravações para registrar as entrevistas.

As fontes escritas são diversas e foram encontradas em lugares distintos, dentro e fora da Escola. As legislações pertinentes ao recorte temporal estudado nos informam sobre a estrutura e organização do ensino no grupo escolar de Ouvidor. A iconografia, como uma narrativa fotográfica, também já é parte do acervo encontrado, e as fotografias que possuo serviram de base para a confrontação das fontes. Para Demartini (2000, p.72), “a diversidade de fontes, compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens, torna-se fundamental, especialmente para a riqueza que a complementariedade entre as mesmas pode permitir”.

Diante da pesquisa narrativa, Clandinin e Connelly (2011, p.85) consideram que os termos narrativos “são pessoais e sociais, (interação); do passado, do presente e do futuro (continuidade); assim, combinados à noção de lugar (situação)”.

Assim, o principal foco metodológico da pesquisa se pauta no enfoque narrativo-qualitativo. Recorri a Bardin (2009), que explora o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens. Elas são indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção, formando o componente essencial para a análise dos conteúdos apurados. O autor explica a categorização como um facilitador para a interpretação de resultados apurados pela investigação. Ele afirma que categorias é a passagem dos “dados brutos” já coletados para “dados organizados” e que essas categorias podem ser classificadas por critérios escolhidos pelo pesquisador almejando alguma forma de diferenciação entre os conteúdos apurados.

Bauer (2002) esclarece que toda pesquisa com entrevistas se trata de um processo social de interação que objetiva a melhoria dessa cooperação. O autor também aborda um enfoque multimétodo que, no caso, seria o uso da entrevista individual e grupal. Segundo o mesmo, usar uma modalidade de técnicas concomitantes ou sequenciais pode ajudar a descobrir dimensões desviantes do fenômeno. Para ele, os diferentes pontos de vista podem produzir alguns elementos que não se ajustam a uma teoria ou modelo. Assim, velhas teorias são modificadas ou novas teorias são desenvolvidas. Foi desse modo que decidi recorrer a esta habilidade: utilizei na realização e na interpretação das entrevistas os dados qualitativos para enriquecer e iluminar os resultados dos métodos quantitativos e vice-versa. Para tal, além das entrevistas individuais em pelo menos três oportunidades realizei entrevistas grupais. A entrevista individual pode explorar em profundidade o mundo da vida do indivíduo. E, no nosso caso, provocou muita emoção, ansiedade e até choro de uma de nossas entrevistadas. Assim, pudemos recorrer à entrevista grupal e por elas exploramos os processos de consenso e divergência, e distanciarmos do aspecto do envolvimento pessoal (BAUER, 2002, p. 78).

Escolhi as entrevistas semiestruturadas para os padrões individuais, que, segundo esse mesmo autor, é uma modalidade pertinente “quando o tópico se refere a: experiências individuais detalhadas, escolhas e biografias pessoais” (BAUER, 2002, p. 78). Mas, como a investigação pretende “observar os processos de divergência, explorar aspectos de atitudes, opiniões e comportamentos”, o uso da entrevista grupal se fez necessário. Afinal, “na situação grupal, a partilha e o contraste de experiências constrói um quadro de interesses e preocupações comuns que, em parte, é experienciada por todos, são raramente articuladas por um único indivíduo” (BAUER, 2002, p. 78).

O conteúdo obtido das histórias de vida dos ex-professores, ex-alunos e pessoas da comunidade presentes na história do Grupo Escolar de Ouvidor proporcionou o caminho à reconstrução histórica do processo de criação da primeira escola de Ouvidor. Porém, as narrativas tanto podem ser o fenômeno que se investiga, como o método de investigação. Por isso, é igualmente correto falar de “investigação sobre a narrativa” ou de “investigação narrativa”. Narrativa pode ser tanto o nome da qualidade que estrutura a experiência a ser estudada, como, também, o nome dos padrões de investigação que vão ser utilizados para seu estudo (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Cunha pontua que:

As narrativas têm sido usadas como um instrumental de coleta de dados. Diz que se é verdade que o homem é um ser contador de histórias, a investigação de caráter qualitativo tem tido o mérito de explorar e organizar este potencial humano, produzindo conhecimento sistematizado através dele. É certo que o importante, na investigação, é ouvir a história do interpelado e para quem são dirigidas essas

questões investigatórias. Mas também é fundamental lembrar que em uma provocadora entrevista não diretiva disposta a reconstruir histórias, fatalmente haverá a interferência de quem ouve, especialmente na re-interpretação de significados, o que mostra que uma narrativa acaba sempre sendo um processo cultural, pois tanto depende de quem a produz como depende de para quem ela se destina. De alguma forma a investigação com o uso de narrativa pressupõe um processo coletivo de mútua explicação em que a vivência do investigador se imbrica na do investigado (CUNHA, 1997, p.182).

A pesquisa qualitativa é uma forma de estudo que visa um recorte temporal/espacial, e, no nosso caso, desde 1949 até 1971. O espaço de pesquisa é o Grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. “Ao considerar diferentes pontos de vista, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 14).

A pesquisa qualitativa envolve também a descrição de dados obtidos pelo pesquisador através do contato direto com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes diante dos fatos que os envolvem no contexto social. As suas raízes têm origem na fenomenologia, metodologia que apresenta diferentes variáveis investigativas. Variáveis estas que, segundo Bolívar (2002), aparecem na história oral de vida profissional dos atores da instituição pesquisada. Implicam uma autointerpretação sobre a identidade da organização com a qual mantiveram algum tipo de relação, e, nessa medida, permitem ao pesquisador, inserir de forma adequada a sua interpretação pessoal com base nas (auto) biografias narradas, rumo à descoberta da identidade da instituição educacional. Isto se dá não só pela existência das fontes oficiais, mas também pela identidade dos que ali estiveram em seu próprio trabalho. Afinal, os indivíduos constroem as narrativas em vista da organização e experiência da/na instituição (BOLÍVAR, 2002, p. 312).

Já Cunha (1997) entende as pesquisas como desconstrução/construção das próprias experiências do professor. A autora explica que o trabalho com narrativas se torna profundamente formativo e emancipador e afirma que a memória pedagógica é um excelente instrumento de pesquisa. Seria, portanto, um caso semelhante em minha pesquisa, já que, para reconstruir a história da identidade deste grupo escolar, seus antigos professores são os protagonistas das narrativas.

Bolívar (2014) esclarece que:

las organizaciones, como construcciones sociales, están constituídas por conjuntos de relatos colectivos, vividos y transmitidos que circulan en la cultura interior y en la imagen exterior. Las narrativas, como nudos estratégicos en la construcción del sentido comunitario, son los medios por los que se manifiesta la memoria

institucional, la historia y se constituye la identidad organizacional y professional (BOLÍVAR, 2014, p.330).

A realidade organizacional, ou a instituição escolar, está colada ao modo como os indivíduos a percebem, vivem ou expressam. Ao vivenciar uma instituição, o sujeito, seja ele quem for, manifesta, de alguma forma, o modo como ele a percebe. Mas esta percepção não se restringe ao que ela é, ou foi. O sujeito também a projeta quando expõe seu relato, seja um relato sobre si mesmo ou sobre uma determinada instituição. Conforme Clandinin e Conelly “o pensamento narrativo altera o que o observador observa [...] No pensamento narrativo, o contexto faz a diferença” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 57-60). Observei narrativamente o comportamento dos participantes da pesquisa no momento do relato das experiências, quando ouvi os ex-professores e os outros. Pensei nelas não como algo que acabou de acontecer, mas como uma expressão do que vem acontecendo ao longo do tempo, “Qualquer evento, ou coisa tem um passado, um presente, da forma como aparece para nós, é um futuro implícito.” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 63).

Ludke e André (1986) explicam que o registro escrito das observações e impressões diante das fontes é a forma mais frequentemente utilizada durante a pesquisa e sugerem que as anotações sejam feitas o mais próximo possível do evento ocorrido, garantindo assim a sua acuidade. Nesse sentido, optei pelos registros em *diários de bordo*, escritos em fichas no computador. Trabalho que realizei o mais rápido possível ao retornar para casa, auxiliada por breves comentários, geralmente feitos em campo em um bloquinho ou caderno, que foi descartado ao ser transcrito.

Por fim, ressalto que, para fundamentar o trabalho de pesquisa, além das entrevistas e do estudo dos autores supracitados, recorri à leitura de livros, teses, relatórios, revistas, *sites*, memórias, narrativas orais, narrativas escritas que versam sobre o assunto. Além disso, também recorri aos documentos do acervo da escola pesquisada, que englobam: primeiro livro de ata da instituição; atas e relatórios da escola (de 1949 a 1971); livros de matrículas e resultados escolares (1949 a 1971); documentos pessoais das pastas de funcionários; plantas baixas; fotografias; memorial da escola; atas de reunião de professores e políticos locais; diários; folha de pagamento de professores (acervo da Prefeitura Municipal de Ouvidor), entre outros - e à legislação pertinente: leis e decretos (de criação e alteração do nome da escola); leis e decretos estaduais e municipais; e LDB de 1971.

Entendi que a reconstrução histórica de uma entidade passava pelo crivo da prática investida na história como ciência, pois nas palavras de Aróstogui (2006) sem teoria não há avanço do conhecimento, assim a leitura do livro, *A pesquisa histórica. Teoria e método*, pode ajudar nas minhas fundamentações subjetivas e conclusivas. Ressalto a ideia do autor quando menciona “o

historiador ‘escreve’ a História, mas deve também teorizar sobre ela, quer dizer, refletir e descobrir fundamentos gerais a respeito da natureza do histórico e, além disso, sobre o alcance explicativo de seu próprio trabalho” (ARÓSTOGUI, 2006, p 24).

As Constituições Federais e a Educação Pública brasileira

Apesar de a Constituição Federal impor um conjunto de leis, normas e regras para todo o território brasileiro, a organização e o funcionamento dos Estados Federativos tiveram muita dificuldade para manter essa obrigatoriedade. Ao analisar estas dificuldades dentro do segmento educacional na Constituição de 1891, documento próximo à implantação do primeiro grupo escolar no Brasil, que acontecia dois anos depois, em 1893, já percebo que as limitações e contradições surgem como consequências da redação. Enquanto no texto do Artigo 35, parágrafo 3º, cita-se a incumbência do Congresso Nacional de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, em seguida, no mesmo artigo, evidencia-se a menção de que o ato não seria privativo. Assim, a União deixa um precedente que tacitamente coloca a obrigação do zelo pela instrução primária de seus respectivos moradores a cada um dos estados isoladamente. Diante desse precedente, as condições para a criação dos primeiros grupos escolares de cada federação demandaram boa arrecadação financeira, imposição esta que nem todo Estado teve condições de superar.

Saviani (2004) alerta que foram os estados que ficaram para enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a propagação das escolas primárias. Então, sob a responsabilidade de cada estado brasileiro, a escola primária é disseminada primeiramente nas regiões que melhor podiam oferecê-la, foi o caso estado de São Paulo, que inaugurou o novo modelo de ensino primário no Brasil, as escolas graduadas ou grupos escolares.

Em 1906, Minas Gerais, estado com fronteiras em Goiás, pela Lei João Pinheiro nº 439, de 28 de setembro deste ano, também aderiu ao modelo de grupos escolares, e assim construiu e implantou em Belo Horizonte o primeiro grupo escolar do Estado. O novo modelo de escola assumiu “tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço doméstico organizava-se e dava-se a ver” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24). Diante da proximidade com os goianos este olhar não se furtou à admiração e à influência da cultura dada pela educação renovada de Minas Gerais e se fez crescer no desejo deste povo a eles unido por diversos motivos.

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva (1975) em sua obra “Tradição e Renovação Educacional em Goiás” afirma que: “A lembrança de se tornar Minas Gerais como termo de comparação, apoia-se não só na vizinhança de fronteiras territoriais, mas igualmente e com mais força ainda nas raízes históricas de formação do povo mineiro e goiano” (SILVA, 1975, p. 94). Os costumes e tradições destes dois estados se assemelhavam.

No campo específico da educação “os goianos, por quase cem anos, valeram-se dos colégios mineiros” (SILVA, 1975, p. 95), sem contar a rota inevitável do viajante goiano que rumava à capital, Rio de Janeiro, e, neste movimento, era obrigatória a passagem por Minas Gerais. Isso reforçou um intercâmbio que, pelas forças das contingências, concorreu para uma simbiose vivencial, tornando natural que os goianos copiassem os métodos mineiros na educação, pois esse Estado tinha maior influência política e seu progresso se deu anterior ao estado de Goiás. A autora afirma que o mineiro “se encontrava numa posição de vantagens sobre o goiano – maior prosperidade econômica, vida cultural e intelectual mais expressiva, localização mais próxima dos grandes centros, dentre outras” (SILVA, 1975, p. 31).

José Carlos Souza Araújo, na pesquisa intitulada “A legislação escolar mineira e a ideia de educação nacional” (1880-1930), afirma que foi ainda no primeiro período republicano que Minas viu nascer as primeiras escolas urbanas - públicas e particulares, confessionais ou não. Ele explica que foi “nesse patamar histórico e ideológico que se assentam as instituições escolares urbanas nas cidades de Uberlândia, Uberaba e Araguari, situadas na região do Triângulo Mineiro” (ARAÚJO, 1997, p. 450). Assim, situados geograficamente ao lado do triângulo mineiro as autoridades goianas assistem e se deixam influenciar pelo avanço educacional de seus vizinhos.

Para Bretas (2007), a instituição do Grupo Escolar surgiu no estado de Goiás no momento em que “já era comum em outros estados da federação [...] foi o resultado natural da evolução do ensino primário no País. Nas capitais e cidades mais populosas existiam várias escolas isoladas [...] reunir todas as escolas de uma cidade [...] formando assim, um centro de ensino” (BRETAS, 1991, p. 504). Centro esse onde um só professor era capaz de ensinar para uma sala cheia de alunos. O autor continua a dizer que com “a penetração da estrada de ferro e do telégrafo no princípio do século, pelo sul do Estado através do Triângulo Mineiro, incrementa-se o intercâmbio de Goiás com os centros adiantados” (BRETAS, 2007, p. 507). O que favoreceu admirar em 1910 o Grupo Escolar de Araguari, pertinho do Rio Paranaíba, limite de Goiás com Minas Gerais.

Em todo país a difusão do ensino primário continuou entre leis e reformas, e foi assim que a União declarou, com a Constituição Federal de 1934, nova determinação dizendo no Art. 5.º, inciso

XIV, que competia privativamente à União traçar as diretrizes da educação nacional e fixar o plano nacional de educação, plano esse que devia ser compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, para exercer a organização e manutenção de sistemas educativos. Essa foi a primeira Constituição que destinou um espaço significativo à educação, contendo 17 artigos nessa direção. Era uma tentativa para unificar o programa educacional no Brasil com oportunidades iguais aos estados federativos.

De acordo com Sofia Lerche Vieira (2007), esse foi um momento rico para a educação, “Vários Estados deflagram reformas (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Cria-se o Ministério de Educação e Saúde (1930), sendo seu primeiro dirigente Francisco Campos, jurista e político mineiro” (VIEIRA. 2007, p.296).

A respeito do novo documento da Constituição Federal de 1937, a mesma autora afirma que “O velho preconceito contra o ensino público presente desde as origens de nossa história permanece arraigado no pensamento do legislador estado-novista” (VIEIRA, 2007, p. 298). Revela que a Lei nacional incentivou indiretamente o ensino vocacional e profissional e essa prioridade deixou uma omissão com relação às demais modalidades de ensino, o que fez cair por terra a gratuidade do ensino, e, embora esse precedente continuasse descrito no artigo 130 da Constituição Federal de 1937, a contradição se revelou na devida que, mesmo nas escolas públicas, os alunos deviam contribuir com a caixa escolar (VIEIRA, 2007, p. 298).

A queda da ditadura do Estado Novo, no final de 1945, afasta Vargas do poder, mas a ordem getulista se mantém. O presidente Eurico Gaspar Dutra assume o poder em janeiro de 1946, e em setembro do mesmo ano promulga a nova Constituição, que é orientada por princípios liberais e democráticos. Assim, os anos quarenta foram caracterizados por reformas educacionais que passam à história como as Leis Orgânicas do Ensino e regulam o ensino nacional até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/61). Mas foi José Linhares, presidente interino de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, que instituiu a regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Primário pelo Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que no artigo 2º definiu duas categorias para a educação: o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos, e o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos. Enquanto isso o estado de Goiás, pela sua Constituição estadual de 1947, afirmava a obediência às determinações dos artigos 157 e 158¹⁸ dessa Lei orgânica nacional. E como resultado,

¹⁸ Da Família, Educação e Cultura - Art. 157 – Além dos princípios gerais firmados na Constituição Federal, a Educação e a Cultura no Estado obedecerão também às normas estabelecidas nesta Constituição. Art. 158 – O Estado organizará o

vamos perceber a ênfase ao ensino supletivo. Este destaque ao ensino supletivo é citado pelo então Ministro da Educação, Raul Leitão¹⁹, na carta de exposição dos motivos para o presidente José Linhares.

Ao que parece esse esforço produziu bons resultados em Goiás, a difusão do ensino supletivo chegou inclusive a Ouvidor, cidade berço do nosso objeto de estudo, que na época era apenas um povoado de Catalão. No acervo documental da escola pesquisada, há registros de funcionamento de uma escola federal em Ouvidor, desde 1947. Enquanto os primeiros movimentos em direção à implantação do Grupo Escolar pesquisado aconteceram dois anos à frente.

Outra fonte revela também que o prédio onde, a partir de 1949, funcionou o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira não foi construído para este fim, mas para atender à exigência dos municípios de custear as suas escolas. E, muito embora a lei vigente já determinasse que os estados fossem responsáveis pela educação primária, à dimensão territorial das terras brasileiras podia viabilizar atrasos e diferenças entre um estado e outro na determinação de uma norma. João Alves de Castro, Secretário da Instrução em Goiás entre 1904-1907, tornou-se Presidente do estado em 1918 (https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Alves_de_Castro acesso em julho de 2014). Bretas (2007) também cita que João Alves de Castro afirmou que as leis não tiveram execução no que se refere à responsabilidade dos estados com a educação pública e desde então passou a reorganizar o ensino primário (BRETAS, 2007, p. 504).

Analisando dessa forma, quando li na primeira ata do grupo escolar pesquisado “hoje aos 7 dias do mês de abril de 1949, compareceu a esta casa de ensino o cidadão Diogenes Dolival Sampaio²⁰, deputado estadual” (Livro da 1ª ata de fundação: 07-04-1949. p.2.), ficou claro que o prédio da escola já existia no Distrito, o que foi reforçado em outro momento deste estudo, quando aparece o município de Catalão como responsável pela construção desse mesmo edifício. Construção que mais tarde se tornou a sede do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira,

seu sistema de ensino, atendendo às diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-08/constituicao-1947.pdf>, acesso em 21 de julho de 2015.

¹⁹ “Dá-se, também, como já o fazia, aliás, o estudo preliminar da Comissão Nacional de Ensino Primário, especial relevo ao ensino supletivo, ou seja, o destinado aos adolescentes e adultos analfabetos. Não será necessário insistir no alcance das medidas propostas, tão eloquentes, a respeito da situação do analfabetismo, são os índices apurados pelo último Recenseamento Nacional”. Trecho da carta do Ministro Raul Leitão ao então presidente José Linhares. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/le> acesso em 21 de julho de 2015.

²⁰ Deputado Estadual, Legislatura 1935-1937, eleito 6.º suplente do PSR, assume em 15 de abril de 1937. Prefeito de Catalão. Deputado Estadual, UDN, Constituinte e 1.ª Legislatura, 1947-1951. Compôs a Mesa Diretora: Presidente da Assembléia Legislativa, abril de 1948 a abril de 1949; Vice-Presidente, julho de 1947 a abril de 1948. Secretário de Estado do Interior e Justiça, governo Coimbra Bueno. Deputado Estadual, UDN, 2.ª Legislatura, 1951-1955. Disponível em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1614> acesso em 21 de julho de 2015.

implantado no Distrito de Ouvidor. Também ficou evidente a força política do visitante Diógenes Sampaio, político da região responsável por cristalizar as primeiras providências para a concretização do Grupo naquele povoado. Porém, a certeza que tive no início caiu por terra depois que percebi que o local da escola era o barracão que o professor Abílio abrigava a maioria dos estudantes do povoado. Só depois desta visita o prédio foi construído pela prefeitura, ou seja, em 1947 a escola isolada nº 01 e as aulas de Alfabetização de Adultos e adolescentes ainda funcionavam no barracão, diante dessas informações, pressupõe-se que o edifício do GE foi construído em Ouvidor entre 1947 a 1950.

Os achados da investigação levam a perceber que entre o prescrito e o instituído, entre o proposto e o efetivado ocorreram lacunas que relativizaram determinados discursos e oficializaram outros. Um exemplo é a presença desse ilustre líder político, o deputado Diógenes Sampaio, que foi digna de registro na ata que oficializou a implantação do Grupo Escolar. Também se faz presente relativo silêncio em relação às condições materiais objetivas em que a instituição iniciou as suas atividades, ou seja, em meio ao discurso oficial de criação de um GE, o barracão do professor Abílio é o que se manteve como locus da instrução do distrito, já que o ato de institucionalização fora uma mera encenação do lançamento da pedra fundamental de uma escola cuja sede só fora construída posteriormente. Cabe sinalizar que em 1949, a institucionalização do GE foi mais um discurso político do que realmente a chegada da escola graduada no local.

Contudo, essas dobras do discurso oficial reforça um dado do nosso objeto e percurso de pesquisa; o protagonismo do professor Abílio na condução e presença na escolarização no então Distrito de Ouvidor. E quem sabe marca também de forma camuflada a impossibilidade do distrito em cumprir com as exigências instituídas pelos ditames da legislação da época.

CAPÍTULO I: O PROCESSO CRIADOR DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL, EM GOIÁS E NA CIDADE DE OUVIDOR.

1.1 Dimensões teóricas da história dos grupos escolares no Brasil e a adoção por Goiás, passando por São Paulo e Minas Gerais.

Este capítulo desenha, em um estudo sinóptico, a trilha percorrida pela educação pública a partir do advento dos Grupos Escolares em busca de uma reconstituição sintetizada na história da educação brasileira e, de modo especial, em Goiás. Especificamente com o intuito de relacionar com a materialização do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira²¹. Grupo implantado em Catalão, no estado de Goiás, em um distrito chamado Ouvidor. A pesquisa se baliza em levantamento bibliográfico de teses, dissertações e livros publicados acerca da história da educação brasileira e passa pela arquitetura dos prédios que os abrigavam. Assim, almejou promover uma reflexão sobre as questões estruturais e construtivas, através da arquitetura e do urbanismo enquanto suporte para a transformação do espaço. A base dessa discussão é a evolução histórica das construções dos grupos escolares e o impacto causado por esses novos edifícios que despertou interesse e respeito pela instituição que eles representavam.

Aqui, relacionamos a história desta instituição escolar com a política, a cultura e o social engendrado no ideal da República, regime político que instituiu a partir de 1920, uma nova mentalidade sobre a educação. No pensamento de seus idealizadores, o novo sistema tiraria o país das trevas da ignorância e o conduziria a um progresso libertador por meio de uma reforma geral na educação pública. Sobre o assunto, Souza (1998) explica que: “a crença do poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con) formador dos indivíduos. [...] a educação foi atrelada a cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua Imprescindibilidade para a formação do cidadão”. (SOUZA, 1998, p.26).

Nesse contexto, a esperança na educação era tanta que a atribuição pelo atraso da sociedade brasileira era imposta unicamente à inexistência de políticas governamentais voltadas ao ensino público de qualidade e ao alcance de todos. Para os republicanos as inovações didático-pedagógicas almeçadas para o novo ensino primário seriam capazes de solucionar as mazelas que impediam o desenvolvimento econômico e todo o progresso nacional. Souza (1998, p. 24-26) explica que “nos

²¹ Nas fontes da época encontramos como nome oficial do grupo pesquisado “Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira” ou simplesmente “Grupo Pedro Ludovico”. Neste estudo usaremos os dois nomes da instituição.

projetos republicanos paulistas a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social.” Este ideal não surgiu por acaso, teve suas origens nos olhos atentos de alguns brasileiros sobre o avanço educacional alcançado em países europeus que haviam universalizado o ensino primário na forma de escolas graduadas e atingiam um índice de alfabetização de 80% a 90% das crianças com idade escolar. Enquanto no Brasil o quadro de analfabetos na mesma época correspondia a 82,6% da população, ou seja, havia quase 100% a mais de pessoas sem nenhuma formação escolar. “Esta situação só melhora no período entre 1890 a 1920 tendo uma tendência secular de queda do analfabetismo no Brasil” (IBGE, 1940). A Tendência alfabetizadora dos países considerados desenvolvidos na época também é ressaltada por Souza (1998), quando esclarece que a Inglaterra, na década de 1870, vivenciava um aspecto diferenciado por conta da composição do ensino primário nas escolas que adotaram as multissalas de aula, e a maioria das crianças que as frequentavam eram escolarizadas. E, ao final do século XIX, esta unidade organizacional era dominante na educação primária em outros países desenvolvidos.

No Brasil, as salas agrupadas e graduadas, retrato das multissalas praticadas no exterior, aparecem 23 anos após o processo ter iniciado na Inglaterra:

A criação dos grupos escolares surge, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular – uma entre várias medidas de reforma da instrução pública no estado de São Paulo, implementadas a partir de 1890 [...] ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade [...] Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas (SOUZA, 1998, p. 29).

O mérito atribuído unicamente à ação republicana, para os organizadores do livro “Outros Tempos, outras escolas”, com a intenção de buscar o desenvolvimento da nação pela educação, não teve início na República. Eles dizem que: “A ideia de se tornar moderno e se inserir no rol dos países ditos civilizados, fato este que não se iniciou na República, mas que tinha indícios no Brasil Imperial, portanto pela presença da escola, e esta deveria organizar, disciplinar e tornar civilizada a população”. (MIGNOT; SILVA; SILVA, 2014, p. 86). Segundo esse comentário, ao eleger o espaço escolar, especialmente a educação primária, como promoção do cidadão com o intuito de conduzir o Brasil à civilização e à modernidade, os republicanos se apropriaram de um segmento idealizado e não consumado, na prática, no regime anterior. As autoras supracitadas revelam pesquisas que afirmam que isso ocorreu no final do Império, e que já era um projeto educacional com intenção de buscar o desenvolvimento intelectual da nação difundindo a educação pública em favor do processo

civilizador e tomam como exemplo as chamadas “Escolas do imperador”²². Portanto, somos levados a crer que a escolarização percebida como necessária e com a intenção de promover um processo civilizador no Brasil não foi a partir de 1889 um projeto exclusivo. Mas, divergências à parte, pesquisar os caminhos percorridos pelo ensino primário no Brasil se tornou uma passagem obrigatória pelo projeto republicano de educação que culminou nos grupos escolares.

Institucionalizados no território nacional, os grupos escolares seguiam uma tendência difundida no mundo todo, sempre resguardando as particularidades de cada nação. Nessa conjuntura, as escolas reunidas passaram a ser a alma dos centros urbanos também no Brasil. Assim, para o combate à ignorância as escolas de primeiras letras existentes até então cedem lugar ao novo modelo de ensino, marcado por um jeito moderno e diferenciado, e entram em cena os grupos escolares.

Saviani (2008) explica a evolução das escolas isoladas nos centros urbanos, que se juntaram para a formação das escolas reunidas e, posteriormente, dos grupos escolares:

Na estrutura anterior, as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas, pelos grupos escolares. (SAVIANI, 2008, p. 172).

Nesse contexto, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo²³ de aprendizagem e surge, como consequência das transformações, a profissão do professor institucionalizada na figura feminina. Conforme Souza (1998, p. 29), “a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação”. Paralelo a essa oportunidade dada às mulheres, a inexistência de escolas preparatórias torna a demanda impossível de ser preenchida em todos os lugares. A consagração do arrojado projeto educacional republicano antes deste desafio encontrou obstáculos para além da falta de mão de obra qualificada. A primeira reforma da instrução pública, iniciada em São Paulo no período republicano, teve início em 1892, compreendendo dois cursos: o preliminar e o complementar²⁴. A primeira experiência do novo

²² Escolas públicas fundadas durante o Império, embora em número insuficientes para a demanda da época, sugerem que a sua criação nos estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Rio grande do norte precedem independentemente aos republicanos paulistas na criação dos grupos escolares. (MIGNOT, 2014, p. 82)

²³ O método intuitivo ou lições de coisas e o ensino concêntrico consistiram no núcleo principal da renovação pedagógica dos grupos escolares, fundamentada especialmente nas ideias de Pestalozzi e Froebel, e pressupunham uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral. (SOUZA, 2004)

²⁴ O curso preliminar era obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, ministrado por normalistas. O complementar, também com duração de quatro anos era destinado aos alunos habilitados no curso preliminar (SOUZA, 1998, p.42).

modelo aconteceu após importantes e bem fundamentadas investidas do deputado Gabriel Prestes, representante dos professores, que, por meio de defesa e 12 artigos sob o título “Ensino Público”, publicados no jornal “O Estado de São Paulo” (12/05/1892)²⁵, finalmente consegue junto aos outros idealistas a criação dos grupos escolares. São Paulo se antecipa ao plano geral de educação para adotar o novo método e reafirmar a República, pois a escola pública era o vínculo de suporte desse estado político do Brasil. (SOUZA, 1998, p. 42).

Para Faria Filho (2000, p. 31), “a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, mas como forma de reinventar a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais)”. Para ele, esta mudança também significava: “organizar o ensino, suas metodologias e conteúdo; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade.” (FARIA FILHO, 2000, p. 31). Para isso, uma figura até então desconhecida compõe o novo jeito de ensinar, o diretor. A obrigatoriedade da divisão do trabalho escolar nascia com um regimento próprio e regras convencionadas com o intuito de universalizar a cultura escolar na educação primária. Cópia do método intuitivo, surgido na Alemanha no final do século XVIII, a educação no Brasil vai ao encontro de uma reforma educacional e de formação de profissionais para garantia do sucesso dos grupos escolares. Nas palavras de Souza (1998, p. 79. *Grifos da autora*), “verifica-se desta forma, como, não apenas o diretor, mas os professores públicos tornaram-se *professores de toda a sociedade*, ensinando, especialmente, os valores morais e cívicos”.

A escola da República carecia, então, de inspecionar e garantir a sua eficácia. Para compor a divisão do trabalho na educação se criam os inspetores de ensino, diminuindo a autonomia do professor que antes laborava livre, sem horários fixos, manuais de orientação, livros de ponto ou submetidos a normas superiores. Nas escolas isoladas, cada mestre era senhor de suas escolhas pedagógicas para fiscalizar e produzir o conhecimento de seus alunos. Em 1897, começando por São Paulo, toda estrutura da educação primária brasileira foi modificada, “a inspeção passou a ser exercida por um inspetor geral, auxiliado por dez inspetores escolares. A fiscalização direta sobre as escolas estaduais recaiu sobre os delegados ou representantes das municipalidades” (SOUZA, 1998, p.83). E assim uma corporação técnica, até então inexistente, passa a “organizar e orientar o ensino

²⁵ Os doze artigos publicados no jornal se referiam aos debates em torno do projeto de lei da reforma da instrução pública do Estado de São Paulo. E estes expunham os pressupostos para as mudanças que desencadearam a criação dos grupos escolares.

primário quanto às questões pertinentes à metodização e a uniformização do ensino, conforme os modernos processos pedagógicos” (SOUZA, 1998, p. 83). Não demorou, no entanto, ser “desvirtuada de suas funções técnico–pedagógicas, assumindo funções burocráticas de administração e fiscalização do ensino” (SOUZA, 1998, p. 83).

A mesma autora explica que este novo método era: “uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existentes no Império” (SOUZA, 1998, p.26). A escola, que era restrita a alguns, agora pretendia dar acesso obrigatório a todas as crianças em idade escolar, independentemente da situação financeira da família ou de seus responsáveis. A educação escolar passou a ser generalizada e universalizada. Nesse contexto, Itu abria as portas de São Paulo aos estados do território brasileiro para a implantação de um ensino que, para Souza (1998, p. 29), “compreendia três elementos fundamentais: a classificação dos alunos, um plano de estudos e o emprego do tempo”.

A respeito do pioneirismo de São Paulo na criação dos Grupos escolares, Saviani (2008, p. 173) explica que: “deflagrado o processo a partir de 1893, ano que se iniciou a implantação das medidas instituídas pela reforma de 1892, os grupos escolares foram disseminando-se pelo estado de São Paulo”. Mais precisamente, Souza (1998) esclarece que, no período de 1890 a 1910, 23 grupos escolares foram implantados na capital paulista e, nas outras localidades do estado, eles chegaram a 63 unidades entre o período de 1894 e 1908.

Mas a história a respeito do primeiro Grupo Escolar que foi criado em 1893 no Brasil. Supostamente na cidade de Itu-São Paulo, traz nas suas entrelinhas memórias intrigantes e divergentes em alguns aspectos. A historiadora Fernanda Marçola afirma que “desde antes da Proclamação da República havia, entre os republicanos, um projeto para a educação que se implantaria por uma ampla reforma da instrução” (MARÇOLA, 2014, p.113). Efetivamente com a Proclamação da República, em 1889, o Brasil foi marcado por muitos outros ideais propagados por esse movimento republicano e atribui a Itu, “um cenário que repercutiu a consolidação do pensamento político liberal, presente desde 1842” (MARÇOLA, 2014, p.113).

No entanto, esta pesquisa se concentra mais especificamente nos acontecimentos da história da educação que, neste novo regime governamental, foi um projeto baseado em experiências de países mais desenvolvidos que, pela prática das escolas seriadas consideradas satisfatórias, foram capazes de reduzir os índices de analfabetismo e atingir uma melhor consciência cidadã.

A respeito deste projeto civilizador, Souza (2008, p. 36) ressalta que:

Educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. O desafio de construir a nação brasileira passava pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. Caberia à escola primária moldar o novo cidadão.

Porém, a reafirmação da escola como instituição fundamental para alcance das propostas neste plano revolucionário não aconteceu de imediato, ou seja, após a Proclamação da República, mesmo estando expresso na Constituição, no artigo 35, que a reforma do ensino público seria iniciativa e responsabilidade do Congresso Nacional. A implantação dos primeiros grupos escolares, que significou o meio das mudanças tão esperadas pelos brasileiros republicanos, deu-se pelas circunstâncias favoráveis no Estado de São Paulo. Um dos motivos que atraiu a expressão de que Itu foi o “berço da República”, a “Roma brasileira”, dado ao seu engajamento político e desenvolvimentista, segundo Marçola, (2014), foi a implantação próspera das primeiras escolas graduadas no Brasil, o que encantou a nação brasileira. Cesário Motta Junior, então secretário do Interior paulista, abriu espaço e provocou admiração nos outros estados com o sucesso alcançado pelos primeiros grupos escolares institucionalizados em Itu, o Grupo Cesário Motta e o Grupo Escolar Queiroz Telles. Estas escolas se tornaram cobiçadas por outros estados por representarem uma moderna forma para a educação pública da época. Foi neste contexto que gradativamente o modelo se disseminou pelo Brasil e fez com que cada Estado arcasse com a responsabilidade de buscar para seus territórios aquela novidade promissora.

No livro “Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada”, os autores confirmam que:

vários estados brasileiros buscaram implantar essa escola primária moderna ao longo da primeira República: em São Paulo em 1893, no Rio de Janeiro, em 1897; no Maranhão e no Paraná, em 1903; em Minas Gerais, em 1906; na Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina, em 1908, no Mato Grosso, em 1910, Sergipe, em 1911, no território do Acre, em 1915, na Paraíba em 1916, em Goiás, em 1918, e no Piauí em 1922 (SOUZA; ARAUJO; PINTO, 2012, p. 10).

A forma de organização da escola graduada classificava os alunos pelo seu nível de conhecimento. O edifício era próprio para funcionamento da escola com a reunião de várias salas. Pela primeira vez a distribuição do trabalho docente entre professores “preparados²⁶” foi, sem sombra de dúvidas, o diferencial que deu em tudo um toque de modernidade nas escolas. Isso

²⁶ Entre aspas porque o ideal da escola graduada era funcionar apenas com professores preparados para o exercício da função educativa formados pelas escolas de magistério e praticavam nas escolas modelos. Mas, a formação dos professores no Brasil não conseguiu atingir nem de longe o número suficiente para que os grupos escolares tivessem apenas professores graduados. Assim, o prático docente dos chamados professores leigos, ou seja, sem formação do magistério, perdurou e fez com que a legislação fosse revista e adaptada.

despertou interesse nos governantes e políticos em geral para a implantação de uma educação pública, que fazia sucesso em outros países e nunca antes foi experimentada no Brasil.

A responsabilidade com a educação recaiu sobre os estados. Sobre este fato Saviani (2008, p. 171) explica que: “O certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana”. Este projeto foi empreendido pelo Estado de São Paulo, especificamente na cidade de Itu, e tornou-se um modelo oficial para os outros estados brasileiros. Estabeleceram-se os modelos como passaporte para a criação do cidadão nacionalista²⁷ treinado por uma escola diferenciada daquelas até então existentes.

Essas escolas, segundo Saviani (2008), foram inspiradas em experiências internacionais. Vieram de países como Alemanha, Suíça e Estados Unidos como uma escolha da República para o desenvolvimento da cidadania e da educação da população brasileira. Mas, para Faria Filho (2000), o sistema foi criado não somente com a intenção de buscar a prosperidade nacional, mas, sobretudo, para ser utilizado como portador de uma política que “interessava em incorporar o povo à nação” (FARIA FILHO, 2000, p. 27).

Sobre isso, Marçola (2014, p. 39) esclarece que:

A reforma do ensino estava no centro do amplo projeto civilizador da República, onde a educação popular foi exaltada como necessidade política e social, dada a exigência de alfabetização para a participação política (eleições diretas), elemento que poderia integrar a nação ao grupo dos países mais adiantados [...] além de significar um projeto de controle da ordem social e valorização de costumes e da civilidade.

Consoante com este fator o Estado de São Paulo, em âmbitos legais, no dia 7 de agosto de 1893, deu início à ampla reforma da instrução pública. E em decorrência desta Lei, o Estado se tornava o primeiro a reunir várias escolas isoladas em torno de uma só instituição. Nesse contexto, surge o primeiro grupo escolar em território brasileiro. Ao reunir as escolas isoladas em um só prédio, em classes que possuíam um professor para cada série, o referido Estado pega a dianteira na implantação da modernidade na educação pública e se torna a expressão do projeto republicano na área de educação. Os republicanos paulistas assumem o projeto civilizador²⁸ que, nas palavras de

²⁷ Ideias republicanas de difundir o ensino no Brasil pela reunião das escolas isoladas, que representavam todo atraso advindo do Império, em um novo sistema padronizado de educação. (FARIA FILHO, 2000)

²⁸ O projeto civilizador da República é descrito por Souza (1998, p. 170-175): “Para além da instrução escolar, tinha objetivos de definir ao lado das ciências, do conteúdo enciclopédico, a formação do caráter, uma evocação à educação moral e cívica que atendessem aos ideais de civilização em massa, para trazer à luz, tirar das trevas da ignorância, o brasileiro que até então era aliado a uma educação religiosa. No ensino laico, o importante era o amor à pátria.”

Souza (1998) dá uma visão de que “a escola pública emerge sobre os sentidos dessa relação intrínseca – é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime; é a escola da República e para a república”. (SOUZA, 1998, p.25). A autora enfatiza que os próprios professores exaltavam o sentido de união entre o novo regime político e a educação popular. Nesse sentido, a autora destaca o discurso dos diretores dos primeiros grupos escolares implantados, que, em depoimento afirmativo, assumem que ensinar as crianças representava o início da prosperidade da nação e da verdadeira democracia. E assim, diz ela, a escola pública ganhou uma tarefa cívica, moral e instrumental. Os grupos passaram a ser escolas primárias diferenciadas em sua estrutura física, tanto na organização administrativa interna como nos métodos pedagógicos. Assim, a educação exigia pela primeira vez que seus professores fossem formados em escolas de magistério.

A promulgação da citada Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, foi o que aprovou no Estado de São Paulo a reunião das escolas em um só prédio, mas, um município com anterioridade absoluta, no início do ano de 1893, fez a reunião de escolas. Liderado pelo Liceu de Instrução Primária de Itu, o professorado de Itú-SP juntamente com o apoio da Câmara Municipal experimentou essa modernidade, mas essa “reunião de escolas feita a revelia da Inspeção do Ensino pública e do governo” (SOUZA, 1998, p. 93), sem aprovação legal e, portanto, negada pelo Estado, fez com que, nesse mesmo ano, as escolas em Itu voltassem a funcionar separadamente. Sabe-se que as motivações políticas muitas vezes foram a justificativa para a criação dos grupos escolares. A autora cita prioridades nas concessões em localidades que doavam terrenos ou donativos para a instalação das escolas.

Com a obrigação de seguir o modelo organizacional diferenciado de funcionamento nas escolas graduadas, a criação de uma escola modelo também passou a ser almejada pelos municípios e muitas vezes estas escolas eram confundidas com os grupos escolares por serem modelos de “treinamento”²⁹. Segundo Souza (1998, p. 53. *Grifos nossos*), “muitos municípios começaram a solicitar do governo “reunião de escolas” para a criação de uma escola-modelo na cidade”. Na verdade, esta confusão era sustentada pelo fato de que o método de ensino adotado para as escolas reunidas, que dariam origem aos grupos escolares, era testado e divulgado aos professores em uma escola-modelo situada geralmente ao lado de uma escola de magistério.

²⁹ Estas escolas modelos eram construídas ao lado das escolas Normais e tinham a função, além de treinar as futuras professoras dos grupos escolares, ser um modelo vivo para ser seguido em todos os outros grupos. (Estudei e participei desta formação no Grupo de Aplicação junto à escola Parque ou Centro de Formação de Professores Primários de Catalão, onde me formei no curso Normal).

Em Goiás surgiu a Lei nº 38, de 31 de julho de 1893. Primeira lei versando sobre o ensino e que foi sancionada pelo presidente do Estado, José Inácio Xavier de Brito. Essa Lei determinou que a instrução pública em Goiás fosse de dois graus, o primário e o secundário, este também na modalidade de ensino do curso normal, mas ambos subsidiados pelo Estado apenas na capital, ou seja, era responsabilidade dos municípios criar suas escolas primárias. (BRETAS, 1991, p. 343). Mas com as condições precárias do Estado esta realidade foi uma conquista demorada, conforme podemos perceber pelo relatório de Ramos Jubé, presidente interino de Goiás em 1917, que sobre a instrução primária ele próprio registrou,

Evidente que o povo goyano aspira evoluir e progredir acompanhando as outras Unidades da Federação. A instrução primária tem passado por diversas phases nesses últimos anos, ora se achando a cargo dos municípios, ora do Estado. [...] A Lei nº 527 de 7 de julho de 1916 que reorganiza a Instrução primária não pode ser ainda posta em execução, visto trazer aumento considerável de despesas para o Estado e não ter sido ainda regulamentada. (Mensagem ao Congresso Legislativo de Goiás em 13/05/1917 por Ramos Jubé).

Enquanto isso, nos lugares onde houve a criação dos grupos escolares, o método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo. Um professor se mostrava capaz de ensinar a uma sala inteira no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Estas mudanças refletiram na história da educação do país e durante muitos anos representaram uma simbologia de desenvolvimento, influenciando inclusive as escolas particulares, pois o novo método generalizou, no âmbito urbano, muitas práticas escolares, distinguindo um grupo social restrito - as elites intelectuais, políticas e econômicas. (SOUZA, 1996, p. 28).

Na obra intitulada “Templos de Civilização”, Souza (1996) busca as práticas e saberes escolares adotados pela escola graduada e assim contribui para a abertura do campo histórico e historiográfico destas instituições. Sua pesquisa incentivou a reflexão sobre a educação paulista e brasileira em fins do século XIX e início do XX, dando visibilidade à complexa transformação esperada com a institucionalização do modelo escolar já experimentado em países estrangeiros. Ao apresentar a criação dos Grupos escolares no estado de São Paulo (1890 a 1910), minuciosamente Rosa Fátima Souza elucida o seu significado amplo³⁰. Mostra a representação nacional das escolas graduadas que em primeiro lugar foram institucionalizadas neste estado da federação brasileira, tomando para si uma obrigação que supostamente seria do governo federal. Aspecto também observado por Marçola (2014), que explica que, tornando-se tema de pesquisas, “o pioneirismo dos

³⁰ Amplo no sentido de representar, além da evolução e mudança na política de valorização da escola pública brasileira, os grupos escolares, pois estes davam visibilidade à ação política do Estado e eram ferramentas importantes na propaganda do novo regime republicano.

grupos escolares na cidade de Itu, relacionado ao contexto da Primeira República, além de outras produções sobre a escola pública com enfoque histórico” (MARÇOLA, 2014, p. 19) foi reconhecido.

A reforma do ensino estava no centro do projeto civilizador da República. Acompanhando os acontecimentos políticos e sociais, Itu se destacou “por acontecimentos emblemáticos e plenos de significados para a história da República e do Brasil” (MARÇOLA, 2014, p. 31). Incluindo neste parâmetro o “campo educacional, com a implantação dos primeiros grupos escolares, como modelo de sistema de instrução pública em algumas cidades do Estado de São Paulo” (MARÇOLA, 2014, p.41). A autora menciona ainda o pioneirismo da reunião de escolas de Itu, em 1893, com o Grupo Escolar Queiroz Telles. Para Souza (1996), o tempo era de civilização e a nova forma de ensinar podia ser a dos “pilares da República”. À escola caberia a função de ensinar regras de comportamentos e desenvolver o caráter dos alunos. Procedimentos higiênicos, modos bem-educados, importância do trabalho e predisposição à abdicção de interesses individuais em razão de aspirações coletivas eram alguns dos ensinamentos que deviam complementar o ensinar a ler, escrever e contar nos espaços e tempos escolares. Desse modo, instrução e educação deviam caminhar juntas no processo de formação das crianças e, assim, os interesses que motivaram a defesa da intervenção educacional como um instrumento de remodelação social e consolidação do regime republicano ganhariam força na transformação social em vista do progresso da nação.

A implantação desta escola provocou um entusiasmo na sociedade da época, pois, além de satisfazer a necessidade de novas vagas escolares, dava resposta a um anseio de modernidade que identificava a massificação do ensino à prosperidade do país. Os idealizadores das reformas educacionais acreditavam que seria imprescindível a renovação do ensino primário para atingir a pretendida reforma social. Mas, o desejo republicano de legitimar o novo regime rompeu definitivamente com o Império, e teve a intenção de conduzir o país a um estágio comparável aos povos civilizados. Assim adotavam modelos educacionais considerados revolucionários, mas no trabalho de Rosa Fátima ela constata que os grupos escolares, mesmo adotando essas inovações educacionais, não conseguiram atingir a divulgada democratização do ensino.

Segundo Carvalho (1989, p. 23), após a proclamação da República a escola se tornou um marco para a instauração de uma nova ordem, na qual o saber e a cidadania ocupariam o lugar até então tomado pelo obscurantismo e a opressão. A autora revela que ao ser inaugurado o edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em 1894, na cidade de São Paulo, as palavras discursadas pelo protagonista que lhe emprestou o nome traduziam a “força de uma ideia elevada: a instrução do povo. Ponto culminante de nossa arquitetura, o edifício revelava a altura em que a República

colocou desde o início o problema da instrução”, (CARVALHO, 1989, p. 23), Para a autora, a referência medida entre o valor da instrução pública e a impressionante arquitetura do edifício, onde seriam preparados os futuros mestres do Brasil, daquele momento em diante, significava que: “A nobreza de suas linhas demonstrava a crença de que não haveria mais nobre profissão que aquela que se incumbia de preparar cidadãos para a sustentação, defesa e engrandecimento de uma pátria livre”. (CARVALHO, 1989, p. 24). Para os democratas, a escola normal seria um palácio da República onde seriam capacitados os “sacerdotes da religião do saber”.

A mesma autora explica a iniciativa dos partidários da República que ao mostrarem a importância das escolas do momento edificavam construções monumentais para exibir e constituir no imaginário coletivo a magnitude da mudança. Assim, os edifícios simbolizavam a “força de uma ideia elevada”: a instrução do povo. Esta grandeza iria reafirmar o desejo de respostas dos republicanos a uma sociedade carente de instrução, a escola era, portanto,

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo deveria ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava. (CARVALHO, 1989, p. 25)

No pensamento da pesquisadora e arquiteta Elizabeth Amorim de Castro, as construções destinadas às funções pedagógicas no Brasil passaram também a exercer um modelo consolidado a partir de 1894, quando foi inaugurada, na Capital paulista, a Escola Normal de São Paulo, composta pelo Curso Normal, duas escolas-modelos e jardim de infância. Ela afirma que “a construção materializou uma concepção pedagógica e seu edifício tornou-se um paradigma para os futuros grupos escolar e escolas normais paulistas”. (CASTRO, 2010, p.45). A autora atribui a grandeza física da obra ao fato de que as escolas graduadas estabeleciam uma sala para cada série, o que, somado a outros aspectos a serem considerados, fazia com que a edificação escolar exigisse um dimensionamento adequado para um número definido de alunos. Assim a imponência pretendida pelo impacto da construção destinada à educação, iniciou-se em muitas federações brasileiras pela escola normal como se pode ver nas fotografias abaixo.

Diante dessas afirmações, e voltando às palavras de Carvalho (1989), podemos atribuir uma autenticação visual dos dois raciocínios a partir da contemplação das duas imagens a seguir. A primeira foto, embora não seja panorâmica como a segunda, retrata uma dimensão total do edifício, como também revela a beleza da forma e da arquitetura arrojada de uma escola que se antepôs ao modelo que seria seguido nas construções do período áureo dos grupos escolares. Edificações que

implantaram um padrão diferenciado para se impor em espaços privilegiados nos centros urbanos e deram um visual de poder e prosperidade.



Foto 1: Escola Normal Caetano Campos, SP. Inaugurada em SP em 1894, hoje sede da Secretaria Municipal da Educação.

Fonte: <http://www.iecc.com.br/historias-caetanistas/259/sao-paulo-daquela-tempo-jorge-americano>.

Acesso em 10-12-2015.



Foto 2: O terceiro andar Escola Normal Caetano Campos foi construído em 1930.

* O edifício foi tombado como bem cultural do Estado e do Município de São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Abriga a SEE de SP desde 19 de fevereiro de 1979, na Praça da República, região central da cidade.

Fonte: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/orgaos>. Acesso em 10-12-2015.

Em Goiás, Ramos Jubé, em 1917, já previa que "a criação dos grupos escolares, como tem sido praticada nos Estados mais adiantados, muito virá contribuir para a difusão do ensino primário [...] Na cidade de Catalão já se cuida da fundação de um desses grupos". Mas, foi o anexo da escola Normal da capital (Foto 03 Liceu de Goiás) com a criação da Lei nº 631, que se transformou no primeiro grupo escolar instalado. Foi o resultado das adaptações do prédio desse Anexo da Escola Normal, que funcionava com dois professores, um para cada sexo, no mesmo prédio do Liceu, onde existia também a Escola Normal (BRETAS, 1991, p. 508).



Foto 03: Liceu de Goiás- Primeiro Grupo Escolar de Goiás.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/33783020> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

Em todas as federações brasileiras foram construídos os prédios que se destinaram a implantação do novo método de ensino geralmente precedido por uma escola normal que atendia a região. O ingresso dessas escolas de formação na região de Ouvidor, em Catalão - GO começou com o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, fundado em 1921, e em virtude da Lei nº 799, de 14 de agosto de 1925, teve sua primeira turma de normalistas em 1927.

Analisando e comparando a sua arquitetura, percebemos que ela é mais modesta em relação às mostradas pelas imagens anteriores, no entanto, o edifício transmitiu aos moradores do sudeste goiano um significado de austeridade e confiança que infelizmente³¹ poucos desfrutariam por conta da falta de recursos financeiros. E foi desse colégio que surgiu a oportunidade de formação dos primeiros professores da região.

O Colégio das Freiras como é conhecido na região, exclusivamente feminino, permaneceu por muitos anos a ocupar o lugar de destaque para formar futuras professoras destinadas ao ensino

³¹ Infelizmente, porque a região carecia imensamente de professores, mas a existência da escola normal não representou necessariamente o acesso garantido ao alcance de todos.

nos grupos escolares. Logo abaixo nas fotos 04 e 05 identificamos a primeira turma de normalistas e alguns alunos do ensino primário.

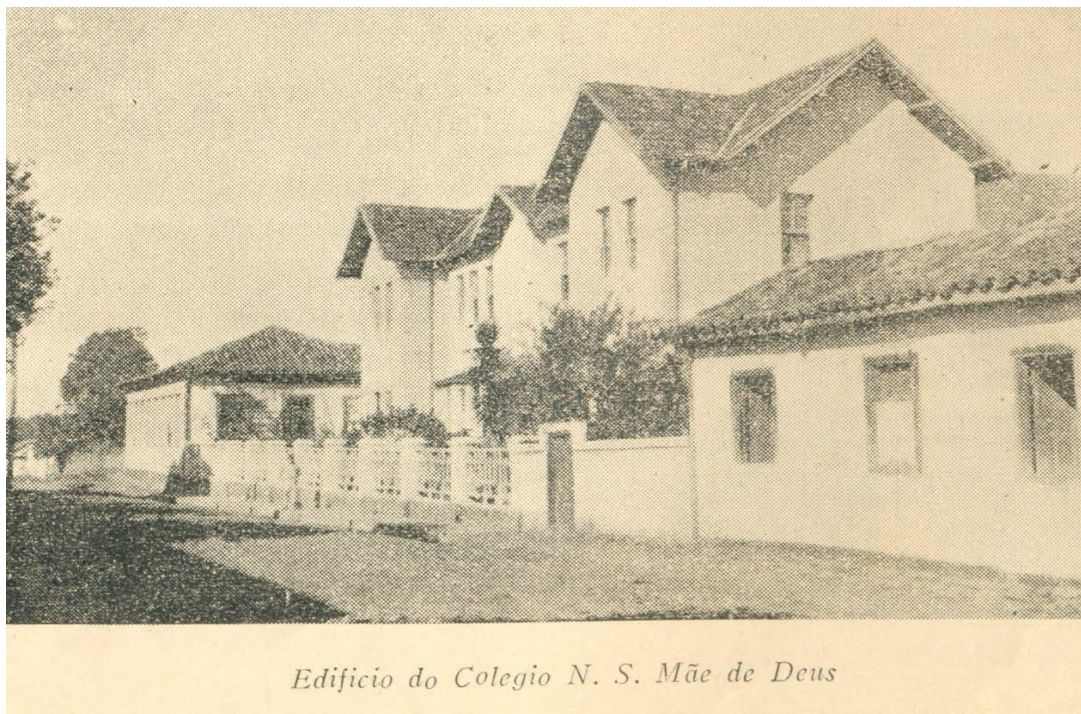


Foto 4: A arquitetura do colégio de formação de normalistas, situado na avenida de maior destaque da cidade de Catalão.

Fonte: Nosso Catalão: A história de Catalão em fatos e fotos. Alvin Netto. <http://nossocatalao.blogspot.com.br/2009/08/colégio-nossa-senhora-mae-de-deus.html>. Acesso dia 02 de maio de 2015.

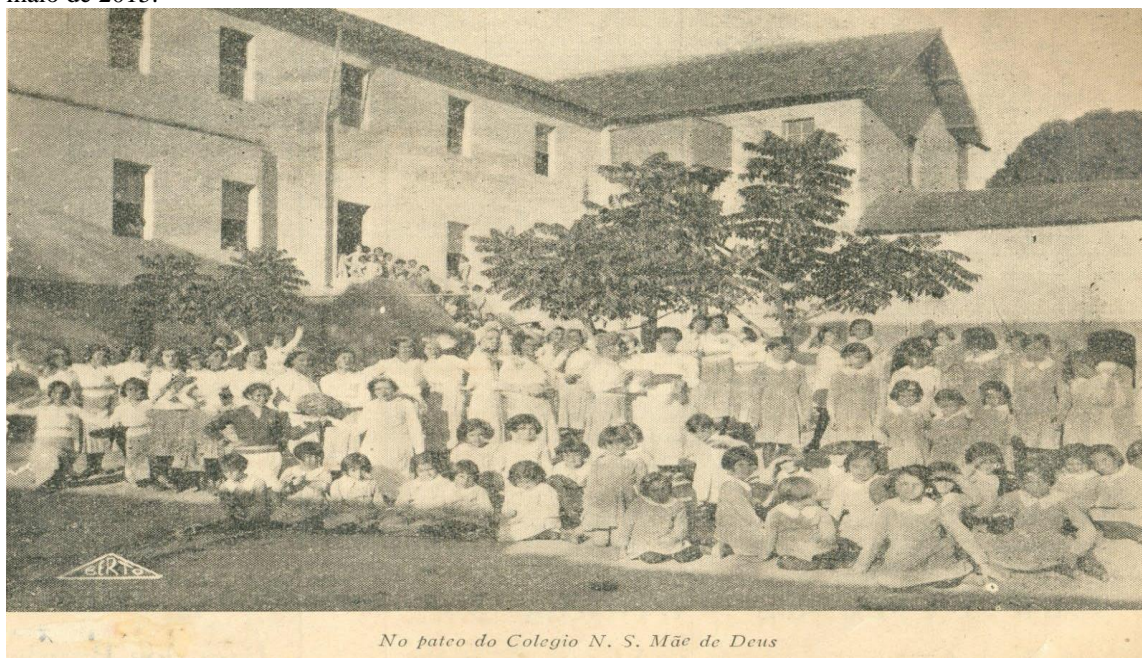


Foto 05 – Professores e alunos do grupo escolar do Colégio Mãe de deus em Catalão.

Fonte: <http://nossocatalao.blogspot.com.br/2009/08/colégio-nossa-senhora-mae-de-deus.html>
Acesso dia 26 de novembro de 2015.

As representações arquitetônicas no processo de modernização e constituição das disciplinas se inseriram no campo da arte e da estética. Mas, a crescente demanda social para além da sua função, exigiu da arquitetura uma ampliação de finalidade. A construção que já fazia parte da configuração dos espaços públicos de exercício e configuração de poder políticos, religioso e econômico, passou “a partir de então [...] a ter como foco prioritário nada menos do que a cidade, a cidade com todas as suas construções e espaços livres” (CONDURU, 2010, p.23). Este pensamento coaduna com a expectativa idealizada pelos republicanos em relação aos edifícios dos grupos escolares brasileiros. Neles, a arte e as técnicas modernas se uniram em prol da representatividade destas escolas.

1.2. A arquitetura como símbolo da modernidade e do desenvolvimento

Para a pesquisadora Elizabeth Amorim de Castro (2010) "a arquitetura dos grupos escolares no Brasil materializa a arte e técnica de construir espaços, de estabelecer ordem e limites, de atender a demandas específicas, de expressar valores e de simbolizar a importância que a educação representa no período" (CASTRO, 2010, p. 122). Assim a construção dos primeiros grupos escolares no Brasil priorizou os maiores centros urbanos e atendeu à necessidade social de escolarização primária e deu à educação um lugar de destaque. Um lugar construído com todos os privilégios possíveis e que era erguido especialmente para implantar esse sistema de educação em massa que já tinha sido testado com sucesso, nos países mais adiantados culturalmente.

Nas palavras de Conduru (2010), "não poucas vezes, a escola foi um símbolo de transformações e, como tal, ofereceu exemplos a serem seguidos, configurando-se como um dos edifícios que fomentaram mudanças no espaço urbano" (CONDURU. 2010; p. 24).

Para Castro (2010, p. 3), "o edifício escolar é um produto cultural histórica e geograficamente determinado, concebido a partir da teoria e da prática arquitetônica, estruturadas em princípios e conceitos, como uma resposta às demandas programáticas, pedagógicas, higienistas e sociais".

No âmbito da História da Educação são estabelecidas importantes relações entre a pedagogia e a sua materialização no espaço escolar. E, em se tratando dos grupos escolares, a sua visibilidade e ação política estavam atreladas aos ideais republicanos. Assim, a sua consagração implicou uma arquitetura diferenciada para afastar a simplicidade e a carência dos locais destinados à educação primária do Império.

Sobre isso, Souza (1998, p. 91) ressalta que:

Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial, com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. Não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com maior visibilidade política e social.

A partir desta conclusão e com a crescente demanda social, que redefinia o valor da ciência, do progresso e da civilização, a arquitetura encontrou suporte que ampliou seus objetivos no campo da arte para além da configuração dos espaços. Mignot, Silva e Silva (2014, p.24) afirmam que "o edifício escolar deveria responder às demandas programáticas específicas postas pelas novas ideias

educacionais”. Atualmente, estes suntuosos *palácios da República*³², os edifícios que abrigaram os grupos escolares pelo imenso território brasileiro, foram transformados em patrimônio cultural em muitas cidades. A sua importância histórica está no fato de podermos pensá-los como signos de mudança. Para Mignot, Silva e Silva (2014, p. 24-27), “muitas vezes, a questão simbólica precedeu as demais questões arquitetônicas a serem equacionadas”. Ou seja, os edifícios foram projetados para impressionar e trazer a mensagem republicana de que um novo tempo estava surgindo. Tempo de civilização e avanço. A arquitetura dos grupos escolares interessa não só aos arquitetos e educadores, mas, sobretudo, à população de modo geral, uma vez que estes espaços se constituem como patrimônio que precisa ser preservado, valorizado e estudado.

A professora Elizabeth Amorim de Castro, em sua tese de doutorado, procura compreender o significado implícito da imponência e esmero com que foram arquitetados os edifícios dos primeiros grupos escolares, principalmente no Estado do Paraná, e passando por muitos lugares no Brasil. Assim, ela chega à conclusão de que “nesta perspectiva, houve a necessidade de especialização do edifício escolar que, ao atender as novas necessidades pedagógicas e higienistas, estaria contribuindo para a educação, um dos fundamentos da modernidade.” (CASTRO, 2010, p. 123). Para estudar a arquitetura dos grupos escolares alguns aspectos foram considerados pela autora: *o programa arquitetônico de necessidades; a técnica construtiva; a ordenação espacial; e a linguagem formal ou plástica.*

No primeiro item – *o programa arquitetônico de necessidades* - a pesquisadora avalia que quanto à dimensão espacial dos grupos escolares, construídos com requinte e sendo enormes se comparados às escolas anteriores, os mesmos foram construídos para atender à demanda de todos os ambientes necessários à escola graduada. A figura do diretor, por exemplo, já requeria um lugar para suas atividades diárias. Assim como outras novidades pedagógicas, como a Educação Física. Para analisar *a técnica construtiva*, ela compara as formas como foi utilizado um conjunto de métodos e procedimentos de edificação de um grupo de materiais e diz que elas foram mais ou menos padronizadas de modo que a imagem de um grupo escolar fosse reconhecida por alguns traços arquitetônicos em comum. Por sua vez, *A ordenação espacial*, que foi cuidadosamente planejada na nova escola, atendia à organização e distribuição dos diferentes ambientes a partir de critérios de hierarquia e atividades de setorização. O que diz respeito à beleza e à representatividade de todos os conceitos de modernidade nos edifícios ficou por conta da *linguagem formal ou plástica.*

³² Expressão utilizada por Rosa de Fátima Souza em “Templos de Civilização”, 1998.

Podemos compreender um pouco mais este último item quando a autora explica o importante significado de modernidade estética, dizendo que,

Arte e técnica desse pensamento, a arquitetura escolar passou a simbolizá-lo e, em última instância, a expressar esse projeto político de modernização do País. Surgiram, então, edificações públicas destinadas ao ensino que refletiam os avanços da técnica construtiva e apresentavam uma linguagem estética diferenciada e imponente: o ecletismo. (CASTRO, 2010, p. 125).

O ecletismo na arquitetura, principalmente no século XIX, foi no Brasil uma tendência dentro do chamado academicismo, propagado pela Academia Imperial de Belas Artes e pela sua sucessora, a Escola Nacional de Belas Artes. Assim, o ensino arquitetônico acadêmico no Rio de Janeiro, que inicialmente privilegiou o neoclassicismo, mais tarde adotou o ecletismo de origem europeia. Segundo a professora mestre em arquitetura Jaqueline Pedone, na obra “O Espírito Eclético na Arquitetura”, no estilo Eclético,

A proposta de combinar elementos de arquitetura, compondo o edifício por meio de uma justa relação entre seus elementos estruturais funcionais e decorativos, desenvolveu a visão de arquitetura como ciência. Em busca de autonomia profissional e intelectual, os arquitetos perceberam que era preciso associar todos os condicionantes técnicos, e que o projeto deveria integrar as representações específicas da estrutura construtiva aos procedimentos de concepção. O projeto de arquitetura tornou-se um instrumento conceitual, tornou-se o meio de fazer, por antecipação, todas as descrições necessárias à edificação, passando a ser o documento de referência comum a todos os profissionais envolvidos na construção civil. (PEDONE, 2005, p.134).

Traduzindo esta arte para os grupos escolares, seus edifícios não seguiam normas rígidas de construção, já que o estilo da época era exatamente o ecletismo, uma mistura de estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica do presente. O termo arquitetura eclética é usado em referência aos estilos que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. Esse estilo introduziu o início das construções com ferro forjado e primou por fachadas rebuscadas. E, além do uso e mistura de estilos estéticos históricos, a arquitetura eclética de maneira geral se caracterizou pela simetria, busca de grandiosidade, rigorosa hierarquização dos espaços internos e riqueza decorativa³³.

³³ <https://arqnobrasil.wordpress.com/tag/arquitetura-eclética/> acesso em 01 de maio de 2015.

Com o objetivo de apresentar uma rápida visão do ecletismo adotado na edificação dos diversos grupos escolares no Brasil, três deles são apresentados pelas fotos 06, 07 e 08 logo a seguir. Foram construídos em 1897, 1907 e 1903, respectivamente, sendo o primeiro construído na cidade do Rio de Janeiro, o segundo em São Paulo, e o terceiro em Curitiba, Paraná.



Foto 6: Grupo Escolar Rio de Janeiro (1897).

Fonte: <http://image.slidesharecdn.com/gruposcolaresnobrasil-130813194925-phpapp01/95/grupos-escolares-no-brasil-6-638.jpg?cb=1376441414> acesso em 25 de março de 2015.



Foto 7 – Grupo Escolar Rodrigues Alves, SP.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Estadual_Rodrigues_Alves#/media/File:Grupo_Escolar_Rodrigues_Alves_01.JPG acesso em 25 de março de 2015.



Foto 8 – Grupo Escolar Dom Pedro II, Curitiba, PN -1903

Fonte: <http://curitibaspace.com.br/wp-content/uploads/2014/04/aAntigo-Grupo-Escolar-Dom-Pedro-II-curitiba-space.jpg> acesso em 25 de março de 2015.

Conforme o pensamento da pesquisadora Elizabeth Amorim de Castro (2010), a grande inovação em termos de espaço trazida pela escola graduada foi a exigência de uma sala de aula para cada série, que, associada às necessidades administrativas e lúdicas, ampliava a necessidade de um espaço maior. A partir desta observação, outros aspectos passaram a ser considerados, por exemplo, um edifício com muitas salas, com grande fluxo de circulação precisava incorporar simultaneamente critérios higiênicos e técnicos. Grandes e numerosas aberturas permitiam isolar e ventilar eficientemente para garantir a hierarquia e o ordenamento do espaço.

Castro (2010, p. 207) esclarece que:

Todas as sedes foram concebidas segundo os princípios da funcionalidade e da racionalidade exigidos, adequando-se às demandas pedagógicas e higienistas vigentes, no entanto teve em seu programa a exigência de materializar e simbolizar a importância da educação nesses primeiros anos republicanos.

Além de solidificar o modelo republicano previsto para a reforma da educação pública, a arquitetura dos grupos escolares visava à proteção da salubridade e investia em condições físicas para evitar a propagação de doenças e epidemias e, conseqüentemente, proporcionar o bem estar das pessoas. Esses elementos inseridos no discurso e na prática da produção arquitetônica e urbana resultavam na escolha de terrenos amplos que preferencialmente deveriam ocupar quadras inteiras.

Podemos ter uma discreta ideia do ecletismo pela versatilidade dos materiais e fachada apreciando a estrutura arquitetônica do grupo escolar de Uberlândia-MG, construído em 1932, e, logo a seguir, o Grupo Escola Oliveira Belo, edificado em 1922, em Curitiba-PR.



Foto 9 – Grupo Escolar Minas Gerais, Uberlândia – 1932.

Fonte: <http://gacetadotriangulo.com.br/tmp/wp-content/uploads/2014/11/hudi3.jpg> acesso em 30 de março de 2015.

Conforme já vimos, as construções, além de abrigarem professores, alunos e outros agentes sociais envolvidos no processo educativo possuíam uma arquitetura que participava ativamente das dinâmicas políticas e culturais desenvolvidas na escola. Para Mignot, Silva e Silva (2014, p. 26), “mais que simplesmente proteger as pessoas das intempéries e oferecer os espaços adequados às atividades escolares de acordo com as propostas pedagógicas a arquitetura escolar tem funcionado como elemento simbólico de outras concepções de educação e de urbanidade”. A opinião dos atores se diversifica na medida em que analisam e estudam a arquitetura dos grupos escolares. Porém são unânimes em concordar que a aparência geralmente suntuosa, desses edifícios, tinha a função de impressionar e dar credibilidade a nova educação brasileira. Assim, beneficiava o projeto modernizador que ganhava um forte aliado frente à opinião de massa pelo simples contato visual da escola graduada.

Mas, em Goiás, conforme ainda veremos, poucos edifícios escolares foram construídos com pompa. Além disso, outros problemas surgiram com força total, como a falta de recursos financeiros, o isolamento populacional e a imensidão territorial que dificultaram o alcance desta modernidade no coração do Brasil, em Goiás as primeiras manifestações de mudança ocorreu na capital. Chegou lentamente a outros lugares depois de muito esforço e grandes obstáculos.

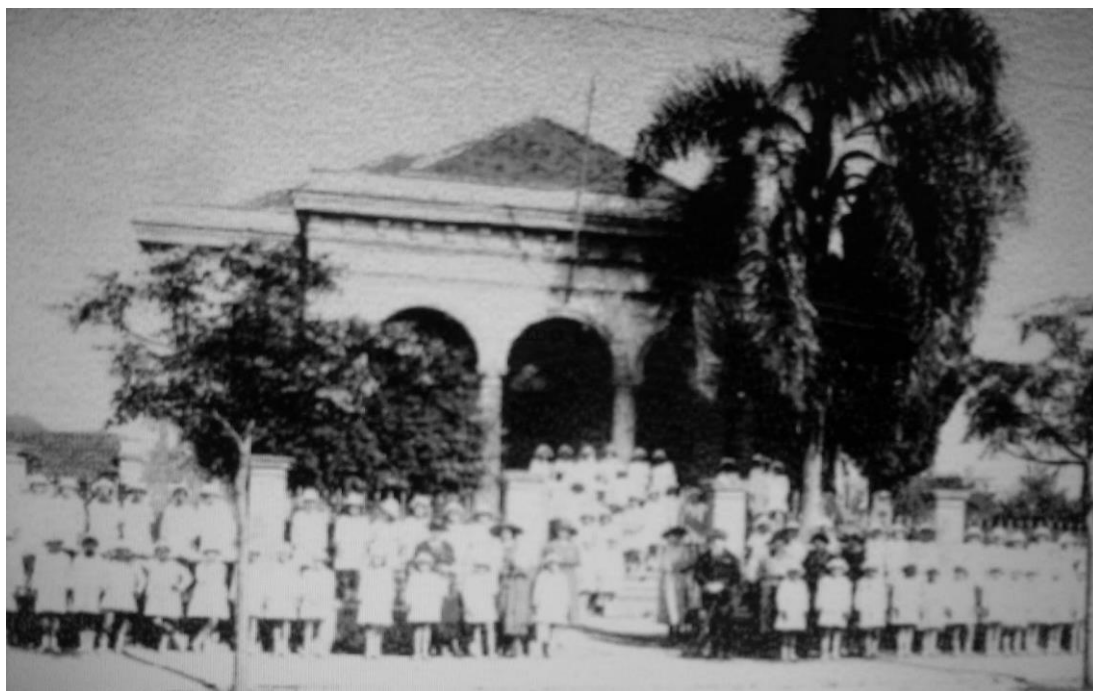


Foto 10 – - Fachada Do Edifício Do Grupo Escolar Oliveira Bello

Fonte: Coleção Lysímaco Ferreira da Costa – Fundo Casa da Memória Grupo Escolar Oliveira Bello, 1922. <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf> acesso em 26 de novembro de 2015.

CAPÍTULO II _ A DIFÍCIL AURORA³⁴ EDUCACIONAL DE GOIÁS: SINOPSE PATENTEADA A PARTIR DOS GRUPOS ESCOLARES

2.1. A criação dos grupos escolares em Goiás, as adversidades políticas e suas implicações para a educação em massa.

Este título tem o intuito de mostrar a complicada aurora educacional da educação pública primária do estado de Goiás, estado que foi determinado no artigo 1º da Constituição de 1891 como parte da Confederação da República dos Estados Unidos do Brasil. Para tanto, a pesquisa percorreu livros sobre a história da educação de Goiás, acervos documentais históricos, mensagens dos presidentes de Goiás em forma de relatórios, teses, dissertações, algumas leis e decretos. Autores como Bretas (1991), Nepumuceno (1994), Araújo e Souza (2012), Mignot, Silva e Silva (2014), Alves (2007), Palacín e Moraes (1991) contribuíram para a fundamentação do trabalho que se segue.

Vimos que o Brasil tomou como alicerce dos Estados Nacionais, desde o final do século XVIII, a consolidação da escola pública como processo civilizatório. Em Goiás, esta expectativa aconteceu de forma lenta e bastante complicada. Por ser um Estado brasileiro de muita extensão territorial, localizado na região Centro-Oeste, suas condições territoriais influíram negativamente na organização da instrução pública primária. Entre outras justificativas, a extensão territorial e a localização geográfica complicavam a comunicação interna e externa da época. E acarretou sérios problemas para a evolução geral na difusão da educação estadual. O fato de que a sua população era dispersa, poucas eram as regiões que continham número de pessoas suficiente para se criar um grupo escolar que exigia, no mínimo, 340 crianças com idade de 7 a 12 anos e a regência das classes seriadas devia ser realizada por professores qualificados no curso normal. Em uma região onde o progresso se apresentava distante e irreal, a falta de professores preparados para o ensino público também era natural.

Após a Proclamação da República, mais precisamente amparados pela Constituição Federal de 1891, os membros representantes do povo goiano, sobre o comando do presidente da Câmara, Joaquim Fernandes de Carvalho, reunidos em Câmara Constituinte, organizaram o Estado segundo o regime estabelecido por esta Constituição Federal. Estabeleceram, decretaram e promulgaram em

³⁴ A aurora educacional neste trabalho deve ser interpretada como o momento em que a história da educação pública primária de Goiás começou a ser difundida e melhorada, durante o advento dos grupos escolares.

116 artigos distribuídos em VI Títulos, a Constituição do Estado de Goyaz no dia 1º de junho de 1891.

O poder atribuído aos deputados ilustrava o Título III, e, pela disposição do Art. 52, sabia-se que esse poder legislativo do Estado seria exercido por uma só câmara com a denominação de Câmara dos Deputados. A organização das funções que regiam as atividades de sua competência estava disposta no mesmo título, no artigo seguinte, que dizia que a data para a fiscalização da prestação de contas dos relatórios dos presidentes tinha momento certo para acontecer, conforme se vê a seguir:

Art. 54 – A câmara dos deputados reunir-se-há na capital do Estado, no dia 13 de Maio de cada anno. Independentemente de convocação em edifício designado e mandado preparar na primeira reunião pelo presidente e nas subseqüentes pela mesa da camara, e funcionará por dois mezes contados da abertura, podendo ser prorrogada ou convocada extraordinariamente.

À administração geral do estado cabia a um presidente eleito, que, por sua vez, submetia-se a prestar contas de sua atuação política e administrativa em todos os segmentos do Estado e em especial à Câmara dos Deputados, determinação explícita no artigo 83 da Constituição de Goiás, com a seguinte redação:

Art. 83 – Como o superintendente e chefe supremo da administração publica, compete ao presidente do Estado:[...]
§ 4o – Enviar no dia 13 de Maio a camara dos deputados, uma mensagem, expondo-lhe a situação dos diversos serviços públicos e suggerindo as medidas necessárias á sua regularidade (Constituição do Estado de Goyaz 1891).

Decorrentes dessa norma, as mensagens aconteciam de forma hierárquica, os responsáveis pelos departamentos auxiliares do presidente nomeados em cada estado cuidavam de reunir as informações de seus setores de administração, que eram repassadas ao chefe do executivo do Estado. Assim, igualmente, cabia entre as atribuições do poder máximo estadual expresso no parágrafo 4º do artigo 83 a seguinte tarefa: “enviar no dia 13 de maio a câmara dos deputados, uma Mensagem expondo-lhe a situação dos diversos serviços públicos e sugerindo as medidas necessárias às suas regularidades”. A análise desses documentos, somada à leitura dos autores já citados, muito contribuiu para esclarecer o percurso tumultuado da aurora educacional da instrução pública primária em Goiás no período republicano.

Um dos primeiros pareceres sobre a situação da escolarização de Goiás foi uma Mensagem do então presidente do Estado, Coronel Rodolpho Gustavo da Paixão, datada de 15 de novembro de 1891. O documento relata aos deputados ter encarregado o inspetor geral da instrução pública, o

diretor do Lyceu da capital, pessoa que segundo o presidente exercia suas funções com inteligência e lealdade, de elaborar um plano direcionado à educação do Estado, que seria repassado ao legislativo com quatro exigências básicas: manutenção das escolas estaduais e municipais; exigência da obrigatoriedade do ensino público primário leigo; criação de uma escola normal para a habilitação de professores; e seleção criteriosa para o preenchimento das vagas de professores existentes. Mas nada disto aconteceu. Fossem realizados estes feitos não teria José Ignácio Xavier de Brito, seu sucessor na presidência goiana, dirigindo-se aos deputados com a seguinte mensagem: “o ensino primário é cargo dos municípios, com professores eleitos por estes, me parece de resultado negativo.” (MENSAGEM de 16 de maio de 1895. p. 14).

Nesse contexto, visivelmente a educação goiana não correspondia às expectativas republicanas de mudança, pois na mesma Mensagem o presidente desabafa afirmando que a instrução pública, em geral, devia ser de incumbência do Estado e que,

nos paizes, como o nosso, regido pelo sistema republicano, a educação e a instrucção são uma necessidade vital. Necessário é pois, a sua difusão para que o povo por esse meio, seja esclarecido, e possa compreender a missão sublime que tem de preencher em nossa pátria. (MENSAGEM de 16 de maio de 1895. p. 14).

Assim, fica claro que a situação não atravessava um período satisfatório. Enquanto isso, em alguns estados brasileiros a experiência dos países mais adiantados já fazia parte do cenário da educação pública, com a criação dos Grupos Escolares.

Bretas (1991, p.453) explica que pela lei nº 38, de 31 de julho de 1893, surgiu novas resoluções para regulamentação da educação em Goiás, uma delas foi a distribuição do ensino em cinco categorias, sendo elas: primário, normal, secundário, profissional ou técnico e superior. Nesta força legal, o ensino primário seria de responsabilidade do Estado.

Após, cinco anos decorridos da Mensagem de Dr. Urbano Coelho de Gouvêa³⁵, tem-se conhecimento de que a instrução pública não atendia ainda às expectativas republicanas de progresso e parecia não haver meios de deslanchar com precisão nos próximos anos. A educação continuou a enfrentar sérios problemas.

Na mensagem de 13 de maio de 1898 fazia alusão à falta de condição do Estado, tanto financeira como de recursos humanos. A referida comunicação citava a decisão do Estado de tomar para si prédios, mobílias e acessórios escolares, sob a sanção de serem impedidos de cobrarem

³⁵ Presidente do Estado de Goiás de 1º de novembro de 1898 a 10 de julho de 1901.

impostos os municípios que até então não correspondessem ao custeio correto da educação primária em seus domínios.

O presidente do Estado de Goiás deu um prazo para que todos se manifestassem sobre as condições de suportarem ou não a responsabilidade de suas escolas. Na página 9 da mensagem o Chefe do Executivo dizia que a instrução pública era um serviço que merecia os mais solícitos cuidados do seu governo. E, em um relatório datado de 1905, escrito pelo desembargador João Alves de Castro ao então presidente do estado, as explicações sobre o estrangulamento da instrução pública recaíam sobre a descentralização da responsabilidade de criar e manter as escolas primárias. A falta de recursos financeiros dos municípios e ainda a falta de fiscalização adequada eram, segundo o documento, as causas do insucesso da educação primária goiana até o momento. (RELATÓRIO, 1905, p. 6-7)

Decorridos seis anos a situação não apresentava grandes avanços, os passos lentos da escola primária em Goiás são descritos em 13 de maio de 1911 na mensagem do presidente Urbano Coelho Gouvêa à Câmara dos Deputados: “devemos todos sentir grande pesar ao contemplar a educação pública tão pouco zelada, tão desprezada”. O Chefe de Estado segue denunciando a recorrente falta de preparo dos professores e a necessidade de uma pontual fiscalização dos serviços prestados. Penaliza-se com a situação afirmando que “um município de analfabetos é um município de escravos” e apela para a sensibilidade do Legislativo: “chamo para esse importante assunto a vossa esclarecida atenção, esperando que dareis remédio ao mal” (MENSAGEM, 1911. p. 11). De acordo com o mesmo relatório, 25 municípios de Goiás possuíam o custeio da instrução primária subsidiada pelo Estado, sendo eles: Santa’anna das Antas, Pouso Alto, Santa Cruz, Morrinhos, Allemão, Bella Vista, Formosa, Mestre das Armas, Posse, Flores, Forte, Cavalcante, São José do Tocantins, Pilar, Taguatinga, Arrayas, São Domingos, Palma, Peixe, Duro, Conceição, Natividade, Porto Nacional, Pedro Afonso e Bôa Vista do Tocantins.

E, assim, a implantação dos grupos escolares que desde 1893 haviam sido introduzidos em outros estados do Brasil parecia não chegar ao sertão de Goiás. O não direcionamento da incumbência da educação pública, que ficava ora a cargo do estado, ora do município, somado com a falta de recursos destinados à educação tornavam a situação da instrução pública um vexame. A situação era tão crítica a ponto do próprio Secretário da Instrução, João Alves de Castro (1904-1907), em seu segundo relatório, datado de 21 de abril de 1905, expressar profunda preocupação com relação à instrução pública do povo de Goiás. Preocupação essa muito bem descrita e que ocupou muitas páginas em seu relatório dirigido ao então presidente de Goiás, Dr. José Xavier de Almeida.

Na página quatro do citado documento o secretário de Instrução de Goiás diz que “o ensino primário, posto que bem difundido pelo interior, deixa muito a desejar”. E prossegue seu relato no intuito de defender a sua posição diante do abandono em que se encontrava o ensino no interior do Estado. Ele lamenta e justifica sua impotência diante dos fatos dizendo o quanto “é lastimável o estado das escolas do interior, pouco tenho eu podido fazer nesse sentido porque a lei orçamentária se limita a consignar verba para aluguel de casa” (Relatório de 21 de abril de 1905, p. 4).

Esta realidade perdurou ainda por muito tempo, em Ouvidor, cidade foco desta investigação, segundo depoimento da ex-diretora nº 2, até a data da instalação do grupo escolar em 1949 o professor Abílio locava seu barracão para o funcionamento da escola primária, tanto infantil como para os adultos³⁶. Ela revela que a construção do Grupo Escolar não data de 1949, diz que foi após a visita do deputado Diogenes Dolival Sampaio, que a sua obra teve início em ritmo acelerado, a ex-diretora conta que ela e outros professores leigos, incentivados pelo proprietário do lugar, ministravam suas aulas no barracão cedido pelo professor Abílio. (Entrevista realizada em 15 de setembro de 2015. Brasília-DF).

Voltando ao secretário de instrução, João Alves de Castro, seu relatório cita que em 1905 apenas dois municípios de Goiás possuíam prédio estadual para o funcionamento do ensino público, Morrinhos e Palma. E, na página 05, suas palavras são de incentivo ao presidente Xavier para despender mais verbas para a educação. Além de citar frases ditas por pessoas célebres, o texto ressalta a importância da educação pública, fato já confirmado por países desenvolvidos; ele diz que todos os países civilizados “ligam grande e extraordinário interesse a esse assunto, inquestionavelmente o de mais palpitante actualidade para nós, não regateando despesas com o seu impulsionamento”. Dessa forma, continua o seu discurso e afirma que “o Estado não deve, sob pena de trahir sua missão, talvez a mais importante, se preocupar com as despesas que possam advir de qualquer medida tendente a melhorar a instrução popular”. (Relatório de 21 de abril de 1905, p. 5). Critica a lei 186, de 13 de agosto de 1898, que promoveu a descentralização do ensino popular no Brasil, e ressalta a ineficiência dos municípios que arcam com a responsabilidade da educação popular:

³⁶ Segundo a ex-diretora entrevistada, ela teve um contrato com um programa de Alfabetização de Adultos em 1947, e que a sua escola era no mesmo barracão em que lecionava durante o dia para as crianças. Trata-se da Campanha de educação de adolescentes e adultos CEAA. Campanha que surgiu a partir de 1945 com o apoio da UNESCO. Após o término da ditadura. Quando o estado reconheceu que era necessário tomar medidas de erradicação do analfabetismo,

é a instituição da anarchia no ensino, porque esse systema envolve o abandono por parte dos poderes estaduais da instrução pública nos municípios que estão gosando dessa regalia e que, salvo raríssimas exceção, luctam com serias dificuldades para custearem os outros serviços a seu cargo; sendo certo que não possuem, em geral, o grau de cultura necessária para dirigirem o ensino popular. (Relatório enviado ao Presidente de Goiás pelo Secretário de Instrução, em 21 de abril de 1905, p. 7)

Ainda na página 07, o secretário expõe ao presidente Xavier que qualquer sacrifício imposto ao estado com a manutenção do ensino “é um empréstimo ao futuro, que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporção indefinida”.

Em relatório Alves de Castro observou a falta de preparo por parte dos dirigentes municipais no que dizia respeito à organização do ensino popular, e Bretas (1991) comenta que decorridos quatro anos de vigência da Lei 186 o ensino não progrediu e cita um detalhe importante sobre a escolha dos professores, que pela a Lei era encargo do Conselho Municipal, mas “o que acontecia, via de regra, é que essa escolha era feita pelo critério da conveniência e interesse de se dar emprego a parentes e amigos, e não sob o critério da idoneidade”. (BRETAS, 1991, p. 459). O que podemos deduzir que a escolha dos professores não era de acordo com a escolaridade, mas, pelo protecionismo político. O mesmo autor revela ainda que, 11 anos de período republicano, após duas reformas do ensino, três mandatos de presidentes e três de governos provisórios nada de útil e permanente aconteceu, para o mesmo autor: “Tudo ficou na vontade e no papel, como letra morta” (BRETAS, 1991, p. 459). Ele conclui que os governantes de Goiás foram capazes de organizar muitas repartições públicas, como o judiciário e a polícia, mas com relação ao ensino eles, apesar de bacharéis, se mostraram incapazes de organizar, ampliar e melhorar o ensino.

Em 1917, João Alves de Castro assumiu a presidência do Estado de Goiás, e reconheceu que a situação das escolas goianas ainda era precária. Para tentar melhorar essas condições desmembrou em seu governo a Instrução Pública da Secretaria de Obras Públicas e assim a Instrução Pública passou a ser subordinada à Secretaria do Interior e Justiça. (Mensagem Oficial do Presidente do Estado de Goyaz à Câmara. 13 de maio de 1918, p. 11).

Segundo Pinto (2012), o ano de 2018 foi momento considerado de grande impulso na educação goiana, pois, “a partir daí o governo estadual assumiu definitivamente a responsabilidade pela instrução pública retirando a autonomia dos municípios para criar e manter escolas primárias” (PINTO, 2012, p. 330).

Na mensagem do dia 13 de maio de 1918, dirigida à Câmara goiana, os governantes assumiram que sabia o quanto ainda estava por ser feito. A mensagem dizia que o desafio para melhorar a educação de Goiás era enorme. Informava à Câmara que as leis promulgadas com o

intuito de sanar os males do ensino primário não foram executadas. Dizia que isso acontecia por motivos diversos, citava entre eles a falta de recursos financeiros dos municípios e afirmava ainda que “Tudo isto envolve a triste verdade de que o ensino primário em Goyaz é um mitho, não existe”. (Mensagem Oficial do Presidente do Estado de Goyaz, João Alves de Castro à Câmara. 13 de maio de 1918, p. 35).

Para Bretas, (1991), o sistema fracassou desde o começo, dizia que a desarticulação do ensino primário nunca foi precisa nem atuante. Mas se animou pela chegada da Lei 631 que decretou a criação de grupos escolares nas cidades cujas crianças na idade entre 7 e 14 anos atingissem um número de cem. Mas, “enquanto as coletividades escolares iam surgindo nas cidades maiores de outros estados, Goiás permanecia, cá, muito longe, lento no seu desenvolvimento, sonhando com um projeto que estava muito distante ainda” (BRETAS, 1991, p. 5007).

Pelo estudo aqui realizado, vimos que várias tentativas e Leis foram articuladas a favor da melhoria da educação popular em Goiás. Porém, os fatores contrários também eram presentes e a imensidão do território sem uma infraestrutura razoável de comunicação, a falta de professores qualificados e o não desenvolvimento das estradas, influenciavam negativamente neste ideal de mudanças. Nas mensagens dos governadores podemos perceber que eles continuavam a depositar esperanças na criação dos grupos escolares e que o investimento na educação crescia senão o suficiente, de forma crescente.

Os autores do livro: “Outros Tempos. Outras Escolas” vêm lembrar que a Constituição de 1891 determinou que: “o ensino fosse leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário, entretanto não atribuiu à União responsabilidade efetiva sobre o sistema público de ensino em âmbito nacional” (MIGNOT; SILVA; SILVA, 2014, p. 86). Eles seguem explicando que no intuito de tornar o país moderno e de inseri-lo no rol dos países ditos civilizados, a propaganda do poder público passava primeiro pela presença da escola, que infelizmente estava relegada, em Goiás e em muitos outros estados do Brasil, ao descaso.

A tabela a seguir dá uma ideia da evolução dos investimentos da educação em Goiás e mostra que a partir da implantação dos grupos escolares este crescimento foi mais significativo. Ressaltando-se que, embora os gastos discriminados sejam referente a toda educação primária, os relatórios dos presidentes do Estado apresentavam que a aplicação financeira para os grupos escolares era bem maior do que no resto das outras instituições públicas. Em 1921, por exemplo, de toda receita gasta com a instrução pública, 49,3% da verba era gasta com escolas primárias isoladas e subvenções. E apenas 9,1% deste dinheiro eram destinados aos grupos escolares. A situação em 1930

já se apresentava de forma diferenciada, apesar da média de investimento para a educação de Goiás ainda ser muito baixa, cerca de 10,6% da arrecadação total do estado. Para os grupos escolares a situação melhorava a cada dia. Eles eram em número bem menor do que as outras escolas primárias e recebiam 32,9% do investimento realizado para o melhoramento da instrução pública do Estado.

Tabela 01 - Investimento público estadual na educação primária de 1917 a 1929.

DESPESAS COM A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA - 1917-1929		
ANO	RECEITA P/ EDUCAÇÃO	PRESIDENTE DO ESTADO DE GOIÁS
1917	010:200\$136	Joaquim Rufino Ramos Jubé
1923	027:877\$837	Miguel da Rocha Lima
1924	246:638\$803	Miguel da Rocha Lima
1925	292:570\$057	Miguel da Rocha Lima
1926	358:097\$351	Brasil Ramos Caiado
1928	342:737\$285	Brasil Ramos Caiado
1929	404:000\$050	Brasil Ramos Caiado

Fonte: organizado pela autora (Mensagens dos presidentes do Estado de Goyaz à Câmara de 13 de maio de 1917-1929).

A demora do Estado de Goiás em encontrar a solução satisfatória para a organização da educação pública, para a pesquisadora Rúbia Mar Nunes Pinto (2012), tem suas raízes fincadas na instabilidade do dever como joguete. Temos em vista que nos dezesseis anos iniciais da República na

sociedade goiana a responsabilidade pela instrução primária oscilou entre Estado e Município. Ela foi transferida aos municípios pela Constituição de 1891 e pela regulamentação de 1893, e foi assumida pelo governo estadual em 1898 somente quando os municípios assim o desejassem ou não apresentassem condições econômicas para tal. Voltou à responsabilidade da esfera municipal em 1911, e, de novo, ao Estado em parceria com o município, e assumida definitivamente pela esfera estadual em 1918. (PINTO, 2012, p.308)

Questões como estas fizeram com que só depois de quase 30 anos de institucionalização do primeiro grupo escolar em São Paulo, a solução, que já parecia estar dando certo em muitos outros estados da federação, pudesse chegar ao centro do sertão brasileiro. Ramos Jubé não desconhecia quão verdadeiras eram estas e outras questões que impediam Goiás de se aproximar do sonho do progresso, a aurora educacional. Assim, na Mensagem de 13 de maio de 1917 seu relatório confirmava e ele se indignava com a situação conhecida e instalada por tantos anos no coração da Pátria. Sua Mensagem sincera e decidida dizia que:

A grande extensão territorial do estado, a dificuldade de comunicação entre esta Capital e os Municípios afastados e a escassez de população, que tudo impossibilita uma eficaz fiscalização das escolas por parte do governo, estão demonstrando que não podemos dispensar a coparticipação dos municípios, na direção da educação pública primária, convindo por isto que seja modificada a lei 436 de 19 de julho de 1913 de modo a permitir os Municípios, que puderem colaborar com o Estado, continuando a manter e a dirigir as suas escolas primárias cabendo ao Estado, fiscalizá-las e ordenar as reformas que julgar necessárias à boa marcha dos serviços. Não basta criar um certo número de escolas, é preciso para conseguir o resultado desejado que a frente desses institutos sejam colocados professores que reúnam os requisitos necessários ao bom desempenho das suas funções. Conhecendo a necessidade que temos de formar bons professores, telegrafei para São Paulo, onde o ensino tem atingido a um elevado grau de perfeição, e a exemplo de outros Estados, pedindo para ser contratado um professor competente para por em prática as reformas que julgo indispensáveis à marcha regular do ensino. (MENSAGEM, 1917, p. 23).

Pelo que se percebe, entre o real e a interpretação do problema pelos governantes havia um consenso quanto aos motivos que atrasavam o sucesso da educação em Goiás, mas na verdade continuava o marasmo em termos de solução imediata.

Em outra mensagem João Alves de Castro sugeriu a criação dos grupos escolares em Goiás e a criação do cargo de inspetores viajantes para fiscalizarem as escolas. Disse ele à Câmara: “Julgo necessário, em vez de inspetores escolares ou delegados literários nos municípios a criação do lugar de inspetores ambulantes, cuja fiscalização possa tornar mais eficaz”. E sobre a criação dos grupos escolares ele lembrou: “como tem sido praticada no Estado mais adiantado, muito virá contribuir

para difusão do ensino primário, atraindo ao seu seio as crianças de idade escolar” (MENSAGEM, 1919, p.14). O presidente menciona que o desejo de implantar um grupo escolar já tinha sido explicitado pelo município de Catalão, mas que na capital funcionavam anexas à escola normal, no prédio do Lyceu, salas de aula para ambos os sexos com resultados viáveis. Essa escola criada em 1914, na capital, foi transformada no primeiro grupo escolar do Estado de Goiás. A obrigatoriedade escolar ganhou destaque no discurso político caiadista que foi divulgado na pessoa desse presidente do Estado. Foi uma das grandes realizações da administração, uma vez que tal medida ganhou respaldo nacional da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que parabenizou o governo por ajudar o povo goiano a “libertar-se das garras do analfabetismo” (MENSAGEM, 1919, p.14).

O projeto governamental da República para a instrução primária tinha um enfoque no princípio básico de que esta deveria ser oferecida para toda a população brasileira, mas para o povo goiano até então nada disso havia se concretizado. João Alves de Castro afirma ter conseguido alcançar a “difusão e a obrigatoriedade do ensino primário” uma vez que o governo não poupou “esforços para disseminar o ensino”. Ademais, em suas palavras: “tem apresentado esplêndido resultado na prática o Regulamento baixado pelo decreto nº 5.930 de 24 de outubro de 1918” (MENSAGEM, 1921). A partir desse decreto o grupo escolar da capital foi institucionalizado e a instrução pública em Goiás passou a ser regida por ele.

Conforme vimos, Bretas (1991) esclarece que “a primeira cidade goiana a manifestar o desejo de possuir um Grupo Escolar foi Catalão, vizinha de Araguari e Uberlândia, de onde recebia influencias progressistas. [...] mas como atendê-la se a própria capital não possuía ainda?” O autor reconhece que a pressão de Catalão foi decisiva para que Joaquim Rufino Ramos Jubé³⁷ pudesse “instalar o Grupo Escolar, o que fez em ato solene ocorrido em 28 de janeiro de 1919. Bastou para isso transferir dois professores titular do curso anexo, aproveitar mais dois adjuntos [...] nomear um diretor.” (BRETAS, 1991, p. 509). Antes dessa manifestação de Catalão devido a falta de recursos o governo não havia construído nenhum prédio público nem mesmo na capital, mas, decidiu implantar o primeiro grupo escolar no prédio onde funcionava o Liceu e a escola normal.

O cargo de diretor do Grupo Escolar da capital deveria ser ocupado por um funcionário efetivo. Assim, foi nomeado provisoriamente para assumir a cadeira o professor Abelard de Veloso, que, segundo Bretas (1991), foi substituído por Luís Cardoso Rangel, que solicitou o concurso, sendo que outro professor também concorreu, mas a vaga ficou com o primeiro.

³⁷ Pessoa que assumiu interinamente a presidência em 21 de dezembro de 1918, enquanto João Alves de Castro se submetia a tratamento de saúde no Rio de Janeiro.

Apesar do investimento para a instrução pública primária ter ganhado uma atenção especial após a criação dos grupos escolares, as condições precárias do Estado e os interesses políticos alheios à educação mantiveram essa disseminação com a mesma lentidão de antes. O quadro a seguir mostra a difícil batalha para criar os grupos escolares no Estado goiano:

Tabela 02: sequência da criação dos grupos escolares em Goiás de 1920 a 1930 / 2º relatórios dos presidentes do período.

Ano	nº	Locais	Presidentes do estado de Goiás
1920	01	Grupo Escolar da Capital.	João Alves de Castro
1921	02	GE da Capital e Rio Verde	João Alves de Casto
1922	06	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia) e Catalão.	Eugênio Rodrigues Jardim
1924	07	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia), Catalão e Santa Luzia (Luziânia).	Miguel da Rocha Lima
1925	10	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia), Catalão, Santa Luzia (Luziânia), Santa Rita do Paranahyba (Itumbiara) e Bella Vista.	Miguel da Rocha Lima

1927	09	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia), Catalão, Santa Luzia (Luziânia), Santa Rita do Paranahyba (Itumbiara) e Bella Vista.	Brasil Ramos Caiado
1929	16	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia), Catalão, Santa Luzia (Luziânia), Santa Rita do Paranahyba (Itumbiara), Bella Vista, Itaberaí, Viannopolis, Morrinhos, Capital (GE Municipal), Taquatinga e Jathaí.	Brasil Ramos Caiado
1930	17	GE da Capital, Rio Verde, Curralinho (Itaberaí), Annapolis, Bonfim (Silvânia), Catalão, Santa Luzia (Luziânia), Santa Rita do Paranahyba (Itumbiara), Bella Vista, Itaberaí, Viannopolis, Morrinhos, Capital (GE Municipal), Taquatinga e Jathaí e Planaltina, Jaraguá,	Brasil Ramos Caiado
1930	Alguns autores citam um total de 20 grupos escolares em Goiás acrescentando entre eles Natividade, Pirenópolis e Anápolis.		

Fonte: Quadro organizado pela autora (Relatórios anuais dos Presidentes em exercício de 1920-1929).

A causa desta lentidão se encontrava nos problemas de sempre. A Lei institucionalizada para a criação dos grupos escolares determinava um número mínimo de alunos, exigia prédios exclusivos para as aulas, professores habilitados para o magistério e outras exigências. Sabe-se que em Goiás era praticamente impossível, dado o grau de atraso em que o estado se encontrava, era, portanto, praticamente impossível reunir todas essas exigências em povoados distantes, de difícil acesso.

De acordo com Pinto (2014, p. 118), “o grupo escolar não correspondeu às expectativas dos presidentes goianos e não promoveu alterações significativas na realidade escolar de Goiás. Sua

expansão foi pequena e lenta, condicionada que estava pelas condições de sua criação”. A autora concluiu que além do governo estadual negligenciar os investimentos para a construção dos prédios destinados a eles e os municípios serem os patrocinadores principais deste evento, nem mesmo na cidade-capital houve uma edificação nova do espaço próprio para o primeiro grupo escolar institucionalizado em Goiás.

Bretas (1991), por sua vez, afirma que, após a revolução de 1930, a evolução do ensino primário e secundário foi vegetativa. Mas concorda que, por outro lado, continuou na mesma proporção dos anos que se seguiram com a Primeira República. O autor afirma que, entre 1930 e 1935, o número de escolas isoladas saltou de 161, em 1930, para 182, em 1935. O de grupos escolares de 20, em 1930, para 31, em 1935. (BRETAS, 1991, p. 576)

Ao retroceder ao advento da criação dos grupos escolares, o mesmo autor explica que “muita mudança para melhor veio com o advento dos grupos escolares no Estado. A frequência escolar aumentou extraordinariamente, despertando maior interesse dos pais e dos meninos” (BRETAS, 1991, p. 514). A invenção do prédio exclusivo para o funcionamento dos Grupos inspirava certo poder e de fato atraía as pessoas pelo seu regime diferenciado, sendo um espaço higienizado, bem arejado, com mobiliário próprio, conforto e material escolar abundante e melhor e uso de uniforme. Todo esse conjunto de novidades era somado aos “hinos e cantos escolares que se ensinavam, pela ginástica e jogos que se praticavam, pelas festas cívicas [...] a exigência legal de só se nomear normalistas foi altamente benéfica na primeira fase desses estabelecimentos.” (BRETAS, 1991, p. 514). A escola ganhou credibilidade diferenciada e respeito devido ao conhecimento que trouxe por meio de lições de civismo e da introdução do lúdico, que nos cantos, jogos e ginástica quebrava o tom rígido e sem graça das escolas de primeiras letras. Os programas de ensino foram oficializados pelo rigor da legislação, os professores eram fiscalizados e não eram mais senhores do tempo escolar, estavam agora sob as normas e regras que eram iguais em todos os grupos escolares.

Para Pinto (2014):

O papel redentor da educação, recorrente na discursividade das elites nacionais, havia sido apropriado pelos dirigentes goianos: educar significava moralizar o povo, inculcar-lhe hábitos saudáveis como o amor ao trabalho e à higiene, a Deus e à pátria, retirá-lo da ignorância que levava ao crime e à doença, instruí-lo, enfim, para que pudesse participar da forja da nação moderna e progressista que habitava a imaginação sociológica brasileira. (PINTO, 2014, p. 326).

De fato, o esforço dos goianos para alcançarem a estabilidade para a educação popular estava presente em todas as mensagens dos presidentes nos documentos convencionalmente enviados no dia

13 de maio de cada ano ao legislativo. Todos os presidentes tinham consciência do problema e pareciam se esforçar para melhorar a condição precária do ensino goiano. Mostravam pesar ao relatarem as dificuldades que não permitiam o sucesso completo da educação dada ao povo, sabiam que a promessa de implantação dos grupos escolares em Goiás traria a possibilidade de solução quanto ao atraso da educação para o povo. Muita coisa boa viria no interior desse projeto e é igualmente racional imaginar o quanto foi difícil e quase impossível isso ocorrer em um Estado onde não existiam pessoas com formação adequada. Onde grande maioria da população era analfabeta e morava dispersa pela imensidão territorial, sem meios de comunicação e sem estradas suficientes.

Diante da realidade, a preocupação era sobre como atingir a totalidade esperada em toda terra goiana com a criação de novas escolas. As autoridades sabiam que mesmo para os poucos grupos escolares institucionalizados pelas cidades e vilas, onde havia um número maior de população aglomerada e melhores condições financeiras para a sua sustentabilidade, ainda enfrentavam muitos problemas e dificuldades para seguir as normas estabelecidas em seu projeto original.

Goiás não era o único estado em desvantagem, Nepomuceno (1994, p. 21) explica que “o processo educativo escolar que vigorou na Primeira República não alcançava amplos setores da população.” Ela lembra que os dados educacionais do Brasil na Conferência Interestadual do Ensino Primário (em 1921) revelaram a situação humilhante da educação popular no Brasil, que possuía um número alarmante de crianças em idade escolar ainda sem escolas.

Em Goiás, o presidente Miguel de Rocha Lima subscreveu o relatório do Secretário do Interior e Justiça, responsável pelo ensino público, e afirmou que só havia a difusão do ensino primário em alguns Estados bem desenvolvidos, mas talvez em nenhum ainda generalizado. Assim, não era estranho haver falhas e, em Goiás, “O problema da instrução primária entre nós pode dizer-se sem contradicta possível, está ainda por examinar e resolver”. (MENSAGEM, 13 de maio de 1924. p. 56).

Tabela 03: Percentual de crianças fora da escola no Brasil até 1921

Índice de crianças c/ idade escolar fora da escola no Brasil (1921)	
LOCAL	ÍNDICE
Distrito Federal	41%
Santa Catarina	43%

Rio Grande do Sul	44%
São Paulo	56%
Alagoas	94%
Piauí	95%
Goiás	95%

Fonte: Quadro organizado pela autora, com base em Nepomuceno (1994, p. 27).

Importante lembrar que esta situação repulsiva acontecia mesmo no sul do Brasil, região de maior desenvolvimento, com quase metade da população infantil e, nos três últimos estados, atingia um índice no mínimo assustador; a falta de escolas era tão evidente que a mensagem do 2º vice-presidente de Goiás em exercício, Miguel da Rocha Lima, em 13 de maio de 1922, assim descreve: “no que concerne a instrução primária cujo aperfeiçoamento e difusão constituem necessidade indeclinável é impressionante o que nos falta comparado ao que se tem feito”. Fica claro o quanto o Estado estava atrasado no quesito educação.

Dois anos depois, apesar dos elogios aos grupos escolares em funcionamento, o presidente Brasil Ramos Caiado, na mensagem de 13 de maio de 1926, nas páginas 72 e 73, solicitou atenção para a resistência de professores que não se conformam com a nova metodologia. Ele falou dos prejuízos à sociedade diante desta atitude dos professores e pedia urgência em providências do Congresso legislativo para um direcionamento técnico eficaz quanto ao aperfeiçoamento dos professores, ou seja, reconhecia que os profissionais da educação precisavam ser preparados. Assim como pedia apoio para a fiscalização nos grupos escolares institucionalizados. No relatório do ano seguinte, o mesmo Chefe do Executivo menciona que a implantação destas medidas fez diferença na educação primária de Goiás e que nos nove grupos escolares e nas escolas isoladas a regularidade estava sendo alcançada. (MENSAGEM de 13 de maio de 1927, p. 8 e 9).

Naturalmente todo projeto de melhoria exige recursos e investimentos. O quadro que se segue mostra os acontecimentos financeiros de Goiás com relação à instrução primária entre 1918, ano de criação do primeiro grupo escolar na cidade-capital, e 1928, ano das mudanças políticas que estariam por vir. A tabela foi organizada de acordo com o percentual de arrecadação, descritos nos relatórios dos presidentes goianos.

Tabela 04: Dispêndios percentuais com a instrução pública em Goiás, entre 1918 e 1928.

ESTADO	DISPÊNDIOS PERCENTUAIS COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA GOIÁS
ANO	
1918	7,94%
1919	10,33%
1920	11,09%
1921	11,38%
1922	12,30%
1923	12,80%
1924	13,18%
1925	14,06%
1926	12,90%

1927	11,85%
1928	12,79%

Fonte: Tabela organizada pela autora com base no livro: SOUZA, R. F. (Org.); SILVA, V.L.G. (Org.) [SÁ, E. F. \(Org\)](#), 2013.

Conforme evidenciado acima, a criação dos grupos escolares, apesar de ter sido uma esperança nacional para a obtenção de um direcionamento correto do ensino popular no Brasil, em Goiás, além dos problemas já mencionados, sua disseminação e permanência ficou à mercê dos investimentos bastante oscilantes. Em 1925, no governo de Brasil Ramos Caiado, os investimentos alcançaram o seu maior índice para o período analisado. Sendo que em 1927, em vez de continuarem a progredir, apresentaram uma queda. Estima-se que as possíveis causas dessas oscilações encontram-se não só na queda do investimento no setor da educação pública, particularizado por opções políticas contingenciais, mas na baixa faixa orçamentária de toda estrutura financeira do Estado de Goiás.

Neste percurso, percebi a importância da chegada da estrada de ferro ao Estado de Goiás e da abertura das estradas de rodagens no momento quando os louros dessa expansão e a consagração dos trilhos em território goiano aconteceram. Pela leitura das páginas 6 e 7 da Mensagem que o presidente do estado Miguel da Rocha Lima escreveu ao Congresso Legislativo, tive uma ideia clara do movimento financeiro estadual, quando a porcentagem de investimento na educação, mostrada pela tabela 4, obteve seu impulso.

Nas páginas da Mensagem o presidente faz a seguinte declaração:

É de nossos dias a penetração da estrada de ferro e o advento das de rodagens [...] Já contribuem, entretanto de modo notável para a economia pública, permitindo-nos traçar um quadro de exportação dos mais variados no Brasil [...] no exercício de 1923-1924, logrou a maior receita e a maior somma que jamais existiu nos cofres públicos, continuando a não ter dívida interna nem externa. (MENSAGEM de 13 de maio de 1924 ao Congresso Legislativo de Goiás, p. 6 e 7).

Assim, ficou na conta de uma arrecadação maior a justificativa do acréscimo percentual de investimentos na educação pública entre os anos de 1922, quando começa a ser maior, e 1925, quando teve seu ápice até 1928.

Já a derrocada dos investimentos educacionais sofridos em 1927 pode ter sua origem na aproximação da intervenção política em Goiás. O secretário do Interior e Justiça, o goiano Arthur da Costa Jucá, através de uma mensagem para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no Rio de Janeiro, pedia em nome de alguns cidadãos, a intervenção da União no Estado de Goiás. Este fato trouxe instabilidade e agitação para o Estado. O relator cita a efervescência do antagonismo existente entre Bulhões e Caiadistas, mas, o que estava para acontecer, conforme será analisado em seguida, seria o possível fim das oligarquias instaladas desde o início da Primeira República (Mensagem de 4 de junho de 1927 ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1927, p. 8-9).

A aurora educacional de Goiás aguardou soluções que ainda não tinham acontecido, embora, apesar dos percalços contrários, de acordo com Pinto (2014), “as bases de um sistema educacional, já estavam lançadas bem como novas ideias e concepções acerca da educação e de seu papel social e político” (PINTO, 2014, p. 326).

2.2. A senda da educação no Brasil e em Goiás, traçada pela corda bamba da política.

Pretendemos aqui, de forma sintetizada, explorar os caminhos percorridos pela educação brasileira, em especial, a de Goiás, frente ao federalismo que se instalou no país após a Proclamação da República. Porém, não foi prioridade investigar a possível articulação entre a autonomia e a interdependência na gestão dos sistemas educativos, nem avaliar a viabilidade da política de regulamentação desse regime colaborativo entre os entes federativos. Mas primou pela observação das principais discrepâncias e desigualdades entre a oferta educativa no país em alguns estados brasileiros e cidades de Goiás.

O Estado Federativo no Brasil teve início com a Proclamação da República, anunciou a nova fase para o Direito Constitucional Brasileiro e trouxe ao País uma forma diferente do Estado Unitário, de governo e de Estado, a República. De uma maneira bastante elementar e baseada no dicionário de língua portuguesa³⁸, República é um “tipo de governo em que o Estado prioriza o interesse do povo” ou que, na República, a “Maneira de governar é caracterizada pela supremacia do povo, cujos representantes constituem o Estado”.

Da mesma forma, federalismo se trata de um “Sistema político que consiste na associação de vários Estados numa federação³⁹”. Para Abrucio (2010, p. 41), “O federalismo é uma forma de organização territorial do Estado e, como tal, tem enorme impacto na organização dos governos e na maneira como eles respondem aos cidadãos”. O autor explica ainda que, “nas federações vigoram os princípios de autonomia dos governos subnacionais e de compartilhamento da legitimidade e do processo decisório entre os entes federativos”.

A partir do momento em que o Brasil se tornou um Estado federativo, teoricamente teria mais de um governante elaborando as políticas públicas. Assim, qualquer que fosse o projeto para as políticas públicas haveria a necessidade de negociação entre os níveis de governo no que tange às questões condicionadas à interdependência entre eles, sendo que o acordo prevalecia à hierarquia administrativa. Na opinião deste autor, no Brasil, por causa das grandes desigualdades territoriais dadas a sua extensão, e as características heterogêneas de sua gente, o país trazia no bojo do federalismo a melhor opção de governo (ABRUCIO, 2010, p. 44).

O governo federalista durante a primeira República no Brasil se construiu baseado em um autonomismo estadual oligárquico, e isto contribuiu para o aumento das desigualdades territoriais.

³⁸ <http://www.dicio.com.br/republica/> acesso em 24 de setembro de 2015.

³⁹ <http://www.dicio.com.br/federalismo/> acesso em 24 de setembro de 2015.

Desse modo, a principal consequência foi que as ações nacionalistas direcionadas ao bem estar sociais ficaram prejudicadas. E surgiu uma heterogeneidade nas políticas públicas por todo país e “o modelo de duplicidade de redes, continuou dando maior autonomia aos governos estaduais, no bojo do federalismo estadualista que então vigorava” (ABRUCIO, 2010, p. 53).

Como resultado, uma enorme diferença entre os estados se instalou, e, segundo o mesmo autor, de início, somente alguns entes federativos, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, usaram a autonomia para melhorar o sistema de ensino. Outros estados, cada um com a sua peculiaridade, não conseguiram de imediato administrar e direcionar programas de melhoria rumo à erradicação do analfabetismo, conforme vimos um exemplo na tabela 3 dessa pesquisa, em que relaciono o índice de crianças fora da escola em sete lugares diferentes da federação até 1921. Pela tabela, São Paulo e Rio Grande do Sul não apresentaram nenhuma vantagem frente aos outros estados em conseguir educar as suas crianças. Já pela leitura da tabela 06 desse estudo, onde ficaram evidentes outras diferenças na política educacional dos estados federativos, como o índice de analfabetismo no Brasil segundo os censos de 1872, 1920 e 1960, a liderança ficou para São Paulo e Rio de Janeiro no quesito alfabetização do seu povo. Certamente, uma pesquisa mais acurada sobre a heterogeneidade da política educacional no Brasil enquanto estado federativo apontaria muitas outras diferenças.

Para Oliveira e Santana (2010, p. 9), “na estruturação adquirida por esse regime no Brasil, observa-se uma diferenciação acentuada na distribuição das receitas fiscais, no padrão das políticas públicas e, no caso da educação, há grande diversidade na forma e nos meios de provimento desse direito”.

Na era Vargas se criou pela primeira vez um ministério destinado aos assuntos da política educacional, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Pinto, em seu artigo sobre escola primária em Goiás (1930-1960), afirma que nesta época, em Goiás, “o Estado - em suas esferas estadual e municipal - avançou em seu papel de agente público responsável pela educação dos goianos” (PINTO. 2013. P; 01), e que, entre outros aspectos, a obrigatoriedade da escola elementar teve alcance até para as crianças moradoras das zonas rurais. Ela menciona um crescimento da legislação sobre a escola primária, e o crescente interesse pela instituição escolar brasileira e goiana, incentivado pelo contínuo aumento populacional resultante dos movimentos migratórios, a partir de 1930, para Goiás.

Diante dos problemas sociais que se tornaram mais nítidos e as limitações econômicas de Goiás que se evidenciaram, o padrão de acumulação passou a mover o mercado interno, e este, por sua vez, passou pela compreensão de que as relações comerciais externas exigiam um aumento da

produção. Assim, “Evidenciou-se como base comum a crença, real ou meramente proclamada, na construção de uma nova sociedade através da educação escolar” (NEPOMUCENO, 1994, p.24). A educação passou a ser vista como necessária para qualificar mão de obra para o trabalho. Esta necessidade de atualização frente aos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais no Estado, além de revelar os limites da economia agrário-exportadora, pôs fim ao Estado oligárquico.

A Revolução de 30 e a derrocada de Washington Luís que colocou Getúlio Vargas no poder, foi o fim das oligarquias que deu início a uma nova era no Brasil, tempo caracterizado pelo predomínio de uma política nacionalista autoritária de desenvolvimento. Para Azevedo Amaral (2002) o modelo autoritário e de aceleração da produção, era a única via possível de progresso socioeconômico capaz de salvar o Brasil. Ele dizia que,

a questão imediata que se apresenta hoje neste país, reclamando pronta solução, é a do desenvolvimento intensivo das nossas atividades produtoras e a coordenação destas, de modo a que possamos passar quanto antes a um nível econômico superior. Os problemas que se inserem na ordem espiritual, o aperfeiçoamento cultural e social das massas e o próprio saneamento das nossas populações desvalorizadas pelas endemias e pela subalimentação, são tantos casos que só poderão ser abordados com êxito depois de termos nos emancipado das condições econômicas inferiores em que vivemos. Debalde contestarão esta verdade primacial os pseudo-idealistas que querem construir começando pela cumeeira do edifício (AMARAL. 2002. p. 127).

Ao fazer apologia ao Estado Novo o autor atribui o aperfeiçoamento da cultura e problemas sociais inclusive à causa da fome, pregando que primeiro uma nação tem que se desenvolver economicamente para depois organizar as bases sociais. Acusa inclusive os idealistas sociais de iniciarem a organização do país de cima para baixo pressupondo portanto a causa do regime anterior ter fracassado.

Este pensamento de Azevedo (2002) explica a manifestação em todo o país em uma corrente voltada para o avanço do capitalismo que precedeu a Revolução de 1930. Em Goiás, a política educacional “articulada aos caminhos de ferro que adentraram o Estado em 1909, à expansão da rede rodoviária, à transferência da capital, à implantação das colônias agrícolas, etc. – passou a ser um dos mecanismos utilizados para fazer avançar o capitalismo”, (NEPOMUCENO, 1994, p.141). Tudo isso conduziu a política educacional a outros caminhos, e enquanto processo de intervenção na realidade se tornou um instrumento de mudanças sociais. A pressão dos acontecimentos, segundo a mesma autora, impulsionou os grupos controladores do poder para redimensionarem os órgãos governamentais existentes, e a criarem outros mais, conforme veremos a seguir.

A inexistência de dispositivos constitucionais deixou a política educacional da Primeira República fadada à falta de disciplinamento interno para graus e ramos. Ou seja, houve pequena

difusão da escola primária e escassez de escolas normais, conforme visto no quadro supracitado, sem falar aqui de outros graus de ensino que não se constituem como interesse desta pesquisa.

Pela Constituição de 1891, as unidades federativas tinham controle e autonomia sobre o assunto educação, e, conforme já citado, isso continuou durante a Primeira República. Portanto, educação popular era assunto para ser resolvido no âmbito de cada Estado. À União cabia apenas legislar sobre o ensino superior da capital e a formação militar.

Diante da criação, pelo Estado Novo, do Ministério da Educação em 1931 e com a Constituição de 1934, foi dedicado um capítulo inteiro à educação. A União passou a ter a obrigação constitucional de “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º) e “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” para “coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país” (art. 150º).

No âmbito estadual, anteriormente, Goiás também se caracterizava pela mesma ausência de política educacional. As oligarquias representantes do poder político goiano eram ligadas ao setor agropecuário, e, conforme já foi mencionado, ocuparam-se da organização dos quadros burocráticos e administrativos estaduais e deixaram a política educacional a desejar.

Vale dizer que foi neste contexto que se inseriu e ganhou expressivo significado a compreensão da educação como instrumento simultâneo de correção das iniquidades sociais e de construção de uma sociedade democrática. (NEPOMUCENO, 1994, p. 139). Impulsionados pelo Capitalismo, antes do Estado Novo, as escolas goianas se voltaram para a força do trabalho.

Dessa forma, a importância estratégica para a política educacional concretizou o interesse do Estado, ou seja, havia a capacidade de promover a intensificação da integração das regiões à economia de mercado, tudo isto em um pretexto revolucionário pacífico de “igualar, de fato, pela ação equalizadora da escola pública, universal e gratuita.” (NEPOMUCENO, 1994, p.140).

Para Hilsdorf (2013), a “Revolução de outubro de 1930 somente pode sair vitoriosa a partir de acordos entre todas as tendências, os quais, sem grandes rupturas, garantiram a alteração desejada: a substituição de o antigo poder oligárquico, baseado na força dos estados” (HILSDORF, 2013, p. 93). Na verdade, este regime, comprometido com diferentes forças sociais, impedia que qualquer delas assumisse o controle das forças políticas. E foi assim que caiu o poder oligárquico e subiu o poder dos militares. Segundo a mesma autora, “Getúlio Vargas promoveu o capital nacional, apoiado nas forças armadas, nos trabalhadores urbanos e na burguesia nacional, no interior da qual os industriais vão gradativamente dividir o poder com os agricultores”, (HILSDORF, 2013, p. 93). Frente à meta de construir a nação brasileira, o nacionalismo vinha no pacote de Vargas, “no ensino

primário o objetivo da formação era dar “sentimento patriótico” e no secundário, a “consciência patriótica”, (HILSDORF, 2013, p. 100). Para isto houve mudanças no currículo e nas disciplinas escolares, com destaque para a Educação Física e da moral católica e da educação cívica, o canto orfeônico, e a importância para as datas comemorativas, as festividades cívicas. Para garantir a modernização foram criados órgãos federais que instalaram a estrutura administrativa, como o:

Ministério da Educação (1931); O Conselho Nacional da Educação, (1931); a Comissão Nacional do Ensino Primário, (1938), O Fundo Nacional do Ensino Primário, (1942); O INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, (1938); o Instituto Nacional de Estatística, (1934), que deu origem ao IBGE (1938), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Ince – Instituto do Cinema Educativo, e o Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (HILSDORF, 2013, p. 100).

O surgir dos trilhos em Goiás possibilitou o escoamento da produção interna e uma maior movimentação de pessoas que, aliados à instauração do Estado novo, trouxeram um ideal de educação. A concentração nas aptidões individuais reforçou a ideia de mão de obra adequada. Enquanto isto e para isto “no plano prático, a educação foi se orientando para o trabalho [...] a Constituição de 37 foi enfática na questão do ensino profissional [...] assumiu uma feição ruralista. Teve como principal preocupação a fixação do homem do campo no seu lugar de origem.” (NEPOMUCENO, 1994, p.142). Os princípios da educação ruralista por meio de investimentos em campanhas, cursos, semanas educativas e congressos criaram instrumentos para ensinar a ler e escrever. Voltada para se ter um homem prático e produtivo a educação goiana acompanhou, portanto, um percurso em obediência ao plano da Marcha para o Progresso. O povoamento das terras desabitadas de Goiás seguiu seu curso com a nomeação ou designação de professores por muitos municípios conforme nos revela a tabela 05.

2.3. Primeiros professores estaduais nomeados para os Grupos Escolares em Goiás

No relatório de 13 de maio de 1929, Brasil Ramos Caiado, entre outras observações sobre os grupos escolares em Goiás, registra uma lista com os primeiros professores que tiveram nomeação ou designação para assumirem as cadeiras nas diversas instituições de ensino primário, intituladas grupos escolar. As nomeações eram feitas para os professores que estavam aptos a lecionarem, por exemplo, aqueles que tinham o curso normal ou eram considerados suficientes pelos fiscais de ensino.

De todos os diretores apenas o de Bela Vista e o diretor do grupo escolar de Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara, não possuíam qualificação no curso normal. Alguns dos professores, além dos nomeados pelo presidente, foram designados para o cargo, e, em comum, todos os que foram nomeados eram diplomados no curso normal.

Contudo, entre os que foram designados para exercerem a profissão nos grupos escolares, apenas a professora Felismina, de Santa Luzia, hoje Luziânia, era diplomada, conforme mostra a tabela numero cinco logo a seguir.

Assim, vale então imaginar que a designação das diretoras e professores dos grupos escolares de Goiás, era um cargo político e não uma gestão legal de funcionários qualificados e enquadrados dentro das exigências previstas para a disseminação dos grupos escolares pelos estados da federação brasileira.

A designação política era uma forma e condição alternativa para os professores que não podiam ser nomeados pela inexistência da qualificação correspondente ao seu cargo em que iria ocupar.

Tabela 05: Primeiros professores de Goiás nos grupos escolares:

GRUPO ESCOLAR - LOCAL	PROFESSORES	ACESSO AO CARGO
Anápolis Obs.: a professora Olívia não possuía qualificação.	Diretor: Alarico T. Verano	Nomeado
	Diva Silva	Nomeada
	Beliza da Correa	Nomeada

	Olívia R. da Silva	Designada
Capital	Diretora: Ophelia S. do Nascimento	Nomeada
	Abna Maria Jacomo	Nomeada
	Olívia C. F. Tavora	Nomeada
	Maria C. veiga Jardim	Nomeada
	Carlota G. de Amorim	Nomeada
	Laila de Amorim	Nomeada
	Emília Perillo Argenta	Nomeada
	Maria Ferreira de Azevedo	Nomeada
	Bela Vista Obs.: a diretora não era diplomada.	Diretora: Maria S. Pacheco
Luiza Naves de Souza		Nomeada
Clotildes P. de Araújo		Nomeada
Maria de Loudes Pacheco		Nomeada
Catalão	Diretor: Galeno Paranhos	Nomeado
	Maria das Dores Netto ⁴⁰	Nomeada
	Elvira Righetto	Nomeada

⁴⁰ Maria das Dores Netto Campos, conhecida como professora Mariazinha.

	Maria de Campos Neto	Nomeada
	A Brettas	Nomeada
Itaberáí	Diretora: Antesina A. S. A. e Silva	Nomeada
	Modestina das Dores Fonseca	Nomeada
	Anhanguerina Sant'Anna	Nomeada
	Esmeralda Augusta de Faria	Nomeada
Jaraguá	Diretora: Graciana M. de Freitas	Nomeada
	Alice Santiago	Nomeada
	Dulce G. Pereira da Silva	Nomeada
	Esther Campos	Nomeada
Rio Verde Obs.: as professoras Anna e Gracinda não possuíam diploma de normal (magistério).	Diretor: Celso H. Teixeira	Nomeado
	Davina N. Vasconcelles	Nomeada
	Anna Xavier da Silva	Designada
	Gracinda Teixeira	Designada
Santa Rita do Paranaíba	Diretor: Licio Paes	Designado

Obs.: além de todos serem designados, nenhum dos professores possuía diploma de normal (magistério).	Iolanda Paes	Designada
	Iraci Berquó	Designada
	Wanda Paes	Designada
Santa Luzia Obs.: o professor Guilherme não possuía qualificação e a professora Felismina, embora tenha sido apenas designada, era normalista.	Diretor: Homero M. Araújo	Nomeado
	Maria Izabel R. Assunção	Nomeada
	Felismina L. da Fonseca	Designada
	Guilherme de A. Meirelles	Designado
Vianópolis Obs.: a professora Diana não possuía qualificação.	Diretora: Maria A. C. Brandão	Nomeada
	Ceres L. do C. Brandão	Nomeada
	Florisia Rodrigues Moraes	Nomeada
	Diana Spensieri	Designada
Jataí	Diretora: Luiza R. Machado	Nomeada
	Anna Rita Gomes	Nomeada
	Eleuza Teixeira Alves	Nomeada
	Maria das Dores L. Coelho	Nomeada

Fonte: Quadro organizado pela autora, a partir da Mensagem do presidente de Estado, Brasil Ramos Caiado, em 13 de maio de 1929.

É possível que na tabela 05, compatível com a data da fonte, ou seja, 1929 tenham existido mais professores e pelo menos mais três grupos escolares que não foram citados. Pois de acordo com a mesma fonte utilizada para a organização da tabela 05, em 1929 já existiam 14 grupos escolares em Goiás, e não onze como registro. Na tabela 02 dessa pesquisa todos os nomes e locais dos GE estão devidamente relacionados. Ocorre que no momento da investigação tive a impressão de que o documento faltava uma página, coloquei-me em busca de outro mais completo, mas não foi possível satisfazer esse meu desejo.

Volto ao ponto das denominações "nomeada" ou "designada". A primeira impressão é que um dos motivos por que os professores eram apenas designados podia ser pela falta de diplomação no curso normal exigido na época para o exercício do magistério. Mas, diante das enormes divergências políticas existentes no Estado de Goiás pela disputa de poder, resistência dos coronéis frente à autoridade dos presidentes de Estado, supostamente duas coisas poderiam justificar a admissão de professores leigos, os "designados", em detrimento das nomeações, "os efetivos": a escassez de pessoas com diploma de normalistas ou a intervenção da autoridade local dos coronéis que falava mais alto. O fato é que a lei vigente em 1929 exigia professores normalistas para os grupos escolares.

De acordo com a mesma fonte acima, a diretora do grupo escolar da capital, Ophélia Sócrates do Nascimento, normalista diplomada pela Escola Normal de São Paulo, trouxe entusiasmo e a nova mentalidade da época para o setor da educação. Pregava aos professores goianos a metodologia da nova pedagogia divulgada nos estados mais avançados e contribuía para o sucesso do grupo da capital.

Mas as escolas normais por aqui eram raras. Além da capital, segundo Bretas (1991, p. 514), só existiam "cursos mantidos pelos Colégios Sagrado Coração de Jesus, de Porto Nacional; Santana, da Capital; Nossa Senhora Mãe de Deus, de Catalão; São José, de Formosa; Instituto de Ciências e Letras, de Anápolis e Santa Clara, de Campinas". Nessas alturas, Ramos Caiado reconhecia que o ensino primário "tem que começar pela preparação do professor, em escola normal realmente digna desse nome [...] onde se perfectibilizem os sentimentos affectivos, uma escola de formação do caráter, de formação nacional" (BRETAS, 1991, p. 515). Para a melhoria da educação primária o foco passou a ser concentrar mais esforços na formação dos professores.

Segundo Nepomuceno, "entre 1920 a 1930, as oligarquias que ocuparam o poder em Goiás quase nada fizeram no setor educacional". (NEPOMUCENO, 1994, p. 93). O poder oligárquico circulou desde a proclamação da República em Goiás entre as famílias Bulhões, Caiado e Ludovico. O século XX iniciou com a vitória dos Bulhões (BRETAS, 1991, p. 456). Com a Revolução de 1930,

um Ludovico veio ao poder e com ele teve início uma transformação no destino progressista goiano com a mudança da capital para Goiânia.

A ideia da formação do professor como suporte para a aurora educacional de Goiás continuou em pauta. Os esforços contínuos dos presidentes para difundirem os grupos escolares em Goiás se consagrou com a “Missão pedagógica paulista”, em 1929, quando Alfredo Lopes de Moraes nomeou como Secretário do Interior José Gumercindo Marques Otero.

Este secretário providenciou a vinda de professores especialistas de São Paulo para Goiás, com a finalidade de ministrar cursos em na capital de Goiás para os professores das escolas primárias.

Essa missão pedagógica paulista permaneceu em Goiás por cerca de dez meses. Além dos professores da capital todos os diretores dos grupos escolares do Estado foram treinados nesta missão. Mas as opiniões se dividiam sobre os gastos exorbitantes que Goiás desprendeou neste projeto. Contudo, ao final, “a missão apresentou os resultados dos seus trabalhos, em uma festa na Escola Normal, com exposição e demonstração de trabalhos e vários procedimentos, em que os diretores e professores-alunos provaram grande aproveitamento” (BRETAS, 1991, p. 521).

Diante disso, pela primeira vez, a formação dos professores que deviam assumir os grupos escolares foi reforçada de forma concreta e eficaz no estado goiano.

As escolas normais ganharam mais visibilidade em Goiás e foram ampliadas com o intuito de atenderem à demanda de diplomados para o ingresso no magistério dos grupos escolares como pressuposto prioritário para a difusão dos grupos escolares. Para Nepomuceno (1994, p. 141. Grifos da autora):

A formação dos professores primários em Goiás teve, a partir dos anos trinta, de levar em conta a revisão dos postulados da chamada “escola tradicional”, decorrendo disso um esforço de adequação da pedagogia, das escolas e do próprio educador ao espírito dos “novos tempos”. A revisão do processo pedagógico em âmbito geral produziu uma nova concepção da criança, que passou a ser compreendida como ser ativo e como centro de todas as preocupações. A infância passou a ser percebida em sua própria complexidade. (NEPOMUCENO. 1994, P. 141).

A autora se refere ao pensamento que a escola passa a adotar naquele momento, baseado em afirmações da Psicologia, Biologia e Sociologia de que a formação da personalidade da criança tinha muito a dever à vida social e às consideráveis influências que esta exercia sobre a mesma.

Surge aí a Escola Nova apresentada como científica. Todas estas novidades tinham que encontrar seu espaço na formação do professor, até então voltada para a disseminação dos grupos escolares.

Embasada na autora, elaborei o quadro a seguir para observação do crescimento dos cursos normais, isto ocorreu logo após a vinda da “Missão pedagógica paulista” (NEPUMOCENO, 1994, p. 93). Ou seja, no período de 1930 a 1942, o que me leva a crer que teria sido esta iniciativa de formação que permitiu, a partir de então, a melhora na educação primária dos goianos. E que a missão pedagógica possa ter sido um ponto de incentivo para a ampliação destas escolas para professores.

Tabela 06: Situação das Escolas goianas de Formação de professores até 1942:

NÚMERO DE ESCOLAS NORMAIS EXISTENTES EM GOIAS NO PERÍODO DE 1930 a 1942	
1930	06 - escolas de formação de professores-
1933	11 - escolas de formação de professores-
1939	19 - escolas de formação de professores
1942	22 - escolas de formação de professores-

Fonte: Quadro organizado pela autora, com base em Nepomuceno (1994, p. 93-94).

Segundo a mesma autora, a Missão Pedagógica também ajudou a consolidar na legislação que regulamentava a educação goiana. Nesse contexto, surge, com a ajuda dos professores paulistas, um atualizado decreto que tinha a intenção de garantir e regular a criação dos grupos escolares.

No decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, foram regulamentadas as questões divergentes sobre a criação e funcionamento dos grupos escolares em Goiás.

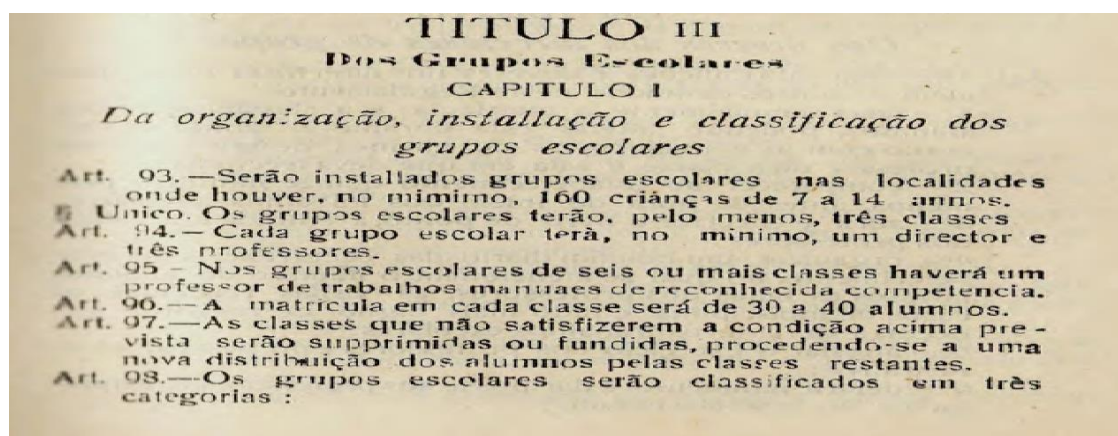
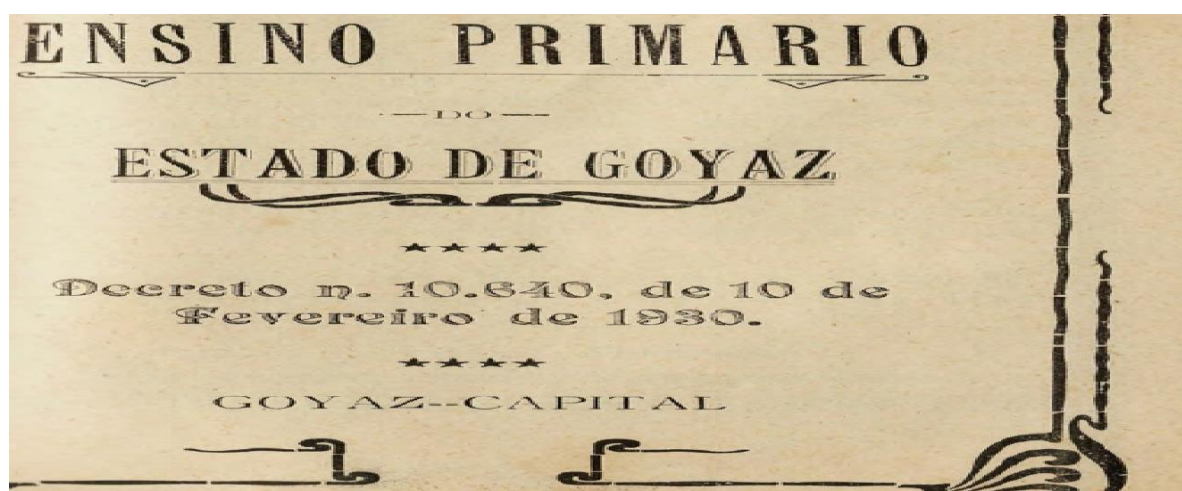
Porém, os problemas que impediam a sistematização do ensino goiano, não se resumiam na falta de legislação, estavam espalhados pelo imenso território e não encontrariam as soluções imediatas apenas nas exigências constantes no citado decreto. A começar pelo número mínimo de alunos que era de 160 crianças, a União Federativa lutava para atrair a população para um estado em formação, Goiás era possuidor de grande extensão territorial, mas, povoado de forma irregular apresentava muitos locais desabitados. Lugarejos com poucos habitantes estavam sedentos pela

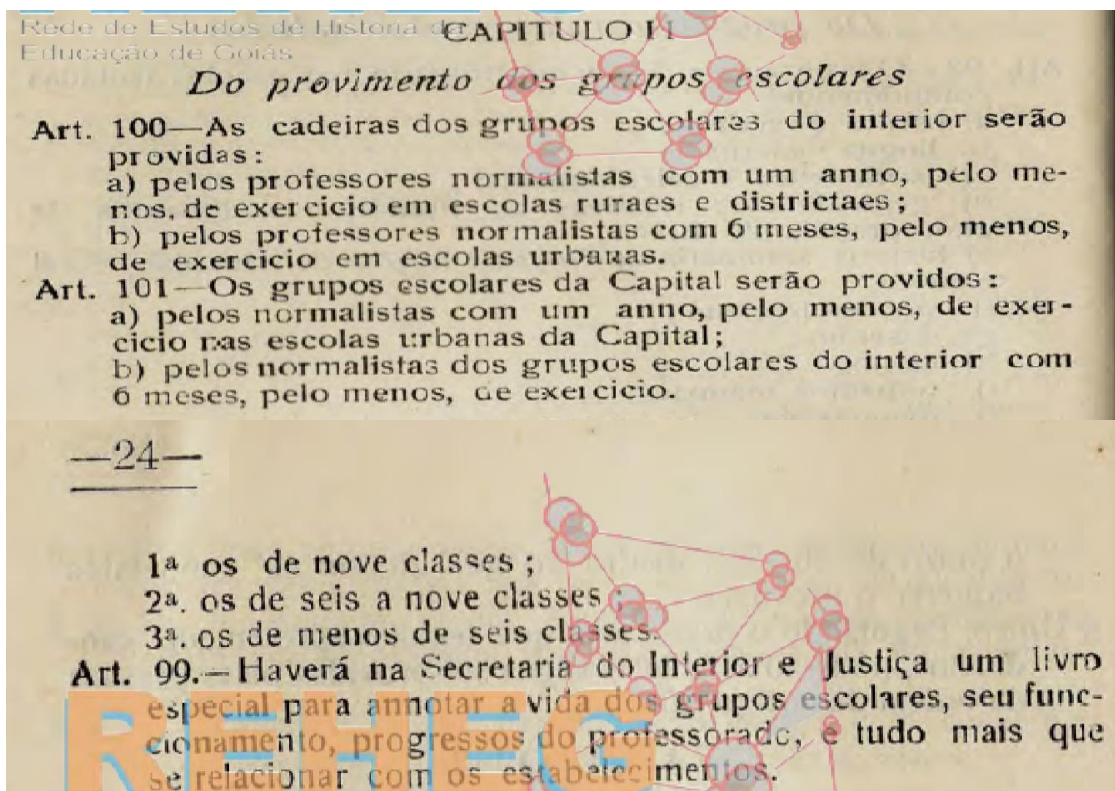
organização e institucionalização da educação primária, almejavam pela criação de um grupo escolar, mas, não poderiam receber o benefício, justamente por conta do decreto. A escola da modernidade, já fazia parte do imaginário promissor dos políticos e pessoas responsáveis pela educação. Pelos estudos podemos perceber que as cidades disputavam entre si a chegada dessas novas escolas, como foi o caso entre Catalão e a Capital, citado aqui nessa pesquisa.

A imagem 02 mostra maiores detalhes do decreto e nos coloca de frente com outros problemas anunciados pelo documento. Ressaltando o artigo 100 que exige que os professores do interior sejam normalistas e tenham no mínimo um ano de experiência.

A legislação posterior só viria a oferecer adaptações favoráveis a realidade do estado quase dezessete anos após, entre 1945 a 1947.

Imagem 02: Decreto regulando o ensino primário em Goiás/1930.





Fonte: <https://reheg.fe.ufg.br/n/30886-acervo-documental-da-reheg>. Acesso em 30 de março de 2015.

Com o treinamento proporcionado pelos professores paulistas e o Decreto 10.640 estava assentado o desejo de melhoria na educação primária do estado de Goiás.

Aos poucos as bases pareciam ficar mais solidificadas, a aurora educacional passava a ser uma realidade mais alcançável, apesar de, como visto anteriormente, nem todos os autores concordarem com o fato.

2.4. Os grupos escolares de Goiás na trilha da marcha para o oeste⁴¹ e o combate ao analfabetismo

Os grupos escolares foram um modelo de ensino primário escolhido e disseminado pelos republicanos. Porém, a sua consolidação aconteceu de forma irregular e muito mais lenta do que a real necessidade de organização para a escola pública exigida na época, eles foram “Um modelo que, guardadas as peculiaridades de cada país, estava se difundindo por todo o mundo” (SOUZA, 1998, p. 31). Assim, confirmando o ideal republicano de modernidade, os grupos escolares faziam parte das mudanças que se instalaram.

Paralelamente às condições do analfabetismo em todo território brasileiro e em especial no Estado de Goiás, conforme foi identificado no título em voga, alarmante, a simples implantação do sistema de grupos escolares sozinha não aplacou esta situação, não foi a solução para este mal que ainda passou por muitos percalços e reformas educacionais para se amenizar.

A falta de instrução é também abordada por Ferraro (2004), que percebeu que a educação poderia dar mais atenção às potencialidades dos dados originados de fontes como os censos, as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e os registros escolares. O estudioso esclarece: “temo que, com o argumento de livrar-se do quantitativismo e dos problemas relacionados com a utilização das estatísticas educacionais, tenha-se acabado por jogar fora a criança junto com a água do banho”. (FERRARO, 2002, p.44).

Para Bretas (1991, p. 575), “Em 1930, ano em que findou a primeira República, todo sistema de ensino em Goiás se achava estruturado em bases sólidas [...] 20 grupos escolares existiam no Estado em 1930, 161 escolas comuns, ou isoladas, sem se contarem as escolinhas rurais”. Porém, Nepomuceno (1994, p. 48) afirma que “o discurso universalizante da educação, como instrumento capaz de superar as iniquidades sociais e de criar uma sociedade justa e democrática, pertence ao terreno ideológico, pertence ao domínio da ilusão.” A autora lembra que as forças que conduziram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas e para acomodar as tensões e conciliar os contrários. Em seu discurso de posse, o Presidente Vargas anunciou que necessitava da colaboração de todos para a construção de uma Pátria nova, ou seja, politicamente falando, as ações que se instalaram na época não estavam prontas, eram apenas a proposta para um Estado conciliador. No papel

⁴¹ Marcha para o Oeste foi um movimento criado pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste. Houve um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas.

conciliador do Estado a educação recebeu dupla função: “construir uma sociedade mais justa e aberta a todos os seus participantes e corrigir as desigualdades e injustiças sociais” (NEPOMUCENO, 1994, p. 49).

Por mais algum tempo a situação ficou sem solução, pois, nesse contexto, Bretas (1991, p.576) afirma que, de 1930 a 1935, em Goiás, “no governo revolucionário o crescimento da rede escolar, no nível primário e no secundário, foi, pode-se dizer, vegetativo, isto é, não houve crescimento extraordinário para se dizer que a mudança de regime fosse benéfica para o ensino”. O autor, além desta afirmação, esclarece que as estatísticas escolares de Goiás não são “próximas da realidade”. O que realmente ocorreu em termos de crescimento numérico após a disseminação dos grupos escolares é tema obscuro.

Obviamente essas divergências e debates não aconteceram apenas nas fronteiras de Goiás. Em dezembro de 1931, na IV Conferência de Educação, emanaram como ponto de atraso para a articulação do plano nacional de educação. E foi no ano seguinte que o Manifesto de 32 conseguiu articular as primeiras reflexões que, no mínimo, englobaram três segmentos: “a reflexão elitista de seu autor, Fernando de Azevedo, a vertente democrática de Anísio Teixeira, e a vertente mais radical de Paschoal Lemme” (NEPOMUCENO, 1994, p. 50).

Diante das muitas reflexões nos seus mais diferentes contextos sociais uma demanda, anteriormente discutida e não concretizada, eclodiu em toda nação brasileira, o combate ao analfabetismo.

De acordo com a mesma autora:

Universalizar a instrução elementar, cumpriu também uma finalidade menos consciente, mas não menos verdadeira, que era a de mascarar a realidade da exploração econômica, deslocando do plano da produção para o plano educacional a origem das questões mais relevantes da sociedade brasileira. (NEPOMUCENO, 1994, p. 54).

Assim, em Goiás, massificar a educação passou a ser dos anos trinta em diante uma exigência política e econômica. O índice de analfabetismo no Estado atingia mais de 80% da população, a ilusão de que a educação estava com os seus rumos traçados na primeira República nitidamente se desmistificou. Os relatórios dos governantes relataram a existência de apenas seis escolas normais para qualificar os professores de todo o estado, igualmente o ensino secundário até a época contava também com três escolas e o jardim de infância funcionava só na capital. O ensino primário foi se tornando mais articulado, mas mesmo assim os registros apontam a sua escassez e para um atendimento não satisfatório (RELATÓRIO de 1930-33, 1933, p.16).

O quadro a seguir tem a intenção de mostrar a situação de alguns estados brasileiros com relação ao analfabetismo após a Primeira República e a evolução de sua superação. Os estados foram escolhidos aleatoriamente, mas priorizando, de certo modo, aqueles que supostamente em ordem cronológica tiveram ligação direta ou indireta com a criação dos grupos escolares. Em São Paulo, por exemplo, entre 1894 e 1908, havia em funcionamento 63 grupos escolares. Entre 1890 e 1910, só na capital, 23 GE foram instalados (SOUZA, 1998, p.140).

Muitos fatos importantes aconteceram no Brasil de 1920 a 1960. Mas, neste título, vamos nos ater de forma especial à revolução de 30. Neste período, a queda do analfabetismo foi acelerada. Ferraro e Kreidiow (2004) afirmam que para o conjunto federativo brasileiro a taxa cai no período de 71,2% para 46,7% entre as pessoas de 5 anos ou mais, uma redução de 24,5 pontos percentuais.

Podemos acompanhar este movimento pelo quadro a seguir. A tendência do nordeste brasileiro, mais precisamente Maranhão e Sergipe, foi crescente, enquanto os outros estados decresciam na taxa de analfabetismo.

Tabela 07: Analfabetismo no Brasil segundo o censo de 1872, 1920 e 1960.

Ano base do censo % Referência a partir das crianças de cinco anos.		1872	1920	1960
Ano de criação dos GE no estado				
São Paulo	1893	81,2	64,7	30,1
Rio de Janeiro	1897	74,2	53,4	27,3
Maranhão	1903	77,4	81,7	69,8

Minas Gerais	1906	85,6	75,4	49,6
Sergipe	1911	60,4	80,7	65,0
Goiás	1918	83,8	81,9	55,3

Fonte: Organizado pela autora com base em: BRASIL, Recenseamento Geral de 1920; IBGE, Censo Demográfico 1940, que reproduz também os resultados dos Censos anteriores; IBGE, Censo Demográfico 1960 e... 2000.

Desta feita, dos seis estados analisados quatro deles tiveram a diminuição do analfabetismo em linha decrescente, enquanto nos estados do Maranhão e de Sergipe houve um acréscimo da taxa de analfabetismo do 1º para o segundo recenseamento de 4,3% no primeiro e de 20,3% no segundo.

Após 1920, São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados que conseguiu reduzir pela metade o número de analfabetos, o que pode significar que isto se deve à disseminação das escolas com mais rapidez.

Mas tudo isto se explica nas palavras dos estudiosos Ferraro e Kreidiow (2004), ao concluírem que,

As distinções ou desigualdades vão assumindo um caráter nitidamente regional. O primeiro conjunto de Unidades da Federação a constituir-se com clareza como grupo regional nitidamente distinto é o Nordeste. Com efeito, as dez posições mais elevadas em termos de analfabetismo são ocupadas, em 1920, pelos nove Estados do Nordeste, mais o Estado de Goiás. (FERRARO; KREIDIOW, 2004, p. 186).

A Marcha para o Oeste, que não foi por certo um movimento específico de Goiás, mas um projeto nacional de Getúlio Vargas que no caso goiano, culminou com a transferência da capital de Goiás para Goiânia e, nas palavras de Bretas, (1991), “a partir de 1936, houve uma notável transformação no Estado, não só no ensino, mas também em todos os setores da vida goiana, essa transformação foi ensejada pela construção de Goiânia e a mudança oficial da Capital.” (BRETAS,1991, p. 576).

O mesmo autor também concorda que uma onda de progresso em Goiás teria se iniciado na década de 1920. Assim como ele há outros autores que afirmam que o acentuado progresso de Goiás

se deve ao movimento dos trilhos⁴². Ou seja, à chegada da estrada de ferro ao centro oeste. O movimento evolutivo dos meios de transporte em Goiás trouxe consequências populacionais e estas, por sua vez, demandaram a criação de novas e melhores escolas. Bretas (1991) assim descreve este acontecimento:

A estrada de ferro tinha chegado a Tavares (Vianópolis) e alguns anos depois em Anápolis. O automóvel penetrava o Estado desde 1919, e dentro de mais 10 anos (1930) todas as cidades do sul do Estado se achavam interligadas por estradas de automóvel [...] A imigração aumentava a população, trazendo, ao lado de novas forças de trabalho, métodos de produção mais modernos [...] jornais e revistas de São Paulo e Rio de Janeiro chegavam em poucos dias, trazendo notícias frescas. O povo lia mais [...] Enfim todos os setores da vida goiana se agitam, à procura da prosperidade. (BRETAS, 1991, p. 577).

Existe uma tese bastante aceita de que Goiás era governado por oligarquias na Primeira República, grupos que não mediam esforços para se manterem no poder à custa do atraso do Estado. Este poder oligárquico, segundo a mesma teoria, mantinha o Estado no marasmo social, político e econômico, de modo que antes de 1930 conservava acanhado os seus núcleos urbanos. A partir de 1930 foi que o Estado se incorporou ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo, passou a comercializar a agricultura e acelerou os níveis de produção e exportação. O poder oligárquico entrou em disputa acirrada e os ataques passaram a preencher as páginas dos jornais da época. Contra os caiados a nova ordem política do Estado era representada por Pedro Ludovico Teixeira, (CHAUL, 2010, p. 202).

Como interventor em Goiás, base aliada do presidente Vargas, Dr. Pedro Ludovico Teixeira procurou dar um rumo na política, diverso daquele que eles chamavam de “retrógado”. Foi lançada a pedra fundamental da cidade de Goiânia no dia três de outubro de 1933 como homenagem aos três anos do início da Revolução de 1930. Assim, a marcha para o progresso chegou ao povo goiano com o objetivo político do governo de Pedro Ludovico Teixeira, que também era de impulsionar a ocupação do Estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica. A implantação de tal projeto só foi possível com a garantia de uma infraestrutura básica ligando o centro-oeste ao sul do país. As principais medidas adotadas por Pedro Ludovico, além da mudança da capital para Goiânia, foram: ampliar a construção de estradas internas; promover a reforma agrária; e seguir a tendência do presidente Vargas na Marcha para o Oeste.

⁴² A estrada de ferro chegou a Goiás em 1913, vinda de Minas Gerais. Fonte: I centenário das Ferrovias Brasileiras-IBGE, 1953, p. 10.

O Estado Novo buscava por todos os meios garantir a integridade geográfica dos brasileiros. O capitalismo incentivava a guerra, os países mais evoluídos tinham necessidade de matéria prima e de conquista de aliados, com estas medidas de ocupação do centro-oeste brasileiro a base progressista do país, de certa forma, protegia a si mesma das ameaças externas, potencializando a ocupação territorial, (CORDIS, 2013).

Estes conflitos alheios ao setor educacional se constituíram em um fator que promoveu o marasmo na instrução pública, pois era preciso organizar os poderes. Nepomuceno (1994, p. 140) explica que na primeira República as oligarquias de Goiás ligadas ao setor pecuário puderam ocupar quase que somente as reproduções dos quadros burocráticos e administrativos do Estado. Desse modo, a política educacional ficava relegada ao acaso. Lembra que até os anos trinta o ensino primário em todas as suas modalidades só existia na Capital.

Para a autora, a educação em Goiás pegou carona com a Grande Marcha e assumiu um caráter ruralista a partir de 1937. Em outras palavras, ela entende que se a produção atraía o progresso e, no caso goiano, essa produção era mais ruralista, a educação não podia mais ser privilégio dos centros urbanos, como acontecia com o ideal dos grupos escolares, que impunha uma quantidade enorme de alunos para garantia de seu alcance. A expansão do Estado no mercado inter-regional garantido pela estrada de ferro e o crescimento das redes rodoviárias que cortavam o sul e o sudeste goiano forçaram a ocupação de novos espaços do território levando junto a necessidade de se criar escolas e “uma política educacional que pudesse, paulatinamente, ir “secundando” o avanço e a conscientização do capitalismo.” (NEPOMUCENO, 1994, p. 142. Grifos da autora).

Enquanto isso, conforme já dito anteriormente, em linhas gerais, uma contradição se impôs frente à educação na nação, houve uma ruptura do processo educacional e político brasileiro com a chegada da Carta Magna de 1937. Em comparação com a terceira Constituição brasileira, de 1934, um grande retrocesso se sucedeu, pois na Constituição Getúlio Vargas já havia declarado que a educação era direito de todos, devendo ser administrada pela família e pelos poderes públicos. Em contrapartida, a Carta Magna de 1937, do Chamado Estado Novo, redigida por Francisco Campos, retirou do texto esse trecho da Constituição deixando a educação à deriva dos poderes públicos. O “Estado Novo” criou uma legislação dada pela nova Constituição e por uma série de leis definidas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema as chamadas “leis orgânicas do ensino” e com isso a Carta de 1937 inverteu as tendências democratizantes da Carta de 1934. Por exemplo, enquanto o artigo em 1934 o Artigo 149 dizia que — "A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros

domiciliados no país (...)”. A CF de 1937 reverteu a obrigatoriedade do Estado no Artigo 125 — “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular”. Também a gratuidade do ensino, conseguida na Carta de 1934, ficou maculada na Constituição de 1937⁴³. O documento deixou a educação dos pobres a cargo das pessoas mais ricas eximindo o Estado da obrigação de propor qualquer defesa da educação popular geral. (GHIRALDELLI, 2001, p.72-79).

Um movimento militar depôs Getúlio Vargas e instituiu a nova República, sendo eleito em 1946 o General Eurico Gaspar Dutra, que providenciou uma nova Constituição considerada de cunho democrático e liberal, que determinou a volta do princípio de que a educação é direito de todos. Dois anos depois se iniciou a campanha pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que marcou a história da educação no Brasil.

O fato é que o crescimento da rede escolar primária em Goiás só veio a se tornar realidade após 1947, e a demanda de criação dos grupos escolares foi intensificada. Uma disseminação que tinha nesse contexto uma nova roupagem, o diferencial do pensamento de valorização territorial e de ocupação. Diante disso, a escola não podia ser exclusivamente urbana. Grandes mudanças estariam por acontecer nas construções dos novos grupos escolares. Bretas (1991, p. 589) explica que “esse crescimento se intensificou a partir de 1947, quando se criou o Fundo Nacional do Ensino Primário⁴⁴, porque aí começou a União a distribuir verbas aos estados para a construção de prédios escolares, na zona urbana e na zona rural”. Mas, o FNEP foi criado em 1942, então, segundo o autor, em Goiás esses recursos não chegaram com precisão, fora programado “na conformidade de suas maiores necessidades”, conforme se vê no artigo transcrito abaixo, mas o Brasil é territorialmente muito grande e a dificuldade no setor da educação se expande com regularidade nos diversos estados simultaneamente.

A legislação criada em 1942 pelo presidente Vargas abriu uma possibilidade nunca vista aos estados brasileiros: a partir do momento em que a política educacional passou a ter a parceria do presidente da República novas perspectivas se abriam para a disseminação da educação primária brasileira. De acordo com o Decreto-lei nº 4.958 (1942), no artigo terceiro:

Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Esses recursos serão aplicados em auxílios a cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na

⁴³ Basta comparar o “Artigo 150 da CF de 1934, parágrafo único com o Artigo 130 da CF de 1937

⁴⁴ Na verdade o FNEP foi Criado por Getúlio Vargas pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942.

conformidade de suas maiores necessidades. (Art. 3º do Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942).

Em 1951, o país estava novamente sob o governo de Getúlio Vargas, que voltou à presidência por eleições diretas e nesse novo mandato tem início a campanha pelas escolas Classe e Escola Parque⁴⁵, período em que a pedagogia de Jean Piaget ganhou espaço nas escolas brasileiras.

E, no caso de Goiás, o governador estadista Pedro Ludovico Teixeira⁴⁶, companheiro fiel da luta pelo Estado Novo junto a Getúlio, naturalmente soube aproveitar os desígnios do artigo 5º do decreto 4.958: “A concessão do auxílio federal para o ensino primário dependerá, em cada caso, de acordo especial observado os termos gerais do Convênio Nacional de Ensino Primário e as disposições regulamentares que sobre a matéria forem baixadas pelo Presidente da República.” (Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942).

É provável que como consequência deste decreto foi que Ouvidor, distrito às margens da estrada de ferro, ganhou a possibilidade de obter, no seio da população dilatada pela chegada de uma estação ferroviária, um grupo escolar que viria a ser um recurso providencial ao alcance da maioria das crianças locais, embora este não atendesse, na prática, aos requisitos exigidos pela legislação dos grupos escolares em termos de números de alunos e capacidade de encontrar no município pessoas qualificadas para assumirem o comando da escola graduada que se aproximava.

⁴⁵ Em 1950, Anísio Teixeira criou escolas com experiência conhecida internacionalmente como Escola Parque. Essa instituição Educacional, além de formação do professor, tinha reunido as escolas classe que ofereciam à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização, preparação para o trabalho e para a cidadania (FÁVERO, 1999).

⁴⁶ Interventor federal em Goiás pela segunda vez (1937-1945) e governador eleito (1951-1954), além de ser senador eleito por duas vezes (1955-1962 e 1962-1970).

CAPÍTULO III - OUVIDOR NOS TRILHOS: GÊNESE E APORTE DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA

3.1. A estrada de ferro no sudeste goiano e sua relação com a formação política, educacional e social do povo de Goiás e em Ouvidor.

Os primeiros trilhos que se têm notícias surgiram na Inglaterra em 1825. Depois deste feito, “um grande número de países do mundo ocidental se empenhou na elaboração de projetos ferroviários”. (BORGES, 1990, p. 17). Em 1827, o projeto ferroviário já estava nos Estados Unidos; na França em 1828, na Alemanha e na Bélgica em 1835, chegando à Rússia em 1837 e ao Brasil com a estrada de ferro Barão de Mauá, inaugurada em 30 de abril de 1854. Vale ressaltar que desde 1896 a ferrovia alcançou Araguari, cidade mineira vizinha que se distancia apenas 89 quilômetros de Ouvidor, e, mesmo assim, foi após 26 que foi construída a estação ferroviária que daria origem a Ouvidor. Local que se estabeleceu com o nome de Catuaba a partir do momento em que os primeiros moradores fixaram suas residências. Com a chegada dos trilhos, o povoado de Catuaba foi modificado, a inauguração da estação ferroviária, em trinta de dezembro de 1922, além da mudança do seu nome, provocou outras mudanças na região. A escolha do nome de “Ouvidor” para a estação recém-inaugurada, que foi escolhido por causa do Ribeirão Ouvidor, águas que cortam a planície, também se estabeleceu como nome do povoado e esse se expandiu por conta da estrada de ferro.

De acordo com Rodriguez (2011),

Para Goiás, a presença da Estrada de Ferro em seu solo é também o resultado de um grande esforço feito por alguns representantes da classe política e intelectual da região. Todavia, é preciso assinalar que a ferrovia cortava o cerrado goiano **em função dos interesses do sistema capitalista de produção**, ou seja, ela nasceu de fora para dentro do estado. (RODRIGUES, 2011, p. 70. Grifos da autora).

A autora chega a citar os nomes dos políticos que apoiaram a chegada dos trilhos, mas, como toda história, aqui há pontos de divergências, pois a pesquisa verificou que, para Borges, em se tratando de Goiás,

A construção da ferrovia não resultou do empenho político da classe dominante do Estado. As oligarquias ligadas as antigas estruturas de produção, tanto a nível nacional como regional, de uma certa forma [...] não queriam a estrada de ferro, pois ela representava uma força nova de transformação que poderia ameaçar o “status quo”, ou seja, o poder constituído dos coronéis. (BORGES, 1990, p. 55. Grifos do autor).

O certo é que os poderes locais se esforçavam para se manterem no auge a qualquer circunstância. E neste “conturbado cenário do final dos anos 20 que emergiu o líder Pedro Ludovico

Teixeira [...] e passaria a ser o interventor do estado após a Revolução de 30” (CHAUL, 2010, p. 189). O mesmo autor afirma que Catalão foi o exemplo do significado dos trilhos para o progresso dessa região, pois o comércio da produção agrícola foi crescendo gradativamente e a estrada de ferro se transformou no elo que faltava na corrente comercial de Catalão com o Triângulo Mineiro e São Paulo (CHAUL, 2010, p.182).

Catalão, situada a uma pequena distância de 12 quilômetros de Ouvidor, foi citada pelo historiador Borges (1990) da seguinte forma: “a cidade de Catalão, portal de entrada de Goiás e divisa com o Triângulo Mineiro, foi a expressão maior do desenvolvimento comercial e produtivo do sul de Goiás, na Primeira República” (BORGES, 1990, p. 20).

No embalo desse desenvolvimento, foi naturalmente que “Catuaba”, hoje Ouvidor, passou a ser um lugar mais desenvolvido e povoado. O autor explica que o projeto ferroviário em Goiás resultou primeiro do empenho de novas oligarquias, aqueles que despontavam como força política do Estado e puderam atrair o apoio financeiro internacional. Apoio que seria usado também para atender aos interesses da economia capitalista e, esta, por sua vez, pressionava o governo federal a apoiar a construção da linha. E, assim, a exemplo de outros estados, o crescimento ferroviário nesse estado, foi rápido e desordenado, “as ferrovias repercutiram de modo marcante a vida econômica, social, política e militar das sociedades. Essas vias de transporte e comunicação [...] foram os principais veículos de propagação de ideias, crenças, sentimentos e costumes”, (BORGES, 1990, p. 18).

E foi com o ingresso dos trilhos da estrada de ferro em Goiás, no início do século XX, que se inaugurou uma nova etapa de ocupação demográfica na região sudeste. Além da ferrovia, a construção de Goiânia e o fenômeno da colonização na região central também contribuíram para o grande movimento de migração demográfica conhecido como a Marcha para o Oeste, conforme foi abordado anteriormente.

Para Borges (1990, p. 88), “A ferrovia foi um dos fatores mais expressivos na aceleração do progresso de mudanças em todos os níveis da sociedade goiana, o que significa uma maior inserção do Estado, ou mais especificamente, da economia de algumas de suas regiões”. Ele afirma que por conta de um acordo com a companhia ferroviária o Estado se obrigava a fundar núcleos coloniais pelo menos a cada 100 quilômetros por onde os trilhos passariam. E o resultado foi que “além da modernização das cidades já existentes, novos núcleos urbanos se desenvolveram com a penetração da ferrovia. Muitas estações se transformaram, dentro de pouco tempo, em núcleos de colonização e depois em povoados e cidades”, (BORGES, 1990, p. 106).

Na fala dos moradores da cidade de Ouvidor notei a importância que dão aos “trilhos”, o entusiasmo e ao mesmo tempo a nostalgia com que eles citam a velha estação ferroviária como parte integrante das memórias que permanecem vivas. O ex-aluno 01 recordou de forma simpática os vaivéns que faziam na hora da chegada do trem de ferro.

Entrevistadora: Como o senhor vê a chegada da estação ferroviária em Ouvidor, ela representou alguma coisa diferente para o local?

Ex-aluno 01: Olha quando o trem começou a correr, foi uma alegria para o povo, aquilo representava o fim do isolamento. A gente corria para a estação qualquer hora que ouvia o som da chegada da Maria Fumaça... (parou pensativo como se as lembranças estivessem provocando lembranças agradáveis...).

Entrevistadora: E o que essas pessoas faziam lá na estação?

Ex-aluno 01: vendiam coisas, pirulito, doces e até pequenos animais eram comercializados. E também a gente ia passear e ver as pessoas que passavam. As moças e os rapazes ficavam fazendo vaivém em frente à estação.

Entrevistadora: então o Senhor acha que a estação trouxe movimento para o local? E o que mais além de movimento?

Ex-aluno 01: Uai, antes da estação tinha muito poucas casas em Ouvidor, foi depois dela que as pessoas mudaram mais para cá. E tudo que a gente comprava ou vendia, era o vagão que trazia e levava.

Entrevistadora: E o grupo escolar, o Sr. acha que a estação teve alguma influência na sua implantação?

Ex-aluno 01: não sei. Deve ter tido, porque eu estudava com o professor Abílio numa sala cheinha. Só estudei com ele. Mas, no último ano a gente passou pro grupo. (ENTREVISTA realizada em 15/07/2014, na fazenda do entrevistado município de Ouvidor).

Depois dessa conversa, analisei sua fala e confrontei com as outras respostas, assim reforçou a constatação de que o local ter sido ponto para construção de uma estação ferroviária foi o motivo da chegada do grupo escolar. Na mesma entrevista do ex-aluno acima ele me disse que não sabia se a chegada dos trilhos teve influência direta na institucionalização do Grupo Escolar de Ouvidor. Ele afirmou em seguida que muitas pessoas se mudaram para o povoado depois da construção da estação, e que fizeram dela um lugar de lazer e de comércio. Reforçada a confirmação sobre a influência da estação no aumento da população e conseqüentemente da necessidade da escola associada ao fato de que a legislação destinada a regulamentação dos grupos escolares dava preferência e prestigiava os locais onde havia mais gente aglomerada, no momento de instalar as escolas, concluí que a chegada de novos moradores para Ouvidor, ampliou, portanto, a necessidade da escola primária para o local, sendo o fato de grande importância para a institucionalização do grupo escolar.

Se fizermos a observação detalhada da foto número 11, teremos a confirmação de que o depoimento do ex-aluno 01 fez justiça ao que acontecia com a sociedade de ouvidor no tempo da

chegada da estrada de ferro. O local aglomerou pessoas e deixou de ser um lugar despovoado. Pessoas circulavam pela estação numa comprovação de povoamento mais intenso da região.

Nas narrativas dos filhos do professor Abílio, pudemos armazenar muitas recordações dos tempos em que seu pai, comerciante de manteiga animal, denominada de "creme", o professor se dirigia para a estação a fim de despachar sua mercadoria e com ele, diziam os entrevistados, "muitos outros moradores também faziam o mesmo, iam vender objetos na plataforma da estação".

Segundo eles, o apito da máquina anunciava para as pessoas de Ouvidor, que estava na hora de correr para as margens dos trilhos com as mais diversas finalidades. Uns iam para embarcar, outros para receber algum produto encomendado. "Até os móveis vinham de trem de ferro de Minas Gerais" assim contou o filho mais velho do professor.

As crianças iam "pegar rabeira" de um ponto qualquer até a estação. O fato é que aquilo me pareceu uma grande diversão para o povo antes isolado pela ausência de estradas.

Parei e fiquei a imaginar a cena descrita. E passou pelas minhas lembranças tudo aquilo que não pode ser completamente ignorada pelas minhas memórias. Pois, nasci em 1957 e ainda peguei uma parte boa desta corrida desenfreada para a "beira da estrada de ferro" enquanto era criança.

Saudosa pelas recordações me vira a lembrar de outra cena, cena esta que veio a tona involuntariamente: os embarques de gado! Isto sim era uma beleza! Enchia a gente de alegria. Eu que era a mais corajosa das meninas, superava as minhas amigas e me aventurava até a subir nas cercas do curral da estação enquanto a maioria das meninas ficava ressabiada olhando de longe eu "moleca" ficava ao lado dos meninos lá em cima das tábuas e do mochão. Apreciar aquele trabalho boiadeiro de perto era tudo o que nós podíamos desejar. O coração batia acelerado diante dos berros e coices dos animais! Entre medo e desejo de adrenalina a gente ficava horas assistindo o embarque das vacas e bois. Embora nossos pais não concordassem com este fato, assim mesmo a gente ia correndo todas as vezes que havia embarque.

A seguir, na foto abaixo, podemos ver que a diversão não era privilégio das crianças. A foto mostra dois homens que vestidos com seus "trajes domingueiros"⁴⁷, ao se cumprimentarem revelam que estão felizes, sorridentes, como acontece com pessoas que estão se divertindo ou quem sabe efetuando negócios possibilitados pelo movimento da estação ou ainda, aproveitando o momento para posar para uma foto. Mais à frente, à esquerda da foto, vê-se pessoas que estão indo, no lado direito, outras ao lado de um vagão, enfim, a foto se trona um documento de que em Ouvidor a presença dos trilhos fez diferença na vida das pessoas.

⁴⁷ Roupas novas usadas aos domingos quando não se estava trabalhando.

Essa imagem é a confirmação das memórias dos muitos ouvidorenses que nos afirmaram que além de servir para embarque e desembarque nas viagens da época, a estação foi um ponto de encontro, um lugar para se divertir e passear, conversar com amigos ou fazer negócios. Contam que, quando chegava a hora do trem passar pela cidade de Ouvidor, o seu apito estridente que anunciava a grande hora, arrancava dos lares muitos cidadãos que iam correndo para a beira da estrada de ferro ou para iam para as janelas de suas casas contando que pudessem avistar a passagem do trem de ferro.

Foto 11: Amigos na praça da estação.



Fonte: acervo pessoal da diretora nº 03.

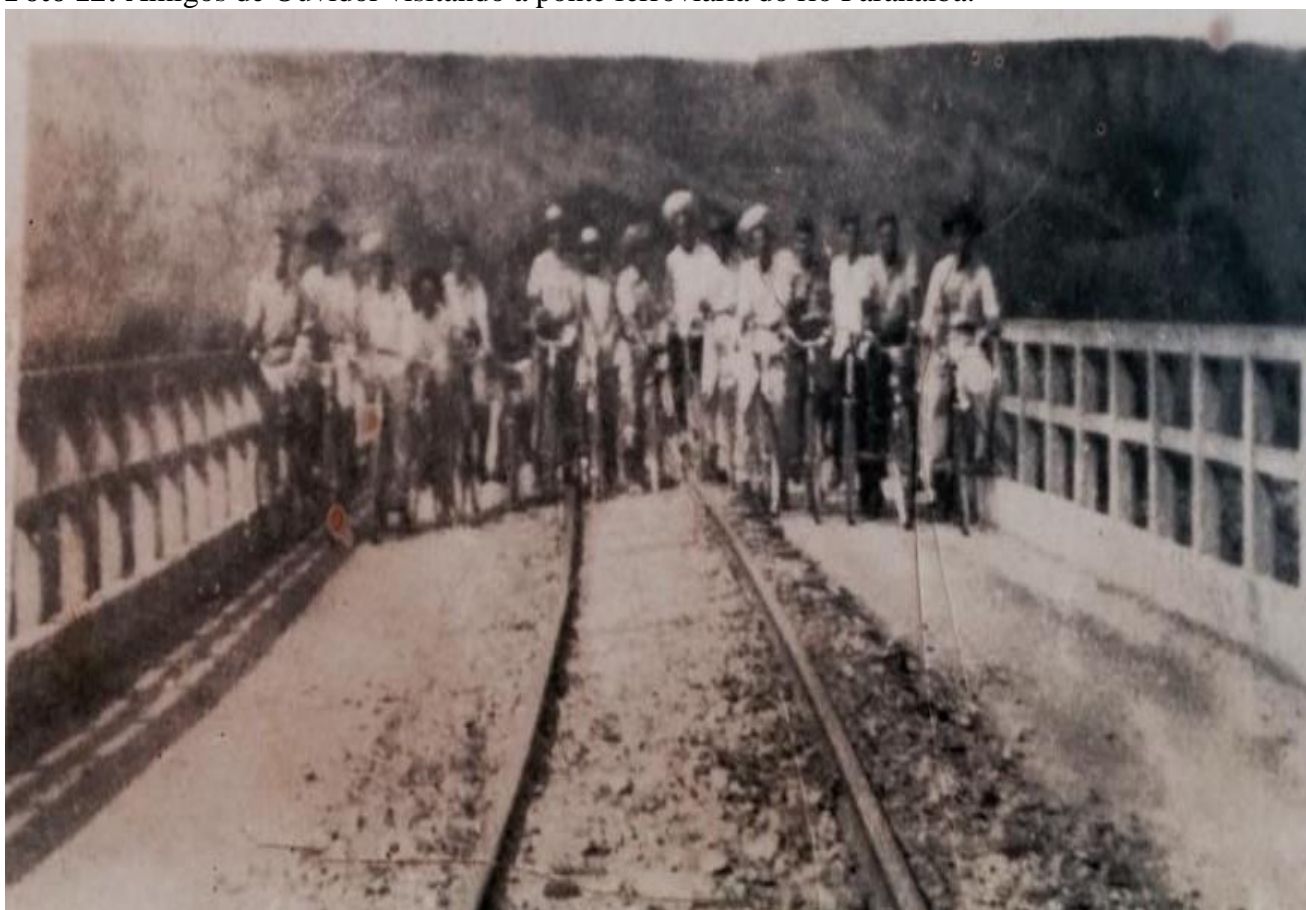
Provavelmente foi esse movimento trazido pelos trilhos além de ajudar no desenvolvimento econômico e populacional da região oportunizou a Ouvidor a construção prematura do Grupo escolar, com relação a outros lugares do estado de Goiás que ainda tiveram que esperar muito mais para terem seu GE.

A cidade de Ouvidor se localiza geograficamente em um ponto estratégico de ligação entre o Centro-Oeste e os territórios mais desenvolvidos do Brasil desde o século XIX. Ouvidor fica ao sudeste goiano, situada na microrregião de Catalão, Goiás. É um município que possui uma área

geográfica de 413.784 Km², e atualmente conta com uma população estimada em 6.038 habitantes. Limita-se com Minas Gerais, estado que além dos trilhos já gozava de maiores progressos na instrução pública, como veremos na sequência deste trabalho.

A ponte ferroviária passou a ser também um ponto de orgulho e visitação. Os moradores das redondezas iam para pescar de cima dela, passear, como mostra a foto, e para nadar, pois era um lugar bonito e atrativo. Mas, a coisa mais importante trazida pelos trilhos foi a comunicação rápida que colocava em Ouvidor, as informações, revistas, jornais e muitas outras novidades vindas de locais distantes e muito mais desenvolvidos. Isto fez do povoado um local privilegiado, conforme se vê na descrição da foto 12.

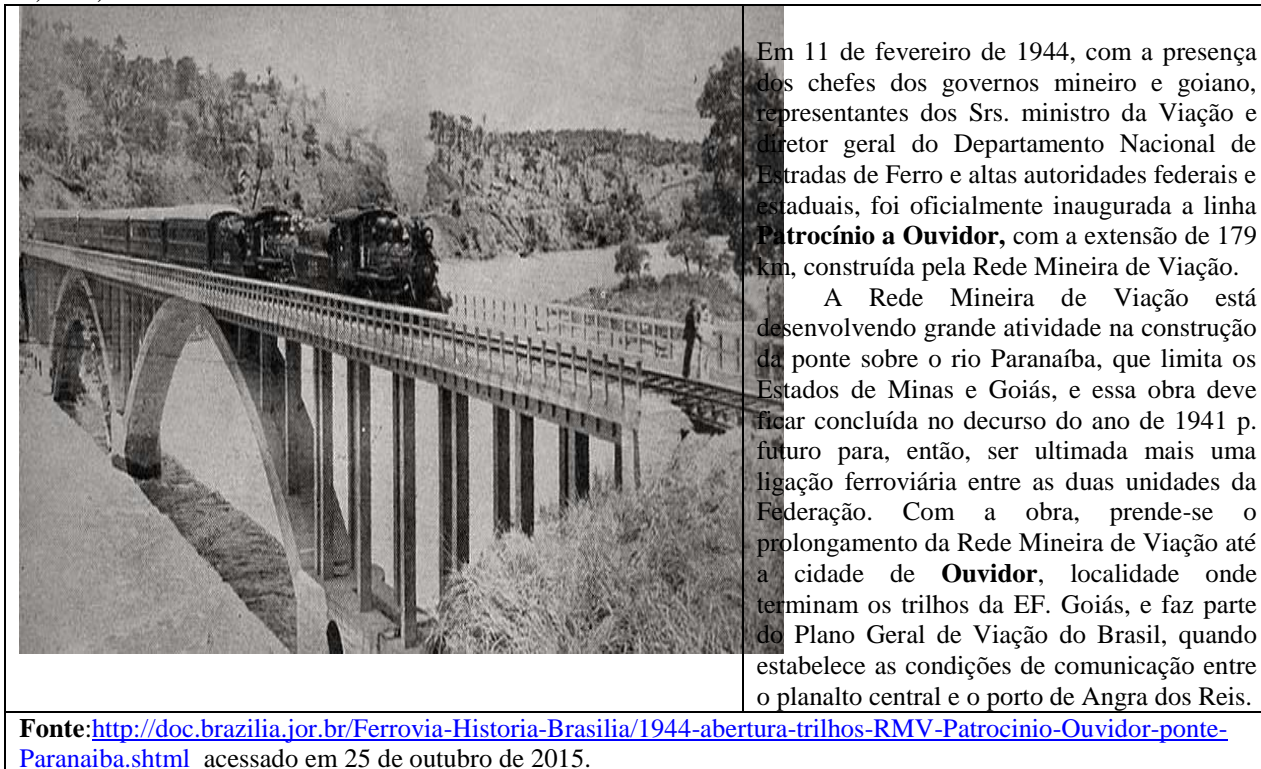
Foto 12: Amigos de Ouvidor visitando a ponte ferroviária do rio Paranaíba.



Fonte: acervo documental do Sr. Antônio da Silva, morador contemporâneo em Ouvidor.

Segundo informações do dono da foto 12, a foto data de 1945 quando ele e os amigos foram de bicicleta ver de perto a ponte entre Minas e Goiás. Imaginei na hora da conversa que a prática do ciclismo em Ouvidor vem de longa data. O morador concorda que a chegada da estrada de ferro foi importante em todos os sentidos para o desenvolvimento da região. Ele disse que todos se sentiam incluídos no progresso que os trilhos anunciaram.

Foto 13: Vista da ponte sobre o rio Paranaíba, vendo-se sobre a mesma o trem inaugural. (Relatório RMV (ref.) 194).



Em 11 de fevereiro de 1944, com a presença dos chefes dos governos mineiro e goiano, representantes dos Srs. ministro da Viação e diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e altas autoridades federais e estaduais, foi oficialmente inaugurada a linha **Patrocínio a Ovidor**, com a extensão de 179 km, construída pela Rede Mineira de Viação.

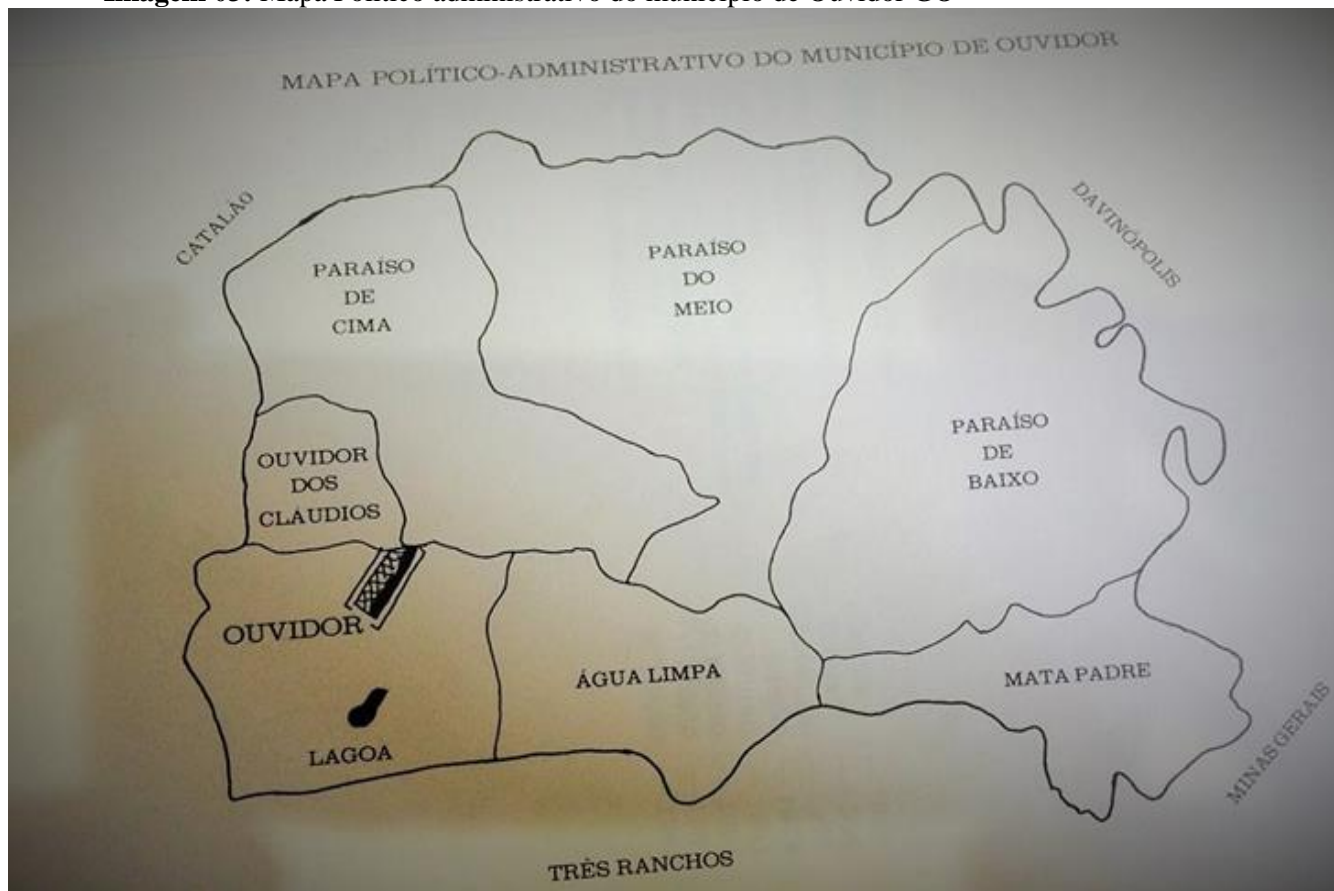
A Rede Mineira de Viação está desenvolvendo grande atividade na construção da ponte sobre o rio Paranaíba, que limita os Estados de Minas e Goiás, e essa obra deve ficar concluída no decurso do ano de 1941 p. futuro para, então, ser ultimada mais uma ligação ferroviária entre as duas unidades da Federação. Com a obra, prende-se o prolongamento da Rede Mineira de Viação até a cidade de **Ovidor**, localidade onde terminam os trilhos da EF. Goiás, e faz parte do Plano Geral de Viação do Brasil, quando estabelece as condições de comunicação entre o planalto central e o porto de Angra dos Reis.

Fonte: <http://doc.brazilia.jor.br/Ferrovia-Historia-Brasilia/1944-abertura-trilhos-RMV-Patrocínio-Ovidor-ponte-Paranaíba.shtml> acessado em 25 de outubro de 2015.

Apesar de muito singelo e artesanal no mapa político do município de Ovidor, (imagem 03), podemos ver que geograficamente ele se limita com os municípios de Davinópolis, Três Ranchos e Catalão e igualmente toda a sua região denominada Mata Padre, tem como limite o Estado de Minas Gerais.

Esta proximidade foi responsável pelo elo que estreitou as relações comerciais e oportunizou os contatos mais efetivos entre os moradores das cidades próximas aos trilhos como também, entre as distintas populações mineiras e goianas.

O município de Ovidor se incluía nesse contato de forma facilitada após a construção da referida ponte ferroviária, o ir e vir dos ovidorenses e povoação mineira se tornou uma rotina entre um estado e outro, misturou de forma natural a sua cultura, seus interesses, suas tradições, seus moradores, etc. Também pela mesma proximidade com Minas Gerais, Goiás e conseqüentemente Ovidor, passou a usufruir da convivência com os estados brasileiros considerados mais desenvolvidos econômica e culturalmente tudo isto, facilitado pela construção da ponte da estrada de ferro.

Imagem 03: Mapa Político administrativo do município de Ouvidor GO

Fonte: RAMOS, Cornélio. *Pequena História de Ouvidor*. Goiânia: Gráfica e Editora Piloto Ltda, 1988.

Por isso, a cidade de Ouvidor é um município que faz parte do palco histórico da RMV- Rede Mineira de Viação - entre 1922 e 1970. Nas palavras do escritor regional Cornélio Ramos “foi sem dúvida a Estrada de Ferro o fator mais importante para o desenvolvimento das pequenas povoações no interior. A Estrada de Ferro de Goiás que partiu de Araguari (MG), no dia 20 de dezembro de 1909, já em 1913 se encontrava em Catalão.” (RAMOS, 1988. p. 27). Com a chegada da estação ferroviária em Ouvidor, em 1922, o movimento migratório advindo da sua construção se antecipou. Desse modo, é pertinente dizer que a chegada da estrada de ferro potencializou o crescimento da população do pequeno povoado de Catuaba e, com ele, veio à necessidade de escolas para garantir o desenvolvimento idealizado pelo projeto nacional.

A estrada de ferro, com o movimento migratório, trouxe com ela pessoas que se mudaram para junto da estação de Catuaba, gente que via ali a possibilidade de comércio e prosperidade. O Sr. Abílio José Pires, aproveitou as novas relações para aperfeiçoar o ofício de professor. Conta-nos sua família que um farmacêutico formado, inaugurou uma farmácia em Ouvidor e se tornou compadre do professor, este não perdeu a chance de pela primeira vez ter alguém que realmente poderia ajuda-lo a

ampliar os seus conhecimentos. Assim, todas as noites quando as portas da farmácia se fechavam e os alunos do professor Abílio se recolhiam em seus lares, ele se dirigia para residência do compadre Raimundo, acompanhado de sua filha mais velha, também professora Lenita Pires Ribeiro, e recebiam instruções dadas pelo migrante que lhe traziam novidades antes inacessíveis.

Para muitos antigos moradores a estação não só foi à mola propulsora da criação do município, mas o motivo que chamou a atenção de alguns comerciantes que se mudaram para as redondezas do prédio recém-construído no local. Eles foram incentivados pela facilidade vindoura com a presença dos trilhos para transportar cargas e passageiros. De acordo com as informações do IBGE, em 1950⁴⁸, Ouvidor, mesmo sendo apenas um distrito, contava com onze estabelecimentos comerciais.

Inicialmente com a preparação das bases para a construção da estação, foi feito um grande galpão que serviu de moradia para ferroviários. E “com abertura de picadas para o leito entre Catalão e o rio Paranaíba [...] foi que começou a aproximação de camponeses com os ferroviários para a comercialização de produtos da região.” (RAMOS, 1988, p. 32).

Onde existem mais pessoas a necessidade da organização social básica é um fator recorrente. Portanto, com o ganho populacional e o iniciar de atividades comerciais por causa da estação da estrada de ferro, criou-se uma base iminente para a busca de escolas compatíveis com o novo tempo, pois, até então, o serviço de instrução era organizado e patrocinado pela iniciativa de particulares.

O aumento do volume da população aconteceu em todo o Estado de Goiás aonde os trilhos chegaram. Palacín (1974) faz um balanço das causas do aumento populacional de Goiás e diz que o fato ocorreu pelas melhores condições de armazenamento dos produtos agrícolas. Diz que pelos meios de comunicação, facilitados principalmente pelos telégrafos e, o mais importante, pela eficiência dos meios de transportes que garantiam rapidez e melhor preço dos produtos no mercado em Goiás, “sua população passou de 255.284 habitantes em 1900 para 511.919 em 1920 e para 826.814 vinte anos depois. Esse crescimento populacional se explica, em grande parte, pela presença do migrante.” (PALACIN, 1974, p. 47). Principalmente, os migrantes que circundavam os trilhos.

Pinto (2012) quando falam das construções dos prédios dos grupos escolares em algumas cidades do interior de Goiás citam o fato de que, “eram feitos em cidades economicamente prósperas e em processo de inserção cultural nos ritmos urbanos principalmente pela proximidade dos trilhos de ferro que custosamente rumavam para Goiás”, (PINTO. 2012, p. 321).

⁴⁸ A estação foi construída em 1922, mas segundo os informantes, em tempos de muito atraso, as coisas melhoravam muito lentamente, ou seja, a única motivação que os comerciantes tiveram para migrar para Ouvidor teria sido a estação de ferro e os benefícios que ela teria trazido ao município. Somente em 1942 é que a estação foi ligada por trilhos.

Quem nasceu e viveu nos arredores de uma estrada de ferro sabe reconhecer a importância dos trilhos em suas vidas. O economista Estevam explica que, no começo do século XX, quando iniciaram as transformações econômicas em Goiás de forma mais significativa, foi por meio da expansão das estradas de ferro paulistas, acompanhando a onda verde do café, que o sertão goiano aumentou significativamente a sua população. Ele diz que, em 1913, os trilhos ingressaram no território goiano, avançando 233 quilômetros, partindo de Araguari-MG até Roncador-GO, em 1922. A ferrovia provocou modificações na área sul da região, principalmente em termos de produção agrícola, proporcionando negociação direta com os mercados consumidores. Houve valorização fundiária, aumento do contingente demográfico e melhoria na urbanização em toda a área da ferrovia. Mais tarde, a estrada de ferro teve um prolongamento para Anápolis (1935), completando 387 quilômetros de extensão, e inaugurou-se, em 1950, um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia. (ESTEVAM, 1998, p. 83). Os limites fronteiriços de Ouvidor com o estado mineiro favoreciam a construção da estação ferroviária, que, mesmo sem trilhos, até 1942, foi propulsora do movimento migratório em suas imediações.

Conforme relatório do IBGE, em 1942 a linha principal da Rede Mineira de Viação (RMV) foi construída até a cidade de Ouvidor-GO, partindo de Monte Carmelo-MG. E, como já havia um ramal da Estrada de Ferro Goiás até Goiandira⁴⁹, essa última cidade se constituiu como ponta de linha da RMV. Ligou o Sudeste Goiano a Angra dos Reis até a década de 1970, quando foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação, que alagou a área entre Minas Gerais e Goiás, cobrindo a ponte sobre o rio Paranaíba e alguns trechos da ferrovia. Os trilhos entre Ouvidor e Três Ranchos foram retirados, restando aos saudosos ouvidorenses, como única alternativa, tomar o prédio da estação que lhe deu origem como Patrimônio Cultural do Município.

Atualmente, o prédio da antiga estação da estrada de ferro, abriga em seu interior um acervo de livros pertencentes a Biblioteca Professor Abílio José Pires. Nome do primeiro professor do grupo escolar em estudo.

Hoje, os alunos das escolas de Ouvidor participam no interior da estação, de projetos organizados pela responsável da instituição. Fazem assim uma continuidade da instrução almejada pela personagem que lhe empresta o nome. Pois na época do professor Abílio, com a inexistência de

⁴⁹ A estação de Goiandira foi inaugurada em 1913. Serviu à Estrada de Ferro Goiás (EFG) de 1922 a 1942, quando a linha da Rede Mineira de Viação (RMV) chegou de Ouvidor-GO e passou a ter acesso à estação de Goiandira como fim de linha. Ou seja, em 1922 apenas a estação foi construída em Ouvidor, os trilhos levaram mais alguns anos para chegarem até Catuaba.

peças habilitadas ao exercício da docência nos grupos escolares de Goiás, ele teve que buscar sozinho os livros e as pessoas que se prontificavam a lhe ajudar na busca pelo saber.

Pois ele foi um jovem que esteve na condição de analfabeto até a sua puberdade⁵⁰. E, praticamente sozinho, conseguiu se alfabetizar e alcançar, segundo depoimento de seus ex-alunos e a maioria das pessoas entrevistadas, um bom nível de conhecimento.

Foto 14: Estação Ferroviária de Ouvidor.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/2229818> acessado em 25 de outubro de 2015.

Em um tempo em que as escolas goianas eram rigidamente inspecionadas pela figura de um servidor público estadual, uma observação, registrada nos livros da escola por um inspetor escolar,

⁵⁰ A condição de analfabeto do professor Abílio foi mencionada em depoimento de seus filhos quando entrevistados para esta pesquisa.

testemunha a força de vontade que o professor deixou para as gerações seguintes. Um legado e exemplo de que “Querer é Poder⁵¹”.

Esse professor influenciou e preparou muitos de seus alunos para a profissão docente, antes mesmo da chegada do primeiro grupo escolar em Ouvidor, conforme veremos nas páginas que se seguem. Alguns dos alunos iniciaram suas carreiras logo após saírem do 5º ano, feitos na sala do professor Abílio, outros continuaram os seus estudos, mas posteriormente exerceram a carreira do magistério.

Durante as entrevistas muitos disseram sobre a importância e dedicação dos primeiros professores de Ouvidor, que cada um com seu esforço e aptidão contribuía com o bom andamento da escola pública. Exemplo disto é a fala de uma ex-professora entrevistada em 25 de setembro de 2015 que disse,

a primeira escola de Ouvidor, foi a escola Primária Rural nº 01, fundada em função do saber do Mestre Abílio José Pires, que ofereceu um salão construído para armazenar cereais e o saber com competência, onde eu estudei ao lado das primeiras gerações ouvidorenses de instrução primária; só depois mudamos para o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira [...] o deputado estadual Diógenes Sampaio preocupado em manter seus votos e o prestígio político na região, assumiu nossa causa emancipadora e no dia 7 de abril de 1949, apareceu para uma inspeção escolar, mandou reunir o povo na escola, leu o ofício número 36, do Secretário da Educação, o médico Hélio Seixo de Brito, destacou a atuação do Governador Gerônimo Coimbra Bueno, eleito pela UDN (União Democrática Nacional) e do presidente Dutra pelo PSD (Partido Social Democrático). (ex-professora e ex-diretora-entrevistada no 25 de setembro de 2015).

Os entrevistados haviam nos dito que em 1948 circularam rumores de que o Presidente Dutra tinha liberado uma verba para fundar grupos escolares em todos os povoados com cem ou mais habitantes, mas havia uma condição, o local tinha que ser um município emancipado ou em condições de ser.

Segundo ela e seu esposo que também era um cidadão que se envolvia com a política local, os moradores de Ouvidor entraram num impasse político com os cidadãos de Catalão. Pois, enquanto Ouvidor queria a sua emancipação e a conquista do Grupo Escolar para a cidade, os catalanos torciam para manter o distrito sobre o seu domínio.

Por isso, em sua fala acima, a entrevistada afirma o interesse político do deputado citado. Pessoa que já funcionava como inspetor das escolas primárias na região, portanto, conhecia a

⁵¹ Frase do inspetor escolar em visita ao Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico em relatório 21/04/54. Ao perceber o entusiasmo e o sucesso de Abílio. “[...] com esta satisfação, lancei um lema para todos nós”. (Querer é Poder).

intenção dos políticos e professores de Ouvidor. Que segundo ela, estavam determinados a sair do barracão e funcionarem em prédio novo.

O político Diogenes Sampaio foi Dirigente do Partido Social Republicano de Catalão, PSR - situação pós 1930. Também foi filiado à União Democrática Nacional-UDN, pós 1945. Ocupou o cargo de prefeito do município de Catalão de 1930 até 1935, também presidente da câmara municipal e em 1937 teria sido eleito deputado estadual. Portanto a realidade da região, onde se inclui Ouvidor, era assunto de seu conhecimento.

Imagem 04: Foto do Protagonista da Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor.



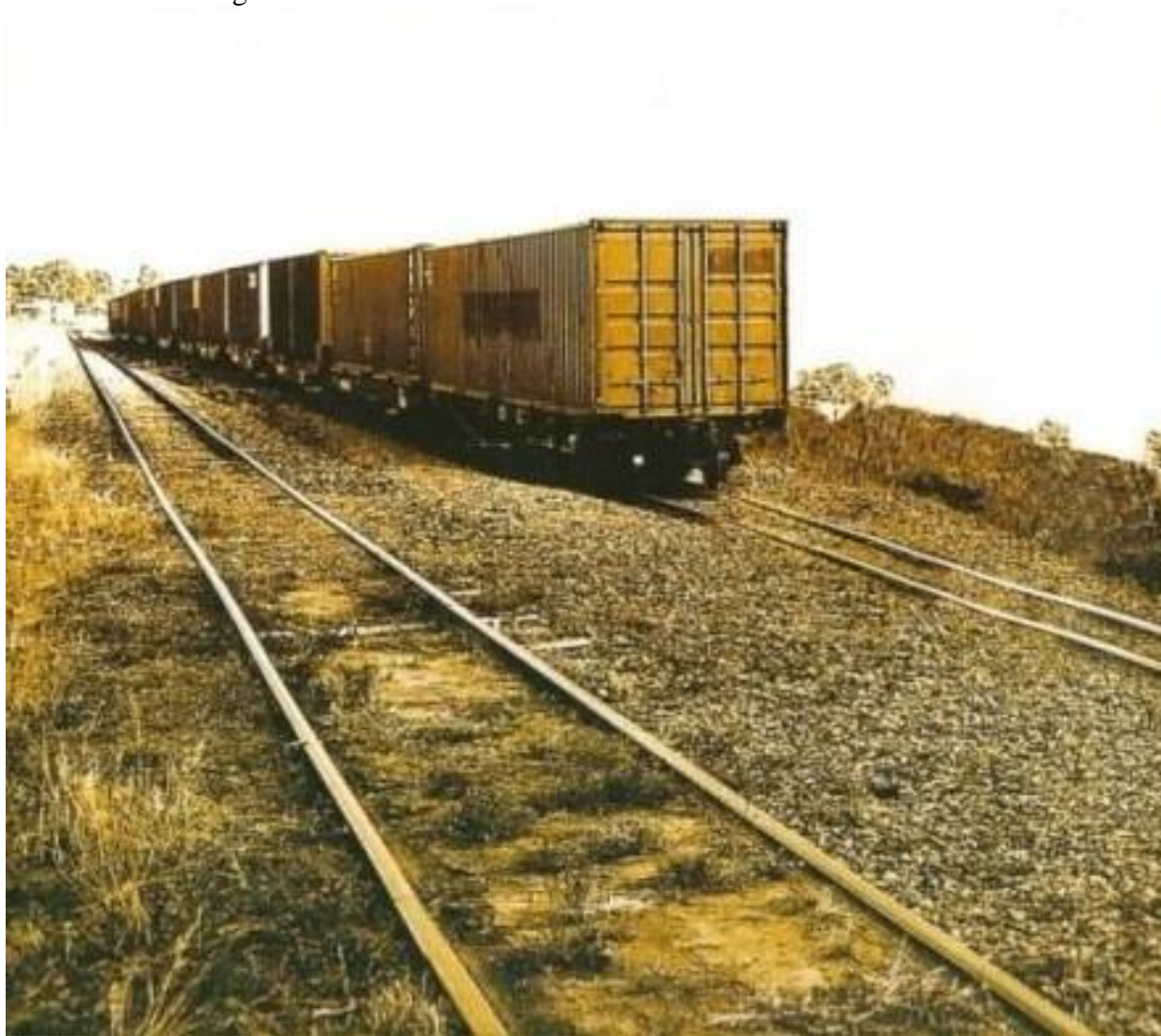
Fonte: Acervo particular de um morador de Catalão GO.

A chegada dos trilhos em Ouvidor, só aconteceu após 20 anos da construção da estação ferroviária no povoado de Catuaba. Portanto, a aproximação com a data entre os primeiros movimentos com a comunidade local e a visita do deputado Diogenes Dolival Sampaio, em prol da instalação do Grupo Escolar, ocorrido em 1949, fatos que estão relatados na fala dos entrevistados desta pesquisa e na ata de reuniões do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira, aconteceram apenas sete anos após a inauguração do seu aporte, *Os trilhos de ferro*, ter se instalado no local com suas benesses de prosperidade e conseqüentemente de favorecimento ao aumento da população de Ouvidor. Assim, dizer que os trilhos foram à *gênese* da construção do primeiro grupo escolar do

município nos parece justo e oportuno. Pois, o movimento de disseminação dos grupos escolares, já há muitos anos conhecido em outros estados brasileiros, teria esperado longa data, para acontecer no estado de Goiás e mesmo assim, quando aqui chegou, foi de forma lenta e irregular.

A chegada dos trilhos em Ouvidor seguramente foi à gênese e o aporte da instalação do primeiro Grupo Escolar no município.

Foto 15: chegada dos trilhos de Ouvidor 1942.



Fonte: acervo particular de morador do município.

A importância da estrada de ferro para Ouvidor e a história da educação do município pode ser notada no coletivo, mas também de forma e individual, o percurso de formação do primeiro professor oficial da cidade é prova viva deste benefício.

Os trilhos vieram trazendo para Ouvidor pessoas que tiveram a oportunidade de frequentarem escolas até de nível superior, assim foram consideradas extremamente cultas e a convivência pontual com esses novos moradores aproximou o município do progresso já conhecido e experimentado em estados brasileiros que estavam à frente da civilização do país.

A maioria desses novos moradores de Ouvidor eram pessoas que vieram de Minas Gerais, mas, alguns vieram de outros lugares mais distantes. Portanto, os moradores pioneiros do município eram em grande parte estes migrantes, que pelo seu grau de conhecimento mais evoluído se tornaram também protagonistas da política partidária local e assim atuaram efetivamente das decisões e gozavam de poder pessoal e familiar.

3.2. **Abílio José Pires: de analfabeto à protagonista da educação em Ouvidor**

Desde o final do século XIX, durante o advento dos grupos escolares, D. Guilhermina Loureiro de Andrade e Miss Márcia Browne iniciavam na Escola-Modelo de São Paulo a demonstração pedagógica que seria adotada nas instituições de ensino, e que, no século seguinte, tornar-se-ia a esperança do fortalecimento da educação popular de todo país. Essas escolas graduadas amparadas pela Lei n. 88 de oito de setembro de 1892, regulamentada pelo Decreto n. 144B de 30 de dezembro, passaram a ser proeminente na reforma geral da instrução pública paulista. (SAVIANI, 2008, p. 171-172)

Mas este ideal não aconteceu de forma homogênea no país e para a região central do Brasil, incluindo fortemente Goiás aconteceu que “a desarticulação do ensino primário, desde 1898, quando uma lei submeteu a administração e manutenção das escolas elementares aos municípios, foi no setor da instrução a grande mazela do regime republicano em Goiás.” (BRETAS, 1994, p. 504). O mesmo autor revela que “o sistema fracassou desde o começo”. E nas suas palavras estes conflitos podiam ir desde os mais elementares a situações de maior complexidade. Poderia ser pela falta de recursos dos municípios e até as disputas políticas. Por exemplo, “o Grupo Escolar de Araguari causava inveja aos viajantes goianos (deputados, senadores, presidentes, comerciantes e outros) que por ali passavam com destino a São Paulo e Rio de Janeiro, despertando-lhes o desejo de dotar Goiás também de instituição semelhante.” (BRETAS, 1994, p. 507).

Essa desarticulação da educação agravou a situação do analfabetismo dos brasileiros, anteriormente demonstrada, é um elemento a mais que justifica tanta desventura na educação goiana até o século XX. No interior de Goiás, no distrito de Ouvidor, local eleito para a pesquisa da história de seu primeiro grupo escolar, a posição era ainda pior. Apesar de estar localizado a menos de 100 quilômetros de Araguari e estar geograficamente bem situado em relação à comunicação com o progresso educacional de São Paulo e Minas Gerais, os documentos estatísticos de 1958 de Goiás referentes ao ano de 1950 revelam o grande índice de analfabetos ali existentes.

Para Ferraro e Kreidlow (2004), o analfabetismo como uma forma extrema de exclusão é persistente no Brasil. Pelo que os autores destacam podemos perceber que a situação tem raízes históricas e que a distribuição ficou extremamente desigual entre as Unidades da Federação. E, baseados no Censo, realizado em 1872, percebemos que essa diferença entre as províncias era mínima.

Já o Censo 1920, mostra os primeiros sinais do rompimento dessa condição de semelhança no analfabetismo que colocam o Rio de Janeiro em posição extremamente superior aos demais estados. Deixa uma ideia de que as regiões costeiras, onde a população se concentrou mais rapidamente, o aumento da diferença se acentuou mais fortemente em 1960, enquanto o Rio reduziu para 27,3% o número de analfabetos, Piauí e Alagoas amargavam ainda com mais de 70% de analfabetos em seus territórios.

Esta situação que continuava a privilegiar alguns estados brasileiros e desprezar outros no período de 1920/1960/ se arrastou até o ano de 2000 e, segundo os autores Ferraro e Kreidlow (2004), essa desigualdade é explicada pela concentração da administração pública no Rio de Janeiro e, posteriormente, no Distrito Federal.

No caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aconteceu uma melhora principalmente pelo incentivo à propriedade rural familiar e também pela proximidade com os centros do poder político e econômico. Mas, houve uma baixa nas taxas de analfabetismo⁵² devido à urbanização aliada à industrialização em São Paulo e, mais recentemente, em Minas Gerais e Paraná.

Para esses pesquisadores, a causa principal da resistência do analfabetismo no Brasil sempre foi o latifúndio, e, portanto, justificam que essa condição representada pela dimensão territorial, faz com que as coisas não ocorram simultaneamente em todo território nacional.

Sobre isso explicam que:

No Brasil, o latifúndio sempre foi e continua sendo o maior obstáculo ao cultivo das letras. No final do século XIX, numa inversão malabarista de causa e efeito, fez-se do analfabetismo, em vez do latifúndio, a grande vergonha nacional. E, para lavar a honra nacional, tirou-se do analfabeto o direito ao voto por mais de um século. De forma semelhante, desde a época do “milagre brasileiro” na ditadura militar, vem-se insistindo em que a melhor forma de redistribuir a renda seria investir na educação do povo. É claro, afirmar que a redistribuição da renda seria a melhor forma de aprimorar a educação do povo, colocaria na berlinda os fatores concentradores de renda, entre os quais o latifúndio rural. (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 191)

Com o intuito de mais nitidamente demonstrar a situação, organizei um quadro percentual dessas diferenças regionais, onde o analfabetismo era acentuado e refletia de modo assustador as condições descritas acima pelos autores. Entre os três estados da federação brasileira que melhor, lidou com a situação do falta de escolarização, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, podemos ainda perceber a considerável superioridade do Rio em relação aos avanços para sanar o analfabetismo.

⁵² Quando se trata da relação entre renda e educação, o mais comum é se atribuir a desigualdade de renda à desigualdade educacional, como se a falta de instrução fosse responsabilidade individual (FERRARO; KREIDLOW, 2004)

Sobre o pretexto de que a redução do analfabetismo no Brasil entre 1920 e 1960 foi de 24,5 pontos, é possível observarmos que poucos estados tiveram participação neste crescimento.

Tabela 08: percentual de analfabetos no Brasil entre 1920, 1960.

TAXAS PERCENTUAIS DE ANALFABETISMO NO BRASIL UNIDADES DA FEDERAÇÃO, NOS CENSOS DE 1920, 1960.					
ESTADOS	RIO DE JANEIRO	GOIÁS	MINAS GERAIS	PIAUI	ALAGOAS
1890	74,2%	83,8%	85,6%	79,9%	85,9%
1920	53,4%	81,9%	75,4%	85,9%	82,8%
1960	27,3%	55,3%	49,6%	72,4%	72,6%

Fonte: Organizado pela autora com base em Ferraro e Kreidlow (2004)⁵³.

Um olhar mais atento mostra que os autores têm razão no que dizem, pois, em 1890, o índice entre os estados, a exemplo dos estados aqui representados, era mais equilibrado. Mas, a partir de 1920, o Rio de Janeiro conseguiu reduzir significativamente o índice de analfabetos e conquistou uma posição que já trazia indícios de exceção em 1890. Já os estados do Piauí e Alagoas do início ao fim se mantiveram se alternando no último lugar para mais.

Se focarmos mais localmente e se levarmos em conta que Goiás, apresentou uma queda gradativa de analfabetismo nos anos em estudo, verificamos que, em 1950 no Distrito de Ouvidor havia uma população de 3.458 habitantes e, até o ano de 1950, apenas 137 pessoas eram alfabetizadas. A situação se modificou lentamente e finalmente em Goiás, o índice de analfabetos, de 83% em 1890, no ano de 2000 passou a ser apenas 10,8 %, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística descrito no anuário estatístico do Brasil ano XII -1951. Na mesma fonte, há referência de que a grande maioria da população de Ouvidor vivia na zona rural. Esta informação vem reafirmar o incentivo fiscal para as atividades agrícolas promovidas pelo

⁵³ Nota-se que na tabela 03, para Nepomuceno (1994), até 1921 Goiás e Piauí contavam com 95% de analfabetos com idade escolar. No caso de Ferraro e Kreidlow (2004), o índice calculado foi geral. Talvez seja esse o motivo da divergência, pois, a exemplo do professor Abílio em Ouvidor, a população adulta era analfabeta.

capitalismo circundante aos ideais dos governos da época. Em Ouvidor, do total da população, 3.049 pessoas moravam em chácaras, fazendas e sítios e no povoado havia apenas um pequeno grupo de pessoas. E conforme já dito, apenas com a construção da estrada de ferro, consumada em 1942 atraiu mais pessoas para o vilarejo e surgiu a viabilidade da construção do grupo escolar, que se deu em 1949.

O movimento urbano e suburbano contava apenas com 409 habitantes do total de 3.458 existentes em Ouvidor. Desse montante, não há registro de quem pertencia ao grupo de 137 escolarizados. Ou seja, poucos eram os cidadãos que se encontravam em condições de serem professores no grupo escolar diante da exigência de formação profissional e por outro lado havia uma exigência para o número mínimo de 140 alunos matriculados. (FERREIRA, 1958, p. 313)

O quadro abaixo demonstra com precisão a situação de escolaridade de Ouvidor no ano seguinte após a implantação do Grupo Escolar.

Tabela 09: índice de analfabetismo em Ouvidor em 1950, (ainda como município de Catalão).

	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	HABITANTES	SABIAM LER E ESCREVE R	LETRADOS
HABITANTES NO MUNICÍPIO 1950	RURAL	-	3.409	-	-
	URBANA	-	409	-	-
	MASCULINA	-	1.757	66	-
	FEMININA	-	1701	71	-
	GERAL	88%	3.458	137	12%

Fonte: Elaborada pela autora com base em Ferreira (1958, p. 313).

Poucos documentos existem à disposição para que se tenha um parecer sobre como o impasse se resolveu. Mas a contratação oficial do primeiro professor de que se têm notícias e que foi subsidiado pelo município de Catalão aconteceu com a nomeação do professor Abílio José Pires.

Ele já prestava serviços aos filhos dos fazendeiros e sitiantes com melhor situação econômica, há muitos anos atrás. Os pais o contratavam particularmente para alfabetizar suas crianças. Imagina-se que a sua nomeação veio reforçar o desejo dos pais de buscarem uma instrução mais organizada no povoado. Fato é que, ainda com todas as séries na mesma sala, como acontecia com as escolas isoladas por todo o Brasil.

Com essa maior concentração de alunos, o contrato do professor que ocorreu dez anos antes da instalação do primeiro grupo escolar da cidade, segundo depoimento de ex-alunos e alguns moradores do município, deu ao professor Abílio a chance de preparar alguns de seus alunos para a docência em sua escola isolada. E no futuro, quando instalado o Grupo Escolar do Distrito esses seus ex-alunos também assumiram a regência de sala, mesmo tendo pouca escolaridade.

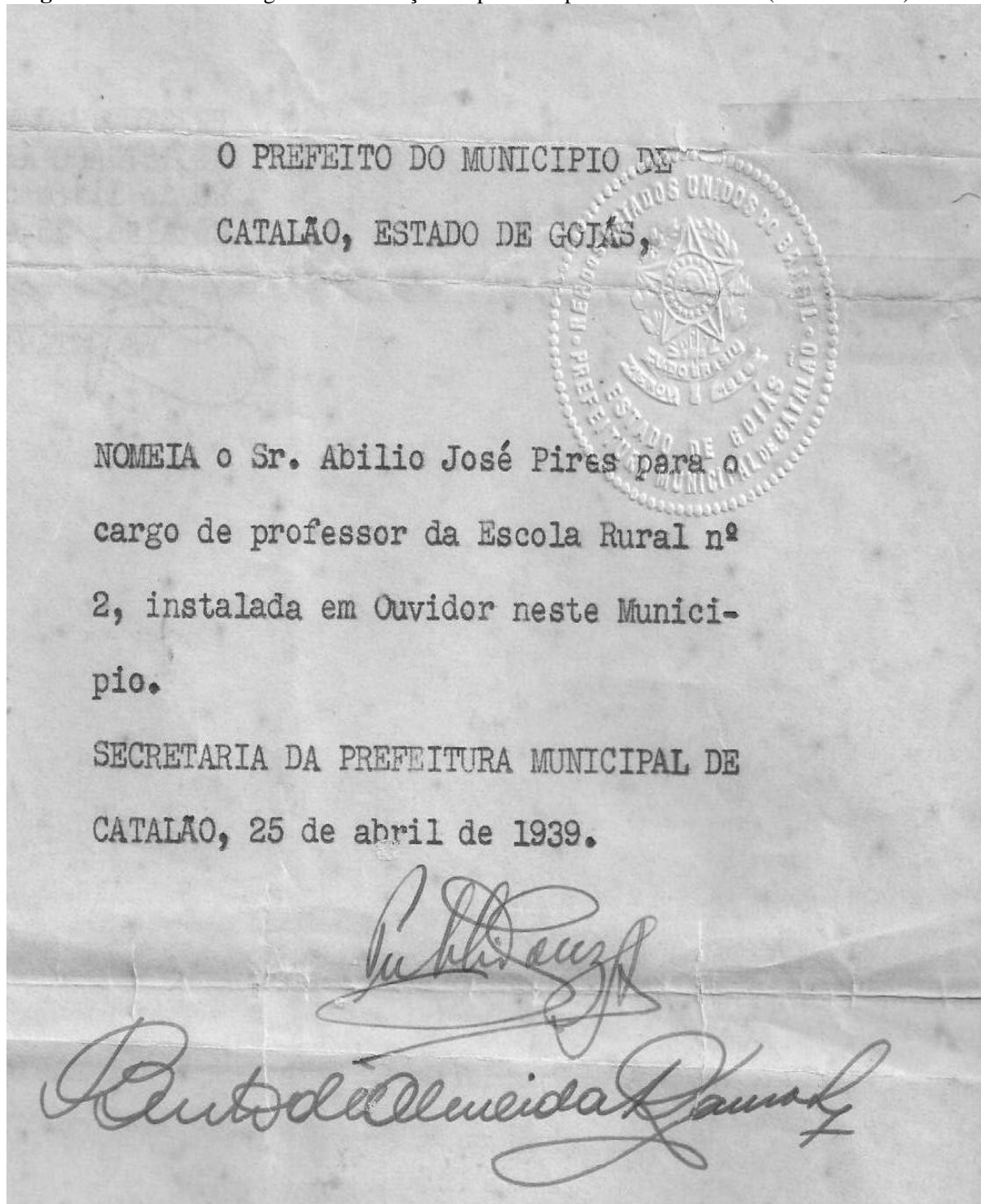
O ingresso do professor na rede municipal de Catalão ocorreu em 1939, conforme imagem a seguir. Neste tempo o povoado onde se construiu o primeiro grupo escolar era um lugarejo que pertencia ao município de Catalão, motivo pelo qual foi o prefeito de lá quem nomeou o Sr. Abílio José Pires para o cargo de professor na Escola Rural nº 2, instalada em Ouvidor, nesse município (imagem 05).

Logo abaixo outra imagem que refere-se a capa do livro de registros escolares de 1949, cita que o professor atuava na escola singular nº 01 (imagem 06). Embora outra versão de nome aparece quando a professora entrevistada acima, fala da mesma escola como se fosse a escola Rural nº 01. Divergências à parte, durante a pesquisa ficou claro que apesar das diferentes nomenclaturas que a escola recebeu todas as menções, referem-se à escola do barracão de cereais cujo local teria sido construído pelo professor inicialmente para abrigar suas fontes comerciais, pois o primeiro mestre do município, antes de ser um docente, foi também um trabalhador na lavoura e ao se transferir para o povoado passou a ser comerciante.

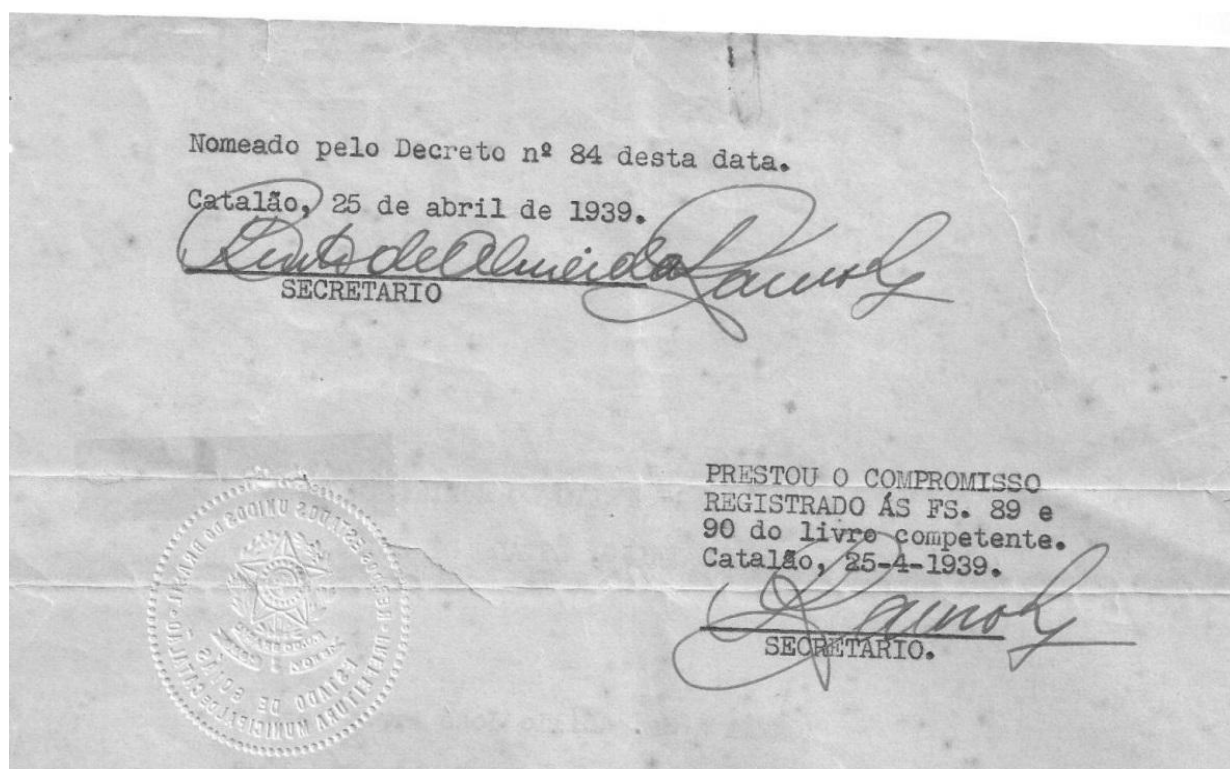
A única escola em Ouvidor, antes da institucionalização do grupo escolar, era esta do barracão onde este professor armazenava cereais e "cremes" e também paralelamente utilizado para ministrar as aulas para cerca de setenta alunos.

Escola onde os primeiros alunos de Ouvidor tiveram a sua experiência educacional, instruídos pelo seu mestre⁵⁴.

Imagem 05: documento original da nomeação do primeiro professor de Ouvidor(frente e verso).



⁵⁴ Fonte: livro de atas da escola pesquisada às páginas 2 e 3.



Fonte: acervo particular dos filhos do professor Abílio.

As principais fontes e vestígios documentais encontrados pela investigação desta pesquisa estão nos acervos do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, que hoje funciona com o nome de Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca. Conforme já antecipado, os primeiros professores e alunos constam neste livro denominado: “Registro Escolar- Matrícula, Frequência Diária e Aparelhamento Escolar”.

Investiguei a atuação de uma professora com o nome de Maria do Carmo Magalhães. Ela teria atuado na escola de Ouvidor em 1946. Mas, a sua presença parece não estar na memória das pessoas envolvidas. O endereço⁵⁵ de funcionamento das aulas em abril de 1946 onde seu nome aparece, também tem documentado na abertura do mesmo livro, o nome do professor Abílio José Pires como responsável pelas atividades. Assim, provavelmente ela também teria sido professora no barracão já mencionado.

Maria do Carmo Magalhães, possuía sob o seu comando 26 alunos dos dois sexos, distribuídos no primeiro ano, segundo e terceiro. Esses alunos eram de classes diferentes, mas, estudavam na mesma hora e no mesmo espaço físico. Todas as referências sobre a professora e seus alunos, só aparecem na página sete, página esta que dá início aos registros do mesmo livro. Porém, a

⁵⁵ Na Rua São José existia um barracão de propriedade do professor Abílio onde eram realizadas atividades educacionais e que depois foi alugado para o estado e o professor continuou as suas funções no mesmo local.

abertura oficial desse livro foi feita pelo professor Abílio em agosto de 1949. Assim, podemos inferir que a menção sobre a professora e seus alunos, trata-se de um registro realizado dois anos após os acontecimentos escritos. E, nas páginas, seguintes não se tem mais notícias desta professora e tampouco de seus alunos.

O próximo registro foi feito no verso da mesma folha e nele já figuram 39 alunos e com nomes diferentes dos alunos da primeira página de registros. Ou seja, da página sete do livro.

A escrita dos registros, exceto aqueles que teriam sido feitos pela professora Maria do Carmo, parece ser com a mesma caligrafia, da abertura da contracapa até aquelas dos 39 alunos, o que me leva a crer que foi o professor Abílio quem anotou os detalhes da matrícula e a lista de chamada dos alunos no ano de 1949.

Desta vez, os trinta e nove alunos, dos dois sexos, estavam distribuídos em quatro turmas organizados em turmas do 1º ao 4º ano, da seguinte forma: dezenove alunos do 1º ano; dez alunos matriculados no 2º ano; apenas quatro alunos no 3º e também quatro alunos no 4º ano.

A abertura do livro feita no dia 1º de agosto de 1949 pode ser conferida na imagem a seguir.

Imagem 06: Termo de abertura da primeira fonte educacional de Ouvidor.

TERMO DE ABERTURA

CONTÊM o presente livro 39 fôlhas, devidamente numeradas, e servirá para o registro da matrícula, da freqüência diária e do aparelhamento escolar da Escola singular (nome): número 1

sita à rua São José *n.º* —

na cidade (vila ou localidade de) Ouvidor

no distrito de Ouvidor

do município de Catalão

Data: 1º de agosto de 1949

Abílio José Pires
(assinatura do Professor regente da Escola)

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR: 1.907

Fonte: Acervo documental da E. E. Dácio Amorim Fonseca (antigo G.E. Dr. Pedro Ludovico).

A escola Singular número 01, descrita na imagem anterior, foi à instituição pioneira do perímetro urbano e da qual se tem documentos na cidade de Ouvidor. Supostamente, foi a partir desta escola que se originou o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico no povoado de Ouvidor.

A partir de 1949, data em que constam os primeiros movimentos para institucionalização do Grupo Escolar em Ouvidor, foram encontrados registros de uma Escola Isolada na Fazenda Paraíso, distrito de Ouvidor, município de Catalão. Esta escola estava sob a regência da professora Sarah Vicente da Silva, com 29 alunos dos dois sexos, a grande maioria do 1º ano, dois do 2º ano e um do 3º ano. Também se verifica a existência de uma escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes, onde lecionava a professora Alexandrina Vicente da Silva, e da Escola do povoado, comandada pelo professor Abílio José Pires, que teve entre o mínimo e o máximo 32-61 alunos frequentes no período. Tudo indica que a escola rural da professora Sarah ficava nas imediações do povoado, pois, alguns de seus alunos estão posteriormente na chamada dos outros professores e, como os meios de transportes eram quase inexistentes, supõe-se que percorriam uma pequena distância a pé.

Dez anos depois, pelos registros do IBGE existia, em 1950, um total de onze estabelecimentos de ensino no Distrito, lembrando que todos eram considerados “rurais” por consequência da cidade ainda não ter sido criada. Como nenhum documento das outras escolas foi encontrado, a pesquisa se ateve em descrever os acontecimentos pautados nas fontes e entrevistas realizadas. Analisando os dados documentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constatei que os mesmos foram escritos em 1958, conforme já mencionado. Portanto, diante da falta de informação, fica a dúvida se os registros foram todos referentes aos dados de 1950 ou se em algum momento estas informações tiveram as datas de registro confundidas com os acontecimentos de 1958.

A tabela abaixo procura demonstrar, pela fonte documental do arquivo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca, que hoje funciona no mesmo prédio do primeiro Grupo Escolar da cidade, a situação que antecede a educação primária institucionalizada e organizada dentro dos padrões da época. Os indícios citados pelos entrevistados de que na zona Rural do povoado existiram muitas outras escolas isoladas de pequeno porte nesta tabela foram desprezados pela falta de fontes documentais que nos ajudassem a organizar e conferir os números.

Na tabela a seguir aparecem as descrições dos professores que atuavam em cada escola isolada e também o registro de uma escola para adultos e adolescentes. A relação se dá a partir do ano de 1946 até o ano de 1955, frisarmos que são frutos apenas da análise dos documentos arquivados no recinto da escola.

Tabela 10: educação primária do povoado e distrito de Ouvidor anterior ao Grupo Escolar.

ANO	ALUNOS	ESCOLA	PROFESSOR (A)
1946	27	Sem referencia de nome	Maria do Carmo Magalhães
1947	37	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna/Federal)	Alexandrina Vicente da Silva
1948	43	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna/Federal)	Alexandrina Vicente da Silva
1949	59	Escola Rural nº 01 (Municipal)	Abílio José Pires
	28	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna/Federal)	Alexandrina Vicente da Silva
1950	32	Escola Rural nº 01 (Estadual)	Abílio José Pires
	30	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna/Federal)	Alexandrina Vicente da Silva
	29	Escola Isolada Fazenda Paraíso do meio	Sarah Vicente da Silva
1951	58	Escola Rural nº 01 (Estadual)	Abílio José Pires
	29	Escola Isolada Fazenda Paraíso do meio	Sarah Vicente da Silva
	30	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna)	Alexandrina Vicente da Silva
1952	61	Escola Rural nº 01 (Estadual)	Abílio José Pires
	28	Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes (noturna)	Alexandrina Vicente da Silva
	24	Escola Isolada do Grupo de Ouvidor	Alexandrina Vicente da Silva
1953	39	Escola Isolada Nº 01 (Estadual)	Abílio José Pires.
1954	Conta em um relatório com nomes de 37 alunos dos dois sexos matriculados no 1º e 2º ano. Não havia nome do professor.		
1955	Foi encontrado um relatório com nomes de 32 alunos dos dois sexos matriculados no 1º e 2º ano. Não havia nome do professor.		

Fonte: organizado pela autora - acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Anterior ao ano de 1951, a escola funcionou na Rua do Comércio, s/nº, na sede do Distrito, foi citada como curso fundamental comum. E seu nome era Escola Isolada da Vila de Ouvidor, em

funcionamento na sede do Distrito e ainda sob a responsabilidade do professor Abílio. Segundo entrevistados a sua filha Lenita Pires era professora nesta época, mas seu nome não apareceu no livro de registros.

Abaixo podemos observar na imagem 07 um boletim do movimento escolar cujo documento mostra que em 1953 havia 59 alunos matriculados nesta escola isolada.

Imagem 07: Termo de abertura do livro de registro do grupo escolar 1953.

(Estado ou Território) Paraná (Município) Pinheiro

Boletim mensal do movimento escolar
Curso de Ensino: Fundamental comum
Mês: abril de 1953

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
CONVENIO NACIONAL DE ESTATISTICAS EDUCACIONAIS

INSTRUÇÕES ESPECIAIS: I - Este Boletim será preenchido em vias para cada um dos cursos mantidos pela Escola. Das demais vias serão remetidas ao serviço responsável pela estatística do ensino primário do Estado ou território onde estiver situada a Escola. II - Este formulário, com anexação, às instruções constantes da capa deste Caderno, principalmente as definições dadas em "Repetentes", "Classe", "Cursos", "Categorias" e "Classe", contidas, respectivamente, nas páginas 32, 33 e 4 das definições existentes nas primeiras folhas deste caderno. III - A parte "A - Caracterização" é destinada às anotações das principais informações relativas à Escola. É indispensável que todas as respostas sejam respondidas. IV - A parte "B - Matrícula" deve conter o número dos alunos matriculados em cada ano ou série do curso, por correspondência "M" - ao sexo masculino e "F" - ao sexo feminino. Quanto à definição de "repetentes", consultar, previamente, o nº 32 das definições constantes das primeiras folhas deste caderno. V - A parte "C" refere-se aos "Professores" e a parte "D" refere-se aos "Alunos". VI - A parte "D", "Matrículas canceladas" refere-se às matrículas canceladas nos meses 27, 28, 29, 30 e 31 das definições das primeiras folhas deste caderno. VII - A parte "E", ao verso do formulário, refere-se às transferências de alunos de uma classe para outra, na mesma Escola. VIII - A parte "F", ao verso do formulário, refere-se às matrículas de alunos da Escola durante o mês a que se refere o índice Boletim. Na informação "Número de matrículas" refere-se ao número de matrículas em cada dia, total esse que poderá ser obtido no livro "Registro da Matrícula". VIII - A parte "F" refere-se à "Frequência e Dias Letivos". No quadro destinado ao registro da frequência dos alunos em cada dia, total esse que poderá ser obtido no livro "Registro da Frequência".

A - CARACTERIZAÇÃO

Escola (nome): Escola Estadual N.º 1
Endereço (rua e número): Vila
Cidade, vila ou localidade: Catalão
Distrito: Pinheiro Município: Catalão
A Escola está situada na sede do Município (na cidade), na sede do distrito (na vila), ou na zona rural? na sede do Distrito. Se na zona rural, acha-se localizada num povoado ou numa fazenda? Sim
A Escola é mantida? pelos Estados
É grupo escolar, escola agrupada ou escola singular? Singular
Qual o responsável (nome): Abílio José Filho
Tem ou possui diploma expedido por escola oficial ou reconhecida? Sim
Qual o curso de ensino primário mantido pela escola? (maternal, infantil, fundamental comum ou elementar, fundamental supletivo-cursos noturnos para adultos, complementar-cursos de admissão) Fundamental comum

8. A Escola mantém cursos de ensino não primário? não. Em caso afirmativo, quais são esses cursos? nenhum

9. Dentre os cursos mantidos pela Escola (primários e não primários), qual deve ser considerado o principal ou mais importante? nenhum

10. O curso a que se refere este Boletim destina-se a alunos do sexo masculino, do sexo feminino ou a alunos de ambos os sexos? ambos os sexos

11. Qual a duração do curso, ou seja, de quantos anos ou séries se compõe? 4

12. Com quantos turnos funcionou o curso durante o mês? 1 qual o horário para cada turno? das 7 às 10h

13. O curso funciona anexo a algum estabelecimento ou instituição? Em caso afirmativo, esse estabelecimento ou instituição é de ensino? Qual o seu nome?

14. Em que data se correte ano letivo, tivera início? 30 de março de 1953

15. O curso funcionou no mês anterior àquele a que se refere este Boletim? Sim

16. É gratuito o ensino no curso a que se refere este Boletim? Sim

17. Tratando-se de curso complementar vocacionado ou especializado se destinam os alunos? industrial, agrônomo, etc.

B - MATRÍCULA

ANO OU SÉRIE DO CURSO	MATRÍCULA GERAL		MATRÍCULA CANCELADA		MATRÍCULA REPETIVA (matrícula geral menos a matrícula cancelada)						ESPECIFICAÇÃO	1. PROFESSORES DO CURSO (todos os que estiverem lecionando no curso no último dia deste mês)			2. NÚMERO DE CURSOS OU SÉRIES							
	Alunos matriculados durante este mês		Repetentes (alunos que estão repetindo o ano)		Alunos eliminados durante este mês		Total dos alunos eliminados desde o início do ano letivo		Total geral dos alunos existentes no último dia deste mês			Total de alunos repetentes existentes no último dia deste mês		Total de alunos inscritos no curso no último dia deste mês		SEXO masculino	SEXO feminino	Total	SEXO masculino	SEXO feminino	Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F	M								F
1.º ano	1	8	8	5	6	—	—	—	—	8	8	5	6	—	—	—	—	—	—	—	No 1.º ano	
2.º ano	1	9	5	2	3	—	—	—	—	9	6	2	3	—	—	—	—	—	—	—	No 2.º ano	
3.º ano	—	4	1	1	—	—	—	—	—	4	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	No 3.º ano	
4.º ano	—	—	4	—	1	—	—	—	—	—	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	No 4.º ano	
5.º ano	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	No 5.º ano	
Todo o curso	2	21	18	8	10	—	—	—	—	21	18	8	10	—	—	—	—	—	—	—	Total	

C - PROFESSORES E CLASSES

D - MATRÍCULAS CANCELADAS DURANTE O MÊS (alunos eliminados da escola)

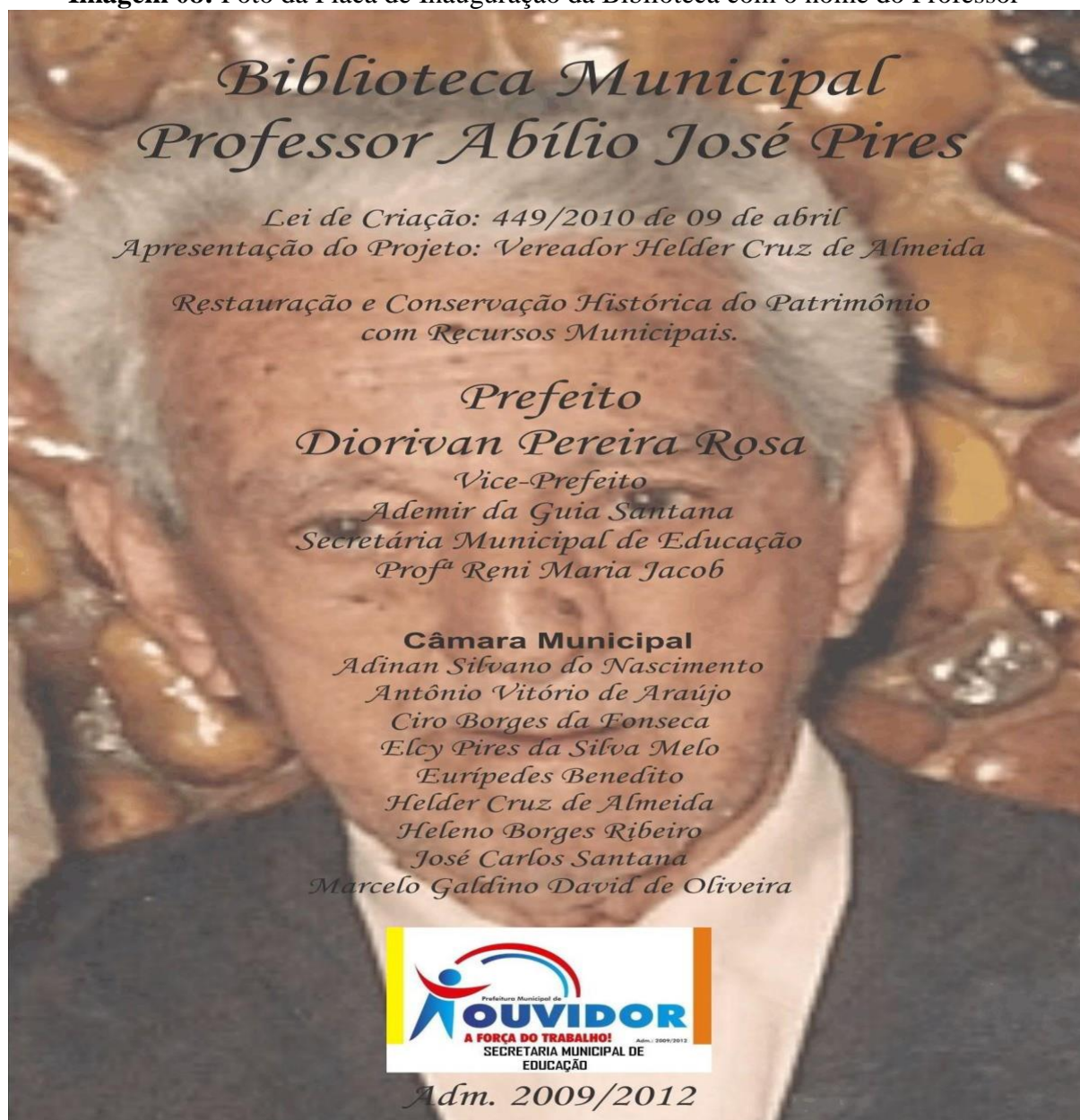
Número da matrícula	NOME DO ALUNO (Por extenso)	SEXO (M ou F)	Ano ou série	Data do cancelamento	Data da matrícula na escola	É a 1.ª, 2.ª, 3.ª, ou qual vez que cursa o ano ou série?	Motivo do cancelamento (consultar as instruções deste caderno)	Número da matrícula	NOME DO ALUNO (Por extenso)	SEXO (M ou F)	Ano ou série	Data do cancelamento	Data da matrícula na escola	É a 1.ª, 2.ª, 3.ª, ou qual vez que cursa o ano ou série?
	<u>Luciano Pereira</u>	<u>M</u>	<u>3.º ano</u>	<u>28.6.53</u>	<u>28.6.53</u>	<u>1.ª vez</u>	<u>de matrícula</u>							

Nota: Não bastando os espaços acima para o registro da matrícula cancelada no mês, prosseguir na "Folha Suplementar" Q - 2.51.

Fonte: Acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

O primeiro professor oficial dessa escola e do Distrito, o professor Abílio José Pires, figura em todos os documentos encontrados no acervo da escola até 1961. Após esta data, quando a primeira diretoria composta por pessoas que vieram de fora assumiu o então Grupo Escolar, o nome do professor desaparece dos relatórios, mas, sua posição de formador dos primeiros professores do distrito foi ficando cada vez mais evidente na medida em que as investigações iam se desenvolvendo.

Imagem 08: Foto da Placa de Inauguração da Biblioteca com o nome do Professor



Fonte: Biblioteca Municipal professor Abílio José Pires.

Por esse motivo, o nome dado ao subtítulo: *Abílio José Pires: de analfabeto à protagonista da educação em Ouvidor* se deu pela busca e encontro das contribuições desse professor autodidata

para o setor educacional do município de Ouvidor, baseados em sua história de vida, reconstruída pela memória dos participantes e acervo documental.

Abílio era homem comum de família humilde, moreno de cabelo crespo cortado baixo. Estatura mediana. Gostava de cuidar do corpo, da alimentação e da mente. Tinha olhos expressivos que transmitiam tranquilidade. Enérgico e exigente, principalmente com seus filhos. Eles tinham que ser o exemplo da escola. Abílio nasceu no Distrito de Catalão, hoje, Ouvidor-Go, aos 29 de dezembro de 1924, era filho de Isaac José Pires e Mathilde Mendes dos Santos.

Desposou Elpídia aos 21 anos e foram moraram nas terras do sogro. Ali exerceu serviços braçais para os vizinhos e a esposa debruçava sobre a máquina de costura para auxiliar nas despesas da família. Logo a falta de professores qualificados no interior de Goiás oportunizou o início do percurso docente de Abílio. Seus primeiros alunos foram os filhos dos fazendeiros das proximidades onde vivia.

Não demorou muito é o professor Abílio transferiu-se com esposa e filhos para o povoado. Ali continuou a sua missão educadora. Era consciente de suas necessidades formativas, assim procurou por pessoas que podiam aumentar o seu conhecimento. Nóvoa (1992) diz ser primordial cada um estar aberto a novas ideias, ciente de não existir verdade absoluta porque precisamos estar revendo nossas ações constantemente, concebendo a nossa própria formação. O professor Abílio ia se transformando, se informando, profissionalizando e formando outros. Parecia inevitável seu desejo de mudança: de vida e de saber, era o começo tímido da uma realização profissional que surgia à sombra de um ideal supostamente impossível, pois, a pesquisa reuniu fontes que demonstrou na pessoa do professor, um homem que por falta de maiores oportunidades se manteve analfabeto até a sua adolescência. Alfabetizou-se por conta própria e pela insistência com aqueles que se tornaram seus instrutores prestando-lhes favor como foi o caso do farmacêutico, "Dr. Raimundo", que por camaradagem dava aulas noturnas ao professor Abílio. Portanto, seu esforço pessoal e a sede de conhecimentos foi um fato que proporcionou adiantamento na sua formação e também teria sido o que se fez responsável por diferenciá-lo dos demais moradores daquele Distrito. Esse diferencial seria o que viria a transformar o ex-lavrador e o comerciante ativo, na pessoa que contribuiria ativamente para a formação de muitos professores do local, conforme veremos nas páginas que se seguem.

Porém a condição desse primeiro professor de Ouvidor não fugiu muito à regra geral do país. O analfabetismo assombrava grande parte da população nacional. O seu diferencial foi apenas ao fato de não se curvar frente às dificuldades. No campo da educação popular, até meados da década

de 1940, cuidou-se, sobretudo, da instrução primária das crianças. As afirmações sobre a necessidade de estender o ensino primário, no advento dos grupos escolares, focalizavam quase exclusivamente a população infantil em idade escolar. Os brasileiros adolescentes ou em idade adulta continuaram por muito tempo relegado à iniciativa da família ou de si próprios.

Para juntar as informações sobre a história de vida do professor, realizei em Goiânia no dia 15 de março de 2014, uma entrevista com cinco de seus filhos. A entrevista aconteceu de forma coletiva, pois, segundo Haubwachs (2008) “Temos que trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças”. O autor diz que “uma ou mais pessoas juntando as suas lembranças conseguem descrever com mais exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas...” (Haubwachs, 2008. p. 31). Só as minhas memórias não podiam alcançar a plenitude da vida longa e em parte anterior a minha existência tida pelo protagonista.

Dois ex-alunos seus também contribuíram para a empreitada, as entrevistas com eles se deram em suas residências nos dias 15 e 18 de julho de 2014.

Grande parte das conversas foi além de gravadas, transcritas, mas, em momentos de impasse, os entrevistados foram submetidos a “consultas” através dos aparelhos de telefones de suas residências, quando respondiam prontamente qualquer dúvida que me acometia.

Saber que o professor buscou conhecimentos, durante a noite, à luz de lamparinas, e que, de acordo com a fala dos filhos, depois de saber ler e escrever, ele andou longas distâncias a cavalo em busca das pessoas mais instruídas do que ele me fez fazer um levantamento de pontos intrínsecos à pessoa de Abílio, construí pela inter-relação das informações, alguns pontos consideráveis: ele foi um autodidata porque era a única forma de aprender daquele tempo, a história da educação local confirmou a inexistência de escolas e professores disponíveis para todos.

Era um idealista que fazia do magistério não um ofício, mas, um meio de vida. Assim, a vontade que ele demonstrava para que seus alunos se transformassem pelo estudo, vinha da impossibilidade dele próprio ter tido essa chance, portanto queria que todos aproveitassem a oportunidade que ele não teve. Em tempos que quase ninguém estudava, seus filhos depuseram que todos eles eram incentivados pelo pai a seguir em frente e a se formarem. Como pai enérgico, a exigência e o rigor com que educou seus filhos era fruto desse desejo de formação cultivada por ele desde cedo, para que se tornasse um hábito e uma realidade.

Sua postura profissional de respeito e compreensão, o fez diferente por jamais ter usado uma palmatória quando esse costume era imperativo, possivelmente isso partiu da consciência de que era

um modelo a ser seguido, a sua missão como mestre formador, envolvia grande parte dos filhos e sobrinhos.

O envolvimento político com a educação em Ouvidor fez parte de sua história, desde antes da instalação do grupo escolar e assim, uma vez aposentado lutou pelo direito de outros, foi procurador autônomo na cidade de Goiânia. Usou sua influência e bons contatos políticos para ter acesso livre aos órgãos estaduais e por procuração particular resolvia as questões burocráticas ligadas aos mais diversos assuntos para os professores, delegado de polícia e outros funcionários públicos do interior. Há notícias de que teria por procuração, tomado posse no cargo para uma professora de Catalão impossibilitada de viajar para tal finalidade.

Inserido na igreja católica e membro vicentino da Catedral Metropolitana de Goiânia estreitou relações com os bispos e cardeais de Goiás por muitos anos. Assim, percebi que existiram motivações que fizeram com que a carreira profissional do professor evoluísse dentro de um quadro permanente e satisfatório. Como o apoio da família, a aproximação com a política e com os membros da igreja católica.

Mas, foi à falta de professores qualificados no interior de Goiás que oportunizou o início da sua trajetória docente em Ouvidor. Nesse percurso, tornou-se protagonista da formação de outros professores, inclusive das cinco primeiras professoras do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira⁵⁶.

Importante acrescentar que, ao recordar a história do professor Abílio e inferir a condição delicada em relação ao analfabetismo entre os habitantes do Brasil, Goiás e Ouvidor a surpresa por me deparar com documentos amarelados entre o acervo da Escola Dácio Amorim Fonseca, e descobrir a existência da escola noturna foi grande. Escola esta que funcionou paralelamente no mesmo espaço destinado à instituição em estudo. Saí em busca da compreensão de como se estabeleceu esta relação entre o grupo e a escola supletiva noturna. De início soube que a professora titular do programa para adolescentes e adultos lecionava também no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Recorri a historiadores e à legislação da época.

O presidente Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, nomeado pelo Decreto nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945, comprometeram-se a investir recursos federais para eliminar o analfabetismo brasileiro. As disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário foram nos seguintes termos:

⁵⁶ Conforme se vê na imagem 8, em 2010, pela Lei de Criação 449/2010 foi homenageado por iniciativa do vereador Helder Cruz de Almeida, com anuência total do legislativo local. A Biblioteca Municipal Professor Abílio José Pires recebeu o nome do protagonista consagrando a sua vitória contra a ignorância.

Decreto nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA a fim de dar execução ao disposto no artigo 5º do Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a da Constituição,

Art. 4º Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário, serão aplicados nos termos seguintes:

1. A importância correspondente a 70% de cada auxílio federal destinar-se-á a construções escolares. Os projetos deverão ter aprovação prévia do Ministério da Educação e Saúde. As obras serão executadas pela autoridade administrativa de cada unidade federativa interessada, correndo as despesas, no todo ou em parte, por conta do auxílio federal concedido.

2. A importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/8/1945, p. 14234).

Este decreto deu origem ao SEA (Serviço de Educação de Adultos), cujo objetivo era reorientar e coordenar, de forma geral, os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Esse movimento durou até fins da década de 1950 e foi denominado “Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos”. A Escola noturna, citada acima, abrigava esse propósito do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

E mais uma vez envolvia a benevolência e o apoio do professor Abílio que cedeu seu barracão sem cobrar alugueis para o funcionamento desta campanha educativa no seu Distrito.

3.3. A CEAA no combate ao analfabetismo em Ouvidor.

Como já vimos, o problema do analfabetismo no Distrito de Ouvidor era sério e não abrangia apenas as crianças, que eram em potencial as possíveis candidatas a uma vaga no Grupo Escolar já prometido. Assim, o SEA - Serviço de Educação de Adultos, que buscava a erradicação do analfabetismo e que foi implantado durante muitos anos pelo governo federal, chegou a Ouvidor. Mas, como esse programa não é o nosso foco direto, no momento não cabe à pesquisa aprofundar a sua história.

Contudo, vejamos Lourenço Filho, “o mestre das Américas⁵⁷”, e seus comentários a respeito da situação contemporânea a esses acontecimentos:

O aumento da precária rede de *ensino supletivo* existente no País, para adolescentes e adultos analfabetos, apresenta-se como urgente medida de organização social. *Ensino supletivo*, mais que simples alfabetização. A aprendizagem da leitura e escrita, a estender-se a todos, será um meio, *não um fim*. Possibilitará apenas; não exercerá, por si só, atuação positiva. Quer para as crianças quer para os jovens e adultos que hajam escapado à ação da escola nas idades próprias, a questão deverá ser posta, sem dúvida alguma, nesses termos de "educação", não nos de simples alfabetização [...]

Por toda a parte, estabeleceram-se sistemas públicos de educação; montaram-se redes escolares para difusão de um mínimo de cultura; pretendeu-se e pretende-se a educação universal. Se a organização desses sistemas pudesse ser completa, todas as crianças e jovens acorreriam às escolas, nas idades certas. E se o funcionamento das instituições escolares pudesse ter plena eficiência, apresentar-se-iam os homens feitos dotados das capacidades a desejar-se, para perfeito ajustamento social. Não se ofereceria, então, o problema da *educação de adultos*, ou não teria ele os característicos que ainda hoje apresenta. (LOURENÇO FILHO, 2000, p.118-119. *Grifos do autor*).

Com base no acervo documental disponível, a primeira ata existente na instituição⁵⁸ é a da criação do Grupo escolar em Ouvidor, em que os professores presentes afirmam que existia na época (1949) cerca de 70 alunos no povoado, mas que, com a criação do Grupo Escolar, a previsão se aproximava de 100 crianças. Não existem fontes documentais suficientes que possam esclarecer onde estariam estes alunos. Por isso, pressuponho que as 39 crianças que estudavam com o professor

⁵⁷ Membro do Conselho Nacional da Educação e diretor-geral do Departamento Nacional de Educação (1937), organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e foi seu diretor (1938-1946). Após deixar o INEP (1936), ministrou cursos em universidades latino-americanas e colaborou (1944) na reforma do ensino do Paraguai. Organizou e dirigiu o Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos (1949), durante o qual recebeu o título de maestro de las Américas. <http://www.brasilecola.com/biografia/manuel-bergstrom-lourenco-filho.htm>

⁵⁸ Documento disponível na imagem 10 desta pesquisa.

Abílio José Pires e as outras 26 com a professora Maria do Carmo Magalhães, sejam a soma aproximada dos 70 alunos que são referenciados na ata.

Visto que, os alunos da professora Alexandrina registrados no mesmo ano, compunham uma situação diferenciada por estudarem no período noturno e se tratar da já citada alfabetização de adultos e adolescente conhecida como a CEAA.

O programa de combate ao analfabetismo do governo Getúlio Vargas e do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encontra-se nos registros de outro livro do mesmo acervo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Consta de que a sala de Alfabetização de Adultos e Adolescentes funcionava no mesmo galpão de propriedade do professor Abílio José Pires, situado à Rua São José, povoado de Ouvidor, município de Catalão. E quem era responsável pela atividade docente com os adultos era a professora Alexandrina Vicente da Silva, que, após a instalação do grupo escolar, lecionou também no período diurno no prédio novo, sem abandonar a educação dos jovens e adultos.

O local de funcionamento do grupo escolar recém-implantado no povoado era o mesmo. Mas, ele recebeu dos participantes, nomes bastante diversificados como: "galpão"; "armazém"; "barracão de cereais"; "escola do professor Abílio"; "barracão de creme"; "barracão do Seu Abílio"; etc.

Mas, todos esses nomes, conforme já mencionado, referem-se ao mesmo espaço ocupado pelos alunos da sala de alfabetização de adultos e adolescentes e pelas salas do grupo escolar até a construção do prédio novo.

Sobre esta construção um ex-morador contemporâneo entrevistado em 25 de setembro de 2015, assim o diz, “o prédio foi construído em tempo recorde, depois da visita do Deputado que se reuniu com o povo para dar força no movimento de emancipação de Ouvidor para cidade”.

Mas, esta sua alusão foi feita junto com certeza de que teria vindo para o Distrito que mais tarde viria ser Ouvidor, uma verba federal a que todos os municípios com mais de cem pessoas tiveram, por iniciativa do Presidente Dutra, para a construção de Grupos Escolares. Porém, se houve este repasse para Ouvidor, não ficou claro para esta pesquisa. Pois foi encontrado nos acervos documental da escola, a escritura de doação do terreno e da construção do grupo escolar, realizado entre a prefeitura de Ouvidor e o estado de Goiás.

Neste documento existe uma alegação de que teria sido o Distrito de Ouvidor, politicamente dependente de Catalão, quem construiu o prédio do Grupo Escolar e não existe nenhuma menção de que havia tido a ajuda financeira do governo federal. Pode ser que a notícia do repasse de verbas espalhadas pelo presidente Dutra, tenha estimulado os esforços da política e dos cidadãos do distrito

de Ouvidor, rumo à iniciativa maior de conquistar o seu primeiro prédio escolar, com destino exclusivo de ser uma escola pública. Catalão já era no momento um município dotado de certa independência econômica. Como também pode ter sido construído com verbas federais, já que o movimento para tal existiu no tempo de sua construção. Esse ponto sobre de onde vieram os recursos financeiros para a construção das duas salas iniciais do grupo escolar de Ouvidor é uma incógnita.

Mas como já dissemos se desde 1947 já havia em funcionamento uma escola noturna para adolescentes e adultos, em situações precárias, como também um barracão repleto de crianças estudando da mesma forma, sem condições adequadas, era justo que o povo buscasse com todos os meios a construção de um prédio para abrigar essas duas modalidades de ensino. E a escola graduada em forma do Grupo escolar passasse a ser parte da educação local.

Imagem 09: Termo de abertura do Livro de Registro da Escola de alfabetização de Adultos.

TÉRMO DE ABERTURA

CONTÉM o presente livro 64 páginas, devidamente numeradas, e servirá para o registro da matrícula, da frequência diária, dos termos de visita e das atas das provas finais, com relação à classe do plano nacional de ensino supletivo, para adolescentes e adultos, situada à rua

São José n.º —

na cidade (vila ou localidade) de *Povoado de Ouvidor*.

.....

Distrito de —

Município de *Catalão*

Data: *15 de junho de 1947.*

Alexandrina Vicente da Silva

(Assinatura do professor regente da classe)

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR:

Data:

Assinatura:

Fonte: acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Naquele momento em que esses esforços se reuniam, a aurora educacional em Ouvidor se iniciou em ritmo satisfatório. A abertura da possibilidade para os adultos e adolescentes alcançarem, junto às crianças, um abrigo no grupo escolar, com o seu prédio já em fase inicial de construção, trouxe consigo também, não só mais conforto, mas, a chance de mudarem os assustadores números do analfabetismo instalado na região.

Na entrevista com a professora que foi nomeada para a escola de adultos com os recursos federais ela mencionou as péssimas condições com que iniciou esta classe. Falou do uso de lamparinas e se recordou com um sorriso nos lábios de seus alunos com os narizes enfumaçados pela fuligem dos pavios. Falou das dificuldades pela falta de mobiliário. A professora também me relatou que os assentos eram toquinhos de madeiras e que raramente algum aluno levava de sua própria casa um tamborete para se sentar e assistir as aulas. Disse que tinha sido uma vitória muito grande quando ela e os alunos conseguiram um lampião a gás. Mas que quando o Grupo foi construído todos os problemas se acabaram, porque os alunos do noturno também foram estudar na escola "novinha".

Como eu fiz parte do Grupo Escolar, me pus a pensar na diferença do que estava sendo relatado e as salas de aula do grupo que conheci. As carteiras eram duplas, onde dois alunos se sentavam bem próximos um do outro. Mas, as carteiras eram de boa madeira e a gente podia ter certo conforto, principalmente se comparado à precariedade que estava sendo descrita pela minha entrevistada.

No meu tempo o Grupo já oferecia lanche no recreio e tinha outras regalias desconhecidas pelos primeiros alunos da escola isolada e da escola de adultos e adolescentes no seu início. Ganhávamos até materiais escolares, me lembro da maravilha que era poder desenhar com os lápis de cor que segundo a professora, vinham dos Estados Unidos. Na sala da diretora tinha um belo apontador de lápis fixado na sua mesa, um apontador de manivela que ia girando como uma máquina de moer carne antiga. Era muito bom ir apontar os nossos lápis naquela novidade.

No próximo título, analisaremos os indícios que levaram à concretização/institucionalização do primeiro grupo escolar da cidade de Ouvidor-GO e alguns entraves que foram descobertos no meu percurso, que levaram essa nova escola a esperar por longos 13 anos até a sua primeira diretoria e funcionamento de acordo com os direcionamentos plausíveis aos grupos escolares no Brasil.

CAPÍTULO IV: O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA NO PERCURSO DA FORMAÇÃO DA CIDADE E DA ESCOLARIZAÇÃO DE SEUS HABITANTES.

4.1. O processo fundador do primeiro grupo escolar de Ouvidor – Goiás.

Um fator favorável do município de Ouvidor sempre foi a sua localização estratégica. Seus limites com Minas Gerais e o acesso relativamente facilitado à capital do Estado de Goiás e à Capital Federal lhe impuseram condições de progresso.

Assim, “o papel redentor da educação, recorrente na discursividade das elites nacionais, apropriado pelos dirigentes goianos: de que, educar significava moralizar o povo, inculcar-lhes hábitos saudáveis como amor ao trabalho, à higiene, a Deus, e à pátria, retirá-lo da ignorância” (PINTO, 2012, p. 326) também figurou com facilidade no pensamento das autoridades locais e nos visionários que residiam na região rural de Catalão. Diante disso, a criação do primeiro grupo escolar foi apropriada para o Distrito, mesmo sem que este estivesse apto a sustentar uma escola progressista, como era a imagem dos grupos escolares da época.

Como já foi mencionado, a população do Centro-Oeste e de Goiás sofreu um acréscimo respeitável entre os anos de 1920 e 1950, conforme podemos notar na tabela a seguir. E isso me leva a crer que Ouvidor acompanhou esse ritmo, embora seus dados populacionais encontrados sejam todos posteriores ao ano de 1950. Nesse sentido, estima-se que antes devia haver bem menos pessoas residindo por ali e, que só a partir de 1922, com a construção da Estação Ferroviária e com a chegada da esperança de comunicação e transporte mais eficazes, as pessoas foram atraídas para o povoado.

Assim, com mais pessoas reunidas, a institucionalização da educação pública foi uma consequência natural. A tabela 11 mostra que entre 1920 e 1950 a população da região Centro Oeste cresceu em quase 50%, assim como o estado de Goiás, que recebeu um acréscimo superior a 50%.

Apesar de não ter sido possível encontrar fontes estatísticas referentes ao aumento populacional de Ouvidor para estabelecer uma comparação exata através de números anteriores a institucionalização do Grupo, 1949, presume-se que o ocorreu em Goiás foi proveniente do crescimento populacional principalmente das regiões que foram beneficiada pela abertura dos trilhos.

Tabela 11: Crescimento populacional do Centro Oeste e Goiás entre 1920 e 1950.

HABITANTES POR LOCALIDADE			
ANO	REGIÃO CENTRO OESTE	GOIÁS	Distrito de OUIDOR
1920	758.531	511.919	–
1940	1258.679	826.414	–
1950	1.532.924	1.224.92	3.458
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO			

Fonte: organizado pela autora- SEGPLAN- 2013 e IBGE.

Com a população crescendo desde a chegada dos trilhos, o primeiro movimento em direção à conquista do grupo escolar aconteceu concretamente no dia sete de abril de 1949. Neste dia, o deputado Diógenes Dolival Sampaio, inspetor escolar, visitou o povoado de Ouvidor trazendo nas mãos um ofício do Secretário da Educação de Goiás, Dr. Hélio Seixo de Brito, assessor do governador Jeronimo Coimbra Bueno. O documento deixa claro que nesta recepção estavam, além das pessoas que assinaram a ata, os alunos da escola que deviam ser um número aproximado de setenta crianças⁵⁹.

A abertura do livro e a primeira ata foram redigidas pela professora Lenita Pires Ribeiro. Além dela, apenas mais dois professores fizeram parte deste feito, o professor Abílio José Pires, pai da redatora, e a professora Alexandrina Vicente. Provavelmente, outros cidadãos compartilhavam o memorável dia, embora nem todos assinassem a ata. O Sr. Antônio Ferreira Goulart, subprefeito municipal, foi mencionado e estava presente, mas não aparece no rol dos assinantes. As assinaturas

⁵⁹ De acordo com os registros da época, descritos na tabela nº 10, e citados na própria redação da ata abaixo, imagem de número 10 e também recordados nas memórias da professora Alexandrina/Apêndice H – Escrita autobiográfica I, nesta dissertação.

foram iniciadas pelo visitante, seguido pela redatora e o primeiro professor do local, autoridades e demais presentes dispostos na seguinte ordem: Diogenes Dolival Sampaio, Lenita Pires Ribeiro, Abílio José Pires, Antenor Firmino, Adalardo Antônio de Mesquita, Hélio Ferreira Goulart, Vigilato Evangelista Pereira, Alexandrina Vicente da Silva, José Antônio dos Santos e Valmir Paranhos Guimarães.

O interesse político do evento reuniu além dos visitantes vindos de outros locais, os professores, autoridades locais e pessoas do povoado com profissões alheias à educação, segundo depoimentos da redatora que ainda vive e foi entrevistada, eram comerciantes, fazendeiros e políticos.

Tudo indica que o prédio onde ocorreu o evento era o Galpão do professor Abílio, ao lado de sua residência, pois ele, sua filha Lenita e a sobrinha Alexandrina exerciam as suas funções no local, conforme descrito na imagem 06 desta pesquisa, ou seja, na Rua São José, s/n. E antes desta reunião ainda não se falava em grupo escolar.

Nesta primeira ata não ficou claro nos registros que a pauta da reunião era a institucionalização do primeiro grupo escolar de Ouvidor, pois o assunto do ofício enviado pelo Secretário de Educação, Hélio Seixo de Brito, para impulsionar a abertura do grupo não foi transcrito na pauta. Porém, esta confirmação veio depois, quando encontrei a Lei de criação com a data retroativa de 1949.

O processo de institucionalização do grupo foi lento. Apesar da Lei 442, de 8 de dezembro de 1949, sobre seu funcionamento, o registro seguinte no livro de atas se refere a uma visita de inspeção só oito meses depois, em outubro de 1949, quando o inspetor escolar fez um curto relatório da Inspeção nos termos a seguir:

Tendo visitado a Escola rural nº 1 do Povoado de Ouvidor, onde lecionam os professores Abílio José Pires e Lenita Pires Ribeiro, notei que estava a escola em bom funcionamento, com uma matrícula de 35 alunos todos com boa ordem. Sendo esta a minha visita deste ano, notei que todos estão com bom aproveitamento.
Ouvidor, 5 de Outubro de 1949.
Jaime Loureiro dos Santos
(Livro 1ª ata de fundação:30-03-1954, p.3/ 07-04-1949).

O pequeno relatório de Jaime Loureiro dos Santos⁶⁰, ao deixar a sua mensagem de aprovação à escola do Professor Abílio, possivelmente já demonstra que era uma sala considerada o início do grupo escolar, conforme motivos já expostos anteriormente. E, apesar de tudo indicar que os alunos

⁶⁰ O documento consta na imagem 11 (abaixo) segunda parte da primeira ata escrita no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, na primeira providencia de sua implantação.

continuaram a estudar no Galpão de sempre, talvez até a construção do novo prédio, não existe nenhum vestígio nem memórias eficazes sobre o assunto. O fato é que no histórico do memorial da própria instituição existe uma pista que reforçou a ideia de que esta visita à escola do professor já teria sido considerada uma visita ao grupo escolar. Tive acesso a esse documento que revela a seguinte mensagem: “em 1949 foi criado pela Lei nº 442 a instalação do Grupo Escolar de Ouvidor. [...] Eram professores na época o Sr. Abílio Pires e a Sr^a Alexandrina Vicente da Rocha que ficou também responsável pela administração de 1949 a 1960.” (Histórico- Memorial da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca).

Outro indício de que é a versão mais condizente com a história do início da institucionalização do grupo é a redação da primeira ata de que se tem notícias, disposta na imagem logo a seguir, quando, no segundo parágrafo, menciona-se a quantidade de alunos matriculados, que, conforme já foi dito, coincide com a soma dos alunos do Galpão e os da professora Sarah registrados em outro livro do mesmo acervo.

A ausência da professora Sarah na reunião, descrita na primeira ata, não apresenta justificativa, mas o seu local de trabalho naquele tempo era outra sala rural, ou seja, mais uma escola isolada. E, de acordo com Bretas (1991), quando explica como se deu a formação dos grupos escolares, toda essa história de Ouvidor faz sentido. Ele se refere às várias escolas isoladas que reunidas davam origem à novidade apresentada na educação brasileira pelos republicanos dizendo que,

A grande novidade da reforma foi a introdução do Grupo Escolar em Goiás. Instituição que já era comum em outros estados da federação. [...] existiam várias escolas isoladas, funcionando uma, duas ou três delas em cada freguesia, instaladas nas residências dos próprios professores ou em casas alugadas. Começou-se, então a pensar em reunir todas as escolas de uma cidade, de uma freguesia ou bairro populoso em um só edifício [...] especialmente construído para tal fim, e em cada sala colocar uma mesa isolada com seu professor e alunos, formando, assim, um centro de ensino, como se fazia em outros países. (BRETAS, 1991, p. 506).

A conclusão destas análises é que o grupo foi institucionalizado no papel pela Lei 442, mas, na prática, continuou a funcionar nas escolas isoladas por um bom tempo ainda.

Pelo menos entre 1949 até cerca de dez anos após o barracão da escola nº 01 continuou ativo. No início por não ter outro local para o funcionamento das aulas. Depois quando foi erguido o edifício para o funcionamento do Grupo escolar, por conta do mesmo não suportar o número de salas exigidas pela organização da época, ou seja, eram apenas duas, as salas do novo Grupo. Assim, não eram suficientes ao número de séries para serem distribuídas para as mesmas.

A ata da imagem 10 mostra uma comunidade reunida em torno da uma visita de um político de renome na região e que também era inspetor escolar, assim a oportunidade não foi desprezada pelos interessados inclusive com a fala dos professores que nenhum material tinha sido doado aos alunos. Alegação que mais adiante na mesma ata abaixo foi corrigida da seguinte forma, "Em tempo: referindo-se ao material escolar não recebido, disseram os professores que se referem aos do Estado e não do Município" (Primeira ata do Grupo Escolar Pedro Ludovico. Parte 02), assim fizeram questão de reforçar que o Estado de Goiás não fornecia nenhuma ajuda aquela escola, mas que a prefeitura dava-lhes o apoio necessário.

Imagem 10: Primeira ata do Grupo Escolar Pedro Ludovico. (parte 01)

Hoje aos 7 dias do mês de abril de 1949, compareceu a esta casa de ensino o cidadão Diogenes Dolival Sampaio, Deputado Estadual e apresentou-se como Inspetor Escolar em virtude do ofício nº 36 do gabinete da Secretaria de Estado da Educação. Após a leitura do referido ofício, fez o visitante uma ligeira alusão a posição do ensino no Estado, tecendo elogios a pessoa do Dr. Helio Seixo de Brito como Secretário da Educação, fazendo sentir ainda o grande esforço do governo do Estado, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, nesta hora difícil que atravessamos, em conjugando as forças financeiras e econômicas de fundir o ensino conforme exige a nossa população estadual. O Deputado Sampaio reconheceu os esforços e a boa disposição dos professores em seus misteres e consistiu aos alunos a dedicarem com amor e dedicação ao ensino que aqui lhes é ministrado com fiante de que desta boa vontade somente eles não hjeram futuramente.

Pelo professores foi declarado que até o presente momento nenhum material escolar ^{foi} recebido aqui para distribuição aos alunos. O número de alunos atualmente matriculados e em frequência e de 70, podendo ser aumentado para 100 aproximadamente.

Usou da palavra por ultimo o sr. Antonio Ferreira Goulart sub-prefeito municipal o qual confessou satisfeito pela visita do Deputado Sampaio e manifestou-se esperançoso de que outros visitantes aqui venham e se interessem pelo nosso ensino fazendo ainda elogios ao município ao visitante. Como nada mais houve

Fonte: acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

mesmo o centro de ensino do distrito, pois reuniu no mínimo três escolas em funcionamento: a Escola Rural 1, Escola Rural 2 e a Escola de Alfabetização de Adultos e Adolescentes que estava em atividades no período noturno. Segundo Bretas (1991, p.506), “Várias seriam as vantagens do Grupo: facilitaria a inspeção e administração do ensino, poder-se-ia juntar todos os alunos e distribuí-los em classes, cada classe reunindo os alunos da mesma idade e do mesmo adiantamento, garantindo, assim, certa homogeneidade”.

Mas já sabemos que esta reunião no Grupo Escolar de Ouvidor não aconteceu em imediato. Pois duas salas não seriam suficientes para abrigar todos os alunos que o Distrito já reunia em suas atividades escolares.

Vários foram os motivos pelos quais a institucionalização do primeiro Grupo Escolar do município de Ouvidor iria ter que superar antes de se tornar de fato uma escola graduada reunida.

O título abaixo reúne alguns elementos que elucidará os acontecimentos que travaram esta institucionalização de imediato.

4.2. Em passo lento segue o grupo escolar de Ouvidor.

Para explicar a lentidão com que o primeiro grupo escolar de Ouvidor se estabeleceu e ganhou a sua identidade própria, recorro em primeiro lugar às políticas públicas educacionais do país, que pulverizaram as responsabilidades sobre as instituições de forma a instalar uma superposição entre poderes. Este processo retardava a criação dos grupos escolares, detendo “a gestão dos sistemas, a criação de escolas, a nomeação de professores, os recursos arrecadados, que permaneciam nas mãos do governo central, que dividiria os custos pesados de edificações com os municípios.” (PINTO, 2013, p. 338). Para esses autores,

Se em nível federal, a educação pouco ocupou a agenda política nacional, a preocupação com os gastos públicos, a condição dos prédios e casas escolares, a criação de novas edificações, a formação escolarizada e a exigência da diplomação do corpo docente, a insistência na reforma (recorrente) do ensino primário e na escola normal, todos estes aspectos demonstravam a centralidade da escolarização (PINTO, 2013, p. 336).

A centralidade de poder não é prática benéfica em nenhum setor das relações sociais. Na verdade, no caso em estudo, a morosidade percorrida desde o momento da assinatura da Lei que criou a escola em Ouvidor até o dia em que finalmente o primeiro grupo escolar seria instalado em condições de funcionamento decente demonstra que algo estava errado.

No que diz respeito à centralização a que se referem os autores, mesmo que a educação tivesse a sua organização na época submetida ao governo federal e estadual, em Ouvidor ela não ocorreu. Diante da necessidade latente do povoado, ele não podia esperar pela boa vontade dos governantes, pois isso significava um atraso na demanda, se as salas isoladas não estivessem em funcionamento.

Outro problema eminente é que Ouvidor não dispunha de professores qualificados, não tinha um edifício suntuoso, não possuía a pedagogia do método intuitivo ou a lição das coisas, mas vivenciava um gritante analfabetismo em seu seio. Assim, não dispunha de tempo para se acomodar à espera das benesses prometidas com as reformas inacessíveis a centros modestos e inoperantes frente ao olhar daqueles que comandavam os destinos administrativos do país. Os interesses políticos, conforme vimos, no palco da educação marcaram posição ferrenha na constituição das escolas.

Os documentos demonstram que, apesar da falta de condições equiparadas às reformas educacionais do momento, a instituição pesquisada possuía credibilidade junto aos inspetores do Estado. O que contrariava a centralização da educação aos limites dos governantes, que, de certa

forma, impedia o deslanchar cultural de uma sociedade hodierna como o Brasil que, sendo colônia e dependente por tantos anos, aprendia no berço da liberdade a caminhar com seus próprios pés. Assim, Goiás e Ouvidor na conquista dos seus grupos escolares contribuíram com a elevação dos números de alfabetizados e com o desenvolvimento cultural. Mas a disputa pelo orçamento era desigual e injusta, “ao mesmo tempo, se prestavam a ser instrumentos de barganha, conferindo aos dirigentes públicos maior visibilidade política embora fosse menor o alcance social” (PINTO, 2013, p. 340).

No decorrer das pesquisas esses professores leigos⁶¹ que atuaram no primeiro grupo escolar de Ouvidor encorpavam a certeza de que “o Estado republicano manteve algumas poucas instituições modelares que simbolizava o desejo fáustico de inovação e propagandeavam o novo regime, enquanto boa parte do ensino público padecia de enormes problemas.” (SOUZA, 1998, p. 69). E os problemas que a escola de Ouvidor apresentava não eram suscetíveis a mudanças imediatas.

Portanto, a verdadeira implantação do tão sonhado grupo escolar teve o seu tempo de espera. Sem querer, contudo, “subestimar a importância que a exigência da formação para o exercício docente teve para a profissionalização do magistério. Ser professora, ser professor, tornava-se uma profissão especial [...] significou uma nova forma de ser no mundo e novas possibilidades de inserção social.” (SOUZA, 1998, p. 69). O esforço pessoal desses professores não substituíam a necessidade de uma boa formação, mas possibilitou para muitos de seus alunos não a inserção, mas a ascensão social⁶².

Elucidados os pontos principais de referência da delonga para a instalação do primeiro grupo escolar fundado em 1949, no ainda Distrito de Ouvidor, passei a analisar a ata denominada “Ata de Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor”. Ela teve como cenário o dia trinta de março de mil novecentos e cinquenta e quatro. Mais precisamente cinco anos após a Lei de criação do referido Grupo.

O local de funcionamento do Grupo já tinha uma sede própria, e o prédio novo, construído para esta finalidade, preenchia os requisitos de criação dos grupos escolares propostos pela legislação. Mas os professores ainda não possuíam formação no curso normal e o número de alunos estava longe dos 140 necessários para a criação de um grupo escolar. Mesmo assim, a centralização

⁶¹ Leigos aqui está no sentido de professores não habilitados. No Brasil, a existência de professores leigos é comum, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde muitos deles estudaram apenas até a 4ª série e a maior parte não terminou o ensino fundamental (antigo 1º grau). Como era o caso do grupo em estudo.

⁶² Nas entrevistas, alguns professores relataram como se orgulham por seus alunos terem ascendido socialmente pela influência da base primária, indo concorrer a vagas em lugares distantes para cursos mais adiantados e alcançando pleno sucesso.

do ensino já estava em cordas bambas, talvez pela inoperância do Estado que não conseguia tomar as providências suficientes para a disseminação da escola pública. Fato é que permitiram o funcionamento do Grupo. A imagem a seguir é uma representação deste prédio próprio que inicialmente possuía apenas duas salas. Onde se vê três janelas anteriores ao pátio vazado e mais três janelas a direita do mesmo pátio.

Foto 16: Primeira construção do Grupo Escolar de Ouvidor/1950.



Fonte: acervo do museu do IBGE, enviado por e-mail para a autora.

Na reunião narrada pelo documento analisado, estiveram presentes na Implantação do Grupo representantes do poder público estadual, local, cidadãos e alunos: prefeito municipal de Ouvidor, Idalício da Silva, Senhor Inspetor escolar, João de Serqueira Netto, Sr. Theobaldo Ayres, Sr. Manoel de Sena Pereira, Pedro Mendes dos Santos, Almerinda Magalhães Arantes⁶³, Maria do Rosário Ayres, Adalardo Antônio de Mesquita, Idileno da Silva, Benjamim Antônio Costa, Bernardino Senna Netto. Também esteve no evento, o professor Abílio José Pires, Alexandrina Vicente da Rocha, Ana Rosa de Lima e Alméria de Paiva Mesquita. Para marcar a relevância da cerimônia de abertura

⁶³ Uma das primeiras mulheres a ocupar um lugar na Assembleia Legislativa de Goiás. Foi deputada na 3ª, 4ª e 5ª Câmara Legislativa Goiana, (1955-1958), (1959-1962), (1963-1966), respectivamente, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), aliado ao PSD. <http://al.go.leg.br/legislatura/> acesso em 01 de maio 2015.

o Hino Nacional brasileiro foi entoado por todos e, em prosseguimento, fez-se a leitura do Decreto de 22 de março de 1954, assinado pelo governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira:

O governador do Estado de Goiás usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.591 de 14 de novembro de 1951 resolve marcar para o dia 30 de março do corrente a instalação do Grupo Escolar de Ouvidor, criado pela Lei nº 442 de 8 de dezembro de 1949. Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia aos 22 de março de 1954, 65ª República:
Assinado por
Dr. Pedro Ludovico Teixeira. (Parte transcrita na ata do Grupo, p.4).

Embora não estivesse presente, o deputado Wison da Paixão (PSD- Partido Social Democrático) foi citado na cerimônia como patrono da criação do grupo na Assembleia Legislativa, reforçando que o evento aconteceu também pelo desejo do governador frente aos apelos do povo da cidade de Ouvidor. Interessante destacar que, na oportunidade, a deputada Almerinda Magalhães não perdeu a oportunidade de reforçar os ideais de educação do presente dizendo que “a educação primária é a base fundamental não só da instrução, como desenvolvimento e progresso de uma comuna⁶⁴”.

No movimento político da cidade se iniciava um processo de transformações. Não esteve presente no acontecimento a família Goulart, que marcava força em um dos partidos políticos locais e aparecia na ata anterior. Pelo que se sabe pelas narrativas orais e memória dos entrevistados, o Sr. Manoel de Sena Pereira, figurante nas páginas do documento analisado, foi um forte concorrente da citada prole e, por sua vez, estava ausente na primeira reunião de implantação do grupo. Intuímos que os representantes de partidos adversários não frequentavam os mesmos locais.

O entusiasmo pela instalação permaneceu por certo tempo. Decorridos menos de trinta dias o novo grupo escolar recebeu a visita do inspetor estadual, situação já mencionada nessa dissertação, e que foi registrada na página cinco do livro de atas da escola local onde deixou o seu parecer de verificação com as seguintes palavras,

Pela primeira vez tive a oportunidade de visitar hoje, neste grupo escolar, as classes do Professor Abílio Pires e Professora Alexandrina Vicente, tive grande prazer pelo o entusiasmo que me proporcionou, disciplinas, boa vontade, entusiasmo, etc. Com esta satisfação lancei um lema para todos nós. (Querer é Poder). Ouvidor, 21 de abril de 1954.
-Assinatura ilegível-
Inspetor escolar.

⁶⁴ Fala da deputada constante no verso da página 04, no livro da 1ª ata de fundação: 07/04/1949.

Esta é uma mensagem elogiosa aos professores da nova escola. Por outro lado, destaca e imprime uma visão necessária à mesma: entusiasmo dos profissionais envolvidos, disciplina, boa vontade. Por outro lado, precisamos considerar o perigo da indicação política, prática usual nos grupos escolares. Para Souza (1998, p. 72), “o acesso e a ascensão na carreira não validavam a competência profissional certificada por critérios racionais como o concurso, e sim a indicação e o privilégio político e pessoal”.

Dessa forma, decorridos cinco anos dos primeiros movimentos para o alcance da escola graduada em Ouvidor, a institucionalização da educação fundamental do local estava realizada por meio da implantação do primeiro Grupo Escolar na cidade. Cabe, portanto, verificar na sequência dos próximos capítulos como se deu a sua aceitação, uso e outras tramas voltadas para a sua permanência e eficácia. Para tanto, a interpretação e a análise das fontes existentes e depoimentos dos participantes nortearam o prosseguimento desta pesquisa.

4.3. As mazelas e o poder frente à instrução pública de Ouvidor

O intuito de estudar a história da primeira escola primária graduada do município de Ouvidor trouxe consigo um passado carregado de dores, rancores, desentendimentos e segredos conservados nas amarras dos corações que muitas vezes passaram por humilhações e tiveram que lutar bravamente para exercer seu trabalho dentro da instrução pública do município. No desenrolar das entrevistas as confidencias foram se individualizando e tomando corpo na reconstituição do enredo para sair das prisões secretas.

Para a estudiosa Ataíde (2006) quando o pesquisador estabelece relações com os participantes de uma pesquisa favorece para um depoimento mais espontâneo, ela defende que a relação empática estimula a reflexão, a afetividade e a memória. Enquanto a tecnologia moderna permite a captação e o arquivamento das fontes orais.

Ela destaca que,

o encontro dessas duas condições favoráveis - relações amistosas e tecnologia - propicia, possibilita ensejar depoimentos detalhados e densos, que mostram seu processo de construção, os diálogos geradores e o clima interativo e emocional que desencadeia os processos subjetivos (ATAÍDE, 2006, p. 313).

O alcance das mazelas políticas de um lugar, nem sempre está depositado em fontes históricas convencionais. A subjetividade da história oral, contida na informação posta à tona por uma entrevista, uma conversa, um entrosamento empático é capaz de promover a individuação, conforme Pineau (2006), quando diz “que é o conflito que mobiliza rumo ao conhecimento de si, ou seja, retira-o da inércia do tempo racional “canônico” da consciência fazendo com que ele busque as variantes de si que, por permanecerem desconhecidas, aparentam desrazão” (PINEAU. 2006; p. 68). Para ele isso significa a abertura do ego-consciência compondo a realidade simbólica advinda da atualização do material mnênico arquivado ao longo do tempo. Para Pineau (2006) O fato de remexer o passado torna-se função, no sentido que motiva uma releitura da história pessoal do indivíduo e aponta caminhos para a aquisição de uma identidade singular. No caso das mazelas políticas da história da educação de Ouvidor, uma identidade adormecida, mas, não esquecida ou perdoada, uma identidade injustiçada.

Nesse título algumas destas realidades romperam o silêncio para integrar as narrativas de um Grupo Escolar que trouxe muitas benesses para os moradores do município, mas, que também, deixou marcas de desapontamento.

Conforme vimos, foi após cinco anos de espera que aconteceu o segundo passo mais importante rumo à institucionalização do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor. Embora a instrução pública na modalidade de escola graduada tenha demorado ainda mais dois anos para avançar em seu aspecto organizacional dentro dos padrões do modelo implantado desde 1949.

A regalia de algumas famílias de políticos da época atraía e ao mesmo tempo retardava o adiantamento das ações legais para a escola. Desse modo, sob pressões e desentendimentos partidários vindos de todos os lados, o Grupo Escolar existia, mas não ia adiante. O poder centralizado nas mãos de poucos cidadãos favorecia o monopólio da contratação de professores para a escola.

E este movimento centralizado no poder político, trouxe alguns problemas. Nas entrevistas realizadas no dia 02 de março de 2015 com um ex-aluno e uma ex-professora, tanto na casa dele como na residência da ex-professora, eles contaram o mesmo fato. Disseram que existia uma prática no Grupo Escolar em que professoras, protegidas pela anuência de políticos, mantinham-se no quadro do grupo escolar como funcionárias “fantasmas”, ou seja, eram contratadas, mas colocavam em seu lugar, substitutas para receberem parte de seus salários no final do mês. Umas porque não queriam trabalhar ou, em outros casos, por não terem idade para serem professoras trabalhavam no nome de outras que jamais foram professoras. Assim, nomeavam uma e outra pessoa trabalhava em seu lugar. (Entrevista com a ex-professora nº 01). A entrevistada citou os nomes de professoras que atuavam nesta situação. Como também nos contou que a professora “favorecida” não tinha nenhum compromisso com o Grupo ou ânimo para a regência de sala, mas o seu nome era mantido e o contrato permanecia, sem a sua presença física entre aquelas que laboravam diariamente.

Os problemas advindos do poder político não cessam por aí. A cidade, recém-emancipada, era modesta e poucas pessoas possuíam condições de se formar. Em Catalão, cidade vizinha, já existia, desde 1930, a escola normal no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, administrado pelas irmãs agostinianas que mantinha um sistema de bolsas de estudo e mensalidades altas. Mas a condição financeira das famílias de Ouvidor era pouca, restritas aos considerados ricos, as alunas que podiam pagar, muitas vezes não queriam estudar. Portanto, segundo informações de uma ex-professora da época, em entrevista realizada em Goiânia no dia 24 de fevereiro de 2014, quem tinha aptidão para o magistério geralmente não pertencia às famílias abastadas e quem podia se dar ao luxo de estudar não se interessava pelo assunto.

O sistema de bolsas que existia no colégio era em troca de mão de obra. Na entrevista com os filhos do primeiro professor do município, professor Abílio, foi-me revelado por uma de suas filhas

que ela chegou a ir para o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus. Mas que infelizmente ela não tinha nenhuma aptidão para a cozinha e era obrigada a cozinhar. Conta que solicitou às freiras para deixá-la na limpeza sob a alegação de que não sabia e não gostava de cozinhar. Mas seu desejo não foi atendido, era forçada a cozinhar para pagar seus estudos, coisa que, segundo a família da jovem, ela não dava conta de fazer nem mesmo no ambiente familiar. Contam que no rodízio feito para as tarefas domésticas em casa com as suas irmãs ela sempre ficava com a limpeza e arrumação. Pelo depoimento dela própria, o fato de ser excelente aluna e tirar as melhores notas da sala não foi o suficiente para ser compreendida. Foi então que deixou de lado definitivamente o magistério. Interrompeu o seu sonho de se formar e retornou para casa dos pais com pesar. Na entrevista, com ares de melancolia, revela que tinha muito gosto pelos estudos, era ávida por leitura e novos conhecimentos (ex-professora nº 3 entrevista realizada em Goiânia, 24 de fevereiro de 2014).

A realidade educacional de formação do professor não era precária só em Ouvidor, mas em todo estado de Goiás. Nepomuceno (1994, p. 62) retrata esta realidade lembrando que “a população urbana não recebia, na sua totalidade, sequer a instrução primária. [...] A educação secundária, nos moldes em que foi proposta [...] destinou-se de fato aos setores mais abastados da sociedade brasileira.” A autora se refere à população urbana por excelência, pois a ela os benefícios educacionais disponíveis, públicos ou privados, teoricamente foram de mais fácil acesso, pois as escolas graduadas foram criadas inicialmente para os moradores das cidades. Dada a falta de incentivos aos habitantes rurais, proveniente, principalmente, da inexistência de transportes e meios de comunicação rudimentares e parques, poucas pessoas se davam ao trabalho de saírem em busca de instrução.

Em linhas gerais, entre os muitos problemas encontrados que justificam a demora do primeiro grupo escolar de Ouvidor para se deslanchar, encontrava-se o fato de que a legislação do momento exigia a formação no magistério para quem pretendesse ocupar o cargo de professor, sobretudo, o cargo de diretor da escola. O funcionário que conquistasse efetivamente esta vaga para diretor era responsável por fiscalizar e fazer funcionar as regras e as exigências convencionadas no bojo das escolas graduadas.

O quadro a seguir nos oferece uma noção do número reduzido de pessoas de Ouvidor que tiveram acesso a uma escola de formação de professores. A maioria maciça dos primeiros docentes do Grupo Escolar de Ouvidor iniciou sua atuação profissional apenas com a “formação” recebida pelas aulas do professor Abílio. Ele que foi um autodidata e se instruiu pelo esforço próprio, e, de

acordo com documentos de chamadas diárias dos alunos registrados nos livros e informações dos entrevistados, foi ele quem preparou a maioria destes professores para a regência de sala.

Quase todos os ex-alunos desse professor que fizeram carreira no magistério tiveram posteriormente a oportunidade de continuar seus estudos. Observando o quadro a seguir com a situação de alguns desses personagens reais, vemos que muitos saíram imediatamente direto do banco rude do barracão do mestre para o quadro negro escolar e ocuparam a posição de professores. Outros se prepararam em graus maiores e, pelas entrevistas e conversas sobre o tema, os envolvidos atribuem parte do que são àquela distante escola de primeiras letras e aos ensinamentos e influência do professor do primário.

A tabela 12 mostra um resumo da história docente de 27 ex-alunos do professor Abílio, vindos da escola isolada ou rural, que puderam ser identificados por esta pesquisa. Todos eles passaram pelo crivo da investigação documental para serem localizados como alunos. (Livro de registro da escola rural ou isolada nº 01-acervo da escola pesquisada).

Para serem localizados como professores a pesquisa lançou mão, principalmente, de acervos e registros de duas escolas em Ouvidor, o Colégio Estadual Antônio Ferreira Goulart, onde alguns deles foram professores e até fundadores, e a Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca, foco desta averiguação.

Ao iniciar o trabalho para rastrear os nomes destes professores as conversas informais foram fluindo de muitas formas. Uma destas formas foi a utilização do livro de chamada, e até pelos meios de comunicação virtual. Como Ouvidor é uma cidade que permanece com as suas raízes históricas nos parâmetros de idade compatíveis às pessoas que vivem em seu seio, não foi difícil encontrar os protagonistas da tabela 12. Pois, apesar de alguns deles já terem falecido, as pessoas de sua família nos deram as fotos e as informações necessárias.

Trata-se de ex-alunos de um professor formador que passaram pela profissão de professor, e, que, cada um com sua característica pessoal, tomaram seu rumo próprio no decorrer de sua atuação. Alguns se aposentaram na profissão de professor, outros escolheram outras profissões ou tiveram essa experiência paralela a outras atividades que já exerciam. Alguns aceitaram ser professores por vocação, outros por sugestão ou por se sentirem responsáveis pela atividade em algum momento de suas vidas. Muitos tiveram esta experiência docente “imediatamente” ao saírem da escola do professor Abílio, ou seja, sua única formação docente foram os ensinamentos daquele mestre. Outros puderam completar a sua formação antes de assumirem a docência e ainda há os que estudaram e se qualificaram depois de iniciarem a carreira docente.

A título de ilustrar a tabela citamos aqui o que descobrimos sobre alguns deles. O primeiro da lista, filho do professor Abílio, já era promotor de justiça quando lecionou. A segunda da lista foi a primeira professora do programa de alfabetização de adultos desde 1946 e sobrinha do professor. A terceira, minha professora de alfabetização. O quarto, filho do professor Abílio, iniciou sua docência como ajudante do pai em Ouvidor e atuou em boas escolas de Goiânia alguns anos após se mudar para a capital. A quinta professora da tabela foi excelente alfabetizadora e só completou seus estudos muito tempo após o início da carreira. A sexta, também sobrinha do professor Abílio, não levou a profissão adiante. A sétima se aposentou professora e igualmente é sobrinha de Abílio. A oitava, filha do professor Abílio, passou por todos os cargos referentes à docência na escola primária, foi diretora, secretária, coordenadora e também conceituada alfabetizadora. A nona também se aposentou na profissão. A décima não deixou pistas além dos acervos da escola. A décima primeira e a décima segunda ambas ficaram na profissão até a aposentadoria residem até hoje na região e são sobrinhas de Abílio. A décima terceira entrou como ginásiana junto com a primeira diretoria do Grupo Escolar Pedro Ludovico e atualmente não se tem notícias dela. O professor que ocupa o décimo quarto lugar no quadro, ajudou na implantação do primeiro ginásio de Ouvidor e ali foi diretor e professor por muito tempo. A décima quinta trata-se da filha mais velha do professor Abílio, foi quem lavrou a primeira ata no livro do Grupo Escolar em estudo, mas não continuou na profissão de professora. A décima sexta, trata-se de mais uma das sobrinhas do professor, mudou-se para Goiânia, lá continuou seus estudos, ocupou vários cargos na educação e se aposentou no ramo. O professor Maurílio, que ocupa o décimo sétimo lugar no quadro Abaixo, foi bastante atuante, foi secretário municipal de educação e a sua aposentadoria foi como professor. O décimo oitavo e o décimo nono fizeram parte da equipe que montaram o ginásio em Ouvidor, lecionaram por muito tempo, mas não permaneceram na profissão. A professora do vigésimo lugar lecionou até a aposentadoria no grupo escolar Dr. Pedro Ludovico. As professoras do vigésimo primeiro e vigésimo segundo lugar são irmãs da professora Alexandrina que foi diretora do grupo escolar estudado. Ambas abandonaram o magistério antes da aposentadoria. A professora que está ocupando o vigésimo terceiro lugar lecionou algum tempo na zona rural após deixar a escola do barracão do professor Abílio, mas, não permaneceu na profissão docente. O professor do vigésimo quarto lugar segue dando aulas até os dias atuais. A do vigésimo quinto trata-se de outra filha do professor Abílio, ela esteve no magistério por algum tempo em uma escola de Goiânia, porém deixou a profissão ao se casar. A professora do vigésimo sexto lugar, é uma exímia aluna do professor Abílio que praticou a docência por algum tempo, mas, deixou a sala de aula ainda jovem e faleceu

posteriormente em Goiânia, lugar onde viveu com a sua família. Mudou-se para a capital, depois de ter sofrido muitas amarguras por conta de perseguições políticas e também era uma de suas sobrinhas. A moça do vigésimo sétimo lugar começou a lecionar na fazenda logo após sair do quinto ano do professor Abílio, mas não se aposentou na profissão e também era sua sobrinha.

O título destas páginas **“As mazelas e o poder frente à instrução pública de Ouvidor”** se deve ao fato de terem sido reveladas muitas mazelas políticas no percurso de vida docente dos figurantes da tabela 12 por eles ou pelas pessoas com as quais conversamos para chegarmos à sua formação. Memórias que ainda hoje faz infeliz quem delas se recordam e mencionam. Durante uma entrevista em particular, a participante emocionou-se e chegou aos prantos revelando a saga de quem era prejudicado pelas ações do poder político local.

Algumas mazelas mereceram destaque e foram citadas, outras nem tanto, fato é que a interferência do “poder instituído⁶⁵” sempre determinou quem seriam os responsáveis pela instrução do povo em Ouvidor, as professoras do grupo escolar Dr. Pedro Ludovico eram convidadas e selecionadas pela “amizade”, “partidarismo” e “protecionismo”, ou seja, por pura indicação política.

Pelo que a história conta a grande maioria dos professores, acabava por gostar do que faziam e se dedicavam no desempenho de suas funções, assim tornavam o grupo escolar em uma instituição onde as pessoas eram acreditadas e levadas em alta conta pela sociedade local.



A situação política era tão acirrada que em uma das entrevistas uma ex-diretora ela nos contou uma passagem engraçada. Ela teve a sua nomeação para trabalhar no grupo de surpresa. Segundo ela, ao ficar viúva em 1958 foi surpreendida com sua própria nomeação para o grupo escolar, escola que havia deixado para se casar. “O compadre de meu pai, o seu Tônico⁶⁶ não falou nada nem pra mim nem pro meu pai. Aí ele foi lá mostrar a nomeação que chegou e levou os políticos de Catalão. Meu nome até ficou errado, deu muito trabalho para consertar. Ele colocou meu nome de solteira e eu já assinava Jorge”. (entrevista com a ex-diretora nº 01 em 02 de março de 2015). O nome na nomeação era Dirce Cândida Pires e a professora se chamava Dirce Cândida Jorge. Diante dessa surpresa política, o sobrenome dela ficou errado porque não tiveram a curiosidade de saber dela se ela tinha interesse no cargo, tão pouco foi pedido a ela os seus documentos pessoais para a citada nomeação. Ou seja, os políticos conseguiam nomear apenas com a

⁶⁵ O poder político incluído no recorte temporal da pesquisa, 1949 a 1971, em Ouvidor nem sempre era proveniente dos cargos investidos, mas, de oligarquias familiares que prevaleciam frente aos governantes.





⁶⁶ Um Goulart, maior líder político de Ouvidor na época.





indicação de um nome. Mas ela garantiu que aceitou o emprego pois estava viúva com dois filhos para criar assim sua nomeação chegou em boa hora.

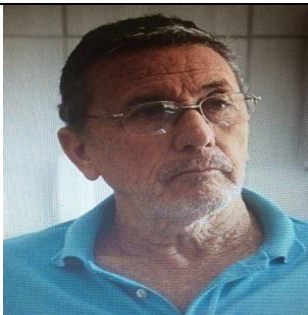
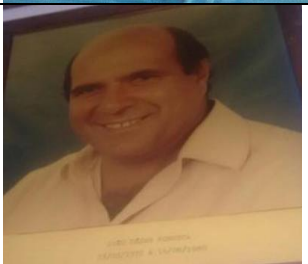
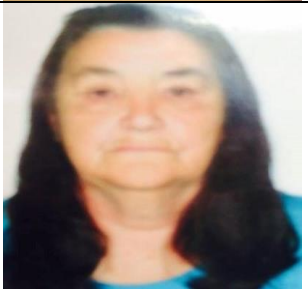


Tabela 12: Relação de alguns ex-alunos do Profº Abílio que atuaram na regência de classe.





Ex-Alunos do Professor Abílio José Pires Escola Rural nº 01 do Distrito de Ouvidor 1934-1962			
ANO	EX-ALUNOS DO PROFESSOR ABÍLIO JOSÉ PIRES	FOTO	SITUAÇÃO DOCENTE
01	Aldo Pires Ribeiro (Filho do professor Abílio)		Passou por outras escolas
02	Alexandrina Vicente da Rocha (Sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
03	Belgides Almeida Borges		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.

04	Sebastião Pires Ribeiro (filho do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
05	Julieta Domingos Caixeta		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
06	Maria do Rosário Silva (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
07	Maria Aparecida Silva (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.

08	Dirce Cândida Jorge (filha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
09	Maria de Fátima Amorim		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
10	Maria Pereira dos Santos	Não tive pistas atuais	Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
11	Wanda Torquato (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
12	Neuza da Silva (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.

13	Mariana Rosa da Silva	Não tive pistas atuais	Após passar pelo ginásio
14	Eurípedes Ferreira Goulart		Passou por outras escolas
15	Lenita Pires Ribeiro (da Silva) (filha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
16	Jacira Vicente da Silva (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
17	Maurílio Silvano Rosa		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.

18	Ilton Domingos Cardoso		Passou por outras escolas
19	João Cezar Fonseca		Passou por outras escolas
20	Elda Firmino da Silva		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
21	Sarah Vicente da Rocha	Mora atualmente em Brasília, mas, não consegui foto.	Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
22	Ruth Vicente da Rocha		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
23	Helena Firmino Cardoso		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.

24	Enéas Torquato (sobrinho do professor Abílio)		Passou por outras escolas
25	Maria Lúcia Ribeiro (filha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
26	Elvídia Vicente (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
27	Jaíra Vicente (sobrinha do professor Abílio)		Imediatamente ao sair da sala do professor Abílio.
Fonte: organizada pela autora a partir do acervo documental da E.E. Dácio Amorim Fonseca e entrevistas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores do Grupo E. Dr. Pedro Ludovico Teixeira. – fotos cedidas e autorizadas pelos próprios professores ou familiares.			

Alguns figurantes do quadro supracitado foram assombrados pelas mazelas com o poder público em Ouvidor, houve caso em que a perseguição política foi tanta na trajetória profissional dos professores, que, além de deixar marcas desagradáveis, afastaram-nos definitivamente da docência. Nas entrevistas realizadas com os primeiros professores do grupo recebi a informação de que a política local era acirrada e a prática do mandonismo funcionava e fazia exonerar as pessoas que eles não gostavam. Contam que este foi o motivo de desistência da carreira de algumas colegas (Entrevista com ex-professora nº01 e citado também na entrevista com a ex-diretora nº 02).

Cito um relato em especial em que uma professora foi muitas vezes cortada da folha de pagamentos, sendo exonerada em Ouvidor por mais de uma vez. Assim, quando ia receber seu salário descobria que tinha trabalhado em vão. Reunia sua coragem e, mesmo sem recursos financeiros, ela se deslocava de trem de ferro até a capital para conseguir reverter a sua demissão injusta, lutava bravamente pelos seus direitos, mas, após algum espaço de tempo em que estava na regência de sua sala, era de novo exonerada sem nenhuma explicação.

O fato se sucedeu até que a mesma, desiludida, resolveu se transferir para Goiânia e mudar de profissão por puro descontentamento com o fato. Adoeceu e faleceu muito jovem, deixando dúvida e saudade naqueles que contam hoje as repetidas humilhações e a decepção a que foi obrigada a se sujeitar.

Uma irmã dessa professora e outros seus familiares mostraram durante toda conversa para esta pesquisa um sentimento de mágoa e comoção que os persegue até os dias de hoje, capaz de desencadear sentidos prantos no momento da visita para a entrevista. (ex-moradora nº 03 e ex-professora nº 01 entrevista realizada em Goiânia em 25 de fevereiro de 2015).

A transcrição abaixo mostra a forma assustada, perplexa e indecisa da professora 01 ao ser inquerida durante a entrevista,

Entrevistador: Tinha problemas políticos na época em Ouvidor?

Professora 01: Tinha. Tinha... Nossa!!! E como tinha!!!

(A entonação da voz foi de forte emoção e de lembranças vivas, indesejadas, que culminaram em choro sem revelar os acontecimentos).

Entrevistador: Quais eram os problemas políticos?

Professora 01: Uai era marcação em cima de funcionários né? Isso tinha demais.

Entrevistador: A senhora pode citar algum exemplo.

(Por alguns instantes houve um silêncio constrangedor, como se o assunto fosse proibido. E inicialmente quem respondeu foi a sobrinha da professora, uma ex-moradora de Ouvidor, em um desabafo saído entre prantos).

Sobrinha da professora: Minha mãe!!! Minha mãe foi professora em Ouvidor, e o que eles puderam prejudicar ela, eles fizeram. Por isto que nós saímos de Ouvidor. E viemos embora para Goiânia.

Professora 01: Minha sobrinha me lembrou, foi um dos motivos que eu saí de Ouvidor. Por causa das perseguições. Foi por causa de perseguição que minha irmã veio pra Goiânia e nunca mais quis saber de lecionar e este foi o motivo pelo qual eu me mudei também.

(Ex-Professora nº 01. Entrevista realizada em Goiânia em 25 de fevereiro de 2015)

Embora a professora 01 tenha dito que a sobrinha a tenha ajudado a se recordar do fato, ficou claro que o constrangimento foi o único motivo pelo qual ela se manteve em silêncio até o desabafo e que só soltou a voz diante do depoimento corajoso da mais jovem. Pois pude sentir que os fatos ocorridos a faz sentir envergonhada como se ela não fosse vítima, mas, culpada por ser perseguida.

Essa ocorrência, segundo se ouve na cidade, não foi a única e, assim, o poder político estadual e local circulou entre um poder e outro, reforçando as mazelas que interditavam, ao lado da falta de recursos financeiros, a consolidação do Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira em Ouvidor.

Mas tarde, no prosseguir de minhas investigações, outras informações semelhantes marcaram o meu percurso. Uma ex-diretora na entrevista realizada em BSB no dia 15 de setembro de 2015 recordou que a professora nº 01 entrevistada anteriormente em Goiânia sofreu serias e tristes perseguições políticas.

A notícia veio confirmar as minhas suspeitas, no dia em que conversamos, ela se sentiu inibida por revelar os maus tratos sofridos por conta da profissão, que no seu tempo de juventude, era simplesmente moeda de troca para políticos. A professora se sentia desvalorizada, humilhada até hoje, por acontecimentos do passado e o assunto era doloroso para ela. Essa minha colaboradora, ex-diretora nº 02, revelou que tem recordações claras de que, mesmo depois que a professora 01 se mudou com a família para Goiânia teve que enfrentar as consequências do poder dos políticos de Ouvidor lá na capital. Contou detalhes da forma como a professora teria sido nomeada para um Grupo Escolar na capital, também por influência da amizade com a família de Pedro Ludovico. Segundo ela a professora colaborava com as catequeses religiosas e teria tido essa oportunidade por ser catequista das crianças desta família.

Mas, para minha surpresa ela me disse que quando a sua conhecida e anteriormente colega no GE Pedro Ludovico em Ouvidor, iniciou o seu trabalho no Grupo Escolar de Goiânia ela foi exonerada pelos "figurões políticos da família dos Goulart" de sua cidade natal. E por duas vezes esse processo se repetiu.

De fato, nas minhas tênues recordações infantis pude resgatar o movimento doméstico entre meu avô Abílio e seus filhos, nas conversas proibidas para menores, havia um zum zum sobre os motivos que levaram meu avô a se tornar "procurador das causas difíceis"⁶⁷ quando se aposentou e foi morar em Goiânia. Outro detalhe é que meus tios mesmo sendo pacatos, sempre nutriram secretamente um rancor velado por certos políticos da cidade de Ouvidor, que esperta eu percebia calada. Talvez pelo fato das perseguições sofridas pelas sobrinhas de meu avô.

Os passos iniciais para a implantação do Grupo Escolar em Ouvidor ocorreu em 1949, sem que tivesse se concretizado de forma compatível com a legislação escolar vigente. Aconteceu

⁶⁷ Para os conhecidos do professor Abílio que se serviam de suas habilidades como procurador particular nas repartições públicas da capital, se o professor não resolvesse os problemas existentes, ninguém mais o faria. Existia um rumor de que ele venciam os servidores dessas repartições pelo cansaço e educação. Pois era perseverante e muito polido no trato com as pessoas e tinha seus contatos com políticos do estado.

durante o poderio da UDN (União Democrática Nacional), representada pela pessoa do governador Jerônimo Coimbra Bueno, que esteve à frente do Palácio de Goiás entre 1947 a 1950. Sucedido por seu desafeto Pedro Ludovico Teixeira intitulado na política goiana como "defensor da modernidade e do desenvolvimento econômico"⁶⁸ que foi eleito governador pelo PSD, Partido Social Democrático, em coligação com o PTB, Partido dos Trabalhadores Brasileiros.

Para Britto (1980), Jerônimo Coimbra Bueno não realizou o Governo que se esperava devido a três motivos principais: "a sua in experiência política, a situação econômico-financeira do pós-guerra e a oposição sistemática do PSD" (BRITTO, 1980, p. 167). A oposição do PSD foi tão acirrada ao governo Coimbra Bueno que se chegou ao cúmulo do governo não ter conseguido a aprovação por três anos consecutivos do orçamento do Estado. Imagino que essas divergências políticas estaduais e também as locais possam ter contribuído para que o governador que enviou um ofício de fundação do Grupo Escolar de Ouvidor, não tenha conseguido concretizar a sua institucionalização. Com os ânimos municipais contrários a contratação de novas professoras para o novo Grupo e os seus antigos professores sem formação no magistério a realidade atropelava a necessidade do momento, adiando assim a concretização burocrática do GE.

Um longo período se passou até que um novo registro ocorresse com a escrita da segunda ata no livro existente nas fontes encontradas no Grupo Escolar. Aparentemente, os acontecimentos do período de 1949 a 1954 ficaram apenas na memória de seus protagonistas. O livro de atas foi reutilizado em 1954 e deu continuidade à história da instituição anunciada há cinco anos. Sua permanência até este ponto ficou camuflada pelo tempo sem registros e sem muitas lembranças dos figurantes.

Na entrevista com a diretora 01 ela recordou que lecionava no pré-primário neste período a convite do prefeito de Catalão. Um único fato relacionado a este período de cinco anos nos faz crer que ao ser construído o prédio com apenas duas salas ficou sem os espaços físicos exigidos aos imponentes grupos escolares da ocasião, ou seja, o edifício construído não dispunha de uma sala de aula para cada turma existente.

⁶⁸ Esse título se deu pelo fato de que, após a Revolução de 1930 a política em Goiás foi marcada pela transição oligárquica. O poder caiadistas, grupo familiar que se mantinha no poder político em Goiás, foi substituído por Pedro Ludovico Teixeira, que foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor em Goiás devido a sua combatividade à ordem anterior e às afinidades que seu concunhado, o médico mineiro Diógenes Magalhães, mantinha com Vargas. O ludoviquismo se manteve por 15 anos consecutivos à frente do executivo estadual quando, além da fundação de Goiânia, construiu a rodovia que ligava a nova capital à Rio Verde, à Usina Rochedo, destinada a fornecer força e luz a Goiânia, à ponte sobre o rio Paranaíba, na divisa com Minas Gerais. Assim o perfil modernizador do político emprestou-lhe o título.

Pelos registros encontrados no local o sucesso da escola não era atribuído ao fato de ser uma escola graduada, mas era proveniente do esforço de seus próprios professores, conforme evidenciamos anteriormente nos elogios do inspetor escolar, em abril de 1954.

Nesta gangorra entre um poder e outro, coube aos peessedebistas finalmente instalar oficialmente o Grupo escolar de Ouvidor. Houve sessão solene, iniciada pela entonação do Hino Nacional brasileiro, conforme já descrito e que podemos conferir visualmente pelas imagens a seguir. Assim aconteceu o dia ansiosamente esperado pelos moradores local. O então governador Pedro Ludovico tinha boas relações com esta parte do estado e possivelmente tinha interesses em manter seu "curral eleitoral"⁶⁹.

Revirando um jornal local, cujo nome era "Correio de Catalão", pude apreciar mais de uma visita do influente Pedro Ludovico na região, que foi transcrita no mesmo jornal que segundo consta era impresso semanalmente. Assim ficou claro a sua ligação com a região onde o Grupo Escolar desta pesquisa foi implantado.

Segundo Juarez Costa Barbosa no livro "História Política de Catalão" (1994), na década de 1930, diante das transformações políticas ocorridas em níveis nacional e regional, quando Pedro Ludovico Teixeira, subiu ao poder tornou-se representante dos interesses mais imediatos dos grupos dominantes do sul e sudoeste de Goiás, que passaram, então, a controlar a política goiana, procurando dinamizar a economia do Estado, inserindo-a cada vez mais no mercado nacional. (PALACIN, L.; CHAUL, N. F.; COSTA, J. 1994. P. 279). Assim sendo torna-se inevitável que o político tenha dirigido sua vontade política no cumprimento da realização dos sonhos de evolução educacional do povo do agora Município de Ouvidor.

Aquele Grupo Escolar que teve as suas raízes fincadas em 1949 quando o povoado era apenas um distrito teve a sua instalação definitiva em março de 1954. Neste contexto, Ouvidor já havia ganho no ano anterior mais um precedente além da melhoria das condições educacionais. Pela Lei nº 824, de 19 de outubro de 1953 a Secretaria de Estado da Casa Civil de Goiás, por ato do governador Pedro Ludovico emancipou o Município de Ouvidor e promulgou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica desmembrado do município de Catalão o atual Distrito de Ouvidor que se tornará Município autônomo.

Art. 2º - O Município de Ouvidor constituirá termo da Comarca de Catalão.

Art. 3º - A Câmara Municipal de Ouvidor se comporá de sete vereadores.

Art. 4º - A sede do município de Ouvidor será a do atual distrito do mesmo nome, a qual fica outorgado os foros da cidade.

⁶⁹ Curral eleitoral por ser a prática da época, possuir o voto induzido. E aliado aos depoimentos que recebi não foi difícil imaginar que os benefícios eram moedas de troca.

Art. 5º - Os limites do novo município, até que se vote a lei que fixa o quadro territorial do Estado, serão os mesmos do atual distrito de Ouvidor.

Art. 6º - O Poder Executivo e o Tribunal Regional Eleitoral tomarão as providências para que o novo Município se instale, constitucionalmente, no dia 1º de janeiro de 1954.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de outubro de 1953, 65º da República.

DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Logo mais a seguir a imagem 12 consta da ata de instalação do Grupo Escolar de Ouvidor e relata a reunião ocorrida nas dependências do mesmo grupo, realizada em 30 de março de 1954. Apesar de ter sido danificada pela tinta que provocou manchas escuras no documento original a sua redação esta bastante legível, portanto, obtive as informações necessárias para análise do documento.

Pedro Ludovico Teixeira, governador pelo PSD, tinha como secretário de educação o cônego José Trindade da Fonseca Silva⁷⁰, que impossibilitado de estar na reunião em Ouvidor foi substituído pela Diretora do Ensino Primário, a professora Almerinda Magalhães Arantes⁷¹ que juntamente com os representantes da comunidade política de Ouvidor e de Catalão compôs o cenário da instalação do GE, que segundo a ata, era tema de anseio da população de Ouvidor. Algumas contradições merecem destaque nesse ato político. O decreto do governador Ludovico foi oficializado em Lei cuja data seria de 14 de março de 1954 onde consta que o Grupo Escolar teria sido criado pela Lei 442 de 08 de março de 1949. Curiosamente na própria redação deste decreto, faz a menção de que existia uma Lei anterior que instalava o mesmo grupo escolar, a Lei 591 de 30 de março de 1951. Ou seja, a situação ali era uma encenação puramente política, pois ao que consta a instituição mesmo após os acontecimentos desta ata se manteve como antes, nada mudou.

⁷⁰ O Padre Trindade foi ativo e intelectual dedicou-se aos estudos históricos, notadamente da educação. Além de Secretário de Estado da Educação de Goiás foi Deputado Federal. Também, foi secretário da Arquidiocese de Goiânia. Dirigiu ainda, o Banco do Estado de Goiás e o Conselho Regional dos Serviços Sociais e Rurais de Goiás, cargos que exerceu com sabedoria e justiça. Orador proficiente, analista convicto dos problemas de seu tempo, deixou publicado o livro Lugares e Pessoas, que foram subsídios eclesiais sobre a história da Igreja em Goiás; publicado pelas Escolas Profissionais Salesianas.

Fonte: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/HistoriaEducacao/Default.aspx?idEscola=53> acesso em 11 de fevereiro de 2016.

⁷¹ Deputada Estadual, PTB, 3.ª e na 4ª Legislatura, 1955-1959 e 1959-1963. Diplomada, aos 19 anos, iniciou a atividade de magistério Foi Diretora de escolas públicas em Trindade, Vianópolis, Buriti Alegre, Jataí, Uruaçu, Posse e Ipameri. A convite de Pedro Ludovico, assumiu o cargo de Diretora do Ensino Primário na gestão do Cônego Trindade, na Secretaria da Educação Estadual, a quem substitui em suas ausências. Uma das fundadoras e presidente da Associação das Professoras Primárias de Goiás – APPGo. Uma das primeiras mulheres a obter título eleitoral em Goiás.

Fonte: <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1515> acesso em 11 de fevereiro de 2016.

Imagem12: Ata de Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor, pgs. 04 e 05 /1954.

Ata da Instalação do Grupo Escolar de Ouvidor

Nos 30 dias do mês de Março, no prédio do grupo escolar de Ouvidor, reunidas no salão do mesmo para a instalação do Grupo Escolar de Ouvidor.

Abriu-se a sessão com o Hino Nacional, em seguida ouvimos a leitura do Decreto n.º, de 22 de março de 1954, que transcrevo neste termo.

O governador do Estado de Goiás, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 591, de 24 de novembro de 1951, resolve marcar para o dia 30 de março do corrente a instalação do grupo escolar de Ouvidor, criado pela Lei n.º 492, de 8 de dezembro de 1949.

Palácio do governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 22 de março de 1954, 65.ª da República.

Assinado por

Dr. Pedro Ludovico Teixeira

Gonçalves José Crisóstomo da F. Silva

Em seguida ouvimos a palavra de Sr. Abnerinda que falou sobre o ensino, sobre o ensino, e sobre as finalidades de sua visita a esta cidade que foi exclusivamente a da instalação do grupo escolar base, e ressaltando a figura do deputado Wilm de Sá que foi o patrono na Assembleia Legislativa de sua criação. Resaltou assim a importância do governador do Estado e do Sr. Secretário da Educação em atender o apelo do povo desta cidade para sua instalação. Constatamos com o povo em geral por sua natural e espontânea que viria de novo na vista da

novo estabelecimento, insinuando que a educação p
 nio é a base fundamental não só da instrução
 como desenvolvimento e progresso de uma comun
 em seguida facultou a palavra aos pres. presen
 e não havendo nada mais a tratar, foi em
 rada a presente sessão que contou com
 presença do sr. prefeito Municipal sr. Idal
 da Silva, sr. inspetor escolar João de Souza
 Netto, sr. Teobaldo Ayres, sr. Manoel Lima Sr.
 professores presentes, povo em geral e alu
 do que para constar lavrou-se a presente a
 que lida e vedada conforme, foi assinada
 todos presentes. Ou Maria do Rosário Ayres p
 ria lavrou a presente ata que vai tam
 por mim assinada
 Ouvidor, 30 de março de 1954
 P. Maria do Rosário Ayres
 Amenda de guerra
 Idalício da Silva
 João de Berquiere Netto
 Manoel de Lima Sr.
 Teobaldo Ayres Sr.
 Abílio José Reis
 Adalberto Antunes de Mesquita
 Idalício da Silva
 Pedro Mendes dos Santos
 Beneditino Lima Netto
 Benjamins Antonio Costa
 Alméida de Paiva Mesquita
 Dona Rosa de Lima
 Oksandira Simão da Paiva

Fonte: acervo da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca

Dos presentes na reunião de instalação do grupo escolar de Ouvidor, a professora Maria do Rosário Ayres fazia parte de família dos políticos de Catalão, pessoa que ocupou muitos cargos na educação, o Sr. Idalício da Silva foi o primeiro prefeito do município recém-emancipado que teria sido nomeado por ato de

governador do estado. O Sr. João de Cerqueira Netto, na ata acima assina como inspetor de ensino da região, foi o 1º intendente de Catalão e também exerceu o cargo de Delegado de Polícia. O Sr. Manoel de Sena Pereira comerciante e político em Ouvidor, inclusive teve mandatos como vice e posteriormente prefeito do município. O Sr. Abílio, Ana Rosa de Lima e Alexandrina eram professores do Grupo Escolar. Os demais eram cidadãos influentes em Catalão ou Ouvidor. A política sendo um instrumento de poder se confirma com a posse de alguns professores sempre ligados aos políticos locais. Ana Rosa de Lima, era nora do Sr. Adalardo Mesquita, presente na reunião da ata acima. A Filha do Sr. Manoel de Sena, a professora Antônia de Sena, seria diretora do GE de Ouvidor e nomeada e licenciada sem critérios comuns. Os filhos e sobrinhos do professor Abílio teriam vagas garantidas no Grupo Escolar, embora mesmo jamais ter ocupado cargos dentro da política parecia bem sintonizado com esse poder.

A tabela 13 a seguir, nos ajuda a compreender mudanças do poder político no período entre a construção do prédio do Grupo (1949) Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito pela UDN e teve a iniciativa de promover a instalação do Grupo Escolar. Mas, a consolidação definitiva do Grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira só aconteceu anos mais tarde com a constituição da primeira diretoria em 1962. A política goiana enquanto isto sofria mudanças e instabilidade. Em meio a esses episódios aconteceu a implantação do regulamento do Ensino primário em Goiás⁷² e posteriormente a nomeação de uma diretoria oficial com professoras formadas⁷³ para o Grupo Escolar de Ouvidor.

Podemos perceber que, da primeira iniciativa até a sua consolidação em 1962, Goiás passou por grande instabilidade governamental, inclusive chegando a trocar, apenas por horas, o seu governador. Com isto, pressuponho que o retardamento da solidificação do grupo encontre nestas mazelas uma de suas procrastinações.

Tabela 13: Situação do Poder no Palácio do Governo em Goiás entre 1949-1963.

SITUAÇÃO POLITICA DOS GOVERNADORES DE GOIÁS 1949- 1963 (Período entre a fundação, instalação e funcionamento definitivo do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira)		
Jerônimo Coimbra Bueno	22 de março de 1947/30 de junho de 1950	UDN
Hosanah de Campos Guimarães	30 de junho de 1950/30 de janeiro de 1951	Vice-Gov.
José de Sousa Porto	12 horas	Gov. interino

⁷² No Grupo em estudo essas mudanças foram anunciadas em 28 de outubro de 1961 (acervo da própria escola).

⁷³ A posse da primeira diretoria se encontra registrada na ata de 27 de março de 1962.

Pedro Ludovico Teixeira	31 de janeiro de 1951/ 5 de junho de 1952	PSD
Jonas Ferreira Alves Duarte	5 de junho de 1952/1º de setembro de 1952	Vice-Gov
Pedro Ludovico Teixeira	1º de setembro de 1952/30 de janeiro de 1954	PSD
Jonas Ferreira Alves Duarte	30 de janeiro de 1954/15 de fevereiro de 1954	Vice-Gov.
Pedro Ludovico Teixeira	15 de fevereiro de 1954/1º de julho de 1954	PSD
Jonas Ferreira Alves Duarte	1º de julho de 1954/31 de janeiro de 1955	Vice-Gov.
Bernardo Sayão	31 de janeiro de 1955/12 de março de 1955	Vice-Gov.
José Ludovico de Almeida	12 de março de 1955/31 de janeiro de 1959	PSD
José Feliciano Ferreira 31 de	janeiro de 1959 /31 de janeiro de 1961	PSD
Mauro Borges Teixeira	31 de janeiro de 1961/24 de abril de 1963	PSD

Fonte: dossiê de Goiás- organizado pela <http://www.goiasnet.com/especiais/dossie/relacao.php>. Acesso em 05 de abril de 2015.

Em 1947 Jerônimo Coimbra Bueno assumiu o governo de Goiás e ali permaneceu até 1950. Em 1950, O Estado possuía 1.682 salas de aula espalhadas por todo o seu território, enquanto, o mínimo suficiente para atender a demanda seria de 3.125 unidades conforme declaração do Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950). Mesmo com a oferta limitada, o dirigente político afirmava, por meio da Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, que o ensino primário havia atingido níveis plenamente satisfatórios:

Este comentário do então governador refere-se à construção de 49 grupos escolares em três anos de governo, pois, “foram criados, em 1949, por leis especiais, 30 novos grupos escolares e mais 19 nos anos de 1947 e 1948 [...] fato que dispensa quaisquer comentários.” (Goiás, 1950).

A situação do GE de Ouvidor permanecia estática e esta paralização ficaria assim até a formação da primeira diretoria do mesmo quando Pedro Ludovico enviou a Ouvidor sua comitiva educacional.

Além da alternância e da disputa das oligarquias pelo poder em Goiás, não se pode negar que a falta de professores habilitados no magistério tenha sido outro entrave para a institucionalização definitiva do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. O lugar era pequeno, seu povo humilde e os recursos financeiros escassos. A maioria das experiências escolares dos primeiros professores do Grupo Escolar aconteceu no interior de suas casas ou nas escolas isoladas. Foram leigos que se fizeram docentes pelo esforço pessoal e enorme vontade de vencer. Além do mais a história revela que a tomada de decisão para "deixar entrar" nos domínios políticos da cidade, pessoas estranhas, ou seja, professores que viriam de outros lugares não foi tarefa fácil para o prefeito da época. A consciência de que para que a escola graduada se instalasse com seus recursos e modernidade definitivamente no Grupo Escolar de Ouvidor, abalou relacionamentos políticos e dividiu opiniões entre os dirigentes políticos na época da família Goulart, conforme veremos no capítulo a seguir.

De acordo com nossos estudos, percebemos que na maioria dos lugares por onde a implantação da escola graduada chegava havia uma resistência tácita no sentido de preservar o conhecido e manter os hábitos e costumes dos docentes leigos.

CAPÍTULO V: AS LINHAS BORDADAS PELAS HISTÓRIAS DE QUEM VIVEU EM OUVIDOR NO TEMPO DO GRUPO ESCOLAR DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

5.1. Do tablado leigo à consciência da escola graduada.

Conforme já exposto, no cenário inaugural do Grupo Escolar todos os figurantes eram desprovidos da formação para o magistério. Porém, os participantes⁷⁴ ignoram essa falta de escolarização desses primeiros professores e depõem a favor da importância da instituição desde o seu começo precário. Muitos disseram que seguiram vida afora graças a sua formação inicial⁷⁵, deixando fluir a permanência viva de suas memórias que, patrocinadas pela instrução resultante do esforço destes docentes, foi capaz de causar emoção ao falarem do passado⁷⁶.

Também já é fato consumado que grande parte da formação do professor em Ouvidor passou pelo humilde barracão destinado à Escola de primeiras letras do professor Abílio, resumida na tabela 12 desta pesquisa. Nesta direção, e de acordo com os estudos realizados, entre as primeiras professoras constantes nas atas e na tabela 14 a seguir, apenas uma delas não se tem notícias sobre a procedência de sua escolaridade.

Pela primeira vez, sete anos após a instalação do grupo, no dia 31 de outubro de 1961, o professorado recebeu uma visita diferente, reuniram-se para receber orientações da técnica em educação que trouxe consigo as normas já convencionadas e postas em prática. Chegaram anunciando que em muitos lugares as novidades apresentadas já estavam em funcionamento nos grupos escolares no Brasil e em Goiás.

Na ocasião, estava como prefeito da cidade de Ouvidor o Sr. Cacildo Ferreira Goulart. Um ex-aluno e um morador contemporâneo da cidade de Ouvidor, em entrevistas gravadas no dia 02 de março de 2015, disseram que esse prefeito programou uma mudança na educação, que tomou posse já com ares de “justiça”⁷⁷ e não mais permitiu que as professoras colocassem substitutas para dividirem o salário ou coisa parecida. Portanto, a visita da técnica em educação Enia de Campos ao

⁷⁴ Os ex-alunos, ex-professores e ex-diretores entrevistados.

⁷⁵ Informação obtida na entrevista com ex-aluno 01 em 02 de março de 2015.

⁷⁶ Ao ser inquerida sobre a sua escolarização a professora 01, olhando desconfiada para os lados, sentiu-se constrangida por ter assumido a docência tendo só a 4ª série primária, mas afirma em seguida que teve sucesso no feito.

⁷⁷ Entre aspas porque na verdade nos foi revelado nas entrevistas de que sua ação foi por pura implicação política dentro de sua própria família do que vontade de normalizar as coisas. A política local manteve seus líderes dissidentes da oligarquia dominantes, cujos personagens eram seus parentes e adversários, assim, manter a vontade dos que deixavam o poder não era conveniente a quem acabava de assumi-lo.

grupo escolar contou com a presença e apoio do prefeito. Durante as instruções as professoras ficaram cientes sobre a obrigatoriedade do curso de férias que seria realizado no período de 02 de janeiro a 15 de fevereiro do próximo ano, ou seja, 1962, o que iniciaria a preparação dos professores leigos para o exercício legal⁷⁸ do magistério. Os outros tópicos da reunião trataram da divulgação do regulamento do ensino primário em Goiás e da exigência do livro de ponto até então inexistente, ficando relatado que “a partir de 3 de novembro a escola passará a ter o seu livro de pontos, ficando encarregadas do mesmo, no primeiro tempo, a Prof.^a Dirce Cândida Jorge, e, no 2º, a professora Ana Rosa de Lima, até que seja designada a diretora do estabelecimento.” (Livro da 1ª ata de fundação, 1961, p. 5).

De acordo com as assinaturas e a descrição na ata desta reunião funcionavam cinco salas no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico em 1961, sob a docência dos professores: Maurílio Rosa, Dirce Cândida, Ana Rosa de Lima, Jacira Vicente e Maria Aparecida da Silva. Não há na escola nenhum registro dos alunos deste ano letivo, a organização rígida destes apontamentos começa a aparecer só a partir de 1962, quando a primeira diretora da instituição é nomeada. Duas outras professoras, Edna e Lourdes Goulart, foram citadas como ausentes por causa desconhecida⁷⁹.

Uma das diretoras entrevistadas nos revelou que estes cursos de formação citados na ata de 1961 iniciaram no ano seguinte e não teve parada, eram ministrados na cidade de Catalão e em Goiânia. E atesta que o aproveitamento desses treinamentos era satisfatório. Revela que sempre foi alfabetizadora, mas que, depois dos cursos, tomou um gosto especial em lidar com a alfabetização. Ao recordar da cartilha da infância, a primeira com que trabalhou, ela diz que ensinava com o método de soletração. E explica que depois do curso PAMP (Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário), realizado em Goiânia, foram treinadas para trabalhar com a Cartilha Sodré. Conta que os professores do PAMP eram pessoas seguras e instruam com muita capacidade, daí para frente à Cartilha Sodré entrou em uso. Pelas memórias da ex-diretora, nesse curso as professoras/alunas eram instruídas a prepararem as aulas de acordo com o currículo exigido pelo programa dos grupos escolares. Ela continua a contar que voltava para casa com muitos materiais didáticos e com os cartazes ilustrativos de todas as sílabas da cartilha Sodré que seriam introduzidas. Ainda hoje ela demonstra entusiasmo pelo que fazia.

⁷⁸ O Decreto 10.640 de 10 de fevereiro de 1930 fazia algumas exigências sobre a ocupação das cadeiras de professor.

⁷⁹ Pelas informações recebidas se trata das pessoas que seriam banidas da escola pelo prefeito, por não cumprirem com seus deveres, deixando-os nas mãos das substitutas, desta forma suas faltas tem uma justificativa natural. (Entrevista com ex-aluno 01 dia 02 de março de 2015).

O depoimento fez com que eu fosse à busca de informações sobre a cartilha decantada com tanto entusiasmo pela ex-professora e ex-diretora do Grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Após a transcrição da entrevista mergulhei em informações sobre a alfabetização no tempo dos grupos escolares. Entre as minhas leituras tive contato com um trabalho realizado por uma aluna do PIBIC/UNESP, onde seu foco foi a Cartilha da Infância: Ensino da Leitura, de Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904)⁸⁰. Assim pude constatar que por mais de oito décadas o método de silabação, além de ser considerada a melhor forma de se ensinar a ler e escrever, pelo autor, esteve presente no ensino primário brasileiro, como influenciou professores, escolas e alunos durante muitas gerações (SANTOS. 2007. P.332).

Pelo site História da Escola pude reunir outras informações pontuais sobre a cartilha da infância. Ela surgiu em 1880, escrita por Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo, professor da Escola Normal de São Paulo e por ela diplomado. A Cartilha da infância foi publicada no mesmo ano pela Livraria Francisco Alves.

Depois em 1890, essa cartilha foi modificada e ampliada por Romão Puiggari, também diplomado em 1888 pela Escola Normal de São Paulo. Professor que também é autor do famoso hino oficial- "Salve Escola"- da Escola "Caetano de Campos". Descobri também que a Cartilha da Infância atingiu sua 233ª edição, em 1992.

Após a disseminação da Cartilha da Infância, muitas outras cartilhas foram escritas por ex-alunos da escola modelo de São Paulo. A maioria dos autores foram alunos que se tornaram professores da escola modelo de São Paulo.

Para exemplificar a existência desses exemplares, o nome de pelo menos onze delas estão enumeradas abaixo seguidas de seus respectivos autores:

Cartilha das Mães, A Cartilha Analytica, de Arnaldo de Oliveira Barreto,
Cartilha Maternal, de João de Deus
Cartilha do Operário (2ª edição - 1924), de Theodoro de Moraes . Fonte Centro de
Cartilha Infantil pelo Método Analytico de Carlos Alberto Gomes Cardim
Cartilha Ensino-Rápido de Leitura (196ª edição) , de Mariano de Oliveira
Cartilha do Povo (116ª edição) , de Manoel Bergstrom Lourenço Filho
Cartilha Upa, Cavalinho! (12ª edição) , de Manoel Bergstrom Lourenço Filho
Cartilha Proença (1ª edição - 1926) , de Antonio Firmino de Proença
Cartilha Facil , de Claudina de Barros
Cartilha na Roça (47ª edição-1944), de Renato Sêneca Fleury
Cartilha Onde está o Patinho? (1955) , de Cecília Bueno dos Reis Amoroso.

⁸⁰ Ver em <http://www.iecc.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/267/cartilhas-de-alfabetizacao-escritas-pelos-profs-da-escola-normal-da-capital-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em 04-05-2015.

Entre as cartilhas utilizadas no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, na cidade de Ouvidor, uma cartilha se destacou para a ex-professora 02 e ex-diretora 01, participante desta pesquisa. Para ela, o uso desse recurso didático favoreceu em muito os seus alunos e ela própria.

Thomáz Galhardo, o autor desse manual de alfabetização, posteriormente foi oficial Maior da secretaria da Instrução Pública de São Paulo, na época subordinada à Secretaria do Interior. E assinou contrato com a Editora Francisco Alves para publicação da Cartilha da infância e também do Segundo livro de leitura (BRAGANÇA, 2000).

Essa cartilha é recordada como uma concretização do método da silabação ou silábico, considerado por Galhardo como “moderno” e “solução intermediária” mais adequada ao ensino da leitura e escrita às crianças, naquele momento histórico. Tratava-se de um método sintético, com o qual se iniciava o ensino da leitura com a apresentação das famílias silábicas.

Outra entrevistada dessa pesquisa, falou sobre a cartilha com o mesmo entusiasmo da professora de alfabetização.

A seguir, deixo uma versão disponibilizada no endereço eletrônico abaixo que nos proporciona uma ideia da sua estrutura física.

Imagem 13: Primeira cartilha usada no Grupo Escolar de Ouvidor.



A Cartilha da infância foi escrita por Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo, professor da Escola Normal de São Paulo e por ela diplomado. É autor da Cartilha da infância: ensino da leitura, publicada em 1880, pela Livraria Francisco Alves e baseada no método da silabação. Em 1890, essa cartilha foi modificada e ampliada por Romão Puiggari, diplomado em 1888 pela Escola Normal de São Paulo e autor do hino oficial- "Salve Escola"-da Escola "Caetano de Campos". Cartilha da Infância atingiu sua 233ª edição, em 1992.

Fonte: Centro de Referência em Educação Mário Covas-EFAP/SEE-SP disponível em <http://www.iecc.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/267/cartilhas-de-alfabetizacao-escritas-pelos-profs-da-escola-normal-da-capital-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em 04 de maio de 2015.

Passados os momentos sobre a cartilha da infância, enquanto a entrevistada se recordava com um entusiasmo contagiante, de seus feitos com a cartilha Sodré, após ter feito o curso do PAMP, do outro lado da mesa eu ouvia a ex-diretora e gravava aquela conversa que despertou em mim muitos devaneios e, assim, eu também mergulhei naquele túnel do tempo distante.

Pensei em Ricoeur (2012) e no que ele diz: “estamos no mundo e somos afetados por situações. Tentamos nos orientar nele pela compreensão e temos algo a dizer, uma experiência para trazer para a linguagem e para compartilhar”. (RICOEUR, 2012, p. 133).

Mais tarde em casa, assistindo à entrevista para a transcrição da mesma, eu também me dei um momento para retirar do baú do tempo as memórias que eu própria tenho daquela Cartilha, que, por sinal, não são boas.

Por coincidência foi com a Cartilha Sodré que eu fui alfabetizada no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. E foi através dela que, naquele tempo, comecei a achar que meu tipo físico me causava frustrações como relato na imagem 14. Eu era muito magra e sofria bullying na escola por causa de minha estrutura física e a personagem da cartilha Sodré, a "feiosa" Xaxá.

E hoje, ao pensar sobre a imagem visual na aprendizagem, chego a considerar que ela produz efeitos psicológicos nos alunos. Ela, ao mesmo tempo em que reforça a memorização, pode despertar sentimentos variados. Sentimentos de pertença, de repulsa, de constrangimento, de alegria, de prazer.

No meu caso, a recordação que tenho da imagem da cartilha Sodré, não me despertou sentimentos positivos. Sob o ponto de vista infantil eu "sofria" dentro da sala de aula no momento em que abria a cartilha para ler.

Já para a ex-diretora, a Cartilha Sodré parecia ser um sinônimo de eficácia e de realização. Ela elogiou as gravuras e o material didático feito no curso do PAMP que eram posteriormente utilizados para alfabetização das crianças.

Mas, o que a participante afirmou sobre a cartilha, não condiz com as experiências que eu tive com a mesma, já que ao manuseá-la me sentia retraída pelo Bullying a que eu era submetida.

Para Paul Ricoeur (2012),

A linguagem orienta-se para além de si mesma: diz algo *sobre* algo. Essa perspectiva de um referente do discurso é rigorosamente contemporânea em seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal [...] não só que alguém tome a palavra e se dirija a um interlocutor, mas também que tenha a ambição de trazer para a linguagem e compartilhar com outrem uma *experiência* nova. (RICOEUR, 2012, p. 133).

Na imagem de capa da cartilha exposta abaixo, o oposto da personagem responsável pelo meu desgosto. A menina linda e sorridente da capa é a Zazá. Protagonista que despertava nos meus sonhos inocentes, a vontade de ser como ela. Bonita, "gordinha", de aparência saudável.

Imagem 14: Primeira cartilha do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira após o curso de formação.



Abro aqui um parêntese para rememorar minha infância e depor que o *bullying* sempre existiu na escola. A cartilha Sodrê tinha duas personagens bastante comentadas entre os alunos. A Zazá, que é esta figura da capa, bonita e com ares de criança saudável, o ideal de menina. Sua imagem ilustrava as sílabas da família do za, ze, zi zo zu, e a Xaxá, uma menina feia e muito magra, com cara de doente. Esta ficava estampada junto à família xa, xe, xi, xo xu e se causava horror cada vez que a contemplava. O motivo era que alguns de meus colegas me chamavam de Xaxá, por conta de minha magreza e meu desgosto era tanto que odiei por muitos anos a figura da Zazá, por ela ser tão bela e eu não me parecer com ela. E por consequência atribuía meus erros ortográficos ao trocar o x pelo ch à triste figura da Xaxá.

Fonte: <http://espacoeducar-liza.blogspot.com.br/2011/11/cartilha-de-alfabetizacao-sodre-sthal.html> acesso em 03 de maio de 2015.

Voltando aos cursos citados pela ex-diretora 01, vale ressaltar que as primeiras providências no que diz respeito à formação de professores leigos que atuavam sem formação se concretizaram em todo o país, a partir da década de 1960. Nesta década surgiram políticas educacionais voltadas para essa questão, uma vez que neste período foi criado o PAMP (Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário) pelo governo federal. Este programa dava subsídios aos cursos voltados para a habilitação de professores leigos, a nível pedagógico, mediante metodologia de ensino direto no período de férias e, indireto, em período letivo. A partir deste Programa surgiram os recursos para professores leigos no país. Segundo Rodrigues (1985), este curso era conhecido por “Pedagógico Parcelado” e teve,

o objetivo inicial de complementar a qualificação dos professores dos cursos de emergência, tornando-se, depois Projeto de desenvolvimento de Recursos Humanos, destinado à habilitação de professores leigos com recursos da SUDENE e posteriormente do Departamento de Ensino Fundamental do MEC. (RODRIGUES,1985, p.52).

E foi dessa forma que os professores do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira de Ouvidor saíram *do tablado leigo à consciência da escola graduada*⁸¹. Durante as férias deixavam as suas famílias e ficavam dias e dias distantes de suas residências com o intuito de aperfeiçoarem seu labor docente. Mas, pelo que soube, nem todos se submetiam à exigência do Estado⁸². Era uma exigência para que os professores leigos pudessem se familiarizar com os métodos da nova escola. Como já foi dito, no Grupo Escolar de Ouvidor, inicialmente nenhum professor possuía formação em magistério. Assim a adaptação e conciliação com as práticas leigas e as novidades a elas impostas eram traduzidas por meio de treinamento durante as férias. Supostamente era o que os tirariam da condição de "leigos".

Segundo os depoimentos dos entrevistados, o sucesso dos ex-alunos trazia incentivo e orgulho aos cidadãos locais. A diretora 01, entrevistada em 02 de março de 2015, revelou que os alunos do grupo de Ouvidor que tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos não encontraram dificuldades nas provas de seleção das escolas da região e na capital. Cita diversos exemplos dessa realidade distante, recordando os nomes de muitos que, ao galgarem outras conquistas, tiveram sucesso, apesar de estudarem em um grupo modesto de uma cidade mais modesta ainda.

⁸¹ Destaque da autora.

⁸² Algumas professoras, por problemas familiares, não podiam frequentar as aulas e ficavam prensadas entre o dever e a família e com receio de perderem o emprego. (Entrevista com a ex-professora 2, que não fazia os cursos em 03 de maio de 2015).

5.2. O perfil da arquitetura do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira e os seus significados

Voltando os olhares para as fotos 16, 17 e 18 deste relatório de pesquisa, verificamos que a arquitetura do Grupo Escolar de Ouvidor não foi construída para ser um dos “edifícios belos e majestosos, magníficos palacetes”. (SOUZA, 1998, p. 127). Mas, sim, para atender às necessidades urgentes de um povoado sem nenhum recurso material que lhes garantisse o acesso a um estudo com o mínimo de conforto e segurança, já que o local era específico e suas atividades passaram a ser monitoradas durante todo o período de aulas, diferentemente do que ocorria nas escolas isoladas, quando seus professores nem ficavam junto dos alunos o tempo todo, pois as vezes as salas eram a extensão da casa do professor, oportunizando as "escapadas" para outras necessidades alheias as aulas.

Edificado no ano de 1949, foto 17, o Grupo possuía apenas duas salas e um pátio aberto pelos dois lados entre elas. O terreno era espaçoso e desde o início foi cercado por um muro na frente. O muro era baixo, tinha cerca de um metro e vinte centímetros, apresentava ondulações nas bordas que serviam como único adorno da construção. O telhado era revestido por telhas francesas foi feito em espigão⁸³ e exibia o seu visual econômico, simples e curto.

Nas duas paredes laterais das duas salas havia um exagero, como que para provar a salubridade do lugar, exigência para os prédios dos grupos escolares, nas salas existiam três janelas de madeiras enormes do lado direito e outras três do lado esquerdo. Cada uma das salas se servia dos benefícios da luz externa do sol e da passagem livre da ventilação por seis janelas bem situadas, podemos identifica-las de uma forma clara na foto 16 da pagina 151 deste relatório.

Entre 1949 e 1962, mais uma sala de aula foi erguida no prédio, mas os registros e as informações orais foram incapazes de decifrar o momento exato em que isso aconteceu, assim como não souberam quais foram os recursos utilizados para tal.

Na foto 18 o grupo escolar já havia sido ampliado pela segunda vez depois de construído e já conseguia abrigar todas as turmas em um mesmo espaço físico.

⁸³Espigão é um telhado de aresta inclinada delimitada pelo encontro entre duas águas, que formam um ângulo saliente, isto é, o espigão é um divisor de águas. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAqDoAB/basico-sobre-telhados>. Acesso em 06 de maio de 2015.

Como a escritura de doação do prédio sugere em 1962 a construção de mais uma sala, pressupõe-se que esta reforma já fora de responsabilidade do governo estadual, conforme rezava a escritura. A doação teria sido feita sobre esta condição, de ampliar a escola.

Foto 17: Detalhe do telhado de Grupo Escolar de Ouvidor em 1950.



Fonte: Acervo da Escola E. Dácio Amorim Fonseca

Foto 18: Prédio do Grupo Pedro Ludovico em 1970



Fonte: acervo da EEDAF.

Pelas narrativas orais, não ficou bem definida a data de construção do edifício do Grupo de Ouvidor. Pois em 1949 quando o assunto foi abordado pela primeira vez, não há vestígios de sua construção, mas no ano seguinte há fotos do IBGE do prédio em construção. Nossos colaboradores não sabem ou não se lembram de quem foi à iniciativa de sua construção. Mas, pesquisando indícios em fontes documentais, encontrei uma mensagem que, embora de anos anteriores, oferece uma sugestão dos acontecimentos da época.

No relatório de 13 de maio de 1929 o presidente do estado de Goiás, Brasil Ramos Caiado, faz o seguinte relato: “Nota-se em muitos municípios o interesse pela criação de grupos escolares, havendo dentre eles alguns que, nesse objetivo, já estão construindo ou adaptando os prédios necessários, nas condições da lei”.

A retórica arquitetônica para os grupos escolares já tinha o seu imaginário construído por todo território nacional, incentivada pelas palavras de seus defensores, como Cesário Motta Júnior, Rui Barbosa e outros. Eles diziam que sem bons prédios era impossível fazer boas escolas e que não havia instrução popular sem escolas, e nem escolas sem casas escolares.

A identidade dos Grupos Escolares já se estabelecia na sociedade.

Para Frago (1993, p. 27),

O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. Ele exige determinadas pautas de comportamento e influencia na percepção e representação que as pessoas fazem dele, as quais se vinculam [...] tanto da percepção material, quanto de sua dimensão simbólica.

Desse modo, em Ouvidor, a chegada de uma escola moderna como era o Grupo Escolar foi recebida como uma simbologia de uma evolução esperada por todos, não importando a aparência que ela tinha em relação a outros grupos escolares. O ex-aluno entrevistado em março de 2015 confessa que sair dos banquinhos ou caixotinhos miseráveis que eles mesmos carregavam para se sentar na escola e estudar em uma escola novinha representou muito para todos que presenciaram esta transição. Ele disse o quanto foi bom ir para a nova escola. Revelou que esperava ansioso pela hora das aulas, mais pelo prédio novo do que pela aula propriamente dita.

Como já foi dito, as salas do Grupo de Ouvidor eram bem ventiladas, tinha enormes janelas de madeira que se abriam em duas partes e era presa às soleiras por uma barrinha de ferro entre a união das duas abas, e, ao girar a sua manivela, a barrinha de ferro descia para fechar ou subia para abrir, deixando o ar puro circular por entre os alunos. Conta-nos um informante que as carteiras duplas eram um universo desconhecido, explorar cada canto de sua dimensão era uma ação apreciada pelos alunos. Ele se lembra de tal coisa sorrindo, explica como era agradável colocar a borracha

dentro do círculo que a carteira tinha em baixo relevo entre o espaço dos dois alunos, e os lápis na fenda comprida, que os impedia de cair ao chão a todo o momento. Era tudo muito bem planejado, conforme se vê na imagem 19, a seguir. E, abaixo da tábua principal, havia ainda um suporte com outra madeira formando um lugarzinho para se colocar os objetos dos alunos. Tudo era muito rico na utilidade e prática escolar. O significado de um prédio novinho construído com exclusividade para os alunos e professores do Grupo escolar, aquelas carteiras maravilhosas, as lindas janelas de treliças, eram utilidades até então desconhecidas pela miséria do lugar que era desprovido até mesmo da necessidade maior, que seria ter um banheiro. O atraso era total, por isso, o Grupo novo foi um acontecimento fenomenal para todos. Mas, mesmo funcionando em três períodos, rapidamente ele não mais atenderia às necessidades do local. E mais rápido do que se imaginava passou por sua primeira ampliação.

Resistente em seu pioneirismo, o barracão do professor Abílio acompanhava a evolução do ensino sem se desfazer da empregabilidade funcional. Pois já sabemos que o espaço construído não foi suficiente para abrigar todas as turmas existentes.

Contemplando o prédio da estação de ferro posicionada bem em frente ao seu portão, o Grupo Escolar disputava a sua serventia com aquele lugar que era símbolo e garantia de novidades e notícias vindas de outros lugares. Cada dia mais os alunos aumentavam e seus professores também tiveram que se atualizar em números equivalentes. Entre aqueles que chegavam estava a primeira diretora, uma normalista, uma jovem formada, uma novidade sem precedentes.

Foto 19: primeiras carteiras dos Grupos Escolares.



Fonte: Anos dourados: imagens & fatos IMAGENS - Escola: Carteira escolar <http://www.anosdourados.blog.br/2011/11/imagens-escola-carteira-escolar.html> acesso em 06 de maio de 2015.

5.3. Os primeiros professores contratados

O primeiro professor oficialmente contratado para Ouvidor foi o Sr. Abílio José Pires, ele que atuava como docente particular desde a juventude, mas só foi nomeado pelo município em 1939, como vimos na imagem 5 desta pesquisa.

Com a professora Alexandrina ocorreu de forma semelhante, ela que também iniciou sua carreira profissional bastante jovem. Após estudar o 5º ano no barracão do professor Abílio começou a ajudar seu mestre imediatamente e não demorou a ter sua própria sala de aula.

Alexandrina revelou que sempre foi estimulada pelo tio professor e assim foi se envolvendo com a educação local de forma espontânea e satisfatória. Posteriormente indicada pela influência de seu professor com as autoridades locais, passou a lecionar no programa de alfabetização de adultos e adolescentes, sem se afastar das atividades ao lado do professor Abílio. Ela se envolvia com as festas e brincadeiras com os alunos, portanto trazia a alegria para o ambiente em que praticava a docência.

Nos acervos do Grupo Escolar Pedro Ludovico, hoje E. E. Dácio Amorim Fonseca, consta a professora ainda solteira com o nome de Alexandrina Vicente da Rocha, mas no momento de sua nomeação para o estado de Goiás, em 1947, conforme evidenciado em sua carteira de identificação na imagem 15, já era uma mulher casada.

Imagem 15: Primeira Nomeação da professora Alexandrina.



Fonte: acervo pessoal da professora

Conforme já exposto, Ouvidor passou a Distrito no dia 19 de dezembro de 1948, teve seu grupo escolar construído cerca de dois anos após e não parou de receber novos moradores.

Na década de 1940, Goiás experimentava um aumento sem precedentes dos negócios e da população (47%), que deixou o Estado atrás somente do crescimento verificado no Paraná e no Mato Grosso, e com quase o dobro do crescimento do país (BORGES, 2004, p. 191). Segundo Estevam (1998, p. 91), de Minas Gerais vieram os maiores quantitativos de migrantes para Goiás, com base nas estatísticas de 1940 e 1950, 44,7% e 53,3%, respectivamente. Em seguida, os mineiros, os maranhenses (21,3% e 16,7%) e os baianos (20,6% e 15,7%) engrossaram o povoamento das terras goianas.

Enquanto isso, o Grupo escolar de Ouvidor seguia seu curso, alguns professores se enquadravam na migração citada. Inicialmente, a rotina diária dos alunos e professores parece não ter sofrido grandes mudanças por conta da institucionalização do Grupo Escolar em Ouvidor.

As pessoas não se lembram de como exatamente este processo de mudanças ocorreu a não ser pela criação da primeira diretoria em 1962, ou seja, sete anos depois de sua fundação é que os primeiros sinais de mudanças radicais apareceram no Grupo Escolar de Ouvidor.

Com exceção da fiscalização externa representada pelas visitas de inspetores enviados pelo Estado a escola continuou sob a responsabilidade do professor Abílio e, ao que tudo indica, não saiu de imediato de seu barracão particular como também continuou com a classe multisseriada. E, como consequência, os professores continuaram os mesmos descritos na primeira reunião com as autoridades que trouxeram a boa nova, ou seja, aqueles que anunciaram a chegada da escola graduada para o local.

Provavelmente tanto a falta de recursos como a ausência de professores manteve a situação semelhante a que já existia.

Apesar de a professora Alexandrina ter sido nomeada em 1947, só a partir de 1952 é que seu nome aparece nos registros do Grupo Escolar, antes os registros eram apenas da escola para adultos, mas ela garante que jamais deixou de lecionar também durante o dia com o seu mestre onde iniciou a sua atuação junto aos dois professores já existentes, Abílio e Lenita.

A professora Dirce, assim como sua irmã Lenita e a professora Alexandrina iniciaram as suas atividades desde mocinhas ao lado do pai das duas primeiras, como auxiliares de sala, para mais tarde assumirem a sua própria regência. Não foi possível distinguir as séries que cada uma assumiu. Nem elas próprias se recordaram.

As tabelas a seguir foram organizadas mediante a apreciação de acervos documentais e entrevistas para sintetizar o movimento de professores e se ter uma apressada ideia de como era o índice de aprovação dos alunos matriculados no Grupo Escolar.

Em 1949 e 1950 o nome da professora Alexandrina conforme já anunciado, não aparece nos registros do Grupo escolar de Ouvidor. Mas, nos documentos preservados referentes à escola federal de alfabetização para adultos e adolescentes, ela aparece como a professora titular. Esses documentos estão armazenados no mesmo local dos demais acervos que preservam a história do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

A professora Alexandrina em entrevista informou que nunca deixou de trabalhar ao lado do professor Abílio e que durante o dia era uma espécie de professora auxiliar. Pois o professor Abílio na época era responsável pelo 1º e 4º ano e sua filha Lenita lecionava a tarde. Sabemos que a escola funcionava em dois períodos, então é possível que existissem no mesmo período, outras turmas, pois não foi encontrado nenhum registro dos alunos e dos professores do 2º e 3º ano. Pode ser que seja uma dessas turmas a classe da professora Alexandrina.

A partir de 1951, junto ao professor Abílio e sua filha Lenita existe registros de mais duas professoras: Alexandrina e Dirce. Porém sem distinção de classe. Assim a impressão documental e as narrativas dos participantes apontam para um funcionamento de multisalas, e não de uma escola graduada, embora já tivesse 4 professores.

Tabela 14: Primeiros professores do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA	
ANO 1949/ 1950	
Alfabetização 1º ao 4º Ano	Abílio José Pires
Alfabetização 1º ao 4º Ano	Lenita Pires Ribeiro
ANO 1951/1952/ 1953	
Pré 1º, 2º, 3º e 4º Ano	Abílio José Pires
	Lenita Pires Ribeiro
	Alexandrina Vicente da Rocha
	Dirce Cândida Pires
ANO 1954/1955/ 1956	

Pré 1º, 2º, 3º e 4º Ano	Abílio José Pires
	Ana Rosa de Lima
	Elvídia Mendes Felipe
	Alexandrina Vicente da Rocha
ANO 1957/1958- Nenhum registro de professores nem de alunos	
Ano 1959/1960/1961	
4º Ano	Abílio José Pires
1º Ano	Alexandrina Vicente da Rocha
3º Ano	Maria Aparecida da Silva
2º Ano	Jacira Vicente da Silva
	Ana Rosa de Lima

Fonte: Organizado pela autora a partir do acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca

As reminiscências e o acervo documental para alcance dos acontecimentos escolares entre 1949 e 1961 divergem em alguns pontos, como também deixam lacunas, conforme podemos notar na Tabela 14. Apenas após 1961 é que vão aparecer a divisão das classes com seus respectivos professores. Mas a inauguração do edifício construído especialmente para o funcionamento do Grupo Escolar de Ouvidor, anunciado em 1949, parece ter acontecido no final de 1950 com direito a comemoração. Durante as festividades, população e políticos confraternizaram pela conquista. Fato este que não escapa das narrativas ouvidas e gravadas, assim como as “balinhas de doces” que foram distribuídas são lembradas pelos ex-alunos (entrevista com ex-aluno 03 apêndice E desse relatório).

A organização definitiva com a contratação de novos professores ocorreu em 1962 e, a partir de então, o acervo documental do Grupo Escolar também passou a ser mais pontual e apresentar dados anteriormente ignorados nos registros, conforme consta na Tabela 15.

Tabela 15: Primeira Diretoria empossada e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

PRIMEIRA DIRETORIA DO GRUPO ANO DE 1962		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
PRIMEIRA DIRETORA <u>LUIZA DE OLIVEIRA</u>		
Pré	Diná Angélica Rosa	17 Ap./ 5 Rep./
	Jacira Vicente da Silva	13 Ap./ 1 Rep./ 10
	Maria Aparecida da Silva	14 Ap. 3 / Rep. / 5
1º Ano	Dirce Cândida Jorge	14 Ap./ 9 Rep. /
2º Ano	Ana Rosa de Lima	15 Ap. /12 Rep.
3º Ano	Luiza de Oliveira	21 Ap./ 4 Rep.
4º Ano	Lucy Martins	16 Ap./ 4 Rep.
5º Ano	Luiza de Oliveira	6 A p. / 3 não compareceram
Foram matriculados neste Ano de 1962 218 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

A primeira diretoria do Grupo de Ouvidor nos moldes exigidos pela organização dos grupos escolares da época, sem dúvida aconteceu em 1962, conforme já mencionado. Mas, existe na galeria das diretoras da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca, a foto e a menção, fruto da memória coletiva de que teria sido a professora Alexandrina a diretora da escola, entre a institucionalização do Grupo em 1949, até a chegada da professora normalista, Luiza de Oliveira, a Ouvidor em 1962.

Nenhum documento oficial do Grupo consta esta afirmação além da galeria de fotos. Imaginei que a conclusão era segundo Josso (2004) “um tempo de questionamento, porque alusões feitas aqui e ali têm de ser explicadas pelo autor, ou porque as explicações que deu não foram suficientes, ou ainda porque há alguma incerteza na cronologia” (JOSSO. 2004.p. 216-2018). Manter o distanciamento quando a pesquisa se mistura em sua história de vida é o maior desafio do pesquisador.

Os acontecimentos pré-moldados no seu ponto de vista tendem a evoluir para as informações existentes na sua própria memória. Daí, segundo a mesma autora, é que entra a aprendizagem voltada para o distanciamento. Manter a alternância do que se sabe com as fontes encontradas pelo caminho, determinam a análise final.

Portanto mantive as minhas revisões de forma imparcial e essas me conduziram à conclusão de que há elementos favoráveis para esse imaginário. A jovem professora Alexandrina, muito ligada ao Mestre Abílio, teria tido a dianteira nos destinos do grupo. Primeiro por ser uma das pioneiras e dentre estas foi a que permaneceu durante um tempo razoável no grupo de Ouvidor. E depois seu dinamismo e participação tanto na escola como na comunidade, fazendo com que sua presença estivesse plantada nos festejos da cidade dentro e fora do Grupo Escolar, favoreceu para que o imaginário coletivo a tivesse designado como a primeira diretora do grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

Particularmente eu atribuo que a festa dos 50 anos do grupo tenha sido o principal motivo dessa homenagem. Naquele momento os organizadores queriam uma figura física para homenagear. Merecidamente a professora foi convocada a participar daquele evento. E como o mestre Abílio já havia falecido nada mais justo do que dar a sua discípula o título do qual ela fazia jus pela atuação exemplar. Porque por outro lado, ele também como acontece na realidade com a professora, na verdade não teria sido diretor, embora os dois exercessem a função sem a devida nomeação para tal. Ou seja, foram de fato, esses dois professores, os maiores e de mais permanência na história de institucionalização do GE de Ouvidor.

Também a aposentadoria precoce do professor Abílio, ocorrida em 11 de setembro de 1959 coincide com a mudança de Alexandrina para a cidade de Goiânia, o que comprova que não houve um diretor permanente. Outro ponto obscuro e controvertido gira em torno dessa aposentadoria, o documento do governador de Goiás concedendo a aposentadoria do professor Abílio, por invalidez em 1959, porém nos documentos oficiais do GE pelo menos até 1961 ele aparece como regente de sala.

Já sobre a professora Alexandrina, nas suas próprias palavras ela afirma que:

Em 1947 o Presidente Eurico Gaspar Dutra, mandou instalar nos aglomerados urbanos uma Escola de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, eu fui escolhida para ocupar a vaga [...] e daí para a vida cívico social da cidade, organizando festas escolares, desfiles estudantis **até 1959, quando minha família mudou para Goiânia**, nova capital de Goiás (Entrevista em Brasília com a ex-diretora, dia 15 de setembro de 2015, destaques da autora).

Diante deste depoimento temos a confirmação de que a professora lecionava para adultos e adolescentes no período noturno e até a data de que teria ido embora de Ouvidor. Assim, diante da realidade, ela não poderia estar na direção do Grupo de Ouvidor, de 1949 até 1961 como atesta a galeria de ex-diretores da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Mas, controvérsias à parte, também nos foi mencionado de que a primeira diretoria do Grupo Escolar não se formou pacificamente. Mazelas internas e conflitos de interesses marcaram a vida das pessoas e determinou os rumos para aqueles que não podiam competir nos achaques com a mesma força e poder.




Antes de adentrar nas mazelas existentes entre o Grupo Escolar e a política local, apresento o quadro de diretores dentro do recorte temporal da pesquisa, ou seja, entre 1949 e 1971.

Essas professoras retratam em parte as condições políticas com que atravessavam a organização administrativa do Grupo Escolar durante sua trajetória docente.

Cada uma delas exerceu a função de diretora de forma peculiar e em situações que de acordo com as narrativas e acervo documental encontrados por esta desta pesquisa, merecem uma atenção especial, assim descreverei abaixo um pouco das circunstâncias em que cada diretora deixou sua marca na história desta instituição.

Tabela 16: Diretoras do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira de 1949 a 1971.

DIRETORAS DO GRUPO ESCOLAR DE _1949 a 1971_		
1949 a 1961	_Responsável_ ALEXANDRINA VICENTE DA SILVA	
1962 a 1963	LUIZA DE OLIVEIRA	SEM FOTO
1963 a 1964	JANETTE ABRÃO	

<p>1964 a 1965</p>	<p>DIRCE CÂNDIDA PEREIRA</p>	 <p>A black and white portrait of a woman with dark, wavy hair, wearing a dark top. The portrait is mounted on a gold-colored frame. A small white label at the bottom of the frame reads "Dirce Cândida Pereira 1964".</p>
<p>1965 a 1966</p>	<p>ANTÔNIA DE SENA</p>	 <p>A color portrait of a woman with dark, wavy hair, smiling. She is wearing a light-colored top with a floral pattern. The portrait is mounted on a dark frame. A small white label at the bottom of the frame reads "Antônia de Sena 1965 a 1966".</p>
<p>1967 a 1969</p>	<p>DINÁ ANGÉLICA ROSA</p>	 <p>A color portrait of a woman with dark hair styled up, smiling. She is wearing a dark top. The portrait is mounted on a gold-colored frame. A small white label at the bottom of the frame reads "Diná Angélica Rosa 1967 a 1969 e 1975 a 1982".</p>

<p>1970</p> <p>a</p> <p>1977</p>	<p>ALDA MARIA DA SILVA</p>	
<p>Fonte: acervo da E.E. Dácio Amorim Fonseca/ fotos expostas na galeria de diretores.</p>		

A respeito das diretoras do Grupo Escolar de Ouvidor entre 1949 a 1971, farei algumas considerações baseadas nas entrevistas e documentos aqui selecionados. Sobre a primeira delas a professora Alexandrina, já foi mencionei os devidos pareceres.

Quanto à professora Luiza De Oliveira, teria sido enviada por correligionários políticos sob a batuta do prefeito de Ouvidor, Cacildo Goulart, que segundo os relatos dos participantes, apesar de ser também um Goulart não poupou energia contra a própria família para realizar finalmente a institucionalização do Grupo, e para isto forçou a vaga para as novatas, demitindo duas sobrinhas, indispondo com seu irmão Antônio Goulart. Minha mãe sempre dizia que a diretora Luiza e sua companheira Lucy Martins, a outra professora normalista que veio assumir uma cadeira na ocasião da primeira diretoria do grupo, intitulada de diretora substituta, eram excelentes professoras. Mas, que não se adaptaram às pressões políticas.

A briga entre a família Goulart não era coisa pequena. De um lado o cacique Antônio Ferreira Goulart, um farmacêutico acostumado a mandar em toda a cidade que acabou de perder as eleições para o seu irmão Cacildo Goulart e para completar o cenário tinha como vice-prefeito um de seus maiores desafetos, o comerciante Manoel de Sena. A política local tomou novos rumos e com ela as mudanças que aconteceriam no Grupo Pedro Ludovico também aconteceram. Mudaram no sentido de receber no seu quadro efetivo pessoas qualificadas e conhecedoras dos modelos das escolas graduadas.

A terceira diretora foi Janette Abrão. Dela se tem poucas informações. Advinda de conceituada família política em Goiás, teria ficado apenas um ano na gestão do grupo e partiu sem muitas evidências de sua estadia no cargo.

A próxima a assumir a direção do grupo escolar foi minha mãe, filha do professor Abílio. Segundo suas narrativas, a professora Dirce assumiu a direção quase que coagida pelas autoridades educacionais de Catalão, na época, representado pelo senhor Wilson Barbosa, que a tinha em alta consideração e alegou que só ela seria capaz de melhorar o local, que tinha sido abandonado pelas duas normalistas que a antecederam, após um ano na função. Mas a professora afirma que foram dois anos de muitas mudanças e benefícios para a adaptação dos docentes às normas das escolas graduadas, os grupos escolares.

Em 1965 entra a filha do Sr. Manoel de Sena, o vice do prefeito Cacildo, que na época tinha assumido a cadeira de prefeito municipal, pois as divergências e desentendimentos chegaram a afastar o titular do cargo. Antônia de Sena, embora fosse uma moça estudada, inteligente e respeitada pelos moradores da cidade, até então não contava com nenhuma formação ou experiência educacional. Permaneceu na função por menos de um ano completo.

A quinta diretora era também como Antônia e Dirce, uma moça filha de Ouvidor. A primeira, normalista da casa e dona de uma larga experiência nas escolas isoladas do município. Era prefeito da cidade nesse tempo o genro do Sr. Tônico⁸⁴, Dácio Amorim Fonseca. Diná permaneceu na função por mais de três anos. Mas o costume da época era a indicação política para a função de diretora. Assim, com a entrada do novo prefeito, Gerciano Horácio da Silva, com ele assumiu também uma nova diretora no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. A professora Alda Maria da Silva, que teve a gestão mais duradoura de todas elas.

⁸⁴ Apelido do maior chefe político de Ouvidor, Antônio Ferreira Goulart.

5.3.1. Pequenas Mazelas Internas: Professores X Política

Revirando as páginas amareladas da memória dos participantes, percebi que as visões das mazelas do passado continuavam por toda parte e nas narrativas da grande maioria dos recrutados na minha investigação.

Filha de Ouvidor que sou conheço parte das intrigas e disputas de poder local, incluindo o desejo de se ter um emprego e de querer fazer parte da sociedade em destaque. Mas, foi a ex-diretora nº 02 quem confirmou o limite do desmando e do autoritarismo dos políticos quando rememorou em sua entrevista momentos vividos e mal recordados⁸⁵.

Agora a história girava não mais em torno de uma colega, ela própria teria sofrido com os caprichos e artimanhas dos poderosos políticos ouvidorenses. O favoritismo em detrimento aos protegidos dessas autoridades, não se calava frente à vontade de satisfazer seus eleitores fieis. Era assim em todas as localidades de Goiás e na maioria dos estados brasileiros.

Nesse pensamento a entrevista seguiu o seu rumo em busca da reconstituição da história e deparou-se mais uma vez com a atitude dos políticos de Ouvidor, que sem precedentes confundiam em sua pessoa atribuições de caráter privativo e público, como podemos ver pela transcrição da conversa abaixo.

Entrevistadora: A senhora se lembra como era a política em Ouvidor na época do Grupo Escolar? Como era a contratação dos professores?

Ex-diretora 02: Eu não sei, eu me lembro do MDB, que era uma guerra lá. Mas eu não era muito política não. Era PSD e MDB eles queriam que a gente ficasse de um lado. De um lado eram os Elizeus do outro eram os Goularts.

Entrevistadora: E de que lado tinha que ficar quem queria ser professora.

Ex-diretora 02: (com um sorriso crítico ela respondeu) dos Goulart, né?

Entrevistadora: Então era assim?

Ex-diretora 02: E depois veio o Sr. Cacildo Goulart, que foi ser inspetor, foi ser não sei o que, aí queria me mandar pra fazenda porque veio a comadre dele, a Begides, - você já ouviu falar na Belgides? -

Entrevistadora: já, ela foi minha professora na alfabetização.

Ex-diretora 02: - Pois é. A Belgides veio e ele queria que... Como meus pais tinham mudado para Monte Carmelo, e eu estava morando lá, ele queria que ela ficasse no meu lugar, que eu desse a classe para ela. E eu era custosa, eu já era efetiva...

Entrevistadora: E o que aconteceu? A senhora deixou de lecionar?

Ex-diretora 02: Não!! Meus pais já moravam em Monte Carmelo, mas eu não podia deixar meu cargo em Ouvidor. (Entrevista realizada em Brasília no dia 15 de setembro de 2015).

⁸⁵ Mal recordados porque a diretora afirma que não deixou o cargo por conta da vontade deste político, no acervo documental do grupo escolar, ela não aparece mais a partir daí. Assim, me levou a crer que ela foi transferida para algum outro local, deixar o cargo ela não deixou, já que é aposentada na função.

Como em outras entrevistas é visível a influência e o protecionismo político nas demandas interpessoais de uma cidade. O historiador Nars Fayad Chaul, referindo se ao Estado de Goiás afirma que “qualquer autonomia no plano local é relativa e fica a deriva das decisões e das correlações de forças político-econômicas ocorridas no âmbito federal. O todo está integrado num projeto político no qual as partes têm poucas diferenças ideológicas” (NARS, 2010, p. 157).

Esse pensamento do autor citado vale também para os municípios de forma hierárquica. As decisões políticas e a tendência do poder de uma cidade se orientavam pelo viés do apoio e pela aceitação dos governantes estaduais.

Em 1922 foi construída a Estação Ferroviária, propulsora da corruptela, e trouxe consigo o aumento da população, que foi a raiz do público do Grupo Escolar. Após a elevação do povoado de Catuaba a Distrito de Catalão, em 1948, e a chegada do Grupo Escolar, em 1949, a política local foi se estabelecendo e seus líderes ganharam força para decidirem os destinos do local. Assim, como era o costume da época, os professores eram contratados somente com a anuência desses “chefões”. Até o ano de 1961 três prefeitos já haviam passado pela cidade, que foi emancipada em 19 de outubro de 1953. Durante este período o Grupo Escolar funcionava de forma irregular se comparado aos termos da Lei Orgânica do Ensino Primário vigente no período. Ou, melhor dizendo, funcionava sob os auspícios e desejos dos políticos locais enquanto o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, assim dizia:

Art. 27. Os estabelecimentos de ensino primário serão caracterizados por designações especiais, segundo ministrem um ou mais cursos, e sejam mantidos pelos poderes públicos ou por particulares.

Art. 28. Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos:

I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.

II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.

III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes. (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Destaque da autora).

Depois de uma reviravolta política que elegeu o adversário do poder instituído em Ouvidor, embora da mesma família, em 1962, finalmente o prefeito Cacildo Goulart assumiu a frente das reuniões com as autoridades ligadas ao ensino público local para organizar, de forma equivalente o

decreto mencionado, a institucionalização verdadeira⁸⁶ do Grupo Escolar da cidade. Este fato causou descontentamento e rebuliço no interior do Grupo. Assunto, que, embora de forma discreta, vai aparecer, a partir de então, nas atas do acervo armazenado na escola, mas só se completará pelos depoimentos e memórias dos que ali estavam presentes no momento da discórdia.

De acordo com o artigo 100, todas as professoras dos grupos escolares de Goiás deveriam ser normalistas. Mas, o artigo 90 do mesmo Decreto abria um precedente para os locais impossibilitados de cumprirem com a legislação, o que teoricamente acontecia no Grupo de Ouvidor até o momento, pois nenhuma de suas professoras possuía o curso normal. Aconteceu que, como dita o artigo 232, os professores interinos foram nomeados somente no caso de não haver nenhuma normalista interessada na vaga. Portanto, o prefeito de Ouvidor, ao apresentar as duas normalistas para ocuparem a direção do Grupo, automaticamente atribuía a elas duas proteções significativas: a força da legislação e a vontade da autoridade máxima da cidade. E assim tomaram posse das duas cadeiras.

Fiquei imaginando como teria sido a queda daqueles que sempre estiveram à frente do comando, e que, agora comandados, foram convidados a abrir espaço para uma instrução que precisava se submeter aos desígnios da legislação vigente. Leis que foram ignoradas propositalmente por tantos anos e que desde a sua forma original orientavam a nomeação dos professores.

Conforme já dito, a normalista Luíza de Oliveira tinha que ser empossada como primeira diretora. E igualmente o Grupo Escolar tinha que oferecer uma vaga para a outra normalista e diretora substituta, Lucy Martins Gomes. Havia também uma ex-aluna da escola de Ouvidor, que devia ser privilegiada, pois tinha conseguido prosseguir os estudos até se tornar uma ginásiana Mariana Rosa da Silva. Mas, o quadro já estava completo, assim, o Grupo Escolar tinha que dispensar umas para admitir outras, pois as três vagas deveriam surgir a qualquer preço, segundo depoimento da ex-professora nº 02. As professoras interinas deveriam abrir o espaço para a regularização definitiva que batia à porta.

Mas a quem demitir? As professoras que não compareciam de fato para lecionar e colocavam substitutas em seus lugares foram às escolhidas para o corte. Depois dos anos passados, nos parece uma decisão fácil, mas no momento do ocorrido uma briga entre poderes se estabeleceu e provocou abalos nas estruturas políticas e sociais da cidade. Inclusive com o inspetor escolar, Hélio Ferreira

⁸⁶ Verdadeira no sentido de funcionamento dentro das normas, pois desde 1949 até a sua institucionalização a escola funcionou sem atender as determinações do Decreto-Lei 8.529 de janeiro de 46. Havia também outro decreto institucionalizando o grupo desde 1951, mas foi ignorado na prática.

Goulart, sobrinho do prefeito Cacildo, mas que era do outro partido político. A partir de frases estranhas registradas em ata sobre o inspetor foi que, indagando, chegamos às mazelas finais.

Na fala de um entrevistado verifico a certeza de que a decisão firme do prefeito que tomou a iniciativa de formar a primeira diretoria legal do Grupo deixou marcas de admiração ou de revolta por parte de quem praticava atos ilícitos ou daqueles que também não concordavam com o protecionismo político. Ele assim ele conta:

(morador) O Cacildo quando ele foi prefeito ele foi bom, na parte da educação, ele trouxe a diretora. Ele queria tudo certinho. Ele era inteligente.

(Entrevistador) Porque o Sr. Diz que ele era inteligente?

(morador) Tinha professora que lecionava lá no Grupo no lugar de outra, tinha aquelas professoras que não queria trabalhar, mas mantinham o contrato, mas era outra pessoa que lecionava em seu lugar. E ele não deixou mais. Regularizou os erros do Grupo Escolar.

(entrevistador) Isto se chama substituição branca. Mas, como ele exigiu que acabassem com esta prática?

(morador) Ele foi corajoso, exigiu que elas saíssem e o lugar ficou para quem ia trabalhar de verdade. Ele era muito inteligente. E as professoras que saíram eram suas próprias sobrinhas. Era da família Goulart, mas, eram inimigos na política. (entrevista gravada em 02 de março de 2015).

Assim, nomeada quase a força, a diretora Luiza de Oliveira, instituída em 1962, ali permaneceu apenas por um ano, sendo substituída por outra diretora também normalista e que também veio de fora. As causas de sua partida tão rápida não foram identificadas. Por sua vez, sua substituta, Janette Abrão, também teve a gestão limitada há um ano escolar:

Tabela 17: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1963.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1963		
DIRETORA NORMALISTA JANETTE ABRÃO		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré	Dirce Cândida Pereira	Todos os 27 alunos aprovados
	Belgides de Almeida Borges	15 Ap./ 11 Rep./ 2 faltaram

1º Ano	Wanda Torquato	15 Ap./ 4 Rep.
	Dalva Rosa	26 Ap./ 3 Rep.
2º Ano	Diná Angélica Rosa	Todos os 26 alunos aprovados.
3º Ano	Maria Aparecida Silva	15 Ap./ 3 Rep.
4º Ano	Lucy Martins	21 Ap./ 4 Rep./ 4 2ª época.
Foram matriculados neste Ano de 1963 211 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora com base no acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

A pesquisa se deparou com traçados e bordados que não se completaram. Existiam acontecimentos embutidos nas razões não declaradas que justificaram o Grupo Escolar ficar sem diretora por 13 anos, mas foram ditos pela metade, como se a revelação dos fatos do passado, agora no presente, pudesse influir no porvir. Mas, estas questões que passaram por conflitos políticos só agora foram identificadas e reveladas.

Fato é que, mesmo quando finalmente o grupo conseguiu se estabelecer dirigido por mãos atualizadas e consideradas competentes pelas exigências legais da época, as diretoras não resistiram à pressão do poder político. As normalistas não permaneceram na direção. Assim como a primeira, mal terminou o ano de 1963, a diretora Janette Abrão se rendeu atordoada por ruídos que fizeram com que a sua partida fosse apressada, e, desta vez, ela nem foi substituída e a cadeira vazia anunciou divergências internas e ameaçou a ordem da instituição, segundo narrativas da diretora que a sucedeu.

Os participantes não dizem claramente o que ocorreu com estas duas nomeações, mas são quase unânimes em dizer que existiam disputas e pressão política em torno do cargo. Também reconhecem que os dois anos de gestão das diretoras normalistas foram significativos para o Grupo e para todos que dele se beneficiavam. Há por traz do silêncio a certeza de que foram pressionadas e

mal recebidas pela sociedade política de Ouvidor. E foi assim que, o Grupo Escolar de Ouvidor, iniciou o ano de 1964 com a cadeira da diretoria vaga e sem candidatos a ela.

O desfecho desta narrativa sem precedentes que a assumam⁸⁷ foi que todos foram surpreendidos pela chegada ao Grupo Escolar de um ofício enviado pelo Sr. Wilson Barbosa e sua esposa Maria Gomes, delegada regional de ensino primário, sem consultas e sem contestação preanunciada, apenas se fazendo publicar que a professora Dirce Cândida Pereira, havia sido nomeada para assumir a cadeira de diretora que estava vaga e que segundo a própria professora, nenhuma delas tinha desejo de assumi-la.

Esse tempo, pelo seu depoimento, foi de dias difíceis, marcados por uma reforma que espalhou as salas de aulas do grupo, por lugares distantes uns dos outros, assim a administração da escola ficou tumultuada e exigiu muito mais concentração diante da situação.

As professoras estavam inseguras frente as muitas mudanças ocorridas na rotina escolar pelas duas diretoras normalistas e o clima escolar não era dos melhores.

⁸⁷ Sem precedentes porque parte desta história nos foi revelada por um ouvinte que, estando presente em uma das entrevistas feitas em 02 de março de 2015. O ouvinte contou que foi ele quem conduziu o ofício do Sr. Wilson Barbosa, então delegado de ensino regional, ao Grupo de Ouvidor, nomeando a Diretora de 1964, sem que a mesma pudesse fugir da obrigação a ela imposta pela chefia hierarquicamente superior.

5.3.2. A ampliação do Grupo Escolar

O ano em que o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira iniciou com a cadeira da diretoria vaga, em 1964, presenciou muitas dificuldades e seu prédio, que possuía poucas salas, passou por uma reforma para abrigar as necessidades da escola em expansão.

Contam às ex-professoras que não havia salas suficientes e que nem mesmo tinha um espaço físico para a diretoria. As aulas funcionavam em dois horários, mas mesmo assim faltava espaço para a administração e o funcionamento das cinco classes já existentes.

Na época, o grupo contava com um pré-primário, um 1º ano, um 2º, um 3º e um 4º ano. Assim sempre sobrava uma sala para funcionar fora do prédio do Grupo. Uma turma era mantida em salas particulares como anexo do Grupo Pedro Ludovico.

Conta-nos a diretora interina que apesar da necessidade da reforma, o ano foi um caos:

Espalhamos salas por toda a cidade, tinha uma na Igreja Matriz de Santo Antônio, outra na igreja de Nossa senhora do Rosário, outra ao lado da casa do Senhor Zeca Eliseu, esta era a única que ficava mais próxima do Grupo. Todas funcionavam nos dois horários. O porteiro servente tinha que ir quatro vezes ao dia, em cada local das salas para levar o livro de pontos para ser assinado. Ia pela manhã e após o almoço no início das aulas e retornava no horário de saída no final do expediente de cada turno. E eu, além da minha responsabilidade da sala de aula, tinha que fiscalizar todo o trabalho da escola. Naquele tempo tudo era muito exigente, muitos relatórios, muitas escritas. As funções do diretor eram acumuladas de serviços, eu não queria ser diretora, fui praticamente obrigada, eu gostava mesmo era de alfabetizar. (ex-diretora nº 01, entrevista em 02 de março de 2015).

A reforma mencionada pela ex-diretora entrevistada aconteceu em 1964.

Em análise e confrontação das fontes a sua abrangência não passou da edificação de mais uma sala de aula, talvez fruto do acordo no termo de doação do prédio realizado em 1962, conforme já visto e mencionado, supondo que as coisas aconteciam de forma bastante lenta para a educação em Goiás mesmo que o acordo teria sido feito bem antes, pode ser que houve um atraso no início das obras.

Mas, ao que tudo indica, os reparos na área que foi construída em 1950 já tinham sofrido uma alteração entre 1950 e 1964. A conclusão desta afirmativa se deu pelo fato de que todos os entrevistados são unânimes ao dizerem que o primeiro edifício do Grupo Escolar possuía apenas duas salas de aula. O que pela foto da época, exposta nas imagens encontradas também se confirma. Mas, de acordo com a escritura de doação realizada em 1962, como podemos conferir logo mais, na época do registro desse documento, o edifício do Grupo Escolar se apresentava com três salas. Portanto, a prefeitura já havia erguido mais uma sala de aula até a data da transferência do imóvel do município de Ouvidor para o estado de Goiás.

Os acervos conservam uma planta de reforma e ampliação do GEE. E neste ponto da pesquisa descobri, através da escritura supracitada acima, imagem 1, que a estrutura inicial do Grupo e o terreno todo cercado de muros era da prefeitura e que toda a sua pequena edificação tinha sido erguida à custa do município, sem nenhuma participação estadual ou federal.

A escritura de doação feita pela Prefeitura de Ouvidor para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás consta no Cartório de Registro de Imóveis de Ouvidor, nas páginas 125 e 126 do livro de notas nº 06. Da parte da Secretaria do Estado, o documento foi recebido pelo seu representante legal, Eurípedes Ferreira Goulart, então sub-promotor de Justiça de Ouvidor, e o prefeito Cacildo Ferreira Goulart representou a parte outorgante doadora.

Conforme se vê no documento abaixo, além do terreno consta na escritura um prédio onde funcionava o Grupo Escolar de Ouvidor, com o nome de Pedro Ludovico.

A descrição da parte construída, bem como a informação de que a prefeitura foi a responsável pela construção da mesma, consta nas últimas linhas do texto abaixo da seguinte forma:

O prédio de tijolos, rebocado de cal e areia, construção nova, de telhas francesas, todo forrado, taquiado, com três salas de aulas, uma área, cozinha, despensa, cisterna, todo terreno cercado de muro de tijolos, tudo isto feito pela Prefeitura Municipal de Ouvidor, e com a autorização da câmara Municipal. O Senhor Prefeito Municipal, resolve, como de fato resolvido está, doar à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, este prédio com respectivo terreno [...] ficando a Secretaria com a obrigação de construir mais uma sala de aula no momento porque é de grande necessidade e pra futuro quantas necessária for e ainda mais, a conserva do imóvel ficará de ora em diante por conta da Secretaria. E por esta escritura o outorgante doador cede e transfere toda posse, direito e ação, domínio, que exercia sobre o aludido imóvel. (Documento de Escritura de Doação da Prefeitura de Ouvidor em favor da Secretaria de Educação de Goiás. Livro 06. P. 125 e 126).

Esta doação se realizou aos dias dezenove de junho de mil novecentos e sessenta e dois, portanto, mais de treze anos após a criação do Grupo Escolar de Ouvidor. Inicialmente, como já mencionado, as aulas aconteciam no barracão alugado ao lado da residência do Professor Abílio José Pires. Existia apenas uma sala grande e todos os alunos continuavam a estudar na mesma sala.

A professora entrevistada nº 03 assim revelou na sua fala quando perguntamos se ela foi aluna do professor no prédio do Grupo Escolar, já que seu nome consta na chamada, no acervo documental da escola:

Ex-Professora 03 - Eu estudei só com o professor Abílio. Mas não foi no Grupo. A gente estudava no barracão de cereais.

Entrevistadora – O que era esse barracão de cereais?

Ex-Professora 03 – Era um salão que tinha na casa dele. Era lá que tinha a escola de Ouvidor. O professor era também comerciante de cereais e vendia cremes para fora, então ele tinha esse barracão grande que funcionava para a escola também.

Entrevistadora – Você se lembra do Grupo Escolar?

Ex-Professora 03 – Sim, eu me lembro muito, a gente passou para lá depois que ficou pronto, aí tinha duas salas. E eu já era professora.

Entrevistadora- Como foi que você começou a lecionar?

Ex-Professora 03 – Uai, a gente terminava o quinto ano e não podia mais estudar, meu pai não tinha dinheiro para me deixar estudar fora. Por causa disto a gente continuava com o professor Abílio porque não queria ficar sem estudar. Aí a gente ajudava ele. Ele era comerciante de cereais e cremes, aí quando chegava mercadorias ele deixava a gente tomando conta das crianças e ia receber. Foi assim que eu, a Lenita filha dele, a Dirce, começamos a trabalhar.

Entrevistadora – você se lembra quando foi que as aulas passaram para o prédio novo?


Ex-Professora 03- Não, a data certinha eu não me lembro.

Entrevistadora- você sabe quem foi o responsável pela sua construção, estado, município ou governo federal?

Ex-Professora 03- Eu não sei, mas acho que foi a prefeitura.

(entrevista realizada com uma ex-professora 02, em Brasília, em 15 de setembro de 2015).

Imagem 16: Certidão de Doação do terreno e prédio do Grupo escolar de Ouvidor.


 Bel. *Mardones Torquato da Silva*, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Tabelionato de Notas de Ouvidor, Distrito Judiciário da Comarca de Catalão, Estado de Goiás, na forma da Lei, etc.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO

fls. 1.
 CARTÓRIO DO LUGAR
 Mardones Torquato da Silva
 TABELÃO
 OUVIDOR - GOIÁS

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que revendo em os arquivos deste Cartório, deles às fls. 125/126, do Livro de Notas nº06, encontrei a escritura no seguinte teor: ESCRITURA DE DOAÇÃO. Outorgante doador: PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR, Outorgado donatário: SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS. Saiba mais quantos esta virem que aos 19 dias do mes de junho de hum mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Ouvidor, Estado de Goiás, Comarca de Catalão, em Cartório perante mim escrevente juramentado, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado como outorgante doador: PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR ESTADO DE GOIÁS, representada neste ato pelo prefeito desta mesma cidade sr. Caçildo Ferreira Goulart, pessoa reconhecida como o proprio de mim e das testemunhas presente, e de outro lado como outorgado donatário SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS, representada neste ato pelo sr.: sob-Promotor de Justiça desta cidade Euripedes Ferreira Goulart, brasileiros, o primeiro casado, o segundo solteiro, residentes e domiciliados nesta cidade, meus conhecidos e das testemunhas presente do que dou fé. E pelo outorgante doador, na pessoa do senhor Prefeito Municipal, me foi dito que entre os demais bens que possui esta prefeitura é legítima doadora e possuidor de um terreno com o prédio onde funciona o Grupo escolar de Ouvidor, grupo este que têm o nome de Pedro Ludovico, sita a rua José Ludovico, com um terreno medindo na frente na citada Rua José Ludovico (72) metros do lado esquerdo confrontando com propriedade de Waleriano Machado da Silva, mede 50 metros, no fundo confrontando com a rua Eliseu da Silva, mede 72 metros e do lado direito confrontando com propriedades de Urias Evangelista, o prédio de tijolo, reboco de cal e areia, construção nova, de telhas francesas, todo forrado, tequilado, com três salas de aulas, uma grande área, cozinha, despensa, cisterna, todo terreno cercado de muro de tijolos, tudo isto feito pela Prefeitura Municipal de Ouvidor, e com autorização da Câmara Municipal o sr.

Prefeito Municipal resolve como de fato resolvido está, doar a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, este predio com respectivo terreno, fazendo uma doação boa firme e valiosa, podendo esta Secretária deste imóvel usar, gozar, livremente dispôr, com seu que é e fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, ficando a Secretaria com a obrigação de construir mais uma sala de aula no momento porque é de grande necessidade e pra futuro quantas necessaria for e ainda mais, a conserva do imóvel ficará de ora em diante por conta da Secretaria. E por esta escritura o outorgante doador cede e transfere todo posse, direito e ação, dominio, que exerce sobre o aludido imóvel foi entregue também pela Prefeitura Municipal de Ouvidor, Os talões de Isenção do Imposto de Inter vivos, assim como Isenção de todos os documentos necessarios da Coletoria Estadual. E como assim disseram e outorgaram lavrei a presente escritura que lhes li acitaram e assinam com as testemunhas. Eu Carlos José Goulart, escrevente autorizado e juramentado a escrevi e assino. (a) Carlos José Goulart, (a) Cacildo Ferreira Goulart, (a) Euripedes Ferreira Goulart. Era o que se continha no referido livro de Notas nº06 fls.125/126 do qual copiei fielmente do original e me reporto em Cartório. Eu Mardones Torquato da Silva Tabelião Primeiro de Notas, a datilografar, li, conferi, dou fé, subscrevo e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Em ttº (MB) da verdade.
Ouvidor, 29 de outubro de 1.991.

Mardones Torquato da Silva
Bel. MARDONES TORQUATO DA SILVA
Tabelião.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Mardones Torquato da Silva
TABELIÃO
OUVIDOR - GOIÁS

CERTIFICO, ainda mais que a referida Escritura Pública de Doação, lavrada às fls.125/126 do Livro de Notas nº 06, encontra-se registrada às fls.56 do Livro 3-A Transcrição das Transmissões, sob nº1.075 de ordem aos 19-07-1.962, deste Cartório.

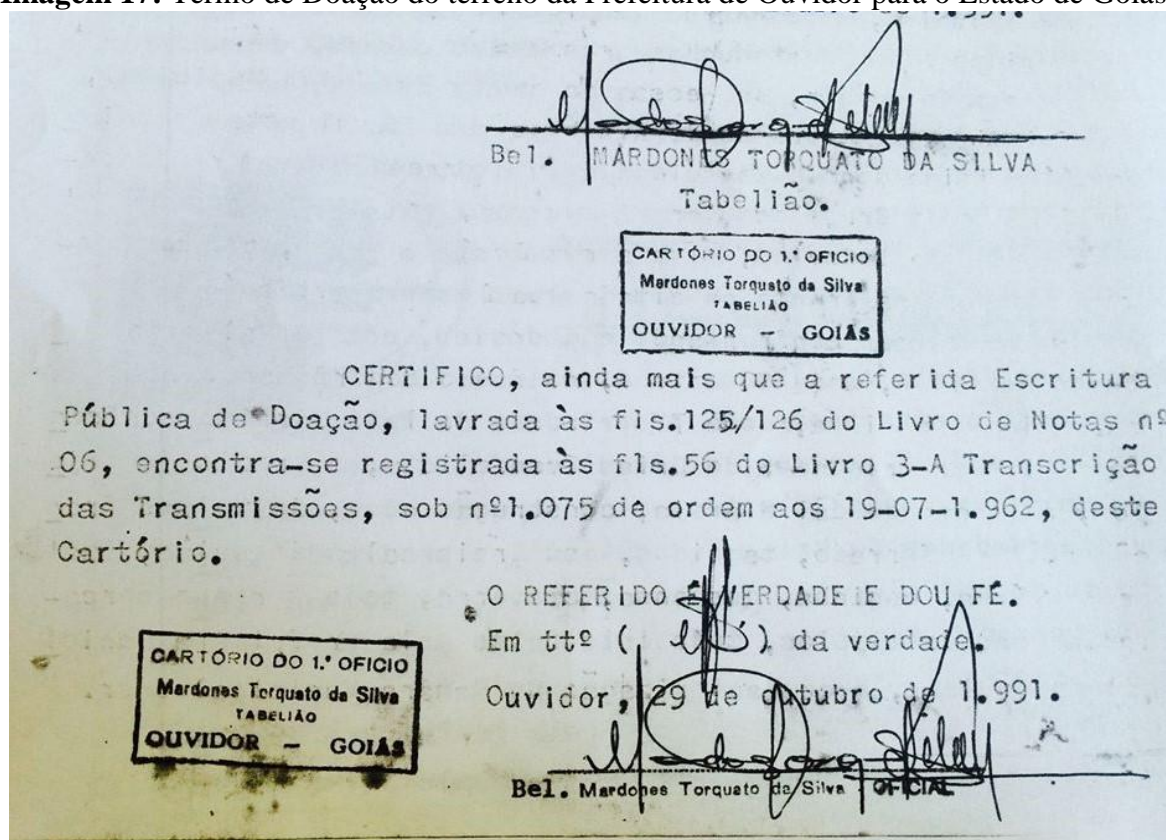
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Em ttº (MB) da verdade.
Ouvidor, 29 de outubro de 1.991.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Mardones Torquato da Silva
TABELIÃO
OUVIDOR - GOIÁS

Mardones Torquato da Silva
Bel. Mardones Torquato da Silva
TABELIÃO

E as modificações anteriormente citadas, como a formação da primeira diretoria, a exigência do atendimento à normatização das regras para a rotina e a reforma do prédio, tiveram como precedente a doação lavrada em escritura pública do terreno e benfeitoria ao Estado. No dia 19 de junho de 1964, a Secretaria de Educação e do Estado de Goiás, na pessoa do seu prefeito Cacildo Ferreira Goulart, recebeu, além da edificação citada, “um terreno com o prédio onde funciona o Grupo Escolar de Ouvidor, grupo este que tem o nome de Pedro Ludovico, sita à rua José Ludovico (72) metros ao lado esquerdo confrontando com propriedade de Waleriano Machado da Silva, mede 50 metros” (Escritura Pública. fls. 125/126 Do livro de Nota nº 06, rg. às fls 56 do livro 3-A), conforme imagem abaixo:

Imagem 17: Termo de Doação do terreno da Prefeitura de Ouvidor para o Estado de Goiás.



Fonte: Acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Revisando a escritura da escola encontrei em seus termos de doação que houve um acordo convencionado que dizia assim: “fica sendo de hoje em diante por força desta escritura, ficando a Secretaria com a obrigação de construir mais uma sala de aula no momento porque é de grande necessidade e pra futuro quantas necessárias forem e ainda mais, a conservar o imóvel”. (Escritura Pública. fls. 125/126 Do livro de Nota nº06, rg. às fls 56 do livro 3-A). Foi assim que o Grupo Escolar Pedro Ludovico ganhou mais uma sala e pode receber no mesmo horário mais uma turma de

alunos. A ampliação do Grupo chegou boa hora, as duas modestas salas construídas pelo município nunca tinham dado conta de sua clientela, e depois da formação da diretoria outras dependências foram providenciadas.

As estruturas da diretoria, secretaria e uma pequena cozinha foram modificadas após esta primeira alteração. O Grupo Escolar ainda não tinha sanitários apropriados, só mais tarde foram construídos os banheiros com as instalações modernas.

O espaço da escola destinado ao arquivo documental, a secretaria, a direção e os sanitários só vieram a aparecer com esta reforma. Segundo a diretora interina, Dirce Cândida Pereira, cuja gestão foi durante a reforma, ela levava todos os documentos e livros para a sua casa e ali ficavam sob a sua guarda e responsabilidade, pois a escola não tinha um local próprio para armazenar a papelada.

Mas, atualmente o arquivo da escola é organizado e preservado conforme foto abaixo.

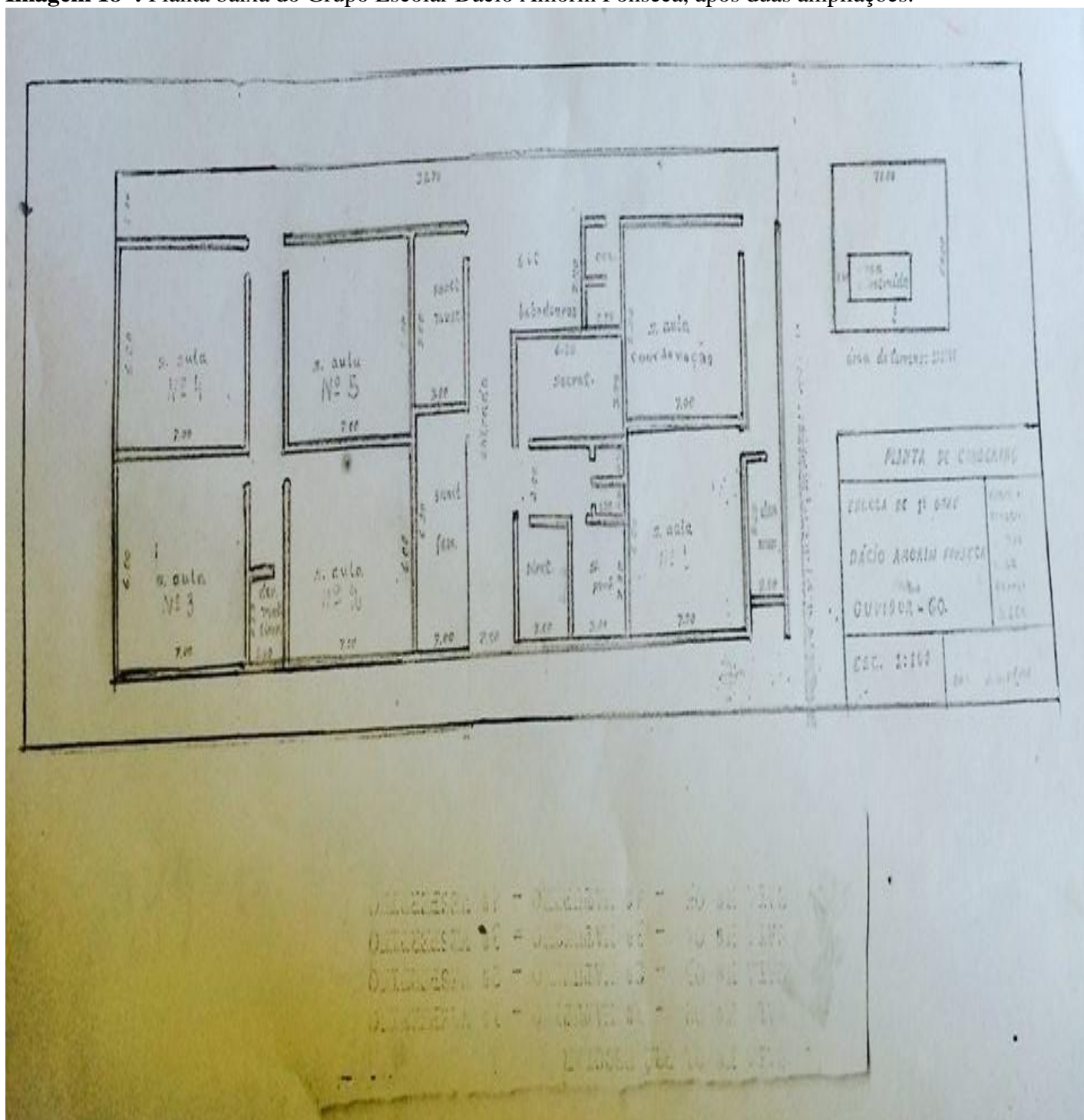
Foto 20: arquivo documental da EEDAF.



Fonte: acervo da EEDA

A planta baixa da imagem 18 anuncia que a reforma traria espaços físicos para além das seis salas de aula suficientes para abrigar a parte administrativa inclusive para a merenda escolar.

Imagem 18 : Planta baixa do Grupo Escolar Dácio Amorim Fonseca, após duas ampliações.



Fonte: Acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Mas, pelo menos duas coisas depõem a favor de ser mesmo esta a prática usual do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico: o fato da escola não ter uma sala disponível para arquivos ou diretoria

até 1964; e pela diretora não ficar só por conta de sua função de administradora. Assim, uma sala para ela pouco seria utilizada, pois até então todas as gestoras, além de diretoras, eram professoras e havia uma sala de aula com os alunos a seus cuidados como as demais professoras, e a função de secretária também era um cargo inexistente até então.

A matrícula geral no ano de 1964 sofreu uma pequena baixa. Coincidência ou quem sabe em decorrência das mazelas sofridas pela falta de diretora, fato é que dos 211 alunos as matrículas foram reduzidas para 182. E, conseqüentemente, o número de professores foi reduzido.

A professora Wanda Torquato assinou o livro de pontos em 1964 normalmente, mas não foi encontrada a ata de resultado final de sua turma de alunos. Vejamos como se deu o aproveitamento das turmas e como ficou constituído o quadro de docentes em 1964 (Tabela 18).

Tabela 18: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1964.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1964		
DIRETORA NOMEADA DIRCE CÂNDIDA PEREIRA		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré-Primário	Dirce Cândida Pereira	17 Ap./ 8 Rep.
1º Ano	Maria Aparecida da Silva	19 Ap./ 1 Rep.
	Ana Rosa de Lima	16 Ap./ 4 Rep.
2º Ano	Diná Angélica Rosa	28 Ap./ 1 Rep.
3º Ano	Dalva Rosa	17 Ap. 3 Rep./ 1 Não compareceu
4º Ano	Belgides de Almeida Borges	Todos 29 alunos aprovados

**Foram matriculados neste Ano de 1964
182 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira**

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Em outubro de 1964, ano da reforma do prédio, foi instituída a Caixa Escolar, tendo sido lavrada e assinada a ata de instalação da mesma, que ficou sob a responsabilidade das professoras nos cargos a seguir: Presidente, Dirce cândida Pereira; Vice-presidente, Dalva Rosa; 1ª Secretária, Diná Angélica Rosa; 2ª Secretária, Wanda Torquato. Como Fiscais foi definido os nomes de Hélio Ferreira Goulart, na época inspetor escolar, e Dácio Amorim Fonseca, prefeito do município de Ouvidor. Na reunião, o Sr. Wilson Barbosa, chefe regional da educação, além de orientar sobre a instalação da caixa escolar trouxe a notícia de que o Censo Escolar deveria ser feito na cidade e que a senhorita Judith Abrão, também presente na reunião, faria as devidas orientações. Pediu ainda que fosse enviado um ofício ao Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas de Goiás a fim de agradecer pela reforma do Grupo, sem, no entanto, citar o nome do mesmo.

As narrativas escritas e orais destes anos sobre o Grupo demonstram que qualquer coisa que acontecesse no Grupo Escolar adquiria um perfil solene, e as autoridades locais sempre estavam presentes e participavam ativamente dos acontecimentos.

5.3.3. **A sistematização definitiva do Grupo Escolar de Ouvidor – GO, consoante as Políticas Públicas instituídas no Brasil.**

O momento da institucionalização do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira é revivido por um ex-aluno que depõe sobre as mazelas que dela surgiram.

A política partidária em Ouvidor sempre possuiu um perfil acirrado, marcado por disputas de poder entre a mesma família, entre o município e as autoridades do Estado, todos medindo forças e muitos se tornando inimigos declarados. Enfim, é o cenário em que nasci e vivi que baseada em outras informações das atas, me fez concluir que a delonga pela institucionalização do Grupo Escolar tenha suas justificativas dentro deste contexto político. Interesses pessoais, familiares que desejavam manter os contratos brancos, ou seja, uma pessoa era contratada e outra lecionava em seu lugar. As vezes por não terem idade para a função, outras vezes para dividir salários entre a que exercia a função e a outra que emprestava o nome.

Essas e outras divergências locais podem ter mantido refém a decisão de não doar o terreno do Grupo Escolar ao Estado, já que o mesmo pertencia ao Município. Como também de não permitir a vinda das normalistas para ocuparem a cadeira da direção. Fato é que, coisas que dentro da legalidade seriam impossíveis, aconteciam no município de Ouvidor para satisfazer a vontade dos políticos.

Na ata de 4 de dezembro de 1962 existe uma fala que pode explicar a dimensão dos conflitos internos. A redação menciona a colaboração das autoridades locais e, nas três últimas linhas da página em questão, diz assim: “O Inspetor escolar local, Hélio Ferreira Goulart, apesar de por duas vezes chegar de frente ao estabelecimento, não entrou, nem se interessou pelo trabalho ali realizado” (acervo da E.E. Dácio Amorim Fonseca. Livro de ata dos resultados finais de 1962 a 1968 / p. 11). Diante desta citação e pela oitiva das narrativas, fiquei a par de que, na verdade, o inspetor não estava presente no Grupo Escolar, porque seu tio, então prefeito, era inimigo de uma parte da família a qual ele também pertencia. E enquanto o prefeito da época, Cacildo Goulart, almejava e programava a nomeação das normalistas para a institucionalização do Grupo Escolar, até então funcionando de forma irregular, o inspetor era a favor da permanência de suas irmãs, professoras leigas, no cargo, mas, que raramente frequentavam a escola. Para a entrada das normalistas haveria que alguém ceder o lugar.

O Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946, estabelecia pela Lei Orgânica do Ensino Primário quando citava os tipos de estabelecimentos de ensino primário no artigo 28 dizia: "Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos... III.

Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes". (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946).

Em Ouvidor, o Grupo em estudo foi criado em 1949, tinha apenas uma sala, ou melhor, funcionava em um barracão de cereais, com um professor que ministrava aulas para setenta alunos, com auxílio de suas filhas e de outros alunos maiores.

No capítulo IV do mesmo Decreto-Lei sua redação passa a falar do corpo docente e da administração da escola nos seus artigos 34 e 36, e assim regula o tema; “Art. 34. O magistério primário só pode ser exercido por brasileiros, maiores de dezoito anos, em boas condições de saúde física e mental, e que **hajam recebido preparação conveniente, em cursos apropriados**, ou prestado **exame de habilitação**, na forma da lei” (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946). O artigo traz em destaque *em cursos apropriados*. Eu, porém, aproveito o mesmo item destacado e saliento ainda que já existe uma enorme contradição entre os professores de Ouvidor e essa legislação, pois, consta que nenhum deles era preparados em cursos apropriados, receberam preparação conveniente, tão pouco prestou exames de habilitação. Lembrando que quase todos haviam sido alunos do 5º ano do professor Abílio. E que apesar dos elogios dos inspetores e aparentemente estarem desempenhando um bom trabalho, fugiam completamente das exigências da lei.

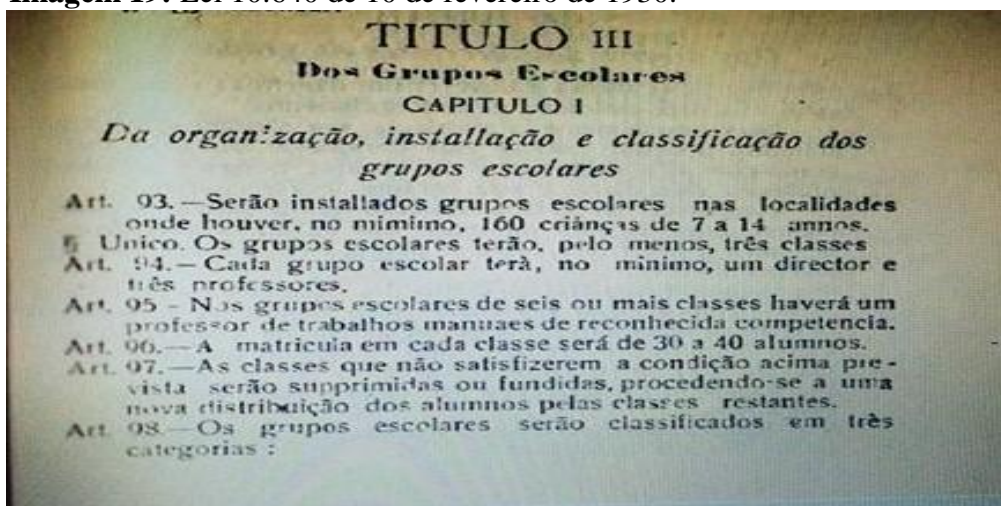
Para complicar ainda mais, a situação do Grupo escolar Dr. Pedro Ludovico de Ouvidor, o artigo 36 vem dizer que: “Os diretores de escolas públicas primária serão sempre escolhidos mediante concurso de provas **entre professores diplomados**, com exercício anterior de três anos, pelo menos, e, de preferência, entre os que hajam recebido curso de administração escolar” (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. *Grifos da autora*). Este artigo pode explicar a ausência de diretor no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico pelos longos 13 anos, pois, entre os professores atuantes em Ouvidor, não existia sequer, nenhum que fosse “Diplomado”. E voltando às mazelas políticas, as pessoas influentes não pareciam dispostos a abrir vagas para outras professoras capazes de suprir o rigor da legislação.

O Decreto nº 8.529/46 no artigo 26 quando diz que, “O sistema de ensino primário, em cada Estado e no Distrito Federal, terá legislação própria, em que se atendam aos princípios do presente decreto-lei”. A Constituição goiana de 1947 no seu artigo 163 tem uma designação própria que diz que: “O cargo vago de magistério primário, em caráter interino, será obrigatoriamente preenchido pelo substituto que mais tempo haja lecionado” (Constituição do Estado de Goiás/1947).

Diante da disputa política local citada pelos meus entrevistados e a contemplação das legislações vigentes, conclui que o prefeito Cacildo ávido por consolidar e melhorar o funcionamento do Grupo que por 13 anos funcionou sem observar as legislações se valeu de seu poder de liderança e fez cumprir o que a legislação exigia. Demitiu as professoras de caráter interino, e pôs fim a uma situação que já perdurava por muito tempo. Consta nos arquivos do colégio Mãe de Deus, que a segunda diretora, Janette Abraão, desde 1954 teria se formado no magistério nesse Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus da vizinha cidade de Catalão, e, portanto, só teve sua oportunidade em Ouvidor quase oito anos após e, assim mesmo, em uma situação de pressão política forçada pelo prefeito Cacildo.

A situação da chegada das normalistas para o Grupo Escolar de Ouvidor em 1962 está relacionada às normas legais dos grupos escolares, tanto nacional como estadual. A LDB de 1961 versava sobre o assunto no seu artigo 42 e dizia que “O Diretor da escola deverá ser educador qualificado” (LDB/1961). Assim a qualificação era pressuposto para a posse do cargo. E esse “educador qualificado” equivale ao decreto de 1946, que em fase da inexistência de uma lei nova, continuou a prevalecer. Ou seja, a falta de diploma, ainda era uma exigência impeditiva para a legalização definitiva do Grupo de Ouvidor, exceto se o problema fosse administrado com a entrada de professoras qualificadas. O que para tanto, teria que ser de fora da cidade pois em Ouvidor não havia nenhuma pessoa formada em magistério. E foi o que ocorreu.

Imagem 19: Lei 10.640 de 10 de fevereiro de 1930.



Fonte: <https://reheg.fe.ufg.br/n/30886-acervo-documental-da-reheg> acesso 30 de março de 2015.

Assim vimos que a realidade do Grupo de Ouvidor feria, em muito, a legislação supracitada. Conforme exposto na tabela 15, quando mostra a primeira diretoria que foi empossada e o numero de alunos do Grupo. Todas as salas tinham menos de 30 alunos e nenhuma das professoras possuía o

curso normal. Além disso, a nomeação em branco ainda acontecia, como era o caso do porteiro servente anteriormente citado. De acordo com o registro nas atas, o Grupo permaneceu sem o número de alunos exigidos, pelo menos desde 1949, quando foi anunciado, até 1960. Em 1962, quando as novas regulamentações para os grupos escolares já estavam em vigor, Ouvidor, continuou a não preencher as exigências legais.

A quarta diretora do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, como já dito, não era professora. No entanto, foi nomeada repentinamente como “auxiliar de ensino primário” a partir de junho de 1965. Com seu pai na condição de prefeito de Ouvidor, não foi difícil conseguir imediatamente uma certidão retroativa do Secretário de Educação e Cultura do Estado de Goiás, publicada no Diário Oficial um mês depois de sua posse. E assim “desempenhar a função gratificada de Diretor FG-4⁸⁸ do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico do município de Ouvidor a partir de 18 de junho de 1965”. (Certidão da Coletoria Estadual de Ouvidor).

A diretora permaneceu no cargo pouco mais de um ano, em 1º de setembro de 1966 entrou de licença por três meses para repouso, pelo processo nº 10.12259/66. E daí para frente não se tem notícias de seu retorno para a educação.

Até a posse da quarta diretora nenhuma outra teria recebido gratificação pelo cargo. A primeira a ocupar o cargo, a professora Luiza de Oliveira, além da gestão do Grupo, exercia a função de professora nos períodos matutino e vespertino, situação clara nos registros do Grupo. Pois tinha sob sua responsabilidade o 3º e o 5º ano. Conforme descrito nas tabelas acima, sua rotina de trabalho era de professora e diretora, e diferente dos documentos encontrados sobre a gratificação da quarta diretora, não há nada que conste acréscimo de salário pelos serviços prestados além da gestão do grupo. Deve ter sido uma das causas de sua saída apressada da cidade, pois segundo narrativas, Lucy se queixava do peso das inúmeras responsabilidades e a falta de apoio.

Quanto à segunda diretora, Janette Abraão, não há registro de que teria lecionado, também era normalista e, ao que parece, não também não teve gratificação adicional, permaneceu na gestão do Grupo pelo período de apenas um ano letivo.

A terceira diretora nomeada sem a sua anuência também alfabetizou os alunos do pré-primário paralelo ao cargo de direção e assim como as anteriores não recebeu nenhuma gratificação.

⁸⁸ FG-4 se referia a um professor “Chefe de Unidade Educacional”, o professor habilitado a exercer a função de diretor dos Grupos Escolares deviam ter o curso normal e eram designados como Diretor FG-2. Disponível em <http://www.camarateresopolis.rj.gov.br/leis/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto/39-administracao-municipal/estrutura-administrativa/418-lei-municipal-n-772-de-28021973-revogada-tacitamente-de-acordo-com-a-lei-municipal-n-1069-de-25051983> acesso em 13 de maio de 2015.

Em 1965, o Grupo já possuía um número significativo de alunos e a rotina parecia estar assentada. As professoras efetivadas trouxeram mais segurança ao andamento das aulas e nos anos seguintes o quadro docente foi alterado apenas para ganhar novas funcionárias, conservando as pioneiras ou as substituindo no caso de mudança de cidade. A partir de junho do ano de 1965, a professora Maria da Luz Ferreira Silva passou a assinar o livro de pontos diariamente, mas não se tem notícias de resultados finais de seus alunos. Assim, não há precisão quanto a função que ocupava no Grupo Escolar.

Conforme se vê nas tabelas 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 o movimento dos funcionários passou a ser mais tranquilo e sem grandes desavenças relatadas (acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca).

Tabela 19: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1965.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1965		
DIRETORA NOMEADA em 18 jun. 1965. ANTÔNIA DE SENA		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré-Primário	Dirce Cândida Pereira	30 Ap./ 01 Rep.
	Alda Maria da Silva	15 Ap./ 13 Rep.
1º Ano	Ana Rosa de Lima Mesquita	27 Ap./ 04 Rep.
2º Ano	Diná Angélica Rosa	33 Ap./ 02 Rep.
3º Ano	Dalva Rosa	28 Ap./ 03 Rep.
4º Ano	Maria Aparecida da Silva	32 Ap./ 01 Rep.
	Maria da Luz Ferreira Silva	
Foram matriculados neste Ano de 1965 228 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

As tabelas 19 e 20 apresentam um dado curioso: pela assinatura dos pontos, a professora Maria da Luz F. Silva deve ter se afastado do Grupo durante o primeiro semestre de 1965, e aparece de novo no livro de pontos no mesmo ano letivo a partir de setembro e, como se pode perceber, com apenas 12 alunos, sendo que nove deles foram reprovados. Assim, evidenciou-se a possibilidade de

que teria se formado uma turma de alunos com problemas de aprendizagem. Nas narrativas ouvidas nos foi dito que era uma prática comum separar os "fracos" dos "fortes" sob a alegação de que os fracos juntos o trabalho do professor seria mais de acordo com o desenvolvimento atrasado dos alunos e vice versa.

Nossas suspeitas foram confirmadas posteriormente pelo depoimento da alfabetizadora Dirce que ainda nos acrescentou a informação de que essa classe teria sido formada como opção de trabalho para a professora recém-chegada na escola, como não havia alunos nem classe para a mesma, improvisaram esta espécie de tentativa de recuperação dos "difíceis". E eu do lado de cá, embasada nas informações anteriores, já imaginei que isto provavelmente se configurou em outro dado de protecionismo político. Forçando a entrada de uma professora no quadro do GE.

A conclusão foi baseada por conta do insucesso geral dos alunos da professora Maria da Luz e no fato que entre as outras duas classes de pré-primário, dos 54 alunos houve uma única reprovação.

A referência à nomenclatura pré-primário, correspondente à alfabetização, há um tempo em que não havia chances de aprovação se os alunos não se alfabetizassem realmente. As provas de todas as classes eram aplicadas com a presença de autoridades da educação e não eram elaboradas pela regente de sala. Ou seja, havia um programa a ser seguido e cronometrado pelo Estado. Ao final do período, o grupo recebia os "fiscais" que vinham para aplicar as provas que eram corrigidas e avaliadas imediatamente também sob a inspeção das pessoas de fora da cidade.

Uma das ex-professoras entrevistadas revelou que, após serem corrigidas pela titular da sala, as provas eram vistoriadas e recorrigidas pela diretora da escola e as autoridades presentes. Isto é, era um sistema rígido que constrangia tanto a professora titular quanto os alunos diante desta pressão, provavelmente motivo pelo qual há registro de que muitos alunos não compareciam no dia deste exame final.

Como o estudo em pauta abrange o recorte temporal até 1971, momento em que as leis do Brasil deram uma reviravolta extinguindo os grupos escolares, optei por continuar a descrever cada um dos corpos docentes e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Desta forma aqui será apresentado nas tabelas que se seguem, cada ano letivo até a data limite desta pesquisa, 1971. Assim, em registro estarão, os dados de todos os profissionais docentes do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor.

Tabela 20: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1966.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1966		
DIRETORA NOMEADA em 18 jun. 1965. ANTÔNIA DE SENA		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré-Primário	Dirce Cândida Pereira	Todos os 31 alunos aprovados.
	Alda Maria da Silva	23 Ap./ 01 Rep.
	Maria da Luz F. Silva	12 Ap./ 09 Rep.
1º Ano	Ana Rosa de Lima	Todos os 31 alunos aprovados.
2º Ano	Diná Angélica Rosa	27 Ap. / 02 Rep.
3º Ano	Dalva Rosa	29 Ap. / 03 Rep.
4º Ano	Maria Aparecida Silva	25 Ap./ 03 Rep. e 03 Recup.
Foram matriculados neste Ano de 1966 231 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Durante o ano letivo de 1966 não encontrei nenhum movimento ou notícias de acontecimentos que mereçam destaque. Exceto a chegada dos vasos sanitários para o Grupo Escolar, que é uma lembrança forte na memória de seus ex-alunos. Mas há uma controvérsia entre os informantes, uns dizem que teria sido em 1966, outros afirmam que esta novidade foi alcançada a partir de 1968. Fato é que os ex-alunos se recordam com satisfação de como era bom ficar dando descargas sem parar naquela engenhoca desconhecida, mesmo sendo advertidos severamente pelo porteiro servente.

Com a licença da então diretora, Antônia de Sena, por três meses para não mais retornar às suas funções, “O Diretor da Divisão do Ensino Primário, certifica que, por portaria nº 782 de 12 de junho de 1967, o Senhor Secretário da Educação e Cultura, publicada no diário Oficial nº 10.299 de 28 de junho de 1967.” (Certidão constante no Livro de Atas da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca, 1967. p.35) designa a professora, Diná Angélica Rosa para ocupar o cargo de Diretor FG-3⁸⁹, com gratificação adicional, lotada no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, no município de Ouvidor. Como já citado, primeira diretora formada em magistério filha da cidade de Ouvidor.

Tabela 21: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1967.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1967		
DIRETORA Diná Angélica Rosa		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré-Primário	Alda Maria da Silva	16 Ap./ 07 Reprovado
	Vilma da Silva	24 Ap./ 04 Recuperação

⁸⁹ FG-3 se referia a um professor sem qualificação, ou seja, não era nomeado como diretor, mas como auxiliar de Departamento. Disponível em <http://www.camarateresopolis.rj.gov.br/leis/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto/39-administracao-municipal/estrutura-administrativa/418-lei-municipal-n-772-de-28021973-revogada-tacitamente-de-acordo-com-a-lei-municipal-n-1069-de-25051983> acesso dia 13 de maio de 2015.

1º Ano	Wanda Torquato	17 Ap./ 02 Reprovado
	Elda Firmino da Silva	16 Ap./ 05 Reprovado
2º Ano	Maria da Luz Ferreira Silva	19 Ap./ 04 Reprovado
3º Ano	Dirce Cândida Pereira	24 Ap./ 04 Reprovado
4º Ano	Maria Aparecida Silva	33 Ap./ 04 Reprovado
Foram matriculados neste Ano de 1967 230 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Com relação à tabela 21, algo me despertou a atenção. Consta na ata que a professora Vilma aprovou quatro de seus alunos para o Pré “B”, o que sugere que o pré-primário “A” era dos alunos mais adiantados e o “B” era formado pelos alunos mais fracos, uma discriminação bastante usual assim como era a classificação dos melhores no quadro de honra. Era uma educação de repressão e não de estímulo, as ordens superiores, sempre vindas dos bastidores mais elevados das políticas educacionais, chegavam às escolas e eram para serem seguidas e não questionadas ou pensadas. Era a ditadura que imperava e nem era percebida em sua complexidade por pessoas simples como nós, de uma pequena cidade como Ouvidor. Causa indignação ao ver as notas dos alunos reprovados, pois eles conseguiram, mesmo com a pressão dos aplicadores de prova já mencionados, respectivamente, 73, 63, 72, 67 nas médias finais. Ora, imaginem se uma criança de sete anos com esta média final, pois eu sei por experiência própria que ele era submetido ao exame pré-elaborado por pessoas que desconheciam a sua linguagem e os seus costumes. O conteúdo a ser estudado se referia ao ano inteiro, e não há dois meses, como é a prática atual, precisava ficar retido (informações contidas nos relatórios de resultados finais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 1967).

Ainda sobre a mesma tabela, descobri nos registros que os alunos das escolas isoladas da zona rural do município que terminavam a 4ª série não faziam as provas finais em sua escola de origem. Eles eram obrigados a se deslocarem para a cidade, onde a professora do Grupo Escolar que tivesse a regência da 4ª série aplicava a prova final a eles no mesmo regime dos Grupos Escolares da

cidade. Todos seriam submetidos ao mesmo padrão dos alunos do Grupo Escolar. No ano de 1967, seis alunos das escolas isoladas fizeram as provas finais junto aos alunos da 4ª série da professora Maria Aparecida, no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico, e, por sinal, foram bem sucedidos.

Tabela 22: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1968.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1968		
DIRETORA Diná Angélica Rosa		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
Pré-Primário	Joana Pereira da Silva	19 Ap./ 02 Rep.
	Julieta Domingos Caixeta	10 Ap./ 09 Rep.
1º Ano	Norecy Terezinha da Silva	10 Ap./ 07 Rep.
	Elda Firmino da Silva	16 Ap./ 05 Rep.
2º Ano	Eny Maria Silvestre da Fonseca	27 Ap./ 06 Rep.
3º Ano	Maria de Fátima Amorim	22 Ap./ 05 Rep.
4º Ano	Dirce Cândida Pereira	17 Ap./ 04 Rep.
	Wanda Torquato	18 Ap./ 03 Rep.
Foram matriculados neste Ano de 1968 202 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora a partir do acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Conforme apresentado nas tabelas, após a institucionalização e formação da primeira diretoria do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o número de alunos sofreu pouca variação e se manteve em boas proporções em relação ao quadro geral de professores.

Tabela 23: Corpo docente e resultados parciais do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1969.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1969		
DIRETORA Diná Angélica Rosa		
CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
1º Ano	Norecy Terezinha da Silva	12 Ap./ 02 Rep.
	Eny Maria Silvestre da Fonseca	16 Ap./ 06 Rep.
	Elda Firmino da Silva	12 Ap./ 06 Rep.
	Julieta Domingos Caixeta	09 Ap./ 08 Rep.
2º Ano	Maria de Jesus Rosário	30 Ap./ 03 Rep.
3º Ano	Dirce Cândida Pereira	22 Ap./ 04 Rep.
4º Ano	Maria de Fátima Amorim.	25 Ap./ 07 Rep.
Foram matriculados neste Ano de 1969 201 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora pelo acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

A partir de 1970, mudanças significativas já apontavam para o fim da organização convencionada aos grupos escolares, um novo tempo educacional despontava e um perigoso jogo de empurra que não definia a obrigatoriedade da escola de pré-alfabetização, assim, nem aos governantes estaduais, nem aos federais assumiam esta responsabilidade.

Diante disso, podemos observar nas tabelas 23, 24 e 25 que, como consequência desta nova política educacional instituída, o número de repetência no 1º Ano chegou nesta época a atingir até a

metade dos alunos de uma sala. Pois os alunos não mais passavam pela experiência do pré, passavam do jardim para a primeira série.

Desde o Golpe Militar de 1964 foram exigidas adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a LDB n. 5.692/71 (BRASIL, 1971) modificou os ensinos primário e médio alterou a política educacional, o ensino passou a ser chamado de primeiro grau e segundo grau desaparecendo com isto a terminologia Grupo Escolar.

Houve mudanças inclusive nas escolas normais, em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM) pelo Parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em seis de abril de 1972.

Foi uma época em que a Ditadura Militar impôs à educação uma prática camuflada de patriotismo em que a verdadeira intenção se resumia à repressão política ideológica. Ou seja, sobre a aparência de amor ao Brasil, novas disciplinas chegavam com a lei 5.692/71, que em seu artigo 7 obrigava as escolas de primeiro grau a ministrarem a Educação Moral e Cívica, com o objetivo de implantar uma ditadura pacífica. Quando falo em passividade é no sentido que foi preciso longos anos de estudos e maturidade para que eu pudesse compreender que a melodia que eu e meus colegas cantávamos com todo pulmão e alegria no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico era um instrumento de doutrinação, direcionado a nos fazer crescer achando que estava tudo na mais perfeita ordem, o Brasil estava sob a euforia de um crescimento chamado “Milagre Econômico”⁹⁰. Nem eu nem os outros alunos do Grupo de Ouvidor podíamos imaginar que, apesar das músicas alegres, o governo era intolerante a críticas e à contestação pacífica, tinha baixado um decreto-lei estabelecendo a censura prévia dos livros e periódicos, jornais, revistas, peças de teatro, filmes e músicas, toda a expressão e tudo aquilo que desagradava as autoridades governamentais era censurado e proibido. E, como tal, nossos livros assim como todas as ações nas escolas também eram rigidamente controlados.

Assim, a campanha presidencial da década de setenta na voz da banda “Os Incríveis”⁹¹ com o título *Trabalho e Paz, de mãos dadas é mais fácil*, fez de minha escola uma agência de doutrinação e

⁹⁰ No período entre 1969 e 1973, o crescimento econômico no Brasil alcançou níveis excepcionais, e por isso ficou conhecido como “Milagre Econômico”. Desde a década de 1930, os governos brasileiros, tanto de Getúlio Vargas (teoria desenvolvimentista), quanto de Juscelino Kubitschek (Plano de Metas, com o lema “50 anos em 5”) investiram em infraestrutura. Para tanto, foram realizados vários empréstimos gerando a dívida externa presente até os dias de hoje. <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico/> acesso em 24 de maio de 2015.

⁹¹ “Os Incríveis” é uma banda brasileira de rock e pop dos 1960 e 1970, formada em São Paulo por Domingos Orlando, o “Mingo”, Waldemar Mozema, o “Risonho”, Antônio Rosas Seixas, o “Manito”, Luiz Franco Thomaz, o “Netinho” e Demerval Teixeira Rodrigues. http://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Incr%C3%ADveis_%28banda%29 acesso em 24 de maio de 2015.

conformismo muito bem planejada, pois, enquanto professores e alunos universitários, os resistentes às mudanças ideológicas que se iniciavam lá nos bancos do ensino de primeiro grau eram presos e dizimados, eu cantava junto com todos os alunos inocentemente, “Este é um país que vai pra frente”. Era com certeza, uma celebração ufanista dos fatos marcantes da época como o crescimento extraordinário da economia, a expansão das telecomunicações, a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, as vitórias de Emerson Fittipaldi na Fórmula 1. A realização de grandes obras de infraestrutura como a ponte Rio Niterói, as comemorações do Sesquicentenário da Independência, etc. A propaganda oficial infundia um clima de euforia e a massa da população aderiu ao Brasil apregoado pelos militares. Situação, esta, descrita pela filósofa Marilena Chauí como devastadora para a educação pública⁹². Nada melhor do que a escola para introduzir uma mudança ideológica, e eu, como muitos brasileiros, fomos sugestionados a vivenciar nos grupos escolares este clima de patriotismo por meio das disciplinas de OSPB e Moral e Cívica.

O Grupo Escolar de Ouvidor era apenas uma parte mínima da situação real da educação brasileira. Seu curso seguia rigorosamente diante das exigências das autoridades educacionais.

O desempenho das professoras e de seus alunos conforme se vê nos resultados dos quadros desta pesquisa, era de certa forma, uma vitória incontestável. As avaliações eram propostas de cima para baixo, vimos nos depoimentos que “as provas” eram elaboradas pelas autoridades escolares como teste não só para os alunos, mas para acompanhar o currículo dado e fiscalizar o trabalho das professoras.

Conforme se lê em muitas atas do acervo documental, cada reunião do corpo docente continha em sua essência o repasse da orientação e a imediata realização das novidades que iam se apresentando.

A começar pela mudança do nome da escola de Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico para Grupo Escolar Dácio Amorim Fonseca. Situação que foi sugerida e orientada pelos políticos locais como será comentado a seguir.

Assim como a citada extinção das salas de alfabetização quando o aluno mesmo sem coordenação motora ou série de iniciação passou a ser matriculado no primeiro ano, extinguindo-se as salas de pré-alfabetização.

A imagem a seguir mostra a capa do disco da banda "Os Incríveis" que era um canto obrigatório nas escolas na década de 70 durante a Ditadura Militar.

⁹² Fonte: Rede Brasil Atual <http://observatoriopirata.com.br/a-ditadura-militar-devastou-a-educacao-publica/> acesso 24 de maio de 2015.

Imagem 20: Capa do Disco -compacto-trabalho-e-paz-marcas-do-que-se-foi. musica/Os-incriveis.



ESTE É UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE

(Heitor Carillo)

Este é um país que vai prá frente ou ou ou ou
ou

De uma gente amiga e tão contente ou ou ou ou
ou

Este é um país que vai prá frente

De povo unido e de grande valor

É um país que canta, trabalha e se agiganta

É o Brasil do nosso amor!!!

É um país que canta, trabalha e se agiganta

É o Brasil do nosso amor!!!

(assobio)

Este é um país que vai prá frente

De povo unido e de grande valor

É um país que canta, trabalha e se agiganta

É o Brasil do nosso amor!!!

É um país que canta, trabalha e se agiganta

É o Brasil do nosso amor!!!

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=jpqnfjz_kgm acesso em 24 de maio de 2015.

<http://lista.mercadolivre.com.br/cd-musica/os-incriveis-compacto-trabalho-e-paz-marcas-do-que-se-foi> acesso em 24 de maio de 2015.

Seguindo as normas governamentais de patriotismo velado, o número de alunos do Grupo Escolar permaneceu, entre as salas de 1º e 4º anos, quase inalterado. A direção mais uma vez foi substituída no ano de 1970 por outra professora leiga, conforme podemos identificar na próxima tabela.

A Diretora descrita na tabela 24 foi a permaneceu por maior tempo na direção do primeiro Grupo Escolar de Ouvidor.

Tabela 24: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1970.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1970		
DIRETORA Alda Maria da Silva		

CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
1º Ano	Joana Pereira da Silva	19 Ap. / 05 Rep.
	Maria Pereira Neta	13 Ap./ 13 Rep.
	Julieta Domingos Caixeta	13 Ap./ 05 Rep.
	Eny Maria Silvestre da Fonseca	20 Ap./ 08 Rep.
2º Ano	Elda Firmino da Silva	27 Ap./ 04 Rep.
3º Ano	Norecy Terezinha da Silva	28 Ap./ 09 Rep.
4º Ano	Maria de Jesus Rosário	27 Ap./ 08 Rep.
Foram matriculados neste Ano de 1970 202 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora a partir do acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

Não consta nos arquivos a nomeação da Diretora Alda Maria da Silva, mas, pelos registros de resultados finais dos alunos e livros de ponto, a sua gestão foi uma das mais longas, haja vista que foi empossada em 1970, permanecendo até 1977.

Tabela 25: Corpo docente e resultados parciais do GE Dr. Pedro Ludovico Teixeira/1971.

CORPO DOCENTE DO ANO DE 1971
DIRETORA Alda Maria da Silva

CLASSES LECIONADAS	PROFESSORAS	MOVIMENTO DOS ALUNOS Aprovados e Reprovados
1º Ano	Maria Pereira Silva	17 Ap./ 06 Rep.
	Eny Maria Silvestre da Fonseca	21 Ap./ 07 Rep.
	Joana Pereira da Silva	14 Ap./ 06 Rep.
	Julieta Domingos Caixeta	13 Ap./ 12 Rep.
2º Ano	Elda Firmino da Silva	26 Ap./ 03 Rep.
3º Ano	Norecy Terezinha da Silva	33 Ap./ 11 Rep.
4º Ano	Maria de Jesus Rosário	35 Ap./ 06 Rep.
Foram matriculados neste Ano de 1970 216 Alunos no Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira		

Fonte: Organizado pela autora a partir do acervo documental da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca.

No ano letivo de 1971, precisamente em dezesseis de abril, aconteceu uma reunião na sede do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Os termos de abertura da redação escrita na página 9, frente e verso, no livro Ata – Resultado final 1969 a 1984 inicia-se da seguinte forma: “com a finalidade de mudar o nome do referido estabelecimento, estavam presentes o Sr. prefeito municipal Gerciano Horácio da Silva, Sr.^a diretora do ginásio local Ir. Maria da Paz, Sr.^a Supervisora da merenda Maria de Lourdes Goulart, diretora, professores e povo em Geral”.

A diretora Alda Maria da Silva disse aos presentes que havia um decreto que proibia dar nome de pessoas vivas a estabelecimentos e pediu que as pessoas presentes sugerissem outra pessoa para substituir o nome atual do Grupo. Na prática, deveriam excluir a nomenclatura de Dr. Pedro

Ludovico, cujo cidadão só veio a falecer em 1979, por outro nome de agrado geral. A primeira sugestão partiu do prefeito municipal, “que apresentou o nome do ex-prefeito Dácio Amorim Fonseca, falecido recentemente nesta cidade” (Livro de atas de Resultados finais de 1969 a 1984. p. 9).

Todos os presentes foram unânimes em concordar com a vontade do prefeito, mas, na verdade, a ata deixou em aberto o número do citado decreto que justificou a troca de nome do Grupo Escolar.

Durante minha pesquisa investiguei a origem desta decisão no município de Ouvidor e pude constatar que a Lei federal Lei nº 6.454, que proibiu o nome de pessoas vivas, foi sancionada pelo presidente Ernesto Geisel, e surgiu em 24 de outubro de 1977, e o art. 1º, declara que,

É proibido, em todo o território nacional, atribuir **nome de pessoa viva** ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, **a bem público**, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. (Redação dada pela Lei nº 12.781, de 1977. Grifos da autora).

Nas leis federais por mim analisadas em 1977 foi a primeira vez que se falou do assunto nacionalmente. Mas, anterior ao decreto do presidente Giesel, Jânio Quadros, no governo do estado de São Paulo, mandou publicar no Diário Oficial um decreto semelhante em 25 de março de 1955 que assim dizia:

Artigo 6º - Fica expressamente proibido dar nomes **de pessoas vivas** a próprios do Estado, sedes de repartições estaduais ou estabelecimentos oficiais, bem como a suas dependências, ou ainda a obras públicas estaduais de qualquer natureza, ressalvados os casos em que as denominações decorram de determinação legal (Decreto nº 24.441 de 25 de março de 1955. Grifos da autora).

Mas, em Goiás, só encontrei a Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, portanto, um pouco antes da Lei federal do presidente Giesel, porém, bem depois que São Paulo viveu esta realidade através das determinações de Jânio Quadros. A Lei Orgânica do Estado de Goiás sobre atribuição da Assembleia Legislativa decretou e sancionou em 1977 o seguinte artigo,

Art. 5º. - Na toponímia de município e distritos é vedada a repetição de nomes já existentes no País, bem como a designação de datas, **nomes de pessoas vivas** e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais (Lei Orgânica de Goiás. nº 8.268, de 11 de julho de 1977. Grifos da autora).

Não consta o número do decreto nas fontes disponíveis na escola. E o mesmo também não foi encontrado pelas investigações desta pesquisa. Diante às investigações posso concluir que pode ser que a exemplo de São Paulo, que já tinha esta determinação em vigência, e mantinha influência

em todo país por ser pioneiro em desenvolvimento industrial, e era por isso considerado “líder” em matéria de modernidade, o Estado de Goiás, após a determinação de Jânio Quadros em 1955, feito o mesmo. E o assunto foi recorrente mesmo sem ter a força legalizada. O fato concreto foi que Ouvidor trocou o nome do Grupo de Pedro Ludovico para Dácio Amorim, sob a justificativa de que pessoas vivas não podiam emprestar seus nomes a prédios públicos.

Hoje, esta escola ainda preserva o mesmo nome, Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca. Resguardadas as mudanças ocorridas decorrentes da extinção dos Grupos Escolares em 1971, o prédio criado em 1950, com muitas alterações sofridas em sua estrutura física, e nas atividades pedagógicas, encontra-se no *coração* da cidade de Ouvidor. Amparado pelas lembranças e o amor de seus ex-professores, ex-diretores, ex-alunos e ex-funcionários, seu passado, que, conforme ficou constatado pelas investigações, permaneceu na memória individual e coletiva, das pessoas que por ele passaram.

E, são lembranças de um Grupo Escolar que teve e tem muito significado na vida dessas pessoas.

Sua valorização pode ser ainda constatada pelo fato de que transcorridos 66 anos de sua implantação, a escola que agora tem o nome de Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca e funciona como escola de tempo integral, é carinhosamente conhecida e mencionada por todos na cidade de Ouvidor como, "*O Grupo*". Até hoje poucos reconhecem o nome oficial da instituição. É comum ouvir frases como: "Fulana leciona no grupo". "Meu filho estuda no grupo". "Estou indo para a reunião de pais no grupo". "O grupo recebeu uma quadra nova".

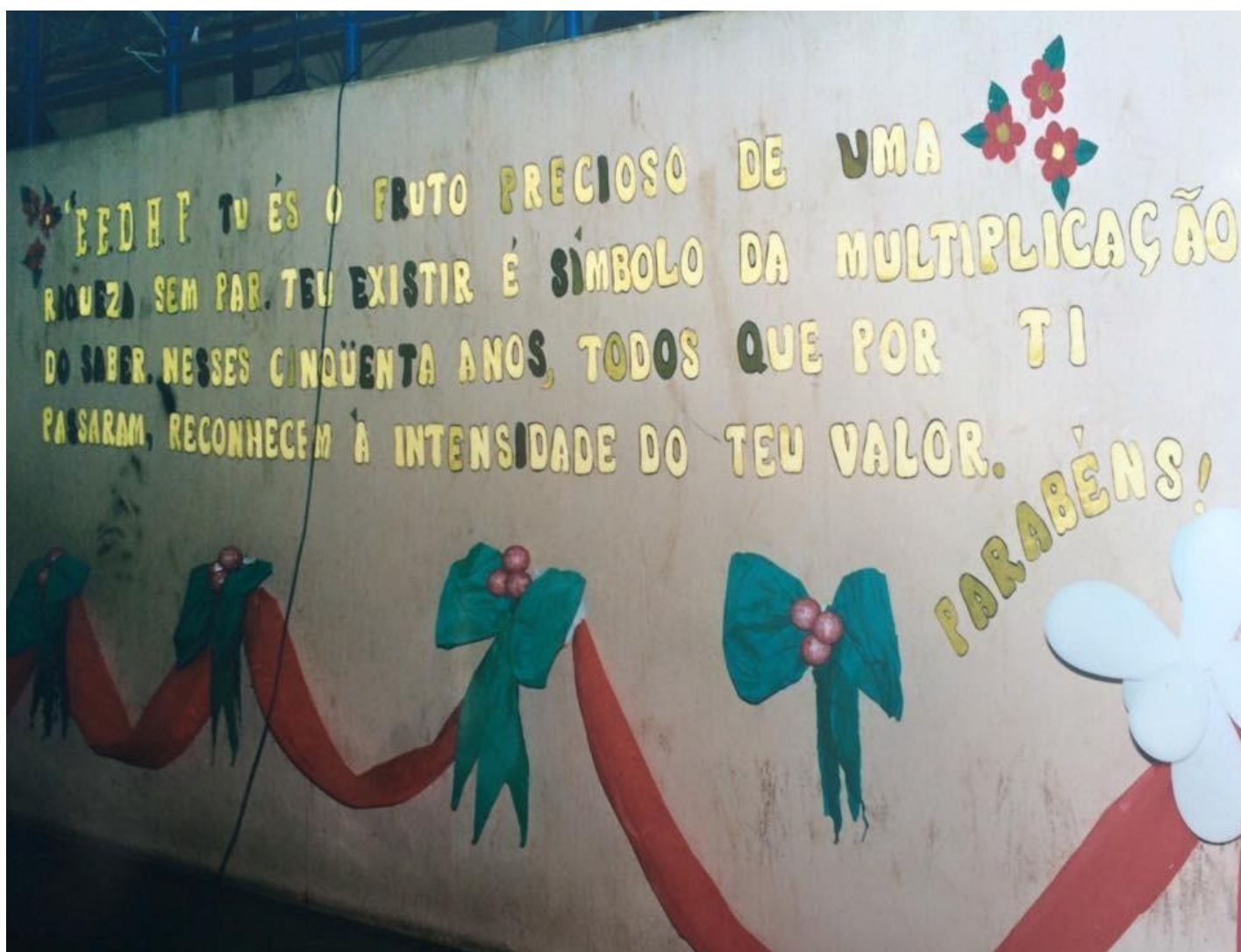
E assim o nome de batismo popular da escola nunca deixou de ser "GRUPO". Na comemoração dos seus 50 anos a comunidade se reuniu para fazer uma grande festa e pode expressar de várias formas inclusive através do painel abaixo, na imagem 21, um pouco desse sentimento de reconhecimento e ternura.

Esse sentimento que é ainda nutrido pelo coletivo foi perpetuado nas fotografias da festa de comemoração nas palavras que aqui transcrevo, "*E.E.D.A.F. tu és o fruto precioso de uma riqueza sem par, teu existir é símbolo da multiplicação do saber. Nesses cinquenta anos todos que por ti passaram, reconhecem a intensidade do seu valor*". A homenagem se estendeu a primeira turma de alunos, aos ex-professores, ex-diretores e ex-funcionários. Todos foram devidamente localizados e convocados a vir render homenagens ao velho grupo escolar.

A festa movimentou toda a comunidade, envolveu as outras escolas da cidade e as autoridades locais e até das cidades vizinhas. Houve desfile cívico, banda de músicas, entrega de

troféus e jantar dançante. Foi um momento de reencontros e trocas de informações sobre o destino de cada um dos atores do elenco de uma escola que permanece no cenário como parte da vida do povo ouvidorense.

Imagem 21: Pannel de comemoração dos 50 anos do Grupo Escolar.



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

Foto 21: Bolo de comemoração dos 50 anos do Grupo Escolar.



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

A tradição em comemorar o aniversário da cidade e do Grupo Escolar foi passada ao longo das gerações. Consta nos Acervos fotográficos da Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca diversas fotos onde mostram desfiles e comemorações de datas diferentes.

Foto 22: Reencontro de ex-professoras na festa dos 50 anos do Grupo.



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

Da esquerda para direita, professora Julieta domingos, uma alfabetizadora de renome em Ouidor, no centro a professora Alda Maria da Silva, diretora que até os dias atuais mais permaneceu no cargo, iniciou o seu mandato em 1970 e permaneceu até 1977.

E por último uma das filhas do professor Abílio, funcionária que segundo registros nos livros de pontos jamais faltou um dia de serviço, a professora Dirce Cândida Pereira.

Foto 23: Foto do desfile em comemoração aos 50 anos do Grupo Escolar.



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

A foto 24 mostra parte do desfile escolar que foi realizado com o envolvimento de todas as escolas da cidade de Ouvidor em comemoração aos 50 anos do Grupo Escolar, as alunas da foto, prestam uma homenagem ao primeiro professor do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

Na sequência a foto 25, revela a continuidade das comemorações e mostra reunidos em noite de gala, o ex-aluno Itamar que hoje reside em Goiânia e que atendeu ao convite dos organizadores da festa dos 50 anos do GE, junto com outras ex-alunas e ex-professoras saudosistas. Ao lado dele a presença das ex-alunas e ex-professoras as irmãs Jacira, Jaíra, sobrinhas do professor Abílio. Seguida pela professora Dirce e Maria aparecida a primeira filha e a outra também sobrinha do professor Abílio.

A esquerda da foto, as duas últimas senhoras são duas ex-alunas de geração mais recente, eu, Reni Maria Jacob e Maria Auxiliadora Barbosa. Sendo que a partir de 1976 iniciei no Grupo, também como professora. E ela Auxiliadora foi também professora desde a mocidade e aposentou-se na função.

Foto 24: Ex-alunos e ex-professores do GE Pedro Ludovico na festa de seus 50 anos.



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

Na foto 26 uma de minhas ex-professoras do grupo Escolar, Maria de Fatima Amorim, de vestido vermelho, que posa ao lado do Coral da Associação Espírita de Catalão, pessoas que também renderam homenagens aos 50 anos do GE.

Existem registros em um portfólio da E.E. Dácio Amorim Fonseca, que a então diretora Maria do Rosário Souza Benedito, foi apoiada e incentivada integralmente pelo secretário de Educação de Ouvidor e também ex-professor do GE Pedro Ludovico, Sr. Maurílio Rosa para organizar com empenho esta bela comemoração dos 50 anos do GE.

A comunidade atesta que eles não mediram esforços para localizar e reunir quase todos os que passaram pelo GE nos seus 50 anos de existência, em especial as primeiras turmas, de ex-professores e ex-diretores e ex-alunos.

Foto 25: Ex-professora Fatima Amorim e o coral da Associação espírita de Catalão



Fonte: acervo da E.E.D.A.F.

A pesquisa mostrou que o primeiro Grupo Escolar de Ouidor não se extinguiu em 1971 com a Lei instituída para tal. Mas, que permaneceu vivo na memória de seus beneficiados. E isto nos fez pensar nas palavras do Padre Antônio Vieira⁹³ ao dizer que, "o efeito da memória é levar-nos aos ausentes, para que estejamos com eles, e trazê-los a eles a nós, para que estejam conosco".

Por esta pesquisa Ouidor foi levada ao passado, trouxe histórias adormecidas que estarão, por estes registros, presentes para a posteridade.

⁹³ <http://www.citador.pt/frases/o-efeito-da-memoria-e-levarnos-aos-ausentes-par-antonio-vieira-19082> acessado em 05 de dezembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desvelar o processo criador do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira da cidade de Ouvidor Goiás minha investigação foi uma proposta inserida nas pesquisas das instituições escolares que tratou especificamente desse Grupo Escolar. Mas, para compreender a sua representatividade e a sua importância no contexto social e regional, percorri sinteticamente a história da criação dessas instituições dentro da história da educação no Brasil, para só então investigar a história local. Foi assim que descobri que as pretensões e as influências políticas que marcaram a história da educação de Ouvidor e a falta de escolaridade do povo, que foi um problema na institucionalização do GE Pedro Ludovico, era também um problema nacional.

Em nenhum momento eu tive a pretensão de anunciar uma atividade de impacto, cujas investigações seriam uma novidade iminente. Mas ocorreu que a região explorada, o sudeste goiano, se enquadrou como campo de pesquisa não esgotado dentro do sentido proposto. Ao buscar pelas fontes e pesquisas já realizadas que inicialmente seriam o meu ponto de partida, percebi que na região sudeste de Goiás essa linha de pesquisa ainda dispõe de uma gama acentuada de fontes e locais que podem ser investigados. Existe ainda um lugar a ser tomado, vastamente inexplorado e que pode colocar Goiás e seus municípios, por este veio, como parte da história da educação no Brasil.

Pensar em macro situação dos Grupos Escolares é deparar-se com as muitas pesquisas que já estão concluídas e que contribuem com a necessidade de referência para grupos isolados, como foi o meu caso dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, linha de pesquisa “História e culturas educacionais”. Nesta linha, modestamente está se formando um veio de investigação sobre as instituições locais, onde posso citar "O Educandário Nossa Senhora Aparecida – Ipameri (1936-1969)", pesquisado por Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto (2013); a "História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbaíba Go (1956 a 1974), por Nelsimar José Naves (2013); “A escola agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola”, de Sílvia Aparecida Caixeta Issa (2014).

Assim, reconhecemos que as pesquisas sobre instituições e em especial a dos grupos escolares, não se constituem em uma novidade nos estudos recentes de história da educação. Contudo, não se pode dizer o mesmo quando se pensa na história da educação em Goiás. É, neste sentido, que imaginamos a relevância desta dissertação, cuja fonte foram as narrativas sobre o primeiro Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira, do então distrito (hoje município) de Ouvidor,

localizado no sudeste goiano, que se incorpora na modalidade de pesquisa dos grupos escolares. Procuramos uma abordagem que tomou a relação cidade/comunidade/escola, de um modo ainda pouco estudado em Goiás.

O tempo não me permitiu mergulhar em comparações profundas com as diversas pesquisas relacionadas e condicionadas nos acervos do imenso território brasileiro, que tratam dessa relação. Mas, ao encontrar pontos comuns nas implicações de formação da identidade do povo de Ouvidor e da institucionalização do G.E., compreendi que os problemas educacionais eram os mesmos na maioria das federações do Brasil. Com maior ou menor intensidade, a falta de condições do povo, se misturava com a necessidade de professores melhores preparados para assumirem as escolas graduadas vindas de terras distantes e já bem mais avançadas que o Brasil.

Iniciado pelo plano republicano para dar um *rosto* novo para a educação brasileira, a inovadora escola graduada foi incapaz de suprir todas as faltas de escolas no território do Brasil. Os grupos não foram criados por todos os lados, sua institucionalização não aconteceu em Ouvidor nem em muitas cidades imediatamente quando eles surgiram em São Paulo. Pela sua ineficiência, e a necessidade unânime de alfabetização do povo, resultou a criação de novas modalidades de instituições. Os programas federais de alfabetização, que paralelamente aos grupos escolares, se espalharam pelo Brasil foram organizados como mecanismos sociais para controlar o atraso da sociedade e, por conseguinte, alfabetizar os indivíduos, que mostrava ser de interesse social, uma vez que o analfabetismo refletia negativamente nas experiências quantitativas e qualitativas dos processos socioeconômicos.

Os grupos escolares por sua vez, foram organizados sob o escopo de regras e normas, que visavam à ordenação das interações entre os indivíduos para a superação de uma desordem educacional. Em outras palavras, eles foram instituições sociais que tiveram o papel fundamental no processo de mudança e socialização. Teve também como objetivo se impor por meio de edifícios que se destacavam no centro das cidades para conduzir o indivíduo ao patriotismo e à certeza de que o Brasil tinha mudado e estava evoluindo.

Vimos o caso do primeiro professor que era analfabeto e posteriormente foi o responsável pela formação de muitos outros educadores. As intrigas vividas que entre o poder político e as exigências legais comprometeram a permanência de pessoas com o avanço da educação em Ouvidor, mas, retardou a legalização definitiva da escola criada. Entre 1949 e 1962, longos anos de instabilidade e divergências políticas permearam a consolidação definitiva e conclusa do grupo Escolar na cidade. Percebi que os professores leigos se mantiveram dispostos a romper as barreiras

de uma estrutura modesta e de uma formação considerada inadequada para os padrões dos grupos escolares em favor da nova conquista. Muitos deles estudaram e se formaram. Outros por motivos variados abandonaram a profissão. Mas, o fato concreto é que, enquanto não foram aceitas profissionais formadas no curso normal, o grupo escolar se manteve afastado das novidades instituídas com as escolas graduadas.

No processo modernizador idealizado pelos republicanos, o edifício-escola que reunia várias salas de aula e vários professores, foi o primeiro pressuposto para a criação de uma instituição de ensino simultâneo e a escolarização em massa. Implantaram uma educação que mantinha grande esperança e se projetou de forma confiante através dos denominados grupos escolar. Nesse movimento foi que em 1949 surgiu em Ouvidor o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico. Sob uma pressão avalizada pela proximidade dos trilhos, Ouvidor, em comparação as muitas outras regiões em Goiás, conquistou a possibilidade de se desenvolver e se relacionar com pessoas e lugares que já estavam muitos passos à frente da realidade geral dos goianos em termos econômicos e culturais.

Porém, as mazelas decorrentes da manutenção do poder e os interesses políticos diversos estavam presente também no município de Ouvidor de forma acentuada. E com o anúncio do Grupo Escolar, as disputas mantiveram os professores leigos enquanto deram conta de impedir a chegada das professoras normalistas. Por outro lado, os educadores locais não tinham condições de se formarem no tempo exigido pela legislação.

Estas descobertas fizeram com que, embora minha dissertação tivesse anunciado a pesquisa em termos de um jogo de escalas, o trabalho acabou por isolar seu objeto na medida em que priorizou a escala local e assim apresentou de forma mais embrionária, escalas maiores vinculadas ao estado e a nação.

Para Rosa Fátima, (1998) o processo de institucionalização da escola primária no Brasil, com a criação dos grupos escolares, significou a implantação de uma nova modalidade escolar como também representou a discussão de inovação educacional, que esteve às voltas com a sua articulação de democratização no país, no momento em que a República se instalou entre os brasileiros. Vendo desta forma, a cidade onde os grupos escolares foram implantados tem as suas significações na história destas instituições e podem também ser incorporadas nos objetos de investigações científicas. Esta possibilidade valoriza o enorme material empírico presente nestas relações, através da memória, dos depoimentos e vestígios que tendem ao completo desaparecimento. Foi na tentativa de reviver e registrar essas fontes que tomei caminhos antes não percorridos nas histórias das instituições escolares em Goiás.

A implantação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira representou a chegada da nova modalidade de educação no distrito de Ouvidor, que manteve uma proximidade temporal razoável em relação aos grupos escolares de outros lugares no Estado de Goiás. O que ocorreu foi que, durante o percurso da investigação, as revelações do povoado que abrigava o Grupo Escolar estudado (Catuaba), se voltaram para a sua transformação em distrito (Ouvidor) e assim descortinou acontecimentos que não puderam ser desprezados para a história da instituição. Uma coisa estava ligada a outra. O momento em que o povoado se tornava Distrito teve relação com a chegada dos trilhos e com a construção da estação ferroviária, pois, com eles houve um crescimento na população e um desenvolvimento local que foi mencionado ao alcance, também, da memória dos participantes. Assim como a implantação do Grupo escolar também teve influência na organização do distrito e com isto a conquista da emancipação política.

Diante destes fatos, ocorridos durante o processo de institucionalização do GE, o movimento de minha investigação voltou-se peculiarmente para as relações da cidade com o primeiro grupo escolar do município. Passei então a me interessar também pelo comportamento articulado em prol desse acontecimento. Foi assim que descobri como a política local se comportava frente às novas exigências para o modelo de educação que se instalava. Cheguei também à conclusão de que a criação da cidade de Ouvidor foi influenciada pela passagem dos trilhos que a ligava ao estado de Minas Gerais e em continuidade as demais federações do momento, 1949, consideradas à frente do progresso e desenvolvimento pioneiro, tanto na educação como na economia e relações políticas com governo federal. Tudo isto facilitou a criação do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R. P. de; SANTANA, W. (orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70, 2010.

AMARAL, A. **O estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002; Versão para eBook eBooksBrasil.com disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> e acessado em 24 de outubro de 2015.

ARAÚJO, J. C. S. **A Legislação Escolar Mineira e a Ideia de Educação Nacional (1880-1930)**. ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" "O Debate Teórico-Metodológico da História e a Pesquisa Educacional". Faculdade de Educação - UNICAMP - Campinas – SP. 1997, UNICAMP - FE (HISTEDBR).

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica. Teoria e método**. Bauru: Edusc. 2006. p. 24.

ATAÍDE, Y. D. B. História oral e construção da história de vida. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs.) **Tempos, Narrativas e Ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p. 312 a 344.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. (Edição revista atualizada, 2009 – 1 ed. – 1977).

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis-R.J.: Ed. Vozes, 2002.

BOLIVAR. A. Narrar La Organización Educativa: Memoria Institucional Y Constitucion de La Identidad. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. BOLIVAR. A. (org.) **La Investigacion (Auto) Biográfica Em Educación: Miradas Cruzadas Entre o Brasil Y Espana**. Granada:EUG; Porto Alegre; EDIPUCRS, 2014.

BORGES, B. G. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990.

BORGES, P. C. A. Formação e Representações do Estado em Goiás. In: SOUZA, D. B. (org.). Goiás: **Sociedade & Estado**. Goiânia: Cãnone, 2004.

BRAGANÇA, A. F. A.. **Uma editora sesquicentenária (1854-2004)**. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4, 2004, Porto Alegre. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17513/1/R0631-1.pdf> Acesso em 13 dedezembro de 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/1/1946, Página 113 (Publicação Original) - Coleção de Leis do Brasil

- 1946, Página 640 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 20 de julho de 2015.

_____. **Constituição do Estado de Goiás**. <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-08/constituicao-1947.pdf> acesso em 21 de julho de 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946**. Exposição de Motivos. Raul Leitão da Cunha disponível em <file:///C:/Users/Reni%20Jacob/Desktop/carta%20de%20Raul%20Leit%C3%A3o%20ao%20presidente%20da%20republica%201945.html> acesso em 21 de julho de 2015.

_____. **I Centenário das ferrovias brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE; CNG, 1954.

_____. **Diário Oficial da União**. Seção 1 - 30/8/1945, Página 14234- Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declet/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-79511-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado dia 02 de maio de 2015.

BRASIL/MEC/CFE. **Parecer 349/72**. Documento n. 137, p. 155173, abr. 1972. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> acesso em 13 de maio de 2015.

BRASIL ESCOLA. Manuel Bergström Lourenço Filho. Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/> disponível em <http://www.brasilecola.com/biografia/manuel-bergstrom-lourenco-filho.htm>. Acessado em 03 de maio de 2015.

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Coleção Documentos Goianos nº 27. Goiânia Goiás. CEGRAF/UFG, 1991.

BRITTO, F. de. **Memórias de outro tempo (1904-1959)**. Goiânia: Abertura, 1980.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em historia da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas/ SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

CANDURU, R. Urbanidade na fronteira: arquitetura de escolas públicas no Rio de Janeiro. MIGNOT, A. C. V.; SILVA, A. L.; GOMES, M. (orgs.). **Outros tempos, Outras escolas**. Rio de Janeiro: Quartet ed.; FAPERJ, 2014. p. 23-24.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a República**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1989.

CASTRO, E. A. de. **Arquitetura das escolas do Paraná (1853-1955)**. 2010. 360 fl. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia Goiás: editora UFG, 2010.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, R. **Estratificação situacional: uma teoria micro-macro da desigualdade**. *Teoria Sociológica*, San Francisco, v 18, n. 1, p. 16-43, 2000.

CORDIS. **Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Relatos de experiência e investigación narrativa. In: LARROSA, J. (Org.). **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa e educación**. Barcelona: Editorial Laertes, 1995. p. 11-59.

CUNHA, M. I. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo: FE/USP. Vol. 23n, 1-2, jan./Dec., 1997.

DEMARTINI, Z. B. F. **Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira**. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n.72, p. 43-72, 2000.

DUARTE, E. C. O básico sobre telhados. Arquivado no curso de Arquitetura e Urbanismo na UNIPLI/Arquitetura e Urbanismo Uni Evangélica. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAqDoAB/basico-sobre-telhados> acesso dia 06 de maio de 2015.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FÁVERO, E. T. ; **Serviço Social Práticas Judiciárias Poder - implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo**. 1ª. ed. São Paulo: Veras, 1999. v. 1. 145 p .

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto alegre: v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERRARO, A. R. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em 21 de setembro de 2015.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia Dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro. XXXVI volume. 1958, p. 313.

FRAGO, A. V. **Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones**. *Historia de La Educación*, p.17- 30. 1992-1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GATTI JUNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S. ; GATTI JUNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002.

GHIRALDELLI Jr. P. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação**. [versão prévia], p. 72-79, 2001.

GOIÁS. **Goias: Limiar de um novo mundo**. Goiânia: [s.n], 1958.

_____. **Mensagem dirigida pelo Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno à Assembleia Legislativa de Goiás em sua 1ª sessão ordinária no ano de 1950**. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1950.

GOIÁS. **Relatório do Secretário de Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas de Goiás, João Alves de Castro, para o presidente Dr. José Xavier de Almeida**, em 21 de abril de 1905. (p. 04,05 e 07).

_____. **Goias em Dados 2012**. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento; Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Goiânia: SEGPLAN, 2013. 107 p.

_____. **Regulamento de Ensino Primário do Estado de Goyaz 1930**. Arquivo Histórico Estadual – Goiás. Caixa de Regulamentos – Goiás. Páginas 1-77 disponível em http://200.137.218.134/uploads/1/0/1041/REGULAMENTO_DO_ENSINO_PRIMARIO_DO_ESTADO_DE_GOIAS.pdf. Acesso em 27 de outubro 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.p 32 e 33.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: CENGAG – Learning, 2013.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume I. Rio de Janeiro, edição 1957. Instituto brasileiro de geografia e estatística / Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. Disponível em www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?vieww=detalhes&id=33548 acesso em 28 de agosto 2014. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/8/1945, p. 14234).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Repertório Estatístico do Brasil - Quadros Retrospectivos** n° 01. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf acesso em 04 de março de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Repertório Estatístico do Brasil- Quadros Retrospectivos** n° 01. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf acesso em 04 de março de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**, ano XI- 1950, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1951.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**, ano XIII, 1952, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1953.

_____. Repertório Estatístico do Brasil/Quadros Retrospectivos nº 1 ano V – 1939-1940. p. 108.

JOSSO, M. C. **Experiência de vida e formação**. Lisboa: EDUCA, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LOURENÇO FILHO, M. B. O problema da educação de adultos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 5, n. 14, p. 169-185, ago. 1945. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/161/160> acesso em 02 de maio de 2015.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: UPU, 1986.

MAGALHÃES, J. P. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: MAGALHÃES, J.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Para a História do Ensino Lical em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz. (1894)-1985**. Universidade do Minho, Braga, 1998.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo Nexos: História das instituições educativas**. EDUSF, Bragança Paulista. Ed. Universitária São Francisco. 2004.

MARÇOLA, F. H. P. **Um berço para a República**. Os grupos escolares. São Paulo: Editora Schoba, 2014.

MIGNOT, A. C. V.; SILVA, A. L. da; SILVA, M. G. da. (Orgs.) **Outros tempos. Outras escolas**. Rio de Janeiro: Quarter Editora, 2014.

NASR, F. C. **Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

NAVES, N.J. **História e Memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba- GO (1956-1974)** [manuscrito], Nelcimar José Naves – Catalão 2013.

NEPOMUCENO, M. de A. **A Ilusão Pedagógica - 1930-1945: estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

ORSO, P. J. Histórias, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, J. C.; ORSO, P. J. ; CASTANHA, A. P. e outros (Orgs.). **História da Educação: Arquivos, Instituições Escolares e Memória Histórica**. Campinas São Paulo. Ed. Alínea. 2013.

OS INCRÍVEIS. https://www.youtube.com/watch?v=jpqnffz_kgm Disco especial da presidência da república, **este é um país que vai pra frente**. Acesso em 24 de maio de 2015.

PALACIN, L. ; CHAUL, N. F. ; COSTA, J. “**História Política de Catalão**”. Goiás: UFG, 1994.

PALACÍN, L. G. **Linhas estruturais da história de Goiás no século XX. Estudos Goianienses**. Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, ano II, n.2, p. 45-53, 1974.

PEDONE, J. V. C. **O Espírito Eclético na Arquitetura**. Caxias do Sul: UFRGS, 2005.

PEIXOTO, P.R.L. **O Educandário de Nossa Senhora Aparecida – Ipameri –Go (1936-1969)** [manuscrito]. Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto. Catalão, 2013.

PINEAU, G. As histórias de vida como artes formadoras da existência. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs.) **Tempos, Narrativas e Ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. p. 41 a 60.

PINTO, R. N. SOUZA, R. F.; ARAUJO, J. C. . **A Escola Primária e o Ideário Republicanista nas Mensagens dos Presidentes de Estado: Investigações comparativas**. In: SOUZA, R. F. (Org.); SILVA, V.L.G. (Org.) **SÁ, E. F. (Org.)**. Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). 1ed.CUIBA: Ed.UFMT, 2013, v. 01, p. 105-145.

PINTO, R. N. **Escola primária em Goiás na Primeira República: tensões e distensões de um jogo de empurra**. In: ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N.. (Org.). **ESCOLA PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. 01 ed. Araraquara/SP: Junqueira&Marin Editores, 2012, v. 01, p. 300-328.

PINTO, R. N. **Escola primária em Goiás (1930-1960): entre cidades e fazendas, a escolarização como dispositivo de integração nacional**. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, CUIABÁ. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. CUIABÁ: SBHE/UFMT, 2013. v. 1. p. 1-10.

PINTO, R.N. **Goiânia, no ‘Coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação**. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RAGAZZINI, D. Os estudos históricos-educativos e a história da educação. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. **História da Educação, perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

RAMOS, C. **Pequena História de Ouidor**. Ed. Piloto: Goiânia, 1988.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Gengage learning, 2010.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

_____. Micro História, macro história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Trad. Anne-Marie Milon de Oliveira Curitiba: Ed. UFPR. v. 15, nº 45. Set/ dez. 2010.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

_____. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. comentada Carlos João Correia. **Arquipélago**, n. 7, p. 177-194, 2000. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. Tradução Cláudia Berliner; Revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução Hélio Salles Gentil. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ª tiragem, 2012.

RODRIGUES, J. R. T. **Magistério Leigo Rural do Piauí**: Concepções e Práticas. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

RODRIGUEZ, H. S. **Dossiê Ferrovias**. A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás. Revista UFG, Ano XIII, n. 11, dezembro, 2011.

ROSENTAL, P.-A. Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’. REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, L. G. **Um estudo sobre a cartilha da infância** (188?) de Thomas Gualhardo. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 7, n. 3, p. 332-342, 2007. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/download/174/160>. Acessado em 25 de outubro de 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 2 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos)

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. São Paulo EDUSP- Editora da Universidade de São Paulo, (Coleção Milton Santos; 1). 2001.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In SAVIANI, D. ALMEIDA, J.S. DE; SOUZA, R. F DE; VALDEMARIN, V. T. SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. ; SANDANO, W. ; SAVIANI, D. e outros. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**. Campinas, SP. Ed. Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. [et. al.] (Orgs.) **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, J. C. da; ORSO, P. J.; CASTANHA, A. P. **História da Educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas, SP: Alínea, 2013.

SILVA, N. R. de A. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SOARES, M. **Metamemórias** – Memórias Travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 2001.

SODRÉ, b. s. **Cartilha**. Um espaço para quem ama educação, disponível em <http://espacoeducar-liza.blogspot.com.br/2011/11/cartilha-de-alfabetizacao-sodre-sthal.html> acesso em 03 de maio de 2015.

SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs.) **Tempos, Narrativas e Ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006. P. 135 a 148.

SOUZA, R. F. (Org.); SILVA, V.L.G. (Org.) **SÁ, E. F. (Org.). Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). 1ed.CUIBA: Ed.UFMT, 2013,

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Editora a Unesp, 1998.

TASSONIERO, E. Período eclético: Arquitetura eclética. Disponível em <https://arqno brasil.wordpress.com/tag/arquitetura-ecletica/> acessado em 01 de maio de 2015

VIEIRA, S. L. **A educação nas constituições brasileiras**: texto e contexto (2007), Revista bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Estudos RBEP

ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários da Pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

ZAGO, N. A Entrevista e seu processo de construção: Reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários da Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS DE FONTES ORAIS E ESCRITAS AUTOBIOGRÁFICAS

PEREIRA, A.V. Entrevista III [set. 2015]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. Brasília-DF, 2015. 3 arquivo * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice G desta dissertação.

_____. Escrita Autobiográfica I. [set. 2015]. Brasília-DF, 2015b. 1 arquivo *.docx (sete página). A escrita autobiográfica na íntegra encontra-se do Apêndice H desta dissertação.

RIBEIRO, A.P. Entrevista I. [jul. 2014]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. Goiânia-Go, 2014. 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice A desta dissertação.

SILVA, L.P. Entrevista Ia. [. 2015]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. 2015. Goiânia-Go, 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice Aa desta dissertação.

RESENDE, M.L.R. Entrevista Ib. [jul.2014]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. 2014. Goiânia-Go. 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice Ab desta dissertação.

PEREIRA, D. C. Entrevista Ic. [jul. 2014]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. 2014. Goiânia-Go, 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice Ac desta dissertação.

SILVA, W. Entrevista II [jul. 2014]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. 2014. Goiânia-Go, 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice Ac desta dissertação.

D. Helena

MACHADO, J.V. Entrevista IV [fev. 2015]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. Wolney Honório Filho. Goiânia-Go, 2014. 3 arquivos * wav. (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice D desta dissertação.

CARDOSO, I.D. Entrevista V [mai. 2015]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. Wolney Honório Filho Ouvidor-Go, 2015. 3 arquivos * wav. (44 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice E desta dissertação.

PEREIRA, D.C. Entrevista V [mai. 2015]: entrevistadora: Reni Maria Jacob. Wolney Honório Filho Ouvidor-Go, 2015. 3 arquivos * wav. (44 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita do apêndice F desta dissertação.

LISTA DE APÊNDICE

- Apêndice A – Transcrição da entrevista I (Aldo filhos Abílio);
- Apêndice Aa – Transcrição da entrevista Ia (Lenita filhos Abílio);
- Apêndice Ab – Transcrição da entrevista Ib (Maria Lucia filhos Abílio);
- Apêndice Ac – Transcrição da entrevista Ic (Dirce filhos Abílio);
- Apêndice B – Transcrição da entrevista II (Sr. Waldemar);
- Apêndice C – Transcrição da entrevista III (D. Helena);
- Apêndice D – Transcrição da entrevista IV (Jacira);
- Apêndice E – Transcrição da entrevista V (Ilton);
- Apêndice F – Transcrição da entrevista VI (Dirce);
- Apêndice G – Transcrição da entrevista VII (Alexandrina);
- Apêndice H – Escrita autobiográfica I (Alexandrina).

Apêndice A – Transcrição da entrevista I (filhos de Abílio – **Aldo Pires Ribeiro**).

A introdução aqui registrada é uma página do diário de bordo, utilizado por mim, durante o meu mestrado e é referente ao dia da entrevista coletiva com os quatro filhos do professor Abílio José Pires, que foi realizada em Goiânia na residência de uma de suas netas Dr^a Eliane Terezinha Afonso, professora no curso de medicina da UFG e UCG.

Apesar de a entrevista ter sido coletiva, também gravei individualmente alguns trechos da vida pessoal de cada um deles, que passarei a transcrever nesses apêndices, tendo **Aldo** como o primeiro da lista.

Ouvidor, 05/ 04/2014⁹⁴

- Hoje foi o grande dia. Apoiada pelos primos Marcos e Eliane, ele psicólogo e ela médica e professora, organizamos um momento do encontro dos quatro irmãos e filhos do Professor Abílio José Pires. Ele que foi professor pioneiro no primeiro Grupo Escolar de Ouvidor, cuja história, eu começo a pesquisar.
- Tia Lenita que já não se dispõe a sair de casa deu um pouco de trabalho para se juntar a nós na casa de Eliane, Tio Aldo e Tia Maria Lucia já foi mais tranquilo. O apartamento dele não fica distante da casa da Eliane onde seria a entrevista e Tia Maria Lucia, sua mãe, o Marcos, seu irmão, se dispôs a levá-la para o momento. Aliás, coube a ele também realizar as gravações. Mamãe, a única das irmãs que ainda mora em Ouvidor, tinha ido para Goiânia comigo e estava hospedada na casa da Tia Lenita, assim, eu mesma fui buscá-las para o almoço e dia de memórias, na casa da prima Eliane.
- Foi maravilhoso. Os tios ficaram muito felizes e falavam todos ao mesmo tempo. Foi um pouco difícil conter a euforia, pois todos foram incentivados a buscar em suas memórias recordações que já estavam adormecidas por longos anos. Além do mais, a taça de vinho que tomaram foi aliada à emoção do encontro raro, e foi assim que se tornaram por alguns instantes, perfeitos meninos alegres.
- Mas, nem tudo foi sorrisos, num determinado momento mamãe que sempre é mais emotiva, começou a falar da minha avó "Miluca" e o choro começou copiosamente, ao recordar passagens de

⁹⁴ Página do meu diário de bordo. A partir do segundo ano de mestrado minhas anotações do diário não foram mais assíduas, portanto, nem mencionei o diário como instrumento de recolha de dados.

suas vidas. Essas lembranças que envolvia a progenitora da família, fez com que todos eles ficassem sérios e se emocionarem sobremaneira.

- Contornei a situação chamando-os para uma pausa e foi servido o almoço. Assim recuperaram a estabilidade emocional. Tia Lenita a mais idosa e menos falante, nesse dia, deixou em mim uma profunda melancolia, pois de todos eles ela sempre foi à pessoa mais brilhante, leitora assídua, era acostumada a se interessar por tudo o que se passava no mundo... Perceber a vulnerabilidade de nossa existência, na velhice, muito me abalou e tive a certeza de que a vida não é sólida. Por um instante, caiu por terra a perenidade dos momentos deliciosos que estávamos vivendo em família, para juntar as recordações e reconstruir uma história vivida... Estar ali, em contato com os meus tios, que são meus exemplos de vida, e ao mesmo tempo saber que aquelas pessoas em breve poderia não existir no seio da família, me reportou a querer mais e mais fazer a pesquisa para eternizar vidas significativas de minha cidade e reconstruir a identidade pessoal e profissional da escola e educadores que passaram pelo Grupo escolar da cidade, (Abrahão, p.27).
- Assim embasada na leitura de Abrahão, valorizei na entrevista, não só a generalização analítica da vida profissional, mas, o cidadão como profissional inter-relacionado com as diferentes situações do contexto sócio político econômico e cultural. Oportunizando relatos das mais variadas situações desse convívio, pude perceber que embora numa situação de pobreza e muitas limitações formativa, o professor Abílio José Pires, um autodidata, conseguiu ser exímio incentivador como também deixou o legado de uma figura significativa para a formação educacional não só de seus filhos, mas, para toda Ouvidor. Ele alcançou na sua simplicidade, méritos e resultados palpáveis na formação de seus alunos.
- O dia terminou com um chá da tarde ao meio de muito mimo e agradecimentos. Foi muito gratificante e produtivo esse nosso primeiro encontro. Marcos meu primo, passou algumas das gravações que foram assistidas pelos protagonistas que se divertiram e relembrou com o vídeo, de outros detalhes não mencionados. Daí talvez a pertinência, de outro encontro.

Transcrição da entrevista I (filhos de Abílio – Aldo Pires Ribeiro).

(Reni) – Diga, por favor, seu nome, quando e onde nasceu.

(Aldo) – Meu nome é Aldo Pires Ribeiro, nasci na zona rural de Catalão, hoje município de Ouvidor Goiás. Em 21(vinte e um) de dezembro de 1927 (mil novecentos e vinte sete).

(Reni) – Que são seus pais?

(Aldo) _ Abílio José Pires e Elpídia Cândida Ribeiro.

(Reni) _ Gostaria que mencionasse algumas lembranças de sua infância em Ouvidor.

(Aldo) _ Tenho muitas, mas com relação à escola um fato interessante foi de que eu consegui meu objetivo de entrar para a escola antes da idade. Tinha um Sr. Chamado Dió... Ele dava aulas avulsas na sua casa para as crianças e minha irmã Lenita frequentou sua sala por uns tempos. Sua filha Cesarina o ajudava a tomar as lições dos alunos. Eu não podia ter aulas com ele porque só contava com 5 anos de idade. Aconteceu que ele, o Seu Dió, levou um tiro na perna e ficou por muito tempo deitado. Certo dia lá de seu leito ele solicitou a uma das meninas alunas dele para contar de 01 até 100. Ela não conseguia, errava toda hora e eu fiquei ali por perto morrendo de rir. Seu Dió ficou nervoso com as minhas risadas e disse: "Pirralho, se você esta rindo dela então conta você..." Comecei a contar e não parei mais contei até 200, até 300 e ele ali na cama ouvindo de longe e de repente gritou... Chega menino! Até que número você sabe contar? E eu, lhe disse, infinito! Sei contar até cansar... Ele sorriu e me perguntou quem havia me ensinado, eu disse a ele que não foi ninguém, contei que meu pai que era um professor, e muitas vezes eu ficava na sala dele... Desde esse dia ele deixou que eu participasse junto com a Lenita, minha irmã, e com outras crianças maiores, da sala dele, mas, eu já sabia ler e escrever algumas coisas sem que ninguém tivesse me ensinado...

(Reni) – O senhor sabe qual foi a primeira escola de Ouvidor?

(Aldo) – Uai, antes de ter séries, quando era tudo misturado tinha esse professor Dió, o professor Jaime, esse eu acho que era contratado do município e meu pai que já era professor da prefeitura de Catalão. Mas escola, escola mesmo foi o Grupo escolar. Nesse tempo era prefeito de Catalão o Sr. Jaime Loureiro dos Santos, e o ensino primário do distrito de Ouvidor, era pago por Catalão, mas não tinha esse negócio de série não.

(Reni) - O que o senhor se lembra do Grupo Escolar?

(Aldo) – Na inauguração do Grupo eu já morava em Goiânia. Mudei-me para Goiânia em 1941. Eu me lembro de antes, quando todo mundo estudava na "Cartilha da Infância", não tinha carteiras, nem quadro de escrever, era tudo muito difícil para os professores. O professor Jaime gostava de por os meninos de castigo e usar a palmatória.

(Reni) _ O senhor estudou até que ano em Ouvidor?

(Aldo) _ Olha! Eu estudei mesmo, foi com o meu pai, no barracão dele, lá eu fiz até a 4ª série e fui para Goiânia fazer admissão. Eu tinha um sonho de fazer medicina, mas meu pai era pobre e não podia me mandar para o Rio de Janeiro, e ele já pagava pensão para mim em Goiânia. Naquele tempo só no Rio se podia fazer medicina. Aí fiz admissão com 14 anos e comecei a estudar. Foi quando eu descobri que em Goiânia tinha um lugar... Escola Técnica Federal de Goiás, ETFG, que os alunos não pagavam e tinham comida e alojamento. Fiz uma seleção com três mil candidatos para 80 vagas, para conquistar e consegui. Era um curso profissionalizante, escolhi fazer tipografia. Mas precisava fazer *madureza* também para entrar no científico. Nesse tempo um moço de Catalão Sebastião de Santana Filho, filho da Dona YaYá que era professora amiga do meu pai, era chefe redator do jornal *O Popular*, tinha me colocado para trabalhar com ele no jornal. Aprendi a lidar com *linotipo*, que era uma máquina de grande novidade, quase ninguém conhecia. Aí eu fazia as reportagens de rua e escrevia as matérias. Mas tive que arrumar outro emprego por conta do ginásio *madureza*, pois de manhã eu estudava *madureza* e a tarde eu fazia o curso profissionalizante do ETFG.

(Reni) _ O que era "Madureza"?

(Aldo) _ *Madureza*, era um curso para quem estava defasado em idade/série no ginásio, equivale ao supletivo de hoje. Como eu não tinha o ginásio e queria entrar no científico, cursei *madureza* para conseguir o diploma de ginásio, mais rápido. E a ideia da medicina ainda estava na minha cabeça quando entrei no liceu. No Liceu tinha dois cursos "O Clássico" e o "Científico", no clássico estudava línguas, letras, e era voltado mais para quem queria fazer direito e outros cursos. Mas eu escolhi científico porque queria fazer medicina, eu queria preparar para ir fazer medicina no Rio de Janeiro... Mas... foi direito o curso que pude fazer, na impossibilidade de fazer medicina. Eu até comecei a cursar farmácia, por que esse curso que tinha em Goiânia, mas eu não gostei do curso e em 1958 eu já era advogado formado.

(Reni) _ Sobre o tempo do senhor em Ouvidor o que te marcou ou qual acontecimento interessante o senhor pode nos contar?

(Aldo) _ Me lembro de uma passagem engraçada acontecida em 1953. Foi quando Ouvidor foi elevado a cidade. Eu estava de férias na casa de meus pais e como eram poucos que estudavam fora como eu, que já morava em Goiânia, eu gozava de respeito pelas autoridades locais. Na época eu namorava com uma das filhas do Seu Tonico, maior autoridade política do Distrito, ela me confidenciou que ouviu seu pai dizer que na festa de emancipação política de Ouvidor seria me dado a palavra para que eu discursasse em nome de todos. Guardamos aquele segredinho de namorado e o pai dela nada me disse.

Então no dia 19 de outubro de 1953, quando estavam reunidas as autoridades de Catalão e algumas do estado de Goiás, entre eles o juiz de Direito José Marcus Arruda que presidiu a solenidade... Ah! Também lembro que estava presente o Geraldo Ayres que era presidente da Câmara de vereadores de Catalão, inclusive ela também discursou. Estava o João Neto de Campos, prefeito de Catalão e muitos outros... De repente Dr. José Arruda anunciou em bom tom, *"dou a palavra ao estudante Aldo Pires Ribeiro, que será orador oficial dessa solenidade, representando a mais nova cidade do Estado de Goiás..."* O povo aplaudiu e dei um passo à frente... Eu cheguei tímido... e iniciei o meu discurso, que já estava decoradinho na cabeça, mas, ninguém sabia. Saudei aos presentes conforme era o costume e continuei firme... "Pego assim de surpresa, sem nada premeditado a declarar, sei que não serei capaz de traduzir a altura de meu povo, a alegria que sentimos diante do enorme acontecimento do dia...." Eu falava um pouco e dava umas paradinhas como se estivesse pensando no que eu ia dizer, mas na verdade estava tudo arquivado na memória. Fiquei tão famoso com o "falso discurso de improviso" que a partir da emancipação política de Ouvidor até as autoridades políticas de Goiânia me admiraram... Consegui até um novo trabalho em Goiânia diante da minha inteligência forjada... (kkkkkkk Dr. Aldo, sorrii muito ao se lembrar da passagem).

(Reni) _ Então sobre o Grupo Escolar o Senhor pouco se lembra?

(Aldo) _ Olha! O meu pai sempre esteve as voltas com as coisas da educação de Ouvidor, tirando de um favor ou outro que me chegava a Goiânia por carta ou por telegrama a respeito de nomeações, documentos e coisas assim... Do grupo escolar mesmo, eu me lembro de pouca coisa realmente. Algumas vezes quando alguém era vítima de uma ação política aí meu pai corria e ia para a capital

consertar e é nessas ocasiões eu o acompanhava às repartições públicas, mas, nada muito claro em minha memória... Faz tanto tempo.

(Reni) _ Mas então quando o senhor teria sido professor?

(Aldo) _ Ah! Aí eu já era formado em direito. Quando passei no primeiro concurso para promotor de justiça fui morar em Paraúna Go. Lá havia muita falta de pessoas formadas para lecionar e com as amizades que eu fiz por lá acabei por dar aulas no ginásio de local, muito mais para ajudar a comunidade do que por vocação. Apesar de que, dar aulas foi uma coisa que cresci vendo minha família fazer... Assim não foi difícil adaptar.

(Reni) _ Mas o senhor acha que o grupo Escolar de Ouvidor foi importante para as pessoas de lá, e para o estado?

(Aldo) _ Sem dúvida que foi. A dificuldade para estudar era muito grande por lá. Na época eu não tinha a noção que tenho agora em perceber o quanto foi importante à institucionalização do Grupo Escolar. As salas seriadas melhoraram bastante a possibilidade de aprendizagem porque o mesmo tempo que meu pai dividia entre todos, por exemplo, passou a ser dedicado para uma turma uniforme, senão uniforme, pelo menos em situação semelhante de aprendizagem. Para o Estado de Goiás também, cada novo grupo aberto era a certeza de uma democratização de educação levada a outros muitos goianos necessitados de instrução. Foi sim, bem ... pelo menos eu acho que foi muito importante a fundação do grupo de Ouvidor.

(Reni) _ Obrigada pela sua participação

Apêndice Aa – Transcrição da entrevista Ia (**filhos Abílio - Lenita Pires Ribeiro (Silva)**);

Transcrição da entrevista Ia (filhos de Abílio – **Lenita Pires da Silva**).

(Reni) – Diga, por favor, seu nome, quando e onde nasceu.

(Lenita) – Meu nome é Lenita Pires da Silva, o nome de solteira era Ribeiro como o de minha mãe. Nasci, na zona rural de Catalão, hoje município de Ouvidor Goiás. Em 23 (vinte e três) de fevereiro de 1926 (mil novecentos e vinte seis).

(Reni) – Que são seus pais?

(Lenita) _ Abílio José Pires e Elpídia Cândida Ribeiro.

(Reni) _ Cite para nós algumas lembranças de sua infância em Ouvidor.

(Lenita) _ Tenho lembranças de ir ficar na casa de minha avó Mailde, quando ela ficou doente e eu fui tomar conta dela, eu era bem criança, mas, fui cozinhar para ela, lavar e cuidar de minha avó acamada... Era difícil viu? E eu nunca gostei de cozinhar.

(Reni) – A senhora sabe qual foi à primeira escola de Ouvidor?

(Lenita) – Meu pai começou a dar aulas na fazenda eu era bem criança, mas, tinha o Sr. Dió que meu pai dizia que era muito sabido e me colocou para estudar com ele. Mas essas escolas eram só salas.

(Reni) _ A senhora tem lembranças onde e como era esta escola?

(Lenita) – Sim eu me lembro. Só que não era bem uma escola, na verdade ele fazia isto na sala da casa dele mesmo. E não durou muito tempo, ele foi embora. Meu pai pagava ele para me ensinar, daí a filha dele uma moça chamada Cezarina, ajudava ele, mas eu já sabia muito mais do que ela. E disse para o meu pai que ele não precisava mais gastar comigo. Sem ser com meu pai eu aprendi muito foi com o farmacêutico que me dava aulas particulares de noite.

(Reni) _ Mas depois do professor Dió, onde a senhora estudou?

(Lenita) _ Com meu pai até a 4ª série. E depois eu e ele fomos estudar a noite com o farmacêutico Dr. Raimundo, este sim era muito bom. Ele ajudou a me preparar para prestar o exame de admissão no Colégio das freiras em Catalão. E meu pai aprendeu a ensinar para esse exame também foi com

ele. Mas ele não era professor não. Meu pai propôs pagá-lo para nos ajudar, mas não sei bem não, mas acho que ele não cobrou nada, era compadre de meu pai.

(Reni) - O do Grupo Escolar a senhora se lembra?

(Lenita) – Então... Eu sempre ajudei meu pai na sala dele, mas não tenho certeza de que fui professora lá no Grupo Novo. Devo ter sido, mas não me recordo direito... Eu gostava muito de política. No dia em que o Diógenes e o Seu Tônico me chamaram para escrever a ata de uma reunião o assunto era a chegada desse grupo seriado. Eu gostava de lecionar, escrever, e preparava junto com meu pai os alunos para fazer a admissão no colégio de Araguari, eu ficava muito orgulhosa e importante quando os alunos chegavam com a notícia de que tinham conseguido. Naquele tempo a admissão era como se fosse um vestibular era muito difícil passar.

Talvez eu tenha lecionado no grupo... Porque me recordo das carteiras duplas, quadro negro... Sei que os livros eram os pais dos alunos quem compravam, e isto não tinha no barracão de papai. Eu era professora auxiliar da prefeitura de Catalão. Recebia muito pouco. Os alunos não usavam uniformes, mas, eles eram muito educados, também... Meu pai era enérgico e exigente! Todos o respeitavam e se comportavam bem. Ele não repreendia com palmatórias, mas usava palavras que fazia os alunos ficarem com vergonha.

(Reni) _ Depois que a senhora estudou em Ouvidor pode continuar os seus estudos em outro lugar?

(Lenita) _ Sim, entrei para o colégio Mãe de Deus e lá fiquei como interna dois anos até a segunda série do ginásio. As internas que como eu, não podiam pagar o colégio faziam o serviço doméstico. Eu era muito boa nas aulas, mas com serviço de casa eu não tinha facilidade. Cozinhar então!!! Era um horror, e quando as freiras descobriram que eu não gostava de cozinhar era só isto que me obrigavam a fazer... Pedi muito para elas trocarem e me deixar limpar os quartos ou lavar as vasilhas, mas, nada. Aí fui ficando desgostosa e voltei para Ouvidor, parei de estudar para não cozinhar. Eu não era preguiçosa não, viu? Nem sei por que eu nunca gostei de cozinha, mesmo depois de casada não cozinhava, às vezes fazia um bolo, pão de queijo, doces, mas cozinhar no dia a dia eu nunca fiz isto. O interessante era que as freiras diziam assim "Se a Lenita não souber ninguém da sala sabe" ou "pergunta para a Lenita, tenho certeza que ela vai saber a resposta"... Elas as freiras, me admiravam mas, os tempos eram outros e ninguém entendeu o meu drama. (seu semblante parecia pesaroso ao contar estas coisas, como se lamentasse não ter se formado).

(Reni) _ Durante o tempo de professora o que mais marcou a senhora?

(Lenita) _ Foi o fato dos alunos de Ouvidor conseguir passar nos exames de admissão. Isto eu e meu pai devíamos ao Sr. Raimundo. Ele quem ensinou as coisas mais difíceis dos exames de admissão para nós. Daí para frente todos os nossos alunos passavam em todo lugar que iam. Isto me deixava muito feliz e vaidosa. Sem dúvida são minhas melhores recordações, o povo de Catalão tinha inveja dos nossos alunos.

(Reni) _ Então sobre o Grupo Escolar a senhora não tem lembranças vivas?

(Lenita) _ Não, não tenho, porque eu fui deixando a escola e passei a tomar conta do cartório de primeiro ofício... Aí minha irmã Dirce é quem foi lecionar no meu lugar, ela lecionou muito lá no grupo.

(Reni) _ A senhora parou de lecionar quando?

(Lenita) _ Ah! O ano certinho eu não sei. Deve ter sido entre 1949 a 1950 por ai... Porque eu me casei em 1950. E quando eu fiz a ata da instalação do grupo, foi em abril de 1949 e aí eu ainda era solteira mas logo me casei...

(Reni) _ A senhora acha que o grupo Escolar de Ouvidor foi importante para as pessoas do município, e para o estado?

(Lenita) _ Olha, seu avô se mudou para Goiânia bem cedo, mas antes dele se mudar a gente já frequentava a capital. Em todo lugar parece que tinha poucas escolas. Era tudo muito diferente de hoje, não sei se as pessoas não ligavam para aprender ou se o atraso era muito, só sei que um grupo escolar foi motivo de muita animação em Ouvidor. Quando ele foi anunciado foi recebido com entusiasmo e seu valor era manifestado antes mesmo de se tornar realidade. Foi sim... Ele foi importante para todo mundo, porque imagino que o governador também ficava feliz em criar uma escola em um estado de atraso e em plena vontade de desenvolver.

(Reni) _ A senhora esta com quase 90 anos, já viu e viveu muitas coisas, assim gostaria, de que, deixasse um recado para as gerações atuais.

(Lenita) _ É verdade. Vi muito sofrimento e pobreza, gente que queria estudar e não podia. Pessoas que eram cultas e que tinham vontade de sair para estudar fora, mas isso era muito caro e raro. E eu era uma, que ficava "babando" morria de vontade de ser culta também. Hoje não, todos podem se formar. Todos têm escolas e condições de ser alguém na vida com bem menos esforço do que era no meu tempo de juventude. Eu leio muito ainda e acompanho a evolução das coisas. O mundo cresce

em violência, arruína a vida das pessoas de todas as formas, mas em termos de escola, hoje vocês não podem reclamar, tem tudo de graça, basta querer. Portanto minha sobrinha, você está certa de fazer mestrado, estudar é muito bom. Aproveite a sua chance esse é o meu recado, não deixem as oportunidades passarem.

(Reni) _ Obrigada pela sua participação.

(Lenita) _ eu que agradeço, tivemos um dia muito feliz e uma das coisas que mais gosto hoje em dia é falar sobre Ouvidor. Minha terra querida. Gosto muito das pessoas de lá e tenho muitas boas lembranças de minha cidade natal. Faça mesmo registros das coisas de lá. A memória dos nossos antepassados e das dificuldades que o povo de Goiás e do interior passou os jovens de hoje nunca pode imaginar como era.

A experiência minha filha, é uma coisa muito importante. Hoje minha memória já está falhando, nem eu mesma sei contar mais tudo o que vivi em Ouvidor, por isso, eu acho muito importante o trabalho de pesquisa. Parabéns.

Apêndice Ab – Transcrição da entrevista Ib (filhos Abílio - Maria Lucia Ribeiro Rezende -)**Transcrição da entrevista Ib (filhos de Abílio – Maria Lucia Ribeiro Rezende).**

(Reni) – Diga, por favor, seu nome, quando e onde nasceu.

(M^a Lucia) – Meu nome é Maria Lucia Ribeiro Rezende nasci na zona rural de Catalão, hoje município de Ouvidor Goiás. Em 12 (doze) de dezembro de 1934 (mil novecentos e trinta e quatro).

(Reni) – Que são seus pais?

(M^a Lucia) _ Abílio José Pires e Elpídia Cândida Ribeiro.

(Reni) _ Cite alguma lembrança que a senhora tem de sua infância em Ouvidor.

(M^a Lúcia) _ Olha! Eu tenho muitas recordações de meu tempo de menina, a gente brincava com as primas, filhas da tia Santa, da tia Lilica... Nós íamos juntas pra escola do meu pai, mas de lá do barracão da escola eu não tenho lembranças boas de jeito nenhum viu? Eu achava ruim viu? Do jeito que ele era não deixava nem eu conversar kkkkk. Ele era muito bravo para mim e eu tinha medo dele. Eu tinha que ficar quietinha durante todo tempo na aula acho que ele queria que eu fosse exemplo. Eu era doidinha para sair da escola dele. Mas, todo mundo diz que meu pai foi o melhor professor de Ouvidor, Deus me livre viu!!!

(Reni) – Qual foi à primeira escola de Ouvidor?

(M^a Lucia) – Não sei não. Porque a única escola que eu conheci quando era pequena era a do meu pai. Todo mundo que eu conhecia estudava com ele. Era em um barracão onde ele dava aulas, o mesmo lugar que ele também comercializava creme em latões e cereais.

(Reni) - Você se lembra do Grupo Escolar?

(M^a Lucia) – Lembro, mas eu acho que não estudei lá não. Eu fiz até o 4^o ano com meu pai e ele me mandou para Catalão fazer as provas de admissão. Eu fui, mas, eu não queria passar não viu? Acabou que passei. Achei muito ruim ter passado kkkkk.

(Reni) _ Como assim, a senhora não queria passar?

(M^a Lucia) _ Pois é. Não queria mesmo passar na prova de admissão, eu não queria passar porque escola era muito ruim. Acho que por causa de meu pai ser muito bravo eu tinha trauma de escola. Eu

dizia para minha mãe que já estava bom estudar até o 4º ano. Mas o meu pai não deixava a gente parar tinha que estudar. Mas quando as aulas do ginásio começaram eu inventei uma dor nas vistas de mentira, só para não estudar. Aí minha mãe disse que eu não precisava ir se não quisesse.

(Reni) _ Então a senhora não estudou mais?

(Mª Lucia) _ Estudei. Estudei em Goiânia, muito tempo depois. Enquanto fiquei em Ouvidor fui ajudar meu pai na escola dele até a gente mudar para Goiânia. Depois vi que a minha implicância com a escola era bobagem de criança. Achei bom e tive boas notas aqui em Goiânia.

(Reni) _ Onde a senhora estudou em Goiânia e que curso fez? Então aqui em Goiânia a senhora gostava de estudar?

(Mª Lucia) _ Eu fiz as provas de admissão em um ginásio lá no Bairro Popular aqui em Goiânia, esqueci o nome da escola. E depois fiz contabilidade. Quando comecei estudar aqui era diferente, eu já era mais velha e gostava demais de ir para a escola. Tirava só notas boas. Mas coitado do meu pai, acho que meu trauma era mais por eu ser tímida. Ele nunca me castigou nem me repreendia... kkkk bastava ele olhar para mim para eu me sentir intimidada. Mas hoje percebo que foi sem motivos.

(Reni) _ A senhora chegou a dar aulas aqui em Goiânia?

(Mª Lucia) _ Sim eu lecionei quando eu era solteira, em uma escola bem ali no setor universitário. Fui convidada pela irmã Risalva, ela gostou muito do meu trabalho, mas, logo que me casei ficou muito difícil.

(Reni) _ Pelo pouco que a senhora sabe do Grupo Escolar de Ouvidor acha que ele foi bom para as pessoas de lá?

(Mª Lucia) _ Ah! Isto foi demais. A cidade que tinha grupo escolar era uma cidade importante. Todo mundo dava valor nos grupos. Quem estudava no grupo era vaidoso por isto... Dar aulas então, as professoras se sentiam muito engrandecidas por isto, ser professoras do Grupo era muito chic. Só de ter que ir de trem de ferro para receber, aquilo já era bom. Todas as professoras se arrumavam e colocavam suas melhores roupas para ir receber os seus ordenados. Eu era mais nova e minhas irmãs faziam isto todo mês.

(Reni) _ Obrigada pela sua participação

Apêndice Ac – Transcrição da entrevista Ic (filhos Abílio - **Dirce Cândida Pereira**)

(Reni) – Diga, por favor, seu nome, quando e onde nasceu.

(Dirce) – Meu nome é Dirce Cândida Pereira nasci na zona rural de Catalão, hoje município de Ouvidor Goiás. Em 04 (quatro) de setembro de 1929 (mil novecentos e vinte e nove).

(Reni) – Que são seus pais?

(Dirce) _ meus pais foram Abílio José Pires e Elpídia Cândida Ribeiro, ambos já falecidos.

(Reni) _ Cite alguma lembrança que a senhora tem de sua infância em Ouvidor.

(Dirce) _ A recordação que eu tenho da infância é mais lá da fazenda chamada Saco, onde a gente morava quando eu era bem novinha. Lembro-me dos cachos de bananas que minha avó Matilde colocava para amadurecer para nós e quando a gente ia para a casa dela e era muito gostoso comê-las. Recordo de ficar em volta de minha mãe costurando o dia todo. Meu pai saía para dar aulas nas fazendas e eu ficava com vontade de estudar, mas, ainda não tinha idade. Tem muita recordação.

(Reni) – A senhora lembra qual foi à primeira escola de Ouvidor?

(Dirce) _ Escola formal mesmo foi o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

(Reni) – Quem foram os primeiros professores do Grupo de Ouvidor, a senhora se recorda?

(Dirce) _ Me lembro de algumas. O primeiro mesmo foi o meu pai, o professor Abílio José Pires. Eu, Dirce Cândida Ribeiro, era assim que assinava na época, hoje assino Pereira. A Dona Rosa, minha prima Jacira... A Lenita minha irmã... A Alexandrina. Fomos nós as primeiras

(Reni) _ Quem contratava os professores para dar aula?

(Dirce) _ Era a prefeitura de Catalão né? Ouvidor não era cidade ainda, a gente morava no município de Catalão e tinha que ir de trem de ferro para receber o nosso pagamento.

(Reni) _ Onde a senhora estudou o curso primário?

(Dirce) _ Estudei o primário todinho com o meu pai. Mas a gente fazia cursos demais. Todas as férias a gente passava estudando. Ia pra todo lado fazer cursos.

(Reni) _ Quem dava os cursos para vocês? Todas as professoras iam fazer os cursos?

(Dirce) _ Uai, quem dava os cursos eram os professores formados de Goiânia. Mas tinha curso em Catalão também. Não, nem todos iam fazer os cursos, tinha colegas professoras que nunca fez um curso. Umas diziam que o marido não deixava, outras ficavam desanimadas por não ter férias. Eu nunca desobedecia a uma ordem, quando era pra ir eu ia. Eu não achava nada bom ficar fora de casa. Mas eu ia assim mesmo. De estudar eu gostava muito, sempre gostei. Mas tinha uma coisa que eu gostava muito mais de aprender, adorava fazer o material para depois quando a gente voltasse ficava fácil de dar aulas, a gente ficava muito mais segura para lecionar era muito bom. Tenho saudades dos cursos por que a gente já estava fazendo nosso planejamento.

(Reni) _ A senhora começou a dar aulas foi depois que fez esses cursos?

(Dirce) _ Não. Eu comecei a dar aulas quando terminei o 4º ano na sala do meu pai. Só parei por quatro anos enquanto fui casada com meu primeiro esposo. Mas depois fiquei viúva e voltei a dar aulas ai só parei para me aposentar.

(Reni) _ O que a senhora sabe do Grupo Escolar de Ouvidor? A senhora acha que foi bom para as pessoas de lá e para o estado de Goiás ter aberto mais um grupo?

(Dirce) _ Ah! Foi... Foi muito importante. Todo mundo sentia muita felicidade de ter um grupo na nossa cidade. Era um sonho de toda cidade ter uma escola novinha e com carteirinhas duplas. Tudo novinho. E uma sala para cada turma, uma professora para cada sala era uma novidade muito boa. Mas como eu disse tinha professora que não gostava nem de fazer cursos, nem das novidades que o grupo trouxe, porque ai tinha que trabalhar duro e muitas delas não queria trabalhar, gostavam mesmo era de receber no final do mês. E algumas até pagavam outras moças para dar aula no seu lugar e dividir o dinheiro no final do mês.

(Reni) – Qual foi à primeira escola de Ouvidor?

(Dirce) _ Escola com prédio próprio foi o Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico.

(Reni) – A senhora se lembra do Grupo Escolar?

(Dirce) – Lembro demais uai. Desde o dia em que teve reunião com os políticos para anunciar a chegada do grupo, recordo direitinho, foi a Lenita minha irmã que atuou como secretária da reunião. Meu pai quem convidou as pessoas e o seu Tônico estava muito animado... Depois eu lecionei lá por

muitos anos. Mas difícil mesmo foi a chegada das normalistas. Os políticos brigaram muito uns eram a favor outros contra. E quem mandava na política eram todos da mesma família, mas, as ideias não eram iguais não. Kkkkk.

(Reni) – E quem vocês apoiavam na política?

(Dirce) – Meu pai nunca foi candidato a nada. Eles queriam que ele candidatasse, mas, sempre ele se recusava. Lá em casa a gente se dava bem com todo mundo meu pai tinha compadre dos dois lados. Mas a ligação maior era com o seu Tônico. Nós éramos vizinhos, quando alguém adoecia ele ficava assistindo o tempo todo lá em casa. Ele era um bom farmacêutico. Mas a política era confusa.

(Reni) _ A senhora acha que o grupo foi importante na vida das pessoas e de Ouvidor?

(Dirce) – Com certeza foi. Antigamente tudo o que ia acontecer de novidade na cidade era as professoras do Grupo que eram encarregadas de organizar. O Grupo tinha o respeito de todos e as pessoas precisavam estudar e finalmente tinham um lugar certo para fazer seus estudos.

(Reni) _ A senhora estudou onde mais depois que saiu da escola de seu pai?

(Dirce) _ Além dos cursos né? Porque eram muitos os cursos do governo, a gente nem tinha férias, estudava todas as férias, era curso em catalão, em Goiânia... Para todo lado. Além dos cursos eu fiz madureza do ginásio e magistério no Centro de Formação dos Professores primários de Catalão.

(Reni) – Obrigada pela participação, voltarei a falar com a senhora depois.

Apêndice B – Transcrição da entrevista II (Sr. Waldemar da Silva)

Entrevista com o ex-aluno do grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira

(15 de julho de 2014)

(Reni) _ Diga, por favor, seu nome, quando e onde nasceu.

(Waldemar) _ Meu nome é Waldemar da Silva eu nasci no dia 10 de julho de 1934 na cidade de Catalão Goiás, mas hoje é Ouvidor.

(Reni) – Que são seus pais?

(Waldemar) _ Meus pais foram José Eliseu da Silva e Ana Ramos dos Santos todos os dois já são falecidos.

(Reni) _ Cite as lembranças que o senhor tem de sua infância em Ouvidor.

(Waldemar) _ Olha! De escola eu recordo muito do seu Abílio. Ele era um professor diferente. Ensinava de tudo. E me animava, estava sempre dizendo que eu era bom, educado e ainda ia ser um bom homem. Eu morria de vergonha quando via meus colegas teimando com ele. Ele sempre me citava como exemplo dentro da sala. Aquilo me agradava demais. E também a gente tinha assunto, eu gostava de ficar conversando com ele sobre roça, minha lida na fazenda. Assuntos de adultos, aquilo me deixava importante, me sentia um homem feito falando com ele porque ele respeitava muito seus alunos.

(Reni) _ E ele era bravo com alunos desobedientes?

(Waldemar) _ Não. Ele educava a gente pela vergonha. Ele falava baixinho nunca gritou. E os alunos iam ficando com vergonha das coisas que ele dizia fazia com que eles ficarem vermelhos. Ele apertava a gente. Eu quase não precisava. Aliás, ele nunca danou comigo, eu procurava ser um bom aluno. Mas teve um dia que um colega meu roubou as bananas de um cacho e comeu escondido, me lembro, o tanto que isso me preocupou. Quando o seu Abílio descobriu colocou ele de castigo num canto e deu conselhos.

(Reni) _ O senhor estudou no Grupo Escolar de Ouvidor?

(Waldemar) _ Estudei, eu já estava rapaizinho quando o Grupo foi construído, tinha de 14 a 16 anos mais ou menos. Mais foi uma festa! Todo mundo ficou muito contente com o Grupo novo. Deram balinhas para nós, balinha era uma raridade, na minha época criança quase não tinha acesso a guloseimas como tem hoje em dia. Depois a gente fez uniforme. Era uma calça marrom claro e camisa branca. Eu gostava muito do meu uniforme.

(Reni) _ O Grupo foi antes ou depois da chegada da estação em ouvidor?

(Waldemar) _ Foi depois. A estação foi construída bem antes da escola. No tempo em que a gente estudava no barracão do professor Abílio.

(Reni) _ Como o senhor vê a chegada da estação ferroviária em Ouvidor, ela representou alguma coisa diferente para o local?

(Waldemar) _ Olha quando o trem começou a correr, foi uma alegria para o povo, aquilo representava o fim do isolamento. A gente corria para a estação qualquer hora que ouvia o som da chegada da Maria Fumaça... (parou pensativo como se as lembranças estivessem provocando lembranças agradáveis...). Lá na estação era como se fosse uma praça para as pessoas se encontrarem. Lugar de passear, vender as coisas... Muito bom mesmo.

(Reni) _ Fale mais sobre o que as pessoas faziam lá na estação de Ouvidor?

(Waldemar) _ Ah! Vendiam coisas, pirulito, doces e até pequenos animais eram comercializados. E também a gente ia para lá passear ou ver os amigos. Ia ver as pessoas que passavam nas janelinhas dos trens, conhecer e conversar com pessoas diferentes. As moças e os rapazes ficavam fazendo vaivém em frente à estação. Iam e voltavam pra lá e pra cá. Tinha alguns que até conseguiam namorar.

(Reni) _ Então o Senhor acha que a estação trouxe movimento para o local? E o que mais além de movimento?

(Waldemar) _ Uai, antes da estação tinha muito poucas casas em Ouvidor, foi depois dela que as pessoas mudaram mais para cá. E tudo que a gente comprava ou vendia, era o vagão que trazia e levava. Facilitou muito a vida do povo. Foi um progresso enorme a chegada do trem de ferro.

(Reni) _ Para o Grupo escolar, o Sr. acha que a estação teve alguma influência para a sua implantação?

(Waldemar) _ Não sei. Deve ter tido, porque eu estudava com o professor Abílio numa sala cheinha. Só estudei com ele. Mas, no último ano a gente passou pro grupo. E pelo tanto de gente que mudou para perto da estação para praticar suas vendas pode sim ter contribuído para as crianças aumentarem. (ENTREVISTA realizada em 15/07/2014, na fazenda do entrevistado município de Ouvidor).

Apêndice C – Transcrição da entrevista III (Helena Firmino Cardoso).

Entrevista ex-aluna do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira

(18 de julho de 2014)

(Reni) _ Qual é o nome completo da senhora?

(Helena) _ Eu me chamo Helena Firmino Cardoso.

(Reni) _ Onde a senhora nasceu?

(Helena) _ Nasci na roça no município de Ouvidor, só que quando eu nasci o município de Ouvidor pertencia a Catalão, então no meu registro eu sou natural de Catalão- Go, mas na verdade eu sou de Ouvidor.

(Reni) _ Quando a senhora nasceu?

(Helena) _ Nasci em 20 de setembro de 1929. Inclusive não me esqueço, que sou da mesma idade e do mesmo mês que a sua mãe Dirce.

(Reni) _ Quem são seus pais?

(Helena) _ Sou filha de José Firmino Pereira e Maria Ramos dos Santos.

(Reni) _ A senhora tem lembranças da sua infância em Ouvidor?

(Helena) _ No tempo de menina pequena eu morava na fazenda, aquela, lá perto do Seu Pedro Eliseu, você sabe onde fica?

A nossa família era grande e eu sou a mais velha dos irmãos. Era bom, mas, não tenho muitas recordações de brincadeiras não. A gente era "esquisito" parece que não brincava muito. Era tudo muito diferente de hoje. As crianças não se misturavam com os adultos. As conversas eram separadas.

(Reni) _ Qual foi a sua primeira escola em Ouvidor?

(Helena) _ A escola do professor Abílio. Mas antes de vir para escola quando a gente morava lá na roça eu estudei com um professor que se chamava Sr. Laurindo Carrijo, meu pai pagava ele para ensinar a gente a ler. Minha cartilha era a da Infância, mas eu não tive a cartilha. Me lembro de que

tive que tomar emprestado e quem me emprestou ela foi o Delcídes do "Zé Liseu". Eu tinha muita vontade de aprender a ler e ficava juntando pedaços de papel que tinha escrita e pedia meu pai para ensinar as letras. Mas quando vim para Ouvidor foi que aprendi de verdade, o professor Abílio era uma beleza. Ensinava tudo, até como a gente devia se comportar, ensinava a cantar, tudo mesmo. A gente ia cantar o hino nacional e dava um trabalhão para ele porque os meninos estava toda hora e ele parava e ensinava as palavras do jeito certo.

(Reni) _ A senhora estudou no grupo escolar Dr. Pedro Ludovico?

(Helena) _ Sim eu cheguei a estudar lá, mas, foi pouco. Na sala do professor Abílio. Uma coisa interessante que eu me lembro de que foi a Elvídia sobrinha dele que me ensinou a dividir eu tinha dificuldade nas contas de dividir e tinha vergonha de perguntar ao professor, a Elvidia me fez compreender e nunca mais esqueci. Eram apenas duas salas. Mas as carteiras eram novinhas. Todo mundo gostou de estudar na escola nova.

(Reni) _ Quais as lembranças que a senhora tem a respeito do Grupo Escolar de Ouvidor?

(Helena) _ Uai quando estudei lá eram muitas crianças na sala do professor, mas ai a sala era maior as janelas grandes e a sala bem ventilada. A gente não tinha uniforme nem merenda. A Lenita filha do professor também lecionava junto com ele e outras sobrinhas dele, da Elvídia eu me lembro dessa passagem que contei e bem.

(Reni) _ Então a senhora conviveu pouco com os alunos do Grupo Escolar? Teve alguma coisa que marcou sua passagem por lá?

(Helena) _ A única coisa que me lembro bem era a forma educada com que o professor Abílio dava aula. Ele era muito enérgico todos temia ele, mas era engraçado porque nunca foi violento, ele apertava os meninos custosos com a vergonha, ele sabia conversar e apertar. E outra coisa que me lembro de que ele me elogiava muito dizia que eu era inteligente e que aprendia fácil. Dizia que eu devia ser professora. (ao ouvira ex-aluna mencionar os elogios e como não foi a primeira a relatar o fato, deduzi que a técnica do professor Abílio devia ser a de Paulo Freire, a educação pelo amor e pelo diálogo).

O amor é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, a ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico (FREIRE, 2006, p. 92).

(Reni) _ A Senhora seguiu os conselhos dele? Foi ser professora?

(Helena) _ Sim eu fui, logo que terminei a escola do professor Abílio, o Sr. Pedro Elizeu foi atrás de mim para dar aulas na fazenda dele. E eu fui. Eu ia todos os dias a pé, tinha uma aluna que ia daqui do povoado comigo o nome dela era Valdeci, vou te mostrar a foto dela. (procurou e me mostrou a foto de uma senhora já de cabelos brancos abraçada com ela, aí percebi que a foto era atual). Lecionei lá mais ou menos uns sete a oito meses e gostei demais de dar aulas, nem sei por que não continuei. Mas depois de algum tempo me casei. Acho que foi por isso que não segui a carreira e também não estudei mais. Casei-me em 1952.

(Reni) _ O Grupo Escolar foi importante para a senhora?

(Helena) _ Ah foi né? Mas eu acho que foi muito mais importante para o povo mais novo porque a escola era boa, eu peguei pouco tempo lá. Mas depois tinha uniforme, merenda, e a escola foi crescendo e se transformando em uma escola direitinho do modelo das escolas das cidades grandes que a gente via falar. Para você ver que até hoje o Grupo existe. Se não fosse bom ele não teria resistido ao tempo. Ele estar aí firme até hoje não é sinal de que foi uma boa criação na cidade? Kkkkk.

(Reni) _ É verdade Dona Helena, ele esta ainda funcionando só que não existem mais grupos escolares, o seu nome mudou, e o ensino que era até o 4º ano no tempo do Grupo Pedro Ludovico, hoje vai até o nono ano e é chamado de ensino fundamental I.

Muito obrigada por ter colaborado com a minha pesquisa D. Helena.

Apêndice D – Transcrição da entrevista IV (Jacira).**(25 de fevereiro de 2015)**

(Reni) _ Jacira, conforme já te disse eu estou cursando o mestrado da UFG de Catalão, estamos aqui para fazer uma entrevista a fim de reconstruir a história do grupo Escolar de Ouvidor. Portanto agradecemos a sua colaboração. Este é o professor Wolney, meu orientador. Ele é quem vai entrevistá-la.

(Wolney) _ Goiânia 25 de fevereiro de 2015. Estamos aqui para realizar uma entrevista com a senhora com a finalidade de resgatar a história do grupo de Ouvidor. Primeiramente eu queria que vocês se apresentassem. **Onde você nasceu? Quando nasceu? Nome dos pais?**

(Jacira) _ Meu nome é Jacira Vicente... Era da Silva né? Agora é Machado por causa do Itamar o meu marido. Nasci em 20 de abril de 1935, em Ouvidor, kkkkkk, natural de Ouvidor. Meus pais são José Vicente da Silva e Maria Mendes dos Santos.

(Wolney) _ A senhora começou a estudar foi em Ouvidor?

(Jacira) _ Foi com o tio Abílio.

(Wolney) _ Conta para nós como foi esse início da sua escolarização.

(Jacira) _ Uai que eu era criança ainda quando eu comecei a estudar com o tio Abílio. Eu tinha uns 14, 15 anos, mais ou menos isso aí. A única escola que tinha lá era esta do tio Abílio. Então era uma sala só e a sala era cheia de gente eu lembro bem que a filha dele depois começou a dar aula, que era a Lenita. Então os dois foram os meus professores em Ouvidor. Eu nunca tive outros professores em Ouvidor.

(Reni) _ E era lá dentro na corrutinha mesmo?

(Jacira) _ Era, era lá dentro mesmo, só que lá não era cidade ainda. Lá tinha rua de cima, rua do meio e rua de baixo. Nós morávamos na rua de cima e o tio Abílio morava na rua de baixo no fundo de nossa casa, né Maria?

(Maria) _ Era no fundo da casa da vó. O grupo era só uma salinha que tinha um negócio de arroz...

Isto foi antes do grupo quando eu tinha cinco anos aí já tinha feito o grupo.

(Wolney) _ A senhora estudou quanto tempo ali? Depois da 4ª série a senhora estudou mais?

(Jacira) _ Uai com o tio Abílio eu fiz até a 4ª série. Foi antes do grupo, era a única escola que tinha lá. Então quando eu fiz a 4ª série eu fui dar aula... (a professora interrompeu a sua fala como se sentisse vergonha de ter dado aulas sem a devida preparação). ...Fui dar aulas só com o que eu aprendi com o tio Abílio. Minha irmã casou e eu tive que pegar a vaga dela como já contei para vocês, o município de Ouvidor na zona rural.

(Wolney) _ Depois da 4ª série a senhora estudou mais?

(Jacira) _ Estudei mais foi aqui. Depois que eu vim para Goiânia é que eu continuei os meus estudos. Lá eu só estudei na escola do tio Abílio e dava aula só com o que eu aprendi com ele.

(Wolney) _ O que é que a senhora ensinava?

(Jacira) _ Bom eu dava as quatro matérias né? Português, matemática, ciências e geografia. Dava tudo. Naquela época a gente dava todas as matérias.

(Wolney) _ E como a senhora fazia isto?

(Jacira) _ Uai cada dia a gente marcava duas aulas né? Um dia era uma aula, no outro dia era outra. Era assim que a gente fazia, tinha duas aulas no dia né? Então geralmente a gente dava uma antes do recreio e outra depois do recreio.

(Wolney) _ Quanto tempo a senhora fez isso?

(Jacira) _ Enquanto eu morei em Ouvidor. Eu peguei vaga de duas irmãs que substituíram a minha irmã mais velha né? Porque a nomeação saiu no nome da minha irmã mais velha, mas ela nunca deu aulas, a minha outra irmã dava aula no nome dela, mas, nenhuma não tinha dezoito anos por isso não podia sair nomeação. Aí quando a primeira que deu aulas casou a outra irmã a Elza foi para o lugar dela. Era a Jaíra, a Elza e eu todas nós demos aulas no nome da minha irmã mais velha. Que era a Irazita. Então quando eu completei meus 19 anos que transferiu a nomeação para o meu nome aí eu passei a ser dona da sala de aula. Eu era dona mas no nome não era né?

(wolney) _ A senhora lembra do inicio, do começo do grupo escolar lá de Ouvidor?

(Jacira) _ Lembro... Vagamente. Eu sei que o prefeito da época me transferiu da zona rural para Ouvidor porque tinha construído este grupo e surgiu uma vaga lá. De lá eu saí direto para cá.

(Wolney) _ Tinha muitos professores na época no Grupo escolar?

(Jacira) _ Olha! Eu me lembro de poucas. Sei da Elvídia minha irmã. Dona Rosa... A Alexandrina. Mas faz muito tempo, não consigo me lembrar direito.

(wolney) _ Tinha problemas políticos na época em Ouvidor?

(Jacira) _ Tinha. Tinha... Nossa! E como tinha! (A entonação da voz foi de forte emoção e de lembranças vivas, indesejadas, que culminaram em choro sem revelar os acontecimentos).

(Wolney) _ Vocês podem citar algum exemplo?

(Por alguns instantes houve um silêncio constrangedor, como se o assunto fosse proibido. E inicialmente quem respondeu foi à sobrinha da professora, uma ex-moradora de Ouvidor, em um desabafo saído entre prantos).

(Maria) _ Isso eu sei. Minha mãe foi vítima. Minha mãe foi professora e o que eles puderam prejudicar eles fizeram. (falou isso chorando copiosamente) Ela penou lá, por isto que nós saímos de Ouvidor e mudamos para Goiânia. Eles não a deixavam lecionar lá.

(wolney) _ Quais eram os problemas políticos? Apesar de a gente perceber que isto envolve muita emoção eu queria entender um pouco do processo histórico. E a versão de vocês é importante. Como era essa perseguição? Não pagavam os salários?

(Jacira) _ Uai era marcação em cima de funcionários né? Isso tinha demais. Minha sobrinha me lembrou, foi um dos motivos que eu saí de Ouvidor. Por causa das perseguições. Foi por causa de perseguição que minha irmã veio pra Goiânia e nunca mais quis saber de lecionar e este foi o motivo pelo qual eu me mudei também.

(Maria) _ Eles exoneravam minha mãe. Minha mãe vinha para Goiânia sem dinheiro, de trem de ferro e consertava tudo aqui, eu era interna do Colégio mãe de Deus. Ela arrumava as coisas aqui e na ora que ela chegava lá, passava uns dias... Tudo de novo. Era o seu avô Abílio que ajudava ela. Era deste jeito a vida da minha mãe, aí ela não aguentou, passou a costurar e veio embora. Depois ela trouxe a família toda para cá. Minha avó e todo mundo...

Eu tinha uns três aninhos quando ela começou a dar aulas lá em Ouvidor e ela me levava junto para as fazendas que ela ia lecionar. Depois quando ela foi transferida para o grupo que a perseguição começou.

(Wolney) _ Tinha muitos alunos em Ouvidor?

(Jacira) _ Tinha, tinha muitos às salas eram cheinhas. Os alunos todos queriam estudar comigo, os alunos gostavam demais de mim. As outras professoras eram bravas demais. Teve uma vez que o Evilácio, um sobrinho do Itamar meu marido, não copiou a tarefa, eu pedi mais de uma vez e ele disse que não ia copiar e jogou o lápis para fora da janela. Eu conversei amigavelmente, nunca bati em aluno. Peguei no braço dele levei ele lá fora pedi para pegar o lápis ele voltou e copiou tudo.

(Wolney) _ A senhora ficou sabendo por que montaram o grupo, por que **criaram o Grupo?**

(Jacira) _ Uai deve ser por que não tinha onde os alunos estudassem o armazém do tio Abílio era pequeno não cabiam todos os alunos de Ouvidor. Precisava de uma escola maior.

(Wolney) _ Quem foi o responsável pela construção do Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira?

(Jacira) _ Deve ser o prefeito, eu não me lembro de quando aconteceu, so do movimento mas dos detalhes eu não sei. Eu me lembro do Cacildo e do Hélio lá, mas não sei o que aconteceu.

(Wolney) _ A senhora se lembra de reuniões lá no Grupo?

(Jacira) _ Lembro, a gente se reunia para resolver os problemas da escola. Mas não tinha diretora. Era com o tio Abílio e de vez em quando vinha gente de fora, os inspetores, mas eu não lembro direito não.

(Wolney) _ A senhora chegou a se envolver com política lá em Ouvidor? Quais vivências positivas você pode nos dizer?

(Jacira) _ Não eu nunca me envolvi com política não.

(Wolney) _ E você Maria o que você se lembra do grupo?

(Maria) _ Do Grupo eu me lembro de que eu fui estudar lá com dez anos de idade. Mas só estudei lá poucos meses meu pai não deixava a gente ficar lá em Ouvidor não. Eu recordo da senhora (se referindo a Jacira), da Ana Rosa, a Alexandrina e a Lucy, foi quando puseram ela como diretora. Meu pai tirava a gente de lá para a gente não ver a minha mãe. Minha mãe sofreu muito lá em Ouvidor.

(Reni) _ Mas a falta de liberdade e de espaço em Ouvidor que você se refere sobre a sua mãe se atribuía a política?

(Maria) _ Lógico. Por que quem mandava lá se chamava Hélio Goulart, a família do Hélio é que era os donos de Ouvidor. Eu frequentei a casa deles por causa de meu pai. Eu tinha mágoa por causa das coisas que ele fez com a minha mãe.

(Jacira) _ É política, toda vida foi política ali. Desde que eu entendo por gente que eu nasci e cresci ali é política, toda vida e esse povo de Goulart que mandou e gostava de estar humilhando a gente.

(Wolney) _ Jacira, com quem conviveu mais no Grupo Escolar?

(Jacira) _ Eu só tenho recordação boa. Convivi com as professoras e os alunos que gostavam de muito mim, eu ia dar aulas com alegria. Eu vim para cá e é o que eu falei meus meninos eram todos pequenos quando eu vim para cá e a minha irmã Elvídia falou: Você pode vir para Goiânia que aqui ninguém vai te perseguir não. E graças a Deus nunca tive mesmo. Eu dei aula aqui em três escolas em Goiânia e nunca tive problemas. Eu vim para Goiânia em 1963.

(Maria) _ Primeiro minha mãe trouxe a vovó Maria, foi em 1961 eu lembro direitinho. A senhora deve ter vindo depois de 1962. Eu tinha 10 anos, mas eu tenho a cabeça boa. Lembro também de quando meu pai pediu o tio Abílio para nos trazer de leite, no trem de ferro para a gente vir deitada. Eu e minha irmã Neide. Depois que a minha mãe foi buscar minha avó de mudança aí ela adoeceu e depois que a tia Jacira veio para Goiânia, ela passou mal na casa da tia Maria Dolores e descobriu que estava com câncer,

(Wolney) _ O Grupo Escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira foi importante para você? Para a cidade? E para o Estado de Goiás?

(Jacira) _ Eu acho que o Grupo foi importante e os professores dedicavam muito aos alunos.

(Maria) _ Ela falando sobre o Grupo ser importante, eu acho que a gente tem que falar isso, dar os valores devidos, o Grupo foi e muito importante, tem muitos alunos que estudaram no grupo e se tornaram gente muito importante. A gente tem que valorizar isto.

A conversa ainda durou por algum tempo e outras informações e trocas de memórias foram efetuadas, mas o essencial já está transcrito na entrevista acima. Fomos convidados a lanchar, deixamos uma pequena lembrança para cada entrevistada, agradecemos a participação e nos despedimos para enfrentar a longa estrada de retorno a Catalão e Ouvidor.

Apêndice E – Transcrição da entrevista V (Ilton);

Entrevista com ex-aluno Ilton Domingos Cardoso/ **Ouvidor 02 de março de 2015**

(Wolney) _ Ouvidor 02 de março de 2015. Entrevista com o senhor Ilton. Seu Ilton então, de acordo com o projeto de minha orientanda Reni, estamos entrevistando pessoas que vivenciaram o Grupo escolar de Ouvidor. Mas antes do senhor falar do grupo eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre o senhor, o ano que a senhor nasceu, onde nasceu, onde estudou, quanto tempo o senhor estudou.

(Ilton) _ Eu nasci aqui em Ouvidor mesmo em 14 de maio de 1944. Estudei aqui até o primário e depois eu fui para Catalão, fiz um exame de seleção lá no SIENA então eu passei e fui estudar lá, naquela época tinha que fazer o 5º ano antes eu fiz o 5º ano aqui depois fui para lá e estudei no estadual.

(Wolney) _ O senhor começou a estudar com quantos anos?

(Ilton) _ Eu comecei com sete anos, mas, eu parei e fiquei muito tempo parado. Fiz ginásio e depois eu fiz contabilidade no Colégio Wagner Estelita Campos, o Anchieta, acho que foi em 1961 ou 1962. Fiz o segundo grau e parei.

(Wolney) _ Depois que o senhor fez o segundo grau o senhor parou e foi trabalhar?

(Ilton) _ Não. Eu já trabalhava há muito tempo antes. Eu era secretário direto do prefeito. Do Cacildo Goulart.

(Wolney) _ E sobre o Grupo Escolar o que o senhor pode nos contar?

(Wolney) _ Uai, quando eu comecei a estudar eu comecei em um armazém que tinha aqui próximo da minha casa. Eu comecei a estudar até foi com a mãe da Reni, a D. Dirce, que foi a minha professora. Naquela época a professora lecionava do pré até a 4ª série. Depois eu acho que mais ou menos um ano depois ou um pouco mais, eles inauguraram o grupo. Eu acho que foi em 1952, lá tinha até uma placa será que tiraram a placa de lá?...

(Wolney) _ O senhor tem informações de quem foi que inaugurou o grupo. Tem informação de como ele foi criado?

(Ilton) _ Uai que inaugurou o Grupo foi o prefeito de Catalão né? Naquela época era o Ciro Neto em comum com o sb-prefeito Antônio Ferreira Goulart, seu Tônico. O grupo tinha duas salas aí dividiu a turma e cada uma foi estudar numa sala, eu estudei lá ate o 5º ano.

Fizeram uma festinha para inaugurar o grupo, repartiram balinhas para os meninos. Eu estudei no grupo só um ano mais ou menos. Eu tenho a impressão de que o Grupo não funcionou antes de 1952.

Eu fui aluno do seu Abílio na 4ª série lá no grupo. De professores eu só me lembro da D. Dirce e do seu Abílio.

(Wolney)_ Quando o Senhor começou o senhor se lembra quem eram os professores? Tinha uma direção lá no Grupo?

(Ilton) _ Me lembro da D. Dirce, a Alexandrina, a irmã dela a Sara, Dona Rosa , Maria Aparecida, Seu Abílio, o Sebastião filho do seu avô.

(Wolney) _ Quem será que pagava esses professores?

(Ilton) _ Ah! Era o município mesmo, Catalão né? Ouvidor não era município, só a partir de 1953 é que se tornou independente.

(Wolney)_ que lembranças o senhor tem das aulas do Grupo ?

(Ilton) _ Até o 3º e 4º ano as provas eram orais. Tinha um juiz de direito era ele quem fazia as provas orais, tinha uma comissão, eles faziam a prova oral e decidia se a gente podia passar, tinha o Seu Cacildo, o Antinarbes, o Hélio Ferreira Goulart, ele era o inspetor escolar.

(Wolney)_ Como era as tramas políticas da época? Quem comandava a política?

(Ilton) _ A política aqui era muito complicada... Até hoje aqui é complicado. Uma brigaiada danada. Quem era o chefe político era o Antônio Ferreira Goulart e depois o irmão dele o Cacildo Ferreira Goulart, eles eram adversários políticos. Tinha muita divergência política.

(Wolney)_O senhor estudou aqui no Grupo até quanto tempo? Tinha muita criança na época.

(Ilton) _ Eu fiz até o 4º ano. Depois eu fui para Anápolis fiz o exame de seleção lá no SENAI e estudei lá um ano. Depois vieram umas professoras de fora, eu voltei prá cá e fiz a 5ª série aqui com elas.

(Wolney)_ Tinha muita criança no Grupo? De onde vinham estas crianças?

(Ilton) _ Tinha. Mas naquela época já eram criança "mais grandes". rrsrrs de 12 , 13 anos eram daqui e muitos os alunos que vinham da fazenda a pé, de bicicleta... Eu me lembro de que o "Seu Cacildo" quando era prefeito trouxe as professoras de fora para o grupo, a Mariana, a Lucy, a Luíza, a Janette Abrão. E nesse tempo já tinha além do grupo muitas escolas rurais. As escolas rurais eram por conta do município.

(Wolney)_ Nesse tempo ainda não existiam as minerações então o que predominava na produção aqui?

(Ilton) _ Era a lavoura né? Feijão, arroz, a pecuária... A pecuária era responsável por produzi muito leite aqui, inclusive o seu avô Abílio era comerciante de creme de leite. Ele despachava os latões de cremes no trem de ferro, produzia para fora.

(Wolney)_ Então a produção agrícola já era significativa aqui né? A divisão de terras já era bem distribuída? Cerca de quantos alqueires cada fazenda?

(Ilton) _ Era significativa sim. Com a estação de ferro o povo ficou incentivado porque tudo o que produzia tinha saída, tinha como escoar a produção, Ouvidor não era mais isolado né? Agora quanto as fazendas aqui, sempre foram pequenas territorialmente, cerca de no máximo 50, 60 alqueires. Mas tem chácaras de 10 ou menos alqueires... Sempre foram pequenas as fazendas, algumas dividiram por herança, mas, no geral eram assim mesmo.

(Wolney)_ Quando foi feita a estação aqui? Por que fizeram a estação de ferro aqui?

(Ilton) _ Acho que foi em 1922 que começou, mas depois demorou muito para concluir, Meu pai contava que eles trabalhavam com carroças, burros não tinha máquinas... Fizeram a estação aqui para ligar os trilhos com Minas Gerais, eles já existiam até na a ponte... O trem foi muito bom não tinha ônibus, nem condução nem nada. Para passageiros, transportar o gado... Meu pai despachava até "capado" (referindo-se a porco).

(Wolney) _ Você se lembra dos colegas de escola? Você tinha muita amizade? E sobre os professores o que você se lembra?

(Ilton) _ Eu era custoso demais. Brigava muito. Fazia muitas inimizades. A professora Maria aparecida era brava demais, ela dava uns safanões na gente, agora a sua mãe era boa demais, ela era muito carinhosa... (minha mãe é a professora Dirce). Mas, as outras professoras batiam na gente, eu

já fiquei de castigo demais. Tinha dia que ela me elogiava eu ficava bonzinho não fazia nada... Mas no outro dia eu tirava o atraso.

(Wolney) _ Quando institucionalizou o grupo foi que vieram essas professoras de fora?

(Ilton) _ Foi. E foi uma evolução muito grande. Foi quando iniciou divisão das classes, as classes ficaram mais divididas, foi uma evolução muito grande aqui. Melhorou o ensino. Os professores eram formados né? Foi o prefeito Cacildo quem as trouxeram. Ele era implicado com as sobrinhas dele que lecionavam, mas, elas não iam à escola. Meu pai contava que ele exigiu para elas pedirem demissão. Passou a ter merendeira, porteiro sevente. Fez até uniforme, mas foi só um ano

(Wolney) _ E quando essas professoras vieram? A partir daí as outras todas foram demitidas?

(Ilton) _ Foi mais ou menos em 1962. Não, as professoras continuaram a lecionar lá. O prefeito não quis mais lá no Grupo só as sobrinhas dele e cedeu o lugar delas para as normalistas. A Lucy, a Janette, a Mariana...

(Wolney) _ Você já lecionou? Onde?

(Ilton) _ Sim, mas, foram apenas dois anos e não gostei. Foi no ginásio daqui. Tinha alunos difíceis de comportamento eu admiro professor aguentar a dar aulas, é uma profissão muito difícil.

(Reni) _ Ilton, você acha que o grupo foi importante para Ouvidor?

(Ilton) _ Bom o Grupo foi importante para a cidade e para todos foi melhorando as condições dos alunos e até a idade de estudar mudou, como eu disse que os alunos eram adolescentes, já grandinhos, a partir do Grupo, a idade diminuiu e a cada ano se tronavam mais novos porque Já tinha condições de ir para a escola. Antes não era todo mundo que estudava.

(Reni) _ Quero agradecer a boa vontade de vocês. Sua esposa Nenzinha pelo delicioso café, a você pela atenção, enfim... Foi muito bom estar aqui nesta manhã.

Apêndice F – Transcrição da entrevista VI (Dirce)

Entrevista com ex-diretora Dirce Cândida Pereira

(Ouvidor 02 de março de 2015).

(Wolney) – Ouvidor 02 de março de 2015. Entrevista com a professora Dirce. Professora fala para nós o ano que a Sr^a nasceu, onde nasceu e quem são os seus pais.

(Dirce) _ Eu nasci na fazenda no município de Catalão, hoje Ouvidor Goiás. Em 03 de setembro de 1929. Meus pais são Abílio José Pires e Elpídia Cândida Ribeiro.

(Wolney)_ Os pais da senhora nasceram aqui em Ouvidor?

(Dirce) _ Moravam na fazenda chamada Retiro, depois que casaram é que se mudaram para o vilarejo que hoje é Ouvidor.

(Wolney) _ A senhora tem quantos irmãos? E quem são eles?

(Dirce) _ Nós éramos cinco irmãos eu sou a terceira filha. Lenita, Aldo Maria Lúcia e Sebastião que é o caçula e infelizmente já falecido.

(Wolney) _ Quando e onde foi que a senhora começou a estudar?

(Dirce) _ Eu comecei com sete anos, mas quando eu comecei a estudar eu já sabia juntar as letrinhas. Antes dos sete anos, eu chorava para ir para a escola de meu pai, eu via meus irmãos e os amigos indo e queria também, mas não podia ainda. Eu até dizia que já sabia ler. Mas na verdade eu aprendi tudo decorado e repetia as lições da cartilha da infância, direitinho. "a ave viu a uva, a ave vive e voa...", daí tinha um vizinho que se chamava Manoel e ria muito de minhas leituras decorada. Ele percebia que era tudo recitado de cor. Ai minha mãe ficou com pena de mim e passou a me ensinar no pé da máquina de costura. Ela fez um papelzinho com um buraquinho redondo para cobrir as outras letras deixando só uma sílaba de fora no centro do buraco e pedia para eu ler. E foi assim que aprendi a ler de verdade. Mas para escola mesmo eu fui Já estava com sete anos e já sabia juntar as sílabas e ler.

(Reni) _ Quem foi o seu primeiro professor na escola?

(Dirce) _ Foi meu pai mesmo.

(Wolney) _ Ele quem dava as aulas para a senhora? A senhora se lembra como eram as aulas dele?

(Dirce) _ Meu pai era assim... As aulas dele naquele tempo eram todas juntas, 1º, 2º, 3º e 4º ano. Ele separava quem estava na cartilha da Infância, dava tarefa ou punha os alunos maiores para ajudar com eles. Ou então dava tarefa para os mais adiantados e atendia os menores. Era muito difícil coitado! ... Era difícil demais.

(Wolney) _ Ele dava só conteúdo ou ensinava outras coisas?

(Dirce) _ Não. Ele era contador de histórias. E também tinha o dia de declamar poesias, era no sábado, tinha aula dia de Sábado. Ele dava conselhos, falava sobre a vida.

(Wolney) _ A senhora gostava de declamar poesias? E ainda se lembra de alguma?

(Dirce) _ Recitou a Apaixonada poesia da página 23 dessa dissertação.

(Wolney) _ Isto acontecia na fazenda?

(Dirce) _ Não. Era aqui no barracão de cereais, onde todo mundo de Ouvidor estudava naquele tempo.

(Reni) _ A senhora já me disse que sabe até hoje, outras poesias de cor poderia recitar para nós?

(Dirce) _ Tem a poesia "Morena", esta foi minha irmã mais velha, a Lenita que me ensinou, ela era professora também, ajudava meu pai nas aulas do barracão. Ela tinha um admirador lá de São Paulo que passou uns tempos por aqui. Ele quem escreveu esta poesia para ela. Lenita era bem morena mesmo sabe? O moço se chamava Gabriel, meu pai não aprovava o namoro, mas, ele insistia em cortejá-la. Por isto fez a poesia para ela. E eu aprendi para declamar dia de sábado na escola. Ela me ensinava a declamar e a fazer os gestos. Era assim... (a professora de 86 pôs-se a declamar.

MORENA

Não negues, confessa que tem certa pena

Que as tuas colegas te chamem morena

Pois eu não gostaria parece-me a mim

De ver o teu rosto da cor do jasmim

Eu não, mas, enfim

É fraca a razão

Pois pouco te importa
Que eu goste ou que não.

Olha as violetas
Que sendo umas pretas o cheiro que tem

Vê lá se seria
Se Deus as fizessem morenas também.

E olha que foram morenas e bem
As virgens mais lindas de Jerusalém.

E a virgem Maria?

Não sei.

Mas seria morena também.

Mas moreno foi cristo

Vê lá depois disto

Se ainda tens pena

Que as tuas colegas te chamem morena.

(Wolney) _ Aplaudindo... Muito bem !!!! Ra Ra Rá!!! Gostei de ver.

Mas, quando foi que a senhora começou a lecionar?

(Dirce) _ Ah! Eu não me lembro da data não. Eu já tinha uns dezoitos anos. Antes eu ajudava, mas, a sala não era minha. Foi quando o João Neto de Campos era prefeito de Catalão que ele veio aqui no meu pai me pediu para ir lecionar e me contratou para dar aulas no Grupo. Nesse tempo o grupo só tinha duas salas, e eu continuei no salão do meu pai, não cabia todo mundo no prédio novo, foi a primeira turma que eu lecionei, foi lá na sala do papai. Então nem carteira não tinha não, sabe? Tinha menino que levava caixotinho para se sentar.

(a professora explicou que embora a sala em que ela dava aulas era do Grupo escolar de Ouvidor, o local não era nas mesmas dependências).

(Wolney) _ A senhora já foi lecionar o pré? Ensinava... Alfabetizava? Ensinava conta?

(Dirce) _ Alfabetizava, ensinava conta... Tudo, mas era bom eu gostava muito. Eu me saí muito bem no pré. Os alunos faziam até redaçãozinha sabe? Daí eles me pediram para fazer o curso de pré. Eu fiz o curso em Goiânia e cada página da cartilha Sodré fazia o cartaz. A gente fez o curso e já saía com os cartazes prontos foi bom demais, tinha a pata a gente desenhava uma pata grande e fazia o cartaz, ficou fácil dar aula. Graças a Deus eu tinha sorte demais meus alunos aprendiam tudo sabiam ler escrever.

(Wolney) _ Tinha muitas crianças quando a senhora começou?

(Dirce) _ Tinha, tinha bastante né? . Tinha falta de aulas, de professores, aí todos vinham estudar no meu pré.

(Wolney) _ Quando foi começar o grupo a senhora se lembra quem foi que criou o grupo?

(Dirce) _ Ah! Eu não me lembro de nada não.

(Wolney) _ Porque que criou o Grupo?

(Dirce) _ Uai não tinha escola, só tinha o barracão do meu pai e era muitos alunos para estudar, não cabia lá não.

(Wolney) _ A senhora se lembra como era no Grupo?

(Dirce) _ Uai a gente aprendeu com meu pai, colocar os alunos em fila antes de entrar para sala, no pátio. Ali dava os recados, rezava e cada professora ficava na frente de seus alunos organizando as filas, depois eles entravam e cada professora fazia a chamada em um livro preto grande. Vinha organizadinho com os meses era só a gente escrever o nome dos alunos e os que estavam presente a gente colocava um F (efe) e se eles estivessem presente a gente colocava um C (compareceu).

(Wolney) _ Esses livros pretos vinham de onde? E quem pagava a senhora?

(Dirce) _ Uai! Eu não me lembro, mas eu acho que era de Catalão mesmo porque eu era de lá que eu recebia, da prefeitura. Quando eu comecei era a prefeitura de Catalão que me pagava a gente ia de trem de ferro lá para receber. Depois me passaram para o Estado porque eu já lecionava.

(Wolney) _ Quando a senhora começou a trabalhar no grupo a senhora lembra se tinha Alguém ali que dirigia o grupo?

(Dirce) _ Quando eu comecei não tinha ninguém que dirigia, o papai que tomava conta de tudo, sabe? Eram umas coisas difíceis no final do ano uma burocracia sabe? De final de ano ele tinha que entregar os relatórios e eu tinha que ajudar, entregar frequência, notas, era nós mesmos que tinha que fazer as coisas.

(Wolney) _ A senhora lembra quando é que veio a primeira diretora?

(Dirce) _ Não data não, mas tem a foto dela lá no quadro da escola, ela era de Catalão. Esqueci o nome dela. Aí quando ela veio já tinha a Dona Maria Gomes em catalão e vinha muitas visita, fiscal. Mas os professores faltavam muito, mesmo assim.

(Wolney) _ A senhora já foi diretora, como foi essa experiência da diretoria da senhora?

(Dirce) _ Ah não eu não queria não. Eu não queria ficar dando ordens para professora, fiquei foi na marra mesmo só até conseguir outra. Eu não gostava de diretoria não.

(Wolney) _ Quando a senhora era diretora a senhora se reunia com quem?

(Dirce) _ Uai era nós mesmo daqui. A gente fazia curso de férias era em Goiânia.

Nesse momento o marido da professora que estava no recinto da entrevista nos contou como foi que ela foi nomeada professora.

(Eneás) _ Eu que levava os recados e trazia os papéis para elas de Catalão. O Wilson Barbosa era quem mandava nas escolas.

(Dirce) _ Era a mulher dele Dona Maria Gomes que era delegada de ensino e ele era supervisor.

(Eneás) _ As professoras daqui do Grupo me mandou levar para Catalão, umas provas que sobraram do quarto ano, que eram pagas. E quando eu cheguei lá, ele não aceitou e disse que não que não podia devolver que tinha que pagar. E eu disse que isto era com as professoras. E ele continuou a reclamar que tinha recebido denúncias de que no grupo daqui as professoras lecionava só quando queria, que qualquer coisinha não ia no Grupo. As pessoas levavam fuxico para ele. E eu retruquei que elas estavam clamando que não ia ninguém daqui para dar assistência ou para explicar nada. E ele disse bravo! Eu ainda fecho aquele grupo lá.

(Wolney) _ O Wilson Barbosa? Ele era meio bravo?

(Eneás) _ É o Wilson Barbosa. É ele era exigente, queria tudo direitinho né? Aí ele pegou e falou: Eu vou fazer um ofício para a sua mulher que ela vai responder pelo grupo de lá. E ele fez o ofício e eu trouxe.

(Dirce) _ Eu não queria nem... Fiquei na marra e no meu tempo ainda teve um problema. A escola foi reformada e eu tive que colocar sala para todo lado. Até no salão da Igreja tive que por sala funcionando. Aí tudo ficou mais difícil. Separou tudo e o compadre Irineu, que era servente, ia a pé porque tinha que levar o livro de ponto para todo lado, separou tudo...

(Eneás) _ Ela não queria, mas, teve que assumir assim mesmo. E nem gratificação não tinha. E tinha que lecionar ainda não ficava só na direção. E quando começou a receber gratificação já foi outra. Ela respondeu como diretora porque a diretora do grupo tinha ido embora, ela deixou de ser diretora. A Janette Abrão tinha mudado para Catalão.

Wolney) _ E os fuxicos era verdade ou não? As professoras faltavam muito mesmo?

(Eneás) _ Não, era só intriga o Grupo funcionava direitinho.

(Dirce) _ Vinha o programa do que a gente tinha que dar e as provas eram aplicadas por fiscais de fora. Tinha que cumprir com o programa. Depois que eu deixei a diretoria eu fui chamada lá na delegacia de ensino, a Dona Maria Gomes exigiu que eu assumisse um terceiro ano que ninguém dava conta de lecionar. E o programa estava atrasado. Os cadernos estavam vazios e não tinha matéria dada. A Dona Maria Gomes disse que era só eu que daria conta. Aí eu tive que deixar minha turminha boa, com tudo em dia. Eu chorava muito e pedia a Deus para me ajudar a dar conta daquela turma. Eu chegava para dar aulas e eles não gostavam de mim. Eles diziam que a outra professora só contava história, deixava os alunos calçarem os sapatos dela, era uma farra. Eu sofri demais. Mas seu consegui. Deus ajudou que eu dei conta.

Wolney) _ Como a senhora conseguia esses resultados ?

(Dirce) _ Esses eu não sei como não. Acho que foi Deus quem ajudou. Mas a minha maneira era o carinho. Eu ia com jeitinho com eles. Nunca bati nem dava castigos, eu não tinha coragem de maltratar. No final do ano eu até ganhei presente.

(Wolney) _ Dona Dirce quando chegaram aquelas três professoras normalistas no Grupo, o que a senhora sentiu na época? O trabalho de vocês alterou?

(Dirce) _ Não eu achei bom porque melhorou né? Faltava professora e elas devem ter trazidos normas mais atuais, foi bom. Depois eu fui para a secretaria e estava achando bom lá, mas, logo eles me tiraram de novo eu não ficava quieta. Eles me colocavam era onde precisava.

(Wolney) _ Vocês ainda lembram-se dos motivos porque elas vieram para Ouvidor?

(Enéas) _ Foi o Cacildo quem trouxe essas professoras para Ouvidor. Quando ele foi prefeito ele foi bom, na parte da educação, ele trouxe a diretora. Ele queria tudo certinho. Ele era inteligente.

(Reni) _ Porque o Sr. Diz que ele era inteligente?

(Enéas) _ Tinha professora que lecionava lá no Grupo no lugar de outra, tinha aquelas professoras que não queria trabalhar, mas mantinham o contrato, mas era outra pessoa que lecionava em seu lugar. E ele não deixou mais. Regularizou os erros do Grupo Escolar.

(Reni) _ Isto se chama substituição branca. Mas, como ele exigiu que acabassem com esta prática?

(Enéas) _ Ele foi corajoso, exigiu que elas saíssem e o lugar ficou para quem ia trabalhar de verdade. Ele era muito inteligente. E as professoras que saíram eram suas próprias sobrinhas. Era da família Goulart, mas, eram inimigos na política.

(Wolney) _ A senhora se lembra quando teve a mudança do nome da escolar?

(Dirce) _ Sim fui eu quem fez a ata. O Dr. Pedro Ludovico Teixeira era vivo ainda e eles disseram que não podia mais colocar nome de pessoas vivas, em escolas.

(Wolney) _ E quem sugeriu o novo nome?

(Dirce) _ O prefeito da época da mudança era o Gerciano Horácio, daí ele foi lá ao Grupo, fez uma reunião com o pessoal e sugeriu a mudança de nome. O compadre Dácio tinha morrido há pouco tempo e era prefeito imediato. Nós todas concordamos com a troca.

(Wolney) _ Obrigada pela sua participação.

Apêndice G – Transcrição da entrevista VII (Alexandrina)**Entrevista****ex-diretora/ex-professora do grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira****(15 de setembro de 2015)**

(Alexandrina) _ Eu estudei só com o professor Abílio. Mas não foi no Grupo. A gente estudava no barracão de cereais.

(Reni) _ O que era esse barracão de cereais?

(Alexandrina) _ Era um salão que tinha na casa dele. Era lá que tinha a escola de Ouvidor. O professor era também comerciante de cereais e vendia cremes para fora, então ele tinha esse barracão grande que funcionava para a escola também.

(Reni) _ Você se lembra do Grupo Escolar?

(Alexandrina) _ Sim, eu me lembro muito, a gente passou para lá depois que ficou pronto, aí tinha duas salas. E eu já era professora.

Alexandrina parte 2

(Reni) _ Como foi que você começou a lecionar?

(Alexandrina) _ Uai, a gente terminava o quinto ano e não podia mais estudar, meu pai não tinha dinheiro para me deixar estudar fora. Por causa disto a gente continuava com o professor Abílio porque não queria ficar sem estudar. Aí a gente ajudava ele. Ele era comerciante de cereais e cremes, aí quando chegava mercadorias ele deixava a gente tomando conta das crianças e ia receber. Foi assim que eu, a Lenita filha dele, a Dirce, começamos a trabalhar.

(Reni) _ Você se lembra quando foi que as aulas passaram para o prédio novo?

(Alexandrina) _ Não, a data certinha eu não me lembro.

(Reni) _ Você sabe quem foi o responsável pela sua construção, estado, município ou governo federal?

(Alexandrina) _ Eu não sei, mas acho que foi a prefeitura.

(entrevista realizada com uma ex-professora 02, em Brasília, em 15 de setembro de 2015).

(Reni) _ A senhora se lembra como era a política em Ouvidor na época do Grupo Escolar? Como era a contratação dos professores?

(Alexandrina) _ Eu não sei, eu me lembro do MDB, que era uma guerra lá. Mas eu não era muito política não. Era PSD e MDB eles queriam que a gente ficasse de um lado. De um lado eram os Elizeus do outro eram os Goularts.

(Reni) _ E de que lado tinha que ficar quem queria ser professora.

(Alexandrina) _ (com um sorriso crítico ela respondeu) dos Goulart, né?

(Reni) _ Então era assim?

(Alexandrina) _ E depois veio o Sr. Cacildo Goulart, que foi ser inspetor, foi ser não sei o que, aí queria me mandar pra fazenda porque veio a comadre dele, a Belgides, - você já ouviu falar na Belgides? -

(Reni) _ já, ela foi minha professora na alfabetização.

(Alexandrina) _ Pois é, a Belgides veio e ele queria que... Como meus pais tinham mudado para Monte Carmelo, e eu estava morando lá, ele queria que ela ficasse no meu lugar, que eu desse a classe para ela. E eu era custosa, eu já era efetiva...

(Reni) _ E o que aconteceu? A senhora deixou de lecionar?

(Alexandrina) _ Não!! Meus pais já moravam em Monte Carmelo, mas eu não podia deixar meu lugar em Ouvidor. (Entrevista realizada em Brasília no dia 15 de setembro de 2015).

Apêndice H – Escrita autobiográfica I (Alexandrina Vicente da Pereira)

Meu nome é Alexandrina Vicente da Pereira, nasci no dia 18 de outubro de 1939, na fazenda Bela Vista, em Guarda Mor, estado de Minas Gerais, na casa de meus avós maternos, Alexandrina Fernandes Rocha e Fortunato da Rocha Mundin, porém, meus pais, José Vicente da Silva e Ruth Fernandes da Rocha moravam na fazenda Paraíso de Baixo, margem direita do rio São Marcos, pouco acima do seu encontro com o rio Paranaíba, onde hoje é o município de Ouvidor de Goiás.

Sou casada com Olímpio Pereira Neto, que também é professor e escritor. Temos quatro filhos, Eloiza Rocha Pereira, Elder, Alberto e Ruth Rocha Pereira Vicente. Meus netos são: Denyse, Gisele Maria, Pedro Henrique, Alice, Angélica e Giovani. Temos três bisnetos que a Luana, o João Pedro e a Ana Júlia.

As primeiras lembranças da minha infância são da fazenda Paraíso de Baixo, meus pais tinham muitos empregados, criados, apanhadores de café. Na fazenda tinha muito gado, cavalos e cachorros. Recordo ainda do cantar dos galos, da falação dos papagaios, dos bichos do mato, bem assim de um valente teiú que enfrentava os cachorros com a sua enorme cauda. Ainda posso ver minha mãe lavando as roupas da casa e as vasilhas na aguada do grotão bem fundo. E Para isso eu pajeava meus irmãos menores. Me lembro também dos vizinhos, e das visitas do vovô Manoel Vicente, dos tios e de outras pessoas. A casa estava sempre cheia.

Eu era ainda menina, quando entrei na escola do Mestre Luggedero, ele era bem velhinho e foi com ele que aprendi ler e escrever o meu nome e a contar os números simples e a reconhecer os ordinais. Eu contava com apenas oito anos de idade. Quando papai vendeu as fazendas e nos mudamos para Catuaba, hoje Ouvidor, surgiu fatos novos. Fiz novas amizades, as primas, as coleguinhas da escola do Professor Abílio José Pires, no barracão de armazenar cereais. Ali funcionava pelo método de ensino inglês, criado por Lancaster, que consistia de um só professor para todas as séries na mesma sala e lhe franqueava o direito de pedir ajuda aos alunos maiores das séries finais, para auxiliá-lo na lida de ensinar...

Em 1947, o presidente Eurico Gaspar Dutra mandou instalar nos aglomerados urbanos uma Escola de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, eu fui a escolhida para ocupar a vaga. Naquele

tempo eu ganhava C\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por mês. Quem me pagava era a Coletora Federal e catequista de Catalão Dona Iolanda Vaz.

Eu fui bem catequizada pelo professor Abílio, juntamente com a jovenzinha Lenita e outras catequistas, então passamos a frequentar a igreja católica, viemos morar no lago da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, adolescente, tornei-me participativa dos eventos e das obrigações religiosas na igreja. Ajudava na arrumação e nos enfeites dos altares, na Matriz em geral. E fiquei também encarregada de tocar o grande sino da Matriz todo dia às seis horas, e assim anunciar as funções religiosas. Tornei-me uma "aprontadeira" de noivas quando iam se casar.

Ingressei-me no grupo das catequistas, ao lado da Lenita, da Dirce filhas do professor Abílio e das filhas da tia Santa, irmã do professor. Ela era esposa do tio João Vicente. Tinha também as filhas do seu Tônico, o farmacêutico do povoado. Daí foi que comecei a ajudar em tudo quanto era vida cívico social do lugar. Organizava festas escolares, desfiles estudantis, e assim fiquei até 1950 quando a minha família se mudou para Goiânia, a nova capital de Goiás.